

Guanaeli Matias de Mendonça da Silva

Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba–MG:
a universidade, o *campus* e a cidade

Belo Horizonte

2017

Guanaeli Matias de Mendonça da Silva

Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba–MG:
a universidade, o *campus* e a cidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientador: Prof^a. Dr^a. Beatriz Alencar d'Araújo Couto

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

S586u

Silva, Guanaeli Matias de Mendonça da.

Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba - MG
[manuscrito] : a universidade, o campus e a cidade / Guanaeli Matias de
Mendonça da Silva. - 2019.

218 f. : il.

Orientadora: Beatriz Alencar d'Araújo Couto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Arquitetura.

1. Universidade Federal de Viçosa - Campus Rio Paranaíba -
Teses. 2. Planejamento do campus - teses. 3. Instalações
universitárias - Planejamento - Teses. I. Couto, Beatriz Alencar
d'Araújo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura. III. Título.

CDD 711.57

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

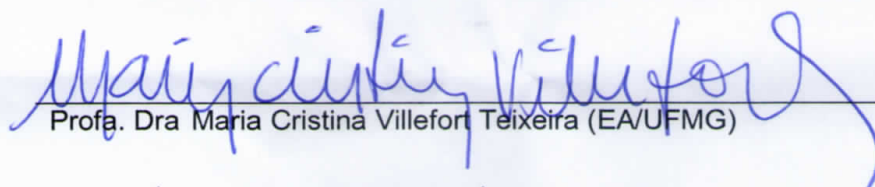
Guanaeli Matias de Mendonça da Silva

"Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba - MG: a universidade, o campus e a cidade ", Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

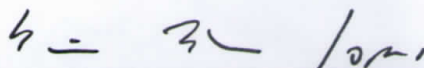
Comissão Examinadora:



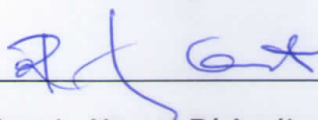
Prof. Dr. Ítalo Itamar Calheiro Stephan (Vídeo-Conferência)



Profa. Dra Maria Cristina Villefort Teixeira (EA/UFMG)



Profa. Dra Myriam Bahia Lopes (EA/UFMG)



Profa. Dra. Beatriz Alencar D' Araujo Couto(EA/UFMG)

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2017.

À Smarzaro, Júlia e Bia.

Agradecimentos

Transborda-me o coração de gratidão...

Ao aventurar-me às mesas e cadeiras de uma universidade novamente, não tinha a menor condição de prosseguir sozinha. Por isso não fui só, todos vocês estavam comigo.

Yahweh, Deus de Abraão, Aquele que escolhi como Deus meu, Aquele que me sustenta, e tenho certeza absoluta, Aquele que só tem planos de bem.

A minha amada família. Aquela que formei. Que formamos.

Rodrigo Smarzaro, amor de minha vida, meu incentivador, aquele que me liberou para voltar aos estudos, sem você eu não seria “eu”. Com quem mais eu poderia dividir a árdua tarefa de fazer café nas madrugadas? Amor que nunca tinha vivido – e que agora conheço – aconteceu quando nos reencontramos e escolhemos que seríamos um.

Minhas filhas Júlia e Beatriz, não tenho palavras para descrever como meu coração “sangrou” por não estar com vocês e por vocês. Quantas vezes disse: “Agora não, mamãe está trabalhando!” Ou “Vai sozinha, olha o que você quer e depois passo lá!”. Oro a Deus para que vocês guardem apenas o lado bom, o exemplo, o compromisso e o amor ao que se está fazendo.

À família, aquela na qual nasci. . .

Ah minha família, base de quem sou! Mãe e pai, a Dona Terezinha do “seu” China, minha irmã Lânea, meus irmãos Driviston e Lanesmar, toda a galera agregada: cunhadas Marinalva, Joelma, cunhado Stanley, sobrinhos e sobrinhas, Brenda, Lanis Paulo, Tércio, Rafaela e Isabela. Não sabia como iriam me auxiliar, mas eu sabia que iriam. Simples assim... Eu sei que posso contar com vocês.

À família amada que escolhi e na qual fui adotada. Maria Smarzaro, sogra do meu coração, não tenho palavras para agradecer tanto amor empenhado para cuidar. Cuidar de tudo e todos. Alcides, sogrão, quieto, prestativo e generoso. Aos cunhados Ricardo e Renan, as cunhadas Jaqueline e Talita, sobrinhas amadas, Sofia e Luiza. Aguentaram as pontas firme, porque gritei por socorro e quem ficou sem a “mãezona” foram vocês. Obrigada pelo apoio.

A Tatiane, minha fiel ajudante. Não teria como sair por aí e realizar – sonhos – sem o seu apoio, seu carinho e seu compromisso para com minha família.

À Jucimar Ramos, meu amado pastor. Adotou-me e apesar da distância, até hoje guarda-me sob suas asas. Seu amor pelo próximo me constrange! Exemplo a ser seguido.

Às amadas e amados, guerreiras e guerreiros em Cristo que me sustentaram em oração durante toda essa jornada. Essa vitória também é de vocês!

À linda família Juliano, Taís, Caio e Suchi. Sem palavras para agradecer a gentil e calorosa estadia durante os primeiros dias de aula em BH e as muitas pernoites no decorrer do curso.

Às amigas de república em Belo Horizonte. Quem diria que novamente me aventuraria a dividir um quarto com alguém que escolhi em um anúncio. Rafa, Rafinha, Fernanda e Ana foi tudo ótimo!

Aos amigos de mestrado, que nunca serão esquecidos, que estavam sempre me fazendo um favor.... Já sinto saudades!

Aos colegas de trabalho. Todos vocês. Meus fieis companheiros de café. Reconheço todo o esforço e trabalho dobrado para me deixarem ir. Miguel Ângelo, meu colega de sala, meu chefe, o melhor.... Agora é sua vez!

Aos professores e servidores da Escola de Arquitetura da UFMG, obrigada por todos os favores, todas as dicas e todo ensinamento.

À minha orientadora Beatriz Couto. Encontrei em você a inspiração para o ir além, para fazer melhor, para continuar. Obrigada pela orientação segura, calma, inteligente, competente e sensível à pesquisa, que estava clara para a professora muito antes de estar para mim. Preciso registrar o quanto essa mulher acrescenta de bom e de melhor para as pessoas que estão em seu convívio. Tive sobretudo, uma amiga amparando-me e respeitando minhas ideias, meus limites, minhas falhas e ajudando-me a conhecer minhas qualidades. Obrigada.

A todos que fizeram parte desse ciclo.

Estou imensamente grata!

*"Estou decidido a ser sábio;
mas isso estava fora do meu alcance.
Por isso dediquei-me a aprender, a investigar,
a buscar a sabedoria e a razão de ser das coisas,
para compreender a insensatez da impiedade
e a loucura da insensatez . . .
sim, durante essa minha busca que ainda não terminou,
entre mil homens descobri apenas um que julgo digno . . . "*

[Jesus]
(Eclesiastes 7: 23,25,28)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação do *campus* da Universidade Federal de Viçosa na cidade de Rio Paranaíba–MG. No contexto nacional, a criação do *campus* de Rio Paranaíba fez-se proveniente da política nacional que permitiu às universidades públicas a criação de novos *campi*, em um processo de ampliação, reestruturação e criação de novas Instituições de Ensino Superior em cidades do interior do país a partir do ano 2003. O trabalho evidencia o desafio de empreender tal infraestrutura em Rio Paranaíba e busca relacionar possíveis interações criadas entre o plano urbanístico proposto e a cidade que o sedia. Como embasamento teórico foi realizado o levantamento de alguns momentos considerados importantes para a compreensão do objeto de estudo. Para isso, foram abordadas bibliografias acerca do surgimento da universidade na Europa e sua posterior difusão na América, conduzindo a pesquisa até os EUA onde deu-se o surgimento do conceito *campus* e a adoção do modelo universitário chamado “*Land Grant Colleges*”. Já na história das universidades brasileiras, considerando as raízes institucionais de vocação rural da Universidade Federal de Viçosa, procurou-se estabelecer a origem do ensino superior agrícola, inserindo-o junto ao cenário do estabelecimento das universidades “urbanas”. Ao traçar o percurso do ensino superior brasileiro constatou-se um sistema de ensino subordinado à duas agências da sociedade política: o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação, que perdurou até a década de 1960. Em paralelo, analisou-se a formação do conceito *campus* universitário e seu desenvolvimento enquanto plano urbanístico e espaço construído, traçando suas raízes e averiguando como se deu sua implantação no país. Verificou-se que as instituições de ensino superior de vocação rural, as Escolas Superiores de Agricultura, embora não tivessem o reconhecimento acerca de seu espaço territorial como *campus* universitário, na sua gênese já apresentavam algumas características semelhantes com tal modelo arquitetônico–urbanístico. Foram analisados três *campi* universitários além da própria UFV, escolhidos por suas características paradigmáticas e implantações. Finalmente, apresenta-se o *campus* UFV–CRP, problematizando sua implantação e contextualizando a expansão urbana que atingiu a cidade de Rio Paranaíba a partir de 2006, ano em que o *campus* foi criado.

Palavras-chave: universidade; *campus* universitário; escola superior de agricultura; expansão urbana

Abstract

This work deals aims to research the implementation process of the *campus* of the Federal University of Viçosa in the city of Rio Paranaíba, Minas Gerais. In the national context, the creation of Rio Paranaíba *campus* was based on a national policy that allowed public universities to create new campuses in a process of expansion, restructuring, and creation of new Higher Education Institutes in cities of the interior of the country from the year 2003. The work highlights the challenges of undertaking such infrastructure in Rio Paranaíba and seeks to explain relationships created between the proposed urban plan and the city that hosts it. As theoretical basis, it was carried out the survey of some moments considered important for the understanding of the object of study. For this, a literature review about the emergence of the university in Europe and its later diffusion in America were conducted, leading the research to the USA where the appearance of the *campus* concept and the adoption of the university model called “Land Grant Colleges”. In the history of Brazilian universities, considering the rural vocation as institutional roots of the Federal University of Viçosa, the origin of agricultural higher education was studied within the scope of the establishment of “urban” universities. In the course of Brazilian higher education, a system of education subordinated to two agencies of the political society was found: the Ministry of Agriculture and the Ministry of Education, which lasted until the 1960s. Also, *campus* concept and its development as an urban plan and built space, tracing its roots and finding out how its implantation in the country took place were analyzed. It was verified that the institutions of higher education of rural vocation, the Superior Schools of Agriculture, although they did not have the recognition about its territorial space as a university *campus*, in its genesis already presented some similar characteristics with such architectural-urban model. Three university campuses were analyzed besides UFV, chosen for their paradigmatic characteristics and implantations. Finally, the UFV–CRP *Campus* is presented, problematizing its implementation and contextualizing the urban expansion that reached the city of Rio Paranaíba since 2006, when the *campus* was installed.

Keywords: university; university *campus*; agricultural superior education school; urban expansion

Lista de ilustrações

Figura 1 – Localização: Município de Rio Paranaíba e <i>Campus</i> UFV–CRP II . . .	23
Figura 2 – Localização: Município de Viçosa e <i>campus</i> UFV–Viçosa	24
Figura 3 – UFV–CRP: <i>Campus</i> CRP–II (<i>Campus</i> expansão)	26
Figura 4 – Merton College	35
Figura 5 – Merton College: Ilustração	35
Figura 6 – Conjunto de <i>Colleges</i> edificados em Oxford	36
Figura 7 – Conjunto Jesuíta no Pará	45
Figura 8 – Planta Colégio Jesuíta N. S. da Conceição de Salvador	46
Figura 9 – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - ESAV	57
Figura 10 – Inspirações de Thomas Jefferson para o Projeto da Universidade de Virgínia	71
Figura 11 – Universidade de Virgínia –EUA: Plano Urbanístico da Vila Acadêmica	72
Figura 12 – Universidade de Virgínia –EUA: Lawn	73
Figura 13 – Plano Olmsted para a Universidade de Berkeley	74
Figura 14 – Plano <i>Iowa State College of Agricultural and Mechanic Arts</i>	77
Figura 15 – Fazenda São João da Montanha: Implantação da ESALQ	91
Figura 16 – Planta Geral para a Escola Prática de Agricultura em Piracicaba. [Ano: 1905]	92
Figura 17 – Vistas Prédio Principal da ESALQ. Ano: 1921	93
Figura 18 – ESALQ–USP: <i>Campus</i> Piracicaba	94
Figura 19 – <i>Campus</i> da Universidade Federal de Lavras	95
Figura 20 – <i>Campus</i> do Instituto Evangélico e Proposta para o <i>Campus</i> da Escola Agrícola em Lavras. Ano:[1917].	97
Figura 21 – Croqui: Plano Urbanístico <i>Campus</i> UFRRJ - Seropédica. Ano: 2016. .	102
Figura 22 – Vista geral do <i>Campus</i> UFRRJ – Pavilhão Principal. Data:[200?] . . .	103
Figura 23 – Terrenos vendidos ao Estado para locação da ESAV – 1928	108
Figura 24 – ESAV: Anos Iniciais	110
Figura 25 – <i>Campus</i> da ESAV. Ano:1927[?]	111
Figura 26 – <i>Campus</i> da UFV em Viçosa: Temporalidades	112
Figura 27 – <i>Campus</i> UFV–CAF: Edificações. Ano: 2017	115
Figura 28 – <i>Campus</i> UFV de Florestal. Ano: 2017	116
Figura 29 – Mapa de localização e distâncias entre os <i>Campi UFV</i>	118
Figura 30 – Localização da cidade de Rio Paranaíba	119
Figura 31 – Igreja do Rosário	122
Figura 32 – Rio Paranaíba: perímetro urbano (2012 - 2017)	123
Figura 33 – Expansão urbana de Rio Paranaíba	125

Figura 34 – Praça Hilarino Alves da Rocha (Praça da Matriz)	126
Figura 35 – Morro do Pião	127
Figura 36 – UFV–CRP: Localização <i>Campus</i> I e II	128
Figura 37 – UFV–CRP: <i>Campus</i> I	130
Figura 38 – Distância do perímetro urbano de Rio Paranaíba para o <i>Campus</i> da UFV–CRP II	133
Figura 39 – ExpoAlto	135
Figura 40 – Proposta inicial para o <i>Campus</i> da UFV da BR–354: <i>Campus</i> UFV–CRP I	139
Figura 41 – <i>Campus</i> UFV–CRP I: Plano Urbanístico	140
Figura 42 – Terrenos escolhidos para o <i>Campus</i> da UFV–CRP: Área de Expansão .	142
Figura 43 – <i>Campus</i> da UFV–CRP II: terreno 20ha - Implantação provisória	143
Figura 44 – Plano Urbanístico “Piloto” da UFV–CRP II - Área de Expansão. Ano 2009.	145
Figura 45 – Plano Urbanístico Inicial da UFV–CRP II: Demarcação de vias	146
Figura 46 – Plano Urbanístico do <i>Campus</i> CRP II: Setorização	147
Figura 47 – <i>Campus</i> UFV–CRP II: Evolução	156
Figura 48 – <i>Campus</i> UFV–CRP II: Plano e Imagem aérea	157
Figura 49 – Prédio Biblioteca Central: Locação no <i>campus</i> CRP I	167
Figura 50 – Prédio Biblioteca Central	168
Figura 51 – Prédio Biblioteca Central: ocupações	169
Figura 52 – Prédio Pavilhão de Aulas (PVA)	170
Figura 53 – Prédio Pavilhão de Aulas (PVA): Divisões internas	171
Figura 54 – Prédio do Restaurante Universitário. Ano 2017.	172
Figura 55 – Prédio do Restaurante Universitário: Planta baixa	173
Figura 56 – Restaurante Universitário: Ocupações	174
Figura 57 – Prédio Laboratório de Pesquisa. Ano: 2017	175
Figura 58 – Prédio Laboratório de Pesquisa: ocupação	176
Figura 59 – Prédio de Laboratórios de Ensino: construção.	177
Figura 60 – Prédio de Laboratórios de Ensino: ocupação	178
Figura 61 – Imóveis ocupados pela UFV na cidade de Rio Paranaíba	183
Figura 62 – Expansão urbana de Rio Paranaíba e <i>Campus</i>	184

Lista de tabelas

Tabela 1 – Quadro comparativo Modelo <i>Campus</i> : princípios e práticas	86
Tabela 2 – Terrenos de Reserva para o estabelecimento do <i>campus</i> CRP II	142
Tabela 3 – Situação das obras no <i>Campus</i> : planejado e executado. Ano: 2016. . . .	154

Lista de abreviaturas e siglas

ABEAS	Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCE	Centro de Ciências Exatas
CCH	Centro de Ciências Humanas
CEDAF	Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas
COCTA	Comissão de Organização do Centro Técnico da Aeronáutica
CONSU–UFV	Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRP I	<i>Campus</i> 1 da Universidade Federal de Viçosa - Rio Paranaíba
CRP II	<i>Campus</i> 2 da Universidade Federal de Viçosa - Rio Paranaíba
CTA	Centro Técnico de Aeronáutica
ENA	Escola Nacional de Agronomia
ENV	Escola Nacional de Veterinária
ESALQ–USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro
ESAV	Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projeto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior

IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITA	Instituto Tecnológico Aeronáutico
MA	Ministério da Agricultura
MAIC	Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação
MG	Estado de Minas Gerais
PAD	Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de Viçosa
PADAP	Programa de Assentamento do Alto Paranaíba
PDFA	Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do <i>Campus</i> UFV
PROFIAP	Mestrado Profissional em Administração Pública
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Estado do Rio de Janeiro
UB	Universidade do Brasil
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFV-CAF	Universidade Federal de Viçosa – <i>Campus</i> Florestal
UFV-CAV	Universidade Federal de Viçosa – <i>Campus</i> Viçosa
UFV-CRP	Universidade Federal de Viçosa – <i>Campus</i> Rio Paranaíba
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

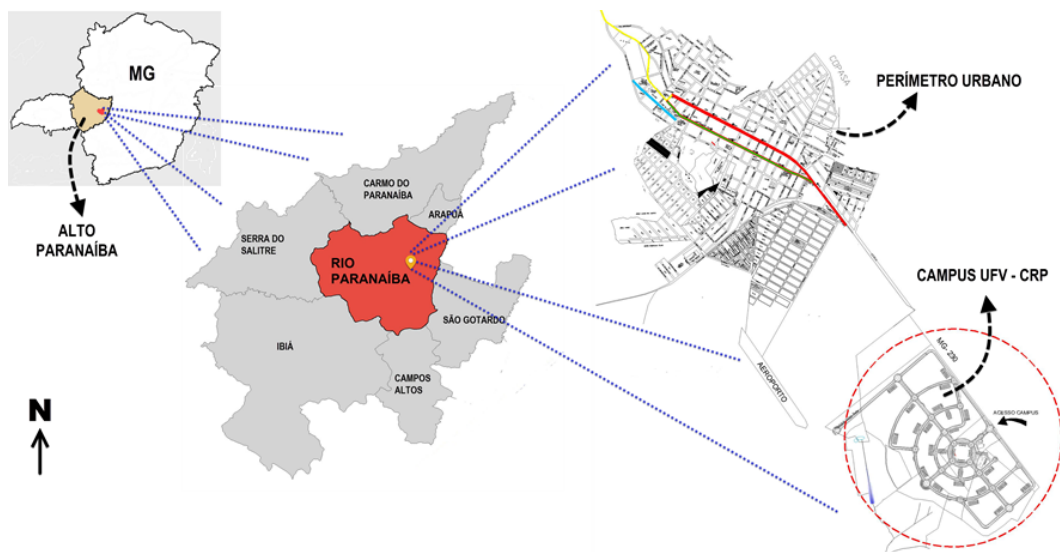
Sumário

1	INTRODUÇÃO	23
2	UNIVERSIDADE: UMA PERSPECTIVA	31
2.1	Universidade: Origens e Difusão	32
2.2	Universidade no Brasil	41
3	CAMPUS UNIVERSITÁRIO	67
3.1	<i>Campus</i> Universitário: origens americanas	69
3.2	<i>Campus</i> Universitário no Brasil	77
3.3	<i>Campi</i> das Escolas Superiores de Agricultura	87
3.3.1	<i>Campus</i> da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)	88
3.3.2	<i>Campus</i> da Universidade Federal de Lavras	94
3.3.3	<i>Campus</i> da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	99
3.3.4	<i>Campi</i> da Universidade Federal de Viçosa	104
4	ESTUDO DE CASO: CAMPUS UFV–CRP	117
4.1	A cidade de Rio Paranaíba	118
4.2	<i>Campus</i> UFV de Rio Paranaíba (UFV–CRP)	127
4.2.1	UFV–CRP: Histórico de implantação	129
4.2.2	UFV–CRP: <i>Campus</i> CRP I e <i>Campus</i> CRP II	137
4.3	<i>Campus</i> UFV–CRP II: Plano Urbanístico	144
4.3.1	<i>Campus</i> UFV–CRP II: Do Planejamento à Execução	151
4.3.2	<i>Campus</i> UFV–CRP II: Edificações	158
4.4	<i>Campus</i> UFV–CRP e Rio Paranaíba: Interações	179
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	Referências	191
	ANEXO A – CARTA RÉGIA DE 12/06/1812	209
	ANEXO B – UFV–CRP: PLANEJAMENTO	213

1 Introdução

Este trabalho resulta da intenção de compreender a implantação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no município de Rio Paranaíba, no interior do Estado de Minas Gerais, na região do Alto Paranaíba, segundo o modelo urbanístico: “*campus* universitário” (FIGURA 1).

Figura 1 – Localização: Município de Rio Paranaíba e *Campus* UFV–CRP II



Fonte – Base de mapas do IBGE. Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba. Setor de Projetos e Obras UFV–CRP. Formatação da autora.

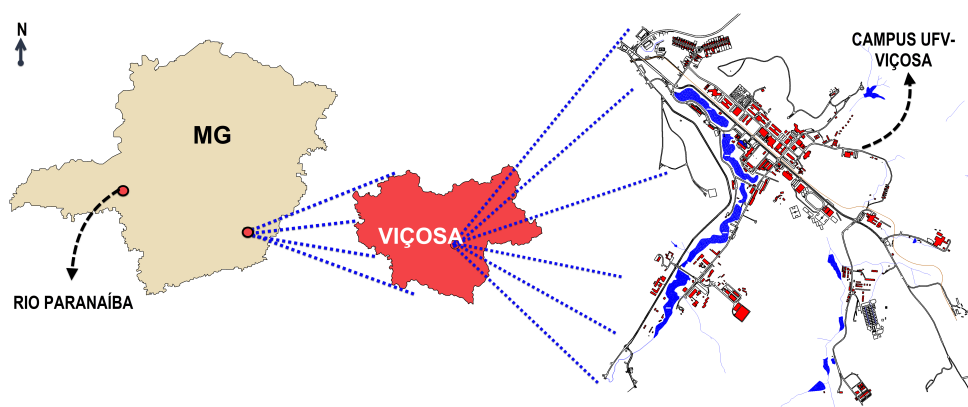
Para muitos brasileiros, a perspectiva real de ingressar em uma universidade pública federal concretizou-se após a política de expansão do ensino superior durante os mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva através dos programas governamentais que visavam entre outros objetivos, a ampliação do acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. A citar: o Programa Expandir, conhecido pela fase de “interiorização” e a posterior reordenação com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006; 2007).

Incluída nesse contexto nacional e devido à um incessante engajamento político local, no ano de 2006, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa através da Resolução n.º. 08/2006, de 25 de julho do referido ano, resolveu autorizar a implantação de um *campus* universitário na cidade de Rio Paranaíba, na região do Alto Paranaíba do Estado de Minas Gerais (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2006). Tal data fez-se marco histórico para a cidade e universidade, pois desde então, providências vêm

sendo tomadas para a concretização desse empreendimento na pequena cidade onde vivem aproximados 11.000 habitantes e cuja economia baseia-se na agricultura e nos negócios de vocação rural.

Com histórico datando do início do século XX, a Universidade Federal de Viçosa implantada em Rio Paranaíba definitivamente, possui referências e caminhos trilhados anteriores ao seu desfecho na pequena cidade mineira. Criada em 1922 na região da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais, sua origem advém da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), uma escola superior influenciada por ideais norte-americanos (FIGURA 2). Detentora de uma rica história institucional, a UFV foi retratada pelas reviravoltas de ESAV para Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em 1948, e posteriormente para Universidade Federal de Viçosa (UFV), quando foi federalizada em 1969. Essa longa história, agora, faz-se intrínseca também à cidade de Rio Paranaíba e seu recente *Campus* universitário (BORGES; SABIONI, 2010).

Figura 2 – Localização: Município de Viçosa e *campus* UFV–Viçosa



Fonte – Base cartográfica IBGE, Serviço de Projetos e Obras UFV–CRP. Modificações da autora.

Na âmbito do ensino superior, em meados de 1920, enquanto discutia-se sobre como planejar uma universidade moderna na cidade do Rio de Janeiro – RJ¹, o governador do Estado de Minas Gerais, Arthur Bernardes, contratou o americano Peter Henry Rolfs e o engenheiro brasileiro Bello Lisboa, que juntos planejaram e lançaram base de uma futura universidade, implantando uma escola superior aos moldes da experiência americana dos “*Land Grand Colleges*”. Tão moderna, a Escola estabelecia uma organização pedagógica administrativa seguindo um sistema departamental e uma organização física espacial cujo o modelo consistia no *campus* universitário, embora o termo não fosse empregado no Brasil.

Desde 2006, a cidade de Rio Paranaíba passou a fazer parte dessa história institucional. Na última década, sete desses anos trabalhando como técnica administrativa no

¹ Discussão sobre a criação da Universidade do Brasil e sua cidade universitária, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Serviço de Projetos e Obras na Universidade Federal de Viçosa no *Campus* Rio Paranaíba e residente na cidade, tenho presenciado os desafios da implantação do mais novo *campus* universitário da UFV. Acessada através da Rodovia Estadual MG-230 e rodeada por pivôs centrais e grandes plantações, a cidade vem sendo transformada ocupando as áreas rurais e suprimindo os pivôs centrais de irrigação, abrindo ruas e construindo edificações. A paisagem mudou, os caminhos foram urbanizados, o comércio e os serviços foram ampliados e a relação com as distâncias foram modificadas.

Porém, não foi somente a cidade que se transformou. O recente *campus* universitário instalado às margens da Rodovia BR-354, localizado 15km distante do centro urbano, ganhou uma expansão em uma localização mais próxima da cidade, em um terreno à 2,5km da área urbana. A construção do novo *campus* universitário – o “*Campus* UFV-CRP II” ou como é usualmente chamado, o “*Campus* BBT” – iniciou em um terreno degradado para abertura de plantações, onde nada existia, nenhuma árvore sequer. Passou a ocupar um terreno que a princípio possuía apenas 20 dos atuais 146 hectares que perfazem a área atual do *campus*. A mudança do *campus* para essa localização foi marcante, e envolveu toda a sociedade rio-paranaibana, pois esses 20 primeiros hectares foram doados para a instituição.

Em vista disso, nesse novíssimo *campus* observou-se: os projetos sendo feitos e refeitos, o maquinário trabalhando, os arruamentos sendo abertos, chuva, lamaçais, atoleiros, faltar água, faltar energia, licitações diversas, obras sendo executadas, faltar recursos humanos e muitos outros imprevistos. E o *campus* ressurgia, ainda às margens da cidade, mas agora onde todos o viam, tornando-se marco para a região; marco na paisagem urbana em um misto de integração e segregação (FIGURA 3).

Assim, à momentos marcantes registrados na história da cidade, como a rota bandeirante que a criou, a construção da Igreja do Rosário em 1793, seus processos de emancipação e a implantação do Programa de Assentamento do Alto Paranaíba (PADAP) de 1973 para suas terras, acrescentou-se a vinda da UFV no ano de 2006. Decorrente da presença da universidade, o crescimento urbano acelerou-se e evidenciou-se as transformações e mudanças oriundas de uma expansão urbana pouco planejada na relação cidade- *campus* e *campus*-cidade. Então, presenciou-se a infraestrutura tornar-se deficiente: faltar energia e água, a iluminação viária se tornar precária, aumentar os problemas de acessibilidade, o tratamento de lixo e de esgoto se tornar ineficiente; o adensamento das edificações e o início do processo de verticalização; a mobilidade urbana configurar-se em problema com a inexistência de um sistema de transporte coletivo; o aumento do trânsito automotivo e sua disputa de lugar com a pessoas; além do sentimento de insegurança mediante o aumento da criminalidade. Ou seja, os sinais de degradação urbana começaram a estar presente na vida cotidiana da cidade que anterior à vinda do *campus* atendia a população que a tinha como entreposto comercial e social.

Figura 3 – UFV–CRP: *Campus* CRP–II (*Campus* expansão)

Legenda – Vista aérea do *Campus* da UFV de Rio Paranaíba localizado na Rodovia MG–230. As atividades acadêmicas estão sendo ofertadas nesse local desde o ano de 2011. Em funcionamento os prédios da Biblioteca e do Pavilhão de Aulas. Em construção os Prédios destinados aos laboratórios de Ensino (que ainda permanecem no *campus* CRP–I) e o Prédio de Laboratórios destinados à Pesquisa. Com a obra entregue, tem-se: as primeiras fases de pavimentação, rede elétrica (aguardando ligação com a subestação) e o Prédio do Restaurante Universitário (RU), com funcionamento previsto para o primeiro semestre de 2018. Observar que o acesso ao *campus* é marcado pelas “Quatro Pilastras”, mantendo similar identificação simbólica do *Campus* UFV em Rio Paranaíba com o *Campus* da UFV em Viçosa.

Fonte – Alcance Drones. Ano: 2017

Todos esses fatos cotidianos instigaram a pesquisa. Não obstante, questionamentos como: “Que influência teria a formação do *campus* UFV da cidade de Viçosa sobre a formatação desse novo *campus* na cidade de Rio Paranaíba? Haviam princípios semelhantes entre os *campi*?” A pesquisa baseia-se na busca pela compreensão universidade e de seu *campus* universitário implantado dentro do contexto rio–paranaibano, mas que de fato não seria entendido sem ter uma reflexão de cunho histórico descritivo sobre a instituição.

Tratar sobre a universidade significa discursar sobre um assunto complexo, ao mesmo tempo cotidiano. Cotidiano, visto ser uma instituição secular da qual as pessoas possuem uma noção, ou uma concepção ou ainda, uma visão. Há um senso comum no qual a universidade gera desenvolvimento, seja ele intelectual, profissional ou de capital social. Contudo, a mesma condição temporal que nos garante esse senso comum traz à tona a complexidade dessa instituição. Sendo ela, uma das poucas instituições medievais que sobreviveram até os dias atuais, ao longo do tempo sofreu as mutações correspondentes aos anseios da sociedade de cada época.

De certo, que este trabalho não objetiva conceituá-la. Trataremos a universidade em uma abordagem bastante ampla, como um lugar (não particularmente físico) onde pratica-se a produção e a transmissão de conhecimentos, tecnologias e produtos dos mais diversificados assuntos, segundo as mais variadas metodologias, capaz de dialogar e interferir na sociedade, contendo uma vida social única, aqui chamada “vida acadêmica”, onde residem agentes sociais distintos: o professor, o estudante e todo o apoio humano para que as atividades acadêmicas venham a ser organizadas, oferecidas e executadas, e ainda dotada de uma organização física no espaço. Não esquecendo que essa vida acadêmica não acontece isoladamente, ela ocorre de maneira integrada por vezes em nível local, regional, nacional e internacional. Dentro dessa noção, pode-se dizer que a universidade é uma produção humana que gera, no mínimo, impacto social, ambiental e patrimonial em sua manifestação na cidade.

Sabendo não ser tarefa fácil determinar uma maneira apropriada a lidar com o objeto de estudo – a Universidade Federal de Viçosa instalada na cidade de Rio Paranaíba – procurou-se um direcionamento teórico através do levantamento de fatos considerados relevantes e capazes de influenciar sua compreensão. Nesse sentido, consideramos base orientadora a suposição de que os valores que fundamentam cada instituição universitária são expressos nos projetos de seus territórios, tendo como perspectiva que toda instituição possui sua singularidade e deve ser analisada dentro de seu contexto. À vista disso, o ponto de partida para tal análise consistiu em investigar as questões e apontamentos trazidos através da instituição criada no *Campus* UFV – Viçosa, que recuperados a título de introdução, indicam as múltiplas referências históricas e metodológicas que serão desenvolvidas e entretidas ao longo deste trabalho. Dessa maneira, são apontadas quatro questões:

- a) A questão institucional: A UFV–Rio Paranaíba é uma unidade acadêmica criada a partir de sua matriz, a Universidade Federal de Viçosa, consubstanciada na resolução do CONSU n.º. 8/2006, em 25 de julho de 2006, que autoriza a instalação de um *campus* universitário na cidade de Rio Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Seu estabelecimento também corresponde a primeira fase da política de expansão das universidades públicas, do Ministério da Educação durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, perfazendo a instalação de novos *campi* universitários (*campus* fora de sede) a fim de oferecer maior acesso à universidade pública, “levando-a” para o interior do país, no programa Expandir e posteriormente no REUNI.
- b) A questão histórica: Cabe então uma reflexão sobre a unidade matriz. A Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi instalada nos anos 1920, na cidade de Viçosa. É historicamente reconhecida e caracterizada por sua vocação agrícola, vertente pedagógica do modelo norte-americano conhecido como *Land Grant Colleges*, datado de 1862, que consistiu na democratização das universidades através

da doação de terras para cada Estado americano, na finalidade de implantar escolas (*Colleges*) voltadas à educação superior em agronomia e mecanização agrícola, cujas metas deveriam promover um tipo de educação prática e voltada à comunidade ruralista da época;

- c) A questão contextual local: Sobre o município de Rio Paranaíba traz-se sua vocação para o agro-negócio, sendo esta a principal atividade econômica da cidade. Pesquisadores da área agrícola tem se interessado na condução de estudos em toda região do Alto Paranaíba, na qual se insere, inclusive pesquisadores da UFV. Não estranhou-se o fato de a instituição ter expandido suas atividades em sua localização, visto que correspondia aos anseios das classes acadêmicas e produtoras da cidade e região.
- d) A questão do espaço físico e o processo de implantação do *campus*: Por fim, destaca-se o desafio empreendido para a implantação desse *campus* em uma cidade pequena, levantada como uma das menores cidades brasileiras em população, a sediar um *campus* universitário e conseqüentemente contar com uma Universidade Pública Federal. Averigua-se que após a instalação do *campus* na cidade, a área de seu perímetro urbano aumentou em aproximados 80% do espaço anteriormente construído.

Dentro desse universo sobre a Universidade Federal de Viçosa–*Campus* de Rio Paranaíba destacam-se três assuntos gerais: a universidade, o *campus* e a cidade. Contudo, a evolução do trabalho mostrou uma característica que alcançava os três: a vocação agrícola. À primeira vista, observou-se uma universidade nascida agrícola em uma cidade do interior, que se expande, quase um século depois, para uma outra cidade de mesma vocação. Dessa maneira, parece pertinente a investigação de como essas instituições – voltadas ao ensino superior e que no decorrer de tempo institucional desenvolveram-se como universidades “rurais”, as vezes nominalmente e outras implícitas em sua organização curricular – incorporaram essa vocação. Essa abordagem se fará constante durante a pesquisa. Nesse caminho, interessante constatação aconteceu: o modelo arquitetônico urbanístico para ocupação territorial de tais instituições rurais foram os que mais se assemelharam ao original conceito de *campus* universitário americano e algumas desenvolveram tal modelo em fase anterior aos *campi* de conhecidas universidades brasileiras como a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sendo o que representa o trabalho, para alcançar os objetivos propostos, a estrutura geral da dissertação está dividida em três partes, correspondendo aos assuntos gerais abordados. Assim, o Capítulo 2 lança um olhar sobre a origem da universidade e o percurso histórico rumo a concretização de seu espaço no modelo *campus*. Subdividida em seções, trata da universidade como instituição – questão institucional– pois acredita-se que tal entendimento seja fundamental para compreender relações com o conhecimento, a sociedade

e seu espaço construído. Serão abordados momentos de análise desde sua gênese, sua difusão nas Américas e sua chegada ao Brasil. No Brasil, será abordada sua criação, sua evolução e sua consolidação e, especificamente acompanhar como ocorreu o estabelecimento de universidades voltadas para as práticas agrícolas no país, buscando encontrar no passado, raízes para a compreensão do presente, visto que a Universidade Federal de Viçosa (UFV) faz parte desse universo. Pretende-se de maneira concisa, analisar um período que se estenderá até a política de expansão das Instituições de Ensino Superior em 2007 (quando muitas universidades já se encontravam estabelecidas). Período coincidente a expansão de novos *campi* federais no cenário nacional, entre esses, o *Campus* UFV da em Rio Paranaíba.

No Capítulo 3 será abordada a produção do espaço universitário alicerçado no paradigma morfológico urbanístico das “cidades universitárias” e do “*campus* universitário”. Serão desenvolvidas as origens do modelo *campus* e seu processo de consolidação. Especificamente para o caso brasileiro, o modelo de *campus* universitário foi reconhecido por muitos estudiosos, de maneira similar ao modelo cidade universitária, e por algum tempo tais denominações mesclam-se, mas mesmo contendo similaridades, a concepção pela qual advém o modelo cidade universitária e o modelo *campus* são diferentes.

Dentro desse contexto, serão analisados exemplos de algumas universidades, na sua fase de implantação, que por aproximação vocacional agrária fazem parte do universo da Universidade Federal de Viçosa e seus respectivos *campi*. Foram escolhidos os *campi* da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), da Universidade Federal de Lavras (UFLA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ainda será estudado o *Campus* da Universidade Federal de Viçosa.

A partir deste referencial, no Capítulo 4 discutiremos sobre a implantação do *Campus* da Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba, o estudo de caso, apresentando seu plano urbanístico assim como efetivamente foi o processo de sua construção, até a conjuntura atual. Finalmente, ainda neste capítulo serão apresentadas as interações entre o *Campus* da UFV em Rio Paranaíba e a cidade. Para isso, recuperou-se estudos sobre Rio Paranaíba apontando algumas implicações e impactos da implantação do *Campus* Rio Paranaíba no entorno da cidade, procurando visualizar essa dinâmica, deixando-se a saber o contexto da ocupação urbana pós fundação do *campus*.

Nas considerações finais procura-se sintetizar as interpretações feitas nos capítulos anteriores e apontar algumas questões entre as universidades, seus *campi* e consequentemente suas relações na dinâmica da cidade, de modo a auxiliar nas discussões sobre o planejamento e as intervenções dentro do espaço construído das universidades públicas federais brasileiras nesse novo contexto de expansão do ensino superior, que levou muitas dessas instituições para o interior do país.

O conteúdo que será apresentado, consiste em uma perspectiva histórica descritiva onde utilizou-se informações diversas, na medida que remetessem a formação da Uni-

versidade de Federal de Viçosa, que como já especificado possui ramificações e vetores direcionando os estudos nas mais diversificadas vertentes. Diante disso salientamos existir certo desequilíbrio nas informações, algumas idas e vindas e até mesmo algumas lacunas históricas no conteúdo descrito, evidenciadas quando buscou-se articular as informações em uma lógica temporal. Ainda acrescento que por ser servidora da UFV–CRP e moradora da cidade de Rio Paranaíba muitas questões serão explicitadas segundo o método observador participante.

Por fim, cabe uma consideração sobre os termos “vocação e rural”. O termo vocação está relacionado com o perfil ou com as características intrínsecas de certo objeto ou indivíduo, capaz de orientá-lo para dotá-lo com competência, habilidade e qualidades específicas, que estimulam a prática de atividades associadas a uma aptidão em determinado campo. Desde o período colonial brasileiro, a elite ruralista defendia a vocação agrícola do país. Nesse sentido, vocação agrícola associava-se ao campo da economia e dos meios de produção capital e ainda delimitava geograficamente o rural e o urbano.

Economicamente, características físicas, climáticas e laborais representavam o meio rural e o diferenciavam do perfil industrial e modernizador citadino. Geograficamente, o rural consistia na representação do interior e do sertão e o urbano consistia na representação do litoral. Tais considerações eram claras à época da implantação das universidades no Brasil. Ainda nesse quadro de formatação da universidade brasileira, unindo esses dois mundos – rural e urbano – ganhou forças a construção de obras de comunicação (ferrovias, estradas, telecomunicações) e obras educacionais modernizadoras.

Configurou-se as instituições de ensino agrárias ligadas ao mundo rural e as instituições de ensino urbanas. Cada uma correspondia aos anseios das respectivas classes dominantes. Até meados do século XX, as “instituições de ensino superior rurais” correspondiam ao interesse de modernizar os agronegócios e encontravam-se no “interior ou no sertão” e as “instituições de ensino superior urbanas” correspondiam à formação clássica profissionalizante encontradas no litoral urbanizado (SILVEIRA, 2011). Assim, quando expressarmos “instituições rurais”, e “universidades rurais” fazemos alusão a essas instituições cuja vocação original tratavam dos assuntos voltados para o mundo das ciências da terra, do agronegócio e da modernização agrícola e que atualmente, mesmo com o processo de diversificação de atividades, mantém o campo científico rural, ou melhor, sua vocação rural, em caráter latente, como é o caso da UFV.

2 Universidade: uma perspectiva

A Universidade Federal de Viçosa instalada na cidade de Rio Paranaíba, MG (UFV–CRP) constitui-se no objeto de estudo específico para essa pesquisa, cujo tema geral discute a universidade e sua opção territorial no modelo *campus* universitário. Embora a universidade criada na pequena cidade mineira date do ano de 2006, suas raízes históricas advêm de séculos de transformações e ramificações. O debruçar sobre tal objeto remeteu-nos à sua formação e criação na década de 1920, como Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) e sua representatividade no cenário brasileiro como Ensino Superior Agrícola que à época subordinava-se ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Remeteu-nos ainda, às ramificações deste ensino implantado segundo o modelo norte-americano dos “*Land Grant Colleges*”, que por sua vez incorporavam influências advindas das universidades inglesas e alemãs, universidades estas que refletiam anos de desenvolvimento de ensino superior desde a Idade Média.

Esse capítulo organiza-se de maneira à compreender a formação e a difusão da universidade que embora tenha influências globais, desenvolveu modelos e especificidades locais. Será apresentado a universidade como uma instituição marcada pela temporalidade e pela cultura regional, que chegou a constituir padrões e modelos de acordo com cada Estado no qual se inseriu. O propósito da primeira parte desse capítulo será abordar questões sobre a origem e a difusão da universidade, de maneira a se traçar uma retrospectiva contextual. Atualmente não há contestações sobre o fato que as universidades ocidentais tenham sido produto da Idade Média entre os séculos XII e XIII, conjuntamente ao renascimento dos centros urbanos. Todavia, compete-nos expor a existência de outras formas de ensino superior em civilizações como a dos gregos, romanos, bizantinos, muçulmanos e chineses.

Verger (2003) enfatiza que tais instituições não possuíam as características institucionais inovadoras das universidades ocidentais. Características estas tão marcantes e que nos são familiarizadas ainda nos dias atuais como: a educação organizada, os mecanismos de instrução representados nas faculdades, colégios, cursos, avaliações, formaturas e graus acadêmicos. Isso não adveio de Atenas e Alexandria, mas das cidades de Paris e Bolonha (HASKINS, 2015). Verificou-se que, na realidade, a cada local onde se instalava uma universidade, seu desenvolvimento acarretava mudanças e transformações no local e na própria instituição, que acabava por incorporar traços culturais de onde se localizava. Sendo assim, a universidade possuía uma identidade segundo cada nação.

Em um segundo momento, propõe-se um olhar sobre a instituição universitária no Brasil. A universidade no Brasil surgiu a partir dos cursos ministrados pelos jesuítas e dos ensinamentos dos engenheiros militares ainda no tempo colonial. Veremos que foi considerada uma instituição que se instalou tardiamente e desenvolveu-se sobretudo, a

partir de influências estrangeiras e com rígido controle Estatal. Durante muito tempo foram classificadas como ensino superior apenas as Academias Clássicas de Medicina, Engenharia, Direito e Teologia. Apesar disso, para a recém-criada nação foi necessário desenvolver o ensino superior e as pesquisas agrícolas, uma vez que a exportação baseava-se nas monoculturas do café e do açúcar, surgindo as Escolas Superiores de Agricultura. Uma dessas escolas foi a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – MG (ESAV), a qual deu origem à Universidade Federal de Viçosa. Vejamos como isso aconteceu a seguir.

2.1 Universidade: Origens e Difusão

De acordo com Haskins (2015) não há uma data acertada para a fundação das universidades. Elas são frutos de evolução e de um renascimento acadêmico disseminado por árabes eruditos que trouxeram à Europa as obras de Aristóteles, Euclides, Ptolomeu e dos médicos gregos, assim como a nova aritmética, os textos do direito romano e a trigonometria. Ao ultrapassarem os limites das escolas monásticas e das catedrais deram origem as faculdades de direito, de medicina, de teologia. Assim, as primeiras instituições que nos deram a definição da universidade, como uma sociedade de mestres e estudantes foram: a Universidade de Bolonha, em 1088; a Universidade de Paris, em 1150 e posteriormente a Universidade de Oxford, em 1167.

O início da instituição se deu quando intelectuais passaram a ministrar aulas nas cidades e reuniam-se em corporação, em troca de salários ou benefícios. Os estudantes, por sua vez, muitas vezes eram patrocinados por bolsas escolares. Consistiam em uma instituição formada por homens e não possuíam um patrimônio físico. As aulas eram ministradas em locais improvisados, geralmente na própria residência do professor. Pinto e Buffa (2009) retratam essas residências como construções de dois pavimentos, onde a “escola” funcionava na área térrea, enquanto que o pavimento superior abrigava a área íntima da edificação. Não possuíam condições adequadas para a prática de aulas, nem tampouco privacidade ou conforto. Haskins (2015) complementa afirmando que, além do fato de não possuírem nenhuma edificação própria, durante todo o período de sua origem, a universidade medieval não teve bibliotecas, laboratórios e museus.

Antes de prosseguir, é pertinente fazer uma observação sobre a etimologia da palavra universidade. Segundo Ferruolo (1988), a origem da palavra universidade vem de “*universitas*”, que significa uma aliança ou uma corporação e à época medieval possuía um sentido legal. Eram grupos de homens que exerciam atividades comuns de qualquer espécie e tinham um caráter coletivo e legalmente reconhecido por terem autonomia para o controle de seus próprios membros. Buarque (1994) acrescenta que em poucas décadas, as *universitas* adquiriram o significado do que até hoje chamamos universidade. As universidades então, consistiam em uma aliança escolar, reconhecidas nas corporações

de mestres e alunos, especializadas na arte do ensino superior, visando fazer, manter e transmitir o conhecimento e que mais tarde foram definidas como *studium generale*.

O *studium generale* era considerado geral não devido aos muitos conteúdos estudados (o que não era sempre o caso), mas por que atraía estudantes de uma ampla área geográfica e era aberto a todos. Era [uma organização] essencialmente urbana e pública [...] Não apenas porque ninguém nunca pensou em localizá-la em vilas rurais ou em uma fortaleza montanhosa. É óbvio que em meio a uma sociedade pré-industrial, onde a concentração de pessoas envolvidas na universidade, seja esta de qualquer tamanho, incluía a necessidade de um apoio logístico em termos de alimentação, alojamento, recreação (principalmente tavernas e bordéis), serviços específicos, tais como a produção de livros e apostilas, e por último e não menos importante, os empréstimos estudantis – se não existissem cidades estas teriam sido criadas. (HYDE, 1988, p. 14, tradução da autora)

Percebe-se na colocação do autor que as cidades e as universidades, juntamente com o renascimento acadêmico estavam intimamente ligadas. Hyde (1988) já trazia que essa ligação era regional e aconteceu devido a um conjunto de fatores capazes de afetar tanto a vida urbana quanto a vida das universidades. Não dependia do tamanho dessas instituições, mas da influência que exerciam no entorno. O autor chama a atenção ao fato de a universidade se desenvolver em locais onde havia uma concentração permanente de pessoas, pois nessas regiões as relações mercantis baseadas no livre contrato, estabeleciam uma nova organização legal que era necessária para mantê-la. Dessa maneira, essas novas instituições tinham a possibilidade de ser um mercado aberto a todos, atraindo estudantes de várias localidades diferentes. Fato que ocorre até os dias atuais, podendo-se contextualizar com a cidade de Rio Paranaíba que, ao receber a universidade em seus limites transformou-se em polo atrativo regional. A característica de atração consistia no grande diferencial das universidades em relação as escolas dos mosteiros, que eram fechadas em si. E foi a partir dessa abertura e capacidade de atração que se estabeleceu o vínculo entre cidade e universidade. Assim sendo, inaugurou-se uma nova maneira de ensino, organizado segundo corporações legalizadas e localizadas em meio ao ambiente urbano, além de possuírem livre acesso para qualquer pessoa que pudesse pagar. Com o passar do tempo, as universidades despertaram o interesse da Igreja e dos Monarcas na medida que podiam utilizá-la como fonte de controle e poder. Por consequência, a partir do século XIII quase todo *studium generale* na Europa deveria possuir uma licença específica de uma dessas autoridades para funcionar.

Ainda no século XIII, o desenvolvimento das cidades e o aumento do número de salas de ensino ocasionaram sérios problemas relacionados à moradia para os estudantes. A solução dessa questão partiu dos próprios alunos que ao longo do século XV passaram a concentrar suas moradias nas *hospitia* ou nas *pedagogia* (França e Itália) e nos *hall* e *hostels* (Inglaterra), residindo nessas casas (hospedarias) até o final do seu período de aprendizado. Logo, era mais conveniente que o mestre fosse até essas hospedarias e lá

ministrasse as aulas, afinal os alunos estavam todos reunidos. Com pequenas reformas e mudanças, essas hospedarias constituíram o “gérmen” do colégio medieval (*college*) e da presença física da universidade nas cidades.

Interessa-nos desenvolver o discurso sobre os *colleges*, pois tais edificações tornaram-se paradigmas de unidades físicas para a universidade, influenciando o modelo das universidades instaladas nos Estados Unidos da América do Norte no século XVII. Por sua vez, o modelo dos *colleges* americanos alcançaram o Brasil, sendo a Universidade Federal de Viçosa fruto direto da influência dos *colleges* agrícolas em meados dos anos 1920. No entanto, a gênese dos *colleges* encontram-se no ambiente inglês da Idade Média.

“Os *Colleges* ingleses constituíram-se no primeiro tipo especializado entre as edificações universitárias. Surgiram sem forma definida, como internatos para estudantes pobres e seguiram em sua organização, o modelo dos mosteiros” (WILLIS; CLARK, 1886, p. 67 apud MAHLER, 2015). Eram estabelecimentos de caráter mais permanente e em geral fundados por benfeitores. O termo *college* com o tempo passou a identificar tanto a faculdade (unidade acadêmica) quanto sua espacialidade. Analogicamente, pode-se dizer o mesmo para o termo “*campus*” em meados do século XIX.

Ainda na Idade Média, o primeiro *college* fundado foi o Merton College, na cidade de Oxford, em 1264 e concedia moradias apenas para os mestres. Antes de sua fundação não existia qualquer outro modelo que representasse tão significativamente a forma que os colégios de Oxford iriam apresentar: edifícios implantados em formado quadrangular, mesmo que de maneira irregular, em torno de pátios, com arranjo semelhante ao encontrado nos mosteiros e nos palácios. O primeiro prédio construído foi para as dependências do refeitório faceando a casa do diretor e a capela que “fechava” o conjunto (COULSON; ROBERTS; TAYLOR, 2011) (FIGURA 4 e FIGURA 5).

A evolução do partido edificado em Merton College passou a acrescentar ao conjunto, edificações para moradia tanto de professores quanto de alunos. Segundo Turner (1984), em 1379 foi fundado o New College também em Oxford, oferecendo moradias para os mestres e para os estudantes. Seguindo essa nova organização, muitos *colleges* implantaram tal espacialidade já na inauguração. Seu posicionamento no terreno se dava de maneira que os edifícios formassem um quadrângulo (*quadrangle* ou *quad*) articulando um gramado central. O programa arquitetônico continha: uma capela, um salão (local para leituras, refeitório e assembleias no geral), as salas de aula e de estudo e ainda, os quartos para os estudantes e para o diretor do *college*. Estava então constituído um padrão de organização espacial que se repetiu: professores e estudantes vivendo juntos em arranjo quadrangular. Uma das razões para essa configuração relacionava-se com a segurança, pois era mais fácil controlar os estudantes¹. A forma quadrangular fazia sentido em termos de planejamento

¹ As primeiras histórias sobre os *Colleges* de Oxford e Cambridge relatam incidentes, antagonismos e assassinatos. Por isso o fechamento dos *Colleges* com portões. (MAHLER, 2015)

Figura 4 – Merton College



Fonte – Coulson, Roberts e Taylor (2011, p. 4-5)

Figura 5 – Merton College: Ilustração



Fonte – Coulson, Roberts e Taylor (2011, p. 4-5).

e ocupação do solo e geralmente, os edifícios eram construídos nos limites do perímetro do terreno, obtendo a máxima ocupação do espaço. Cabe destacar a presença da tradição monástica na construção desses espaços de ensino. Entretanto:

O caráter urbano dessas construções é o mais interessante a ressaltar. Como já visto, as universidades nasceram com o processo de urbanização das cidades na Europa. Esses espaços de ensino superior passaram por um longo período de transformações. De simples classes, para salas de aulas alugadas, a edifícios com localização definidos. Começaram a fazer parte das cidades e inauguraram uma categoria de prédios urbanos. [...] A cidade se mesclava aos edifícios escolares e, posteriormente, esse conjunto acabou se tornando um espaço pertencente a uma universidade e, apesar de ser apartado da cidade, aparece na malha urbana como continuidade dela. [...] O conjunto de escolas e a cidade não eram divididos por limites físicos que os separassem; [...] e, ao redor, a cidade fluía e crescia livremente. (PINTO; BUFFA, 2009, p.33-34).

Figura 6 – Conjunto de *Colleges* edificados em Oxford



Legenda – Na Inglaterra desenvolveu-se uma universidade cuja expressão física caracterizava-se pelas edificações encrustadas na malha urbana da cidade com formato quadrangular, que se encaixavam nos limites do terreno e perfaziam um pátio interno. Da direita para esquerda da imagem observa-se o conjunto de Colleges e o tecido urbano quase que em mescla com o conjunto.

Fonte – University of Oxford (2016).

Ainda de acordo com Pinto e Buffa (2009), em contraste com a humilde origem da universidade, sua evolução caracterizou-se pela aristocratização e aproximação da classe dirigente, a segregação dos alunos por classes sociais e econômicas e a construção de grandes e majestosas edificações para ministração das aulas e para alocar as bibliotecas. Foi o caso de Oxford e a construção das salas góticas da *Divinity School*; do palácio para abrigar a Faculdade de Medicina da Universidade de Paris e posteriormente o Arquiginásio para abrigar a Universidade de Bolonha.

No final do século XV as universidades europeias apresentavam-se bem diferentes de como haviam sido no século XIII. Os novos edifícios constituíam-se na manifestação física

da onipresença da universidade europeia dentro da cidade, em uma simbologia visível de que a universidade tinha evoluído de uma corporação de mestres e alunos sem patrimônio e locais próprios, para uma instituição domiciliada e organizada (COULSON; ROBERTS; TAYLOR, 2011). Ao findar o feudalismo e durante o período do Renascimento, deu-se o grande marco para caracterizar a universidade tal qual a conhecemos. As transformações culturais, políticas, sociais e econômicas trouxeram para os estudos uma nova visão de mundo, que refletiu em um novo sistema de conhecimento.

Durante os séculos XV ao XVIII, houve progressos. No cenário mundial da época, as disciplinas de cartografia, hidrografia e técnicas de navegação refletiram as descobertas marítimas e a invenção da imprensa por Gutemberg. Até mesmo as conquistas artísticas progrediram, com ideais de harmonia, proporção e perspectiva. A medicina e a anatomia também prosperaram com a tradução dos textos de Hipócrates e Galeno. Eram chegados os tempos Modernos, quando a nova visão de mundo rompeu com o passado medieval, assentado na religiosidade, na alquimia e na “magia”. No lugar, revelou-se uma verdade baseada na razão humana como princípio de construção do conhecimento e o ponto central foi a consolidação do método experimental (MAHLER, 2015).

A universidade declinou-se e não foi o palco das grandes descobertas da sociedade civil e das conquistas renascentistas. Segundo Buarque (1994), a Renascença que se originou dentro das universidades, ocorreu fora dela. A universidade criada para pensar livre dos dogmas, avançou nos ramos dos pensamentos filosóficos, mas estancou no pensamento científico inicial. As descobertas aconteceram nas escolas independentes, como Sagres, criada por Dom Henrique, para o desenvolvimento da navegação de Portugal. Nomes como Da Vinci, Michelangelo, Petrarca e Dante não foram homens da universidade e, embora as vezes vinculados a estas, trabalharam sozinhos. Copérnico não foi professor universitário; Galileu foi denunciado pela inquisição por membros da universidade e Leibniz denunciou os obstáculos e entraves internos da instituição em oposição ao avanço da ciência. A universidade renascentista tornou-se conivente na tentativa de impedir o avanço do conhecimento. Muitas delas tornaram-se refratárias às novas descobertas científicas e do pensamento crítico. Era época de uma universidade que afirmava-se detentora do conhecimento, contudo, possuía um projeto ideológico patrocinado por reis e papas, na intenção de dotar a elite burguesa com as características iluministas de artes e cultura, mas não havia responsabilidades pela produção científica (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008; NOGUEIRA, 2008).

A universidade europeia volta ao cenário científico a partir do século XVII. Trindade (1999) afirma que, para além do humanismo renascentista e da Reforma, a Contra Reforma trouxe uma nova relação entre as universidades e a ciência. Aparece a figura do cientista, reconhecendo, ainda que de maneira conflituosa, a legitimidade das atividades relacionadas com as ciências. Ocorrem mudanças profundas nos valores e normas da instituição universitária. Fundaram-se as primeiras cátedras, os primeiros observatórios,

museus, laboratórios científicos e jardins botânicos, o que nos toca em especial, pois no Brasil, vieram a significar a entrada da técnica e da prática experimental nas atividades agrícolas. Na Inglaterra, a instituição universitária aproximou-se da nobreza e da alta burguesia, fugindo do controle Estatal, articulando o “ensino livre” e dessa forma, as ciências ficaram conhecidas com as contribuições de Isaac Newton, Thomas Hobbes e Adam Smith. Turner (1984) observou que houve nesse país um contingente de estudantes universitários jamais visto até então, somente superado no século XX. As instituições ressurgiram revitalizadas e com currículos modificados. Esta efervescência na educação inglesa foi transportada para os Estados Unidos e tornou-se força para o estabelecimento dos novos *colleges* implantados na colônia inglesa da América.

A vertente francesa ficou em atraso e, em 1792, após a Revolução Francesa, a Sorbonne foi fechada. Trindade (1999) acrescenta que, a mesma época, a universidade imperial napoleônica subdividiu-se em academias e configurou-se como um órgão do Estado encarregado exclusivamente do ensino e da educação pública. “A reorganização da educação superior francesa tinha por objetivo atender às exigências da revolução industrial e as demandas por quadros superiores para a burocracia Estatal” (ARAÚJO, 2011, p. 43). Sobre o modelo pedagógico francês da universidade interessa saber que se difundiu pelos Países Baixos, Itália, Espanha e conseqüentemente para a América Hispânica, Portugal e Brasil.

Observou-se ainda sobre as faculdades ou academias francesas, o fato de estarem inseridas no tecido urbano de Paris, ocupando edificações que adotaram uma localização policêntrica e próximas uma das outras, e em escalas harmônicas com a vizinhança. Essa proximidade atraía os estudantes, perfazendo verdadeiros bairros universitários (CALVO-SOTELO, 2007; MAHLER, 2015). Dessa configuração nasce a expressão: “cidade universitária”, como serão chamados no Brasil os primeiros espaços físicos onde se concentra as edificações da universidade nacional no meio urbano.

Iniciou-se no século XVIII, um período histórico onde a instituição universitária foi revivida com uma nova tendência, a subordinação ao Estado, perfazendo um modelo de universidade que desenvolvia profissões segundo o interesse do governo como o engenheiro, o economista e o diplomata. “A Universidade era imaginada como um organismo hierarquizado, [...] que enquanto corpo poderia atuar no controle social” (NOGUEIRA, 2008, p. 79).

Ainda no século XVIII, a universidade registrou um novo marco histórico: a reforma institucional que ocorreu na universidade Alemã. Segundo Santos e Almeida Filho (2008) em uma proposta apresentada por Wilhelm von Humboldt, em 1810 nasceu a universidade moderna, voltada a criar novos conhecimentos e elaborar cultura, a partir do ensino e da pesquisa. Tal proposta, instituiu a produção científica como disciplina e definiu as funções específicas do professor. Difundiu-se o método de seminários, ao mesmo tempo que

fragmentou as disciplinas com novas especializações. A liberdade de cátedra colocou cada disciplina científica sob responsabilidade de um líder intelectual autônomo que respondia tanto pelas questões administrativas como na gestão acadêmica do conteúdo ensinado. A Universidade de Berlim foi a primeira a ser organizada de acordo com os princípios do relatório Humboldt, no entanto sua repercussão aconteceu mundialmente.

Nos Estados Unidos, as primeiras instituições de ensino superior resgataram o sistema dos “*colleges*” ingleses e algumas características dos *colleges* escoceses, como o *Trinity College*, no qual, estudantes e professores organizavam-se em edificações conjuntas, com rígido sistema de controle. Isso exigia, além das instalações escolares, dormitórios, salas de recreação, de jantar e todo tipo de apoio. Entretanto, desde o início os *colleges* americanos conceberam formas adaptadas às suas próprias necessidades espaciais. As muitas faculdades eram estabelecidas em resposta às necessidades locais, por isso caracterizavam-se por se apresentarem separadas e dispersas no território da colônia e por possuir fortes tradições puritanas e apelo à religião protestante. Entre estes: Harvard College, em Massachusetts, fundado em 1636; William and Mary College, na Virgínia, fundado em 1693; Yale College, em Connecticut, fundado em 1701; o College of New Jersey (Princeton) fundado em 1746, King’s College (Columbia) em Nova York fundado em 1754.

Absorvido o modelo do *college* inglês, os americanos reformaram o sistema de ensino, consolidando-o em três modelos. Um modelo aproximou-se das universidades alemãs, priorizando a investigação científica, a universidade de pesquisa privada, tendo como pioneira a universidade de Johns Hopkins e posteriormente alguns velhos *Colleges*: Harvard, Yale e Cornell. Um outro modelo caracterizou-se com as *Junior* ou *Community Colleges*, cuja formação era preparatória para as especializações (*undergraduate*). E um terceiro modelo – as *Land Grant Colleges* – desenvolvido em meados do século XIX, apresentado pelo senador Justin Morrill em 1857 e aprovado na legislação através do Morrill Act (*Land Grant College Act*), de 1862 (UNITED STATES OF AMERICA, USA, 1862), marcou a democratização do ensino superior voltado principalmente para a agricultura e a mecânica ².

A partir da implantação dessa política educacional voltada para o desenvolvimento da agricultura, o modelo de escola superior agrícola americano passou a ser referência nesse tipo de estudo. Porém, convém ressaltar que os modelos americanos de universidade (com menor expressão nas *communities colleges*) desenvolveram um sistema de ensino incorporando os ideais ingleses, baseados nas comunidades de professores e alunos; nos

² O *Land Grant College Act* previa a doação de terras do governo federal para os estados. As remunerações obtidas da venda dos terrenos financiavam a abertura dos *Colleges*, que deveriam ter como objetivo a educação voltada para a agronomia e a tecnologia mecânica para a agricultura. Todas as escolas fundadas nesse modelo deveriam promover uma educação prática e de livre acesso para todas as classes sociais, assim como a liberdade de escolha dos cursos a serem estudados pelos alunos (TURNER, 1984, p. 140). Foi um período da história que testemunhou dentro dos empreendimentos educacionais, estudos científicos aplicados, que incluíram escolas, faculdades e universidades agrícolas, institutos politécnicos e faculdades no geral (MORAES, 2015; SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008)

ideais alemães, cujo conhecimento se faz a cerca de pesquisa; e finalmente incorporando as características americanas, presentes na forma de como a pesquisa era realizada, apresentando um ensino através da pesquisa aplicada, o que mundialmente caracterizou-se na universidade baseada na tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Outro legado de influência norte-americana deu-se através de suas propostas para o desenvolvimento físico espacial das universidades, que culminou na instituição do *campus*. Em uma ruptura com o modelo espacial europeu inserido ao tecido urbano, a concepção arquitetônica da universidade americana nasceu transportando as estruturas baseadas nos *colleges* ingleses para extensos espaços onde dominavam a paisagem natural em uma ordenação segregada e autossuficiente da comunidade acadêmica. A base dessa concepção, por vezes utópica, defendeu a localização das universidades fora das cidades, como uma vila acadêmica, como foi descrita por Thomas Jefferson, que projetou a “Academical Village in Virginia”. Tal modelo espalhou-se pelo mundo, principalmente após as Guerras Mundiais, devido a vitória do lado aliado liderado pelos Estados Unidos da América. Um pouco mais adiante será melhor apresentada a proposta do planejamento físico dessa universidade realizada por Jefferson.

No Brasil, a concepção da universidade incorporou influências dos modelos francês, alemão e americano, de acordo com as conveniências de cada época política do país; e no campo do ensino superior agrícola foi atrelado o modelo dos hortos botânicos como referencial de estudo e pesquisa na área da agricultura. A princípio, na educação formal (convencionada na Escolas de Medicina, Direito e Engenharia) foi assimilado o ideário francês, inspirando a educação superior voltada para a profissionalização e formação de carreiras sob a égide do Governo; em um outro momento a faculdade de Letras e Filosofia (Universidade de São Paulo em 1934) importa o ideário alemão do cultivo do saber livre e desinteressado, buscando a integração universitária e o avanço sobre as faculdades de formação profissional (CUNHA, 2007b).

A influência americana chegou ao país para atender aos anseios dos governistas em adaptar o ensino superior ao mercado, junto ao modelo desenvolvimentista da Ditadura Militar (BRITO; OLIVEIRA CUNHA, 2009). Não obstante, o autor faz a colocação que antes desse período, a universidade americana já influenciava de maneira marcante o desenvolvimento do ensino superior agrícola e conseqüentemente, as universidades de base rurais, cuja história, por motivos a serem explicitados, se constituem à margem da historiografia das universidades de base urbana, lacuna que este trabalho pretende recuperar. Outra influência assimilada advinda das instituições universitárias americanas foi o modelo *campus* universitário, tão disseminado que a universidade pública federal brasileira é caracterizada e reconhecida por tal modelo de implantação urbanística.

2.2 Universidade no Brasil

Esse momento do trabalho dedica-se a esboçar um histórico relacionado ao processo de criação do ensino superior no Brasil, relatando o surgimento das universidades, sua consolidação e o processo de expansão até meados dos anos 2000. Propõe-se ainda, abordar o processo de formação do ensino superior agrícola, pois tal estudo auxiliará no conhecimento do objeto de estudo dessa pesquisa, uma vez que a gênese da Universidade Federal de Viçosa em 1922 decorreu da criação de uma escola superior de agricultura.

O partido da pesquisa deu-se mediante a consulta de renomados pesquisadores como Cunha (2007a), Cunha (2007b), Cunha (2007c), Fávero (2006), Bueno (2011), Smith (1948), Mendonça (2000) e Santos e Almeida Filho (2008), entre outros. Porém, a medida que os estudos avançavam, percebeu-se que tais trabalhos concentravam atenção no desenvolvimento e institucionalização do ensino superior oferecido nas escolas e faculdades estabelecidas nos centros urbanos do país, o que de certa maneira, caracterizava a ocupação litorânea do território brasileiro. Tais estudos ora suprimiam totalmente tal ensino, ora tratavam do ensino superior nas Escolas Superiores Agrícolas de forma marginal.

O presente trabalho não possui pretensão de analisar o porquê dessa ocorrência nas pesquisas, porém constatou-se que o ensino superior no Brasil constituiu-se em uma dualidade institucional sistêmica durante um período relativamente extenso, sendo unificado sobre a mesma agência política institucional em meados da década de 1960. Se não a causa, credita-se que tal dualidade, signifique o indício de uma das razões para a concentração dos estudos nas instituições criadas no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Veiga (2012) faz uma criteriosa análise sobre o Ensino Superior Agrícola e coloca explícita tal dualidade, evidenciada pelo desenvolvimento do ensino superior brasileiro administrado em parte pelo Ministério da Agricultura e em outra parte pelo Ministério da Educação. Nota-se que no uso dessa identificação ministerial existe uma síntese significativa, visto que tais órgãos passaram por diversas reformulações ao longo de seu exercício institucional e, conseqüentemente, obtiveram muitas denominações, como será comentado no decorrer do trabalho.

Por esta ocasião, propõe-se trazer o Ensino Superior Agrícola para dentro da “agenda” de trabalho dos pesquisadores da educação superior, articulando uma narrativa histórica englobando o ensino superior vinculado ao Ministério da Educação e o ensino superior vinculado ao Ministério da Agricultura. Significa apresentar uma retrospectiva do surgimento do ensino superior até sua consolidação em universidades públicas federais, trazendo a luz a gênese das universidades de vocação rural, visto sua importância face ao estudo da Universidade Federal de Viçosa.

Baseada na literatura revista, inferiu-se que se a efetivação da universidade, que outrora configurou-se nas escolas isoladas criadas e implantadas nas maiores cidades do

país, foi considerado um processo tardio, a efetivação das “universidades rurais”³ também o foi. Entre as muitas razões que testificam essa lentidão, perpassa a falta de interesse em promover tal erudição e capacitação em universidades nacionais, tanto pelo governo, quanto pela sociedade ruralista escravocrata, afinal, os filhos dos proprietários rurais eram enviados à Europa para realizar seus estudos. Entretanto, há uma ressalva aqui. Não promover o ensino superior da agricultura, não significava ausência de interesse com os caminhos da agricultura. Na verdade, a coroa portuguesa preocupava-se em enfatizar a agricultura como atividade econômica muito antes de ter-se transferida para as terras brasileiras. O objetivo era diversificar a produção agrária, afinal, as muitas colônias portuguesas possuíam uma grande e diversa quantidade de plantas exóticas, medicinais e comerciais. Para isso, via com bons olhos a implantação dos jardins botânicos, existentes na Europa desde o século XVI⁴. A preocupação em se diversificar a cultura, capacitar a mão de obra e inserir tecnologia na produção agrícola, levou ao desenvolvimento do ensino superior nessa área. Evidente, que ações concretas foram efetivadas apenas após a abolição da escravatura

No Brasil, esses jardins ou hortos podem ser considerados como uma das formas pela qual a ciência natural foi introduzida no país. O objetivo dos hortos era experimental e comercial, para aclimação e reprodução de plantas como a cana caiena trazida da Guiana Francesa. O Horto São José no Grão Pará foi o primeiro horto brasileiro estabelecido com tal objetivo e sua demarcação data de 1798 (SANJAD, 2001).

Diante de tais fatos, considera-se que o Ensino Agrícola em nível superior demorou a ser reconhecido como uma ciência em terras brasileiras. Ocorre que no Brasil o contexto social-político era diferente do contexto metropolitano, como citado anteriormente. O ensino superior agrônômico foi institucionalizado apenas no período Imperial, com a instalação da Imperial Escola Agrícola da Bahia, em 15 de fevereiro de 1877, fato ocorrido após a fundação e o funcionamento de muitas outras academias como a de Medicina, Direito e Engenharia, em 1808. Frisaremos mais uma vez que dos muitos motivos para esse atraso no estudo da ciência agrônômica, o mais persistente estava na cultura da elite escravocrata que não valorizava o trabalho agrícola e acreditava não ser necessário um profissional específico para cuidar de seus interesses e sua produção.

³ Neste trabalho, são consideradas “universidade rurais”, aquelas que tiveram sua gênese voltada para atender os anseios da produção agrária

⁴ Quando falamos de jardins botânicos, fazemos referência aos jardins criados para comprovação das qualidades atribuídas às plantas, identificação de espécies e reunião de uma “coleção” de vegetais. Na Europa, tais jardins foram estabelecidos após a Idade Média, pois durante todo o período medieval os jardins foram realizados com propósitos místicos, espirituais e paisagísticos. Eram vistos como local de comunhão entre Deus e o Homem em referência aos escritos bíblicos sobre o jardim do Éden. Sanjad (2001) traz como pioneiro, o jardim botânico criado na Corte Belvedere pelo Papa Júlio II que, ao expor obras de escultura o fez aberto, retirando o sentido de clausura e o resignificando-o com *status* de poder papal. A partir de então, os jardins foram construídos incorporando a função do estudo, muitas vezes substituindo as viagens de reconhecimento dos naturalistas físicos. Da Itália, os jardins com fins pedagógicos em torno da medicina e da história natural espalharam-se por toda Europa, funcionando como verdadeiras “enciclopédias” e com o tempo, adquiriram propósitos experimentais, permitindo a aclimação de espécies para o melhoramento da agricultura.

A realidade encontrada sobre o ensino da agricultura no país consistia no fato, que apesar das diretrizes explicitadas na Carta Régia, de 25 de janeiro de 1812 escrita por Don João VI, durante o período imperial até a primeira década do século XX no período republicano, esse ensino agrônômico não possuía legislações emanadas pelo poder federal e era implementado por iniciativa das províncias, municípios, dos governos estaduais, esforços de particulares e até mesmo por pessoas físicas, como preconizado nas muitas legislações brasileiras até meados da década de 1960 (VEIGA, 2012). De maneira geral, somente após 1930 houve um novo impulso nas instituições de ensino superior de vocação agrícola, à medida que o Governo Federal, na figura de Getúlio Vargas passou a entender o ensino superior e conseqüentemente a universidade, como ferramenta de controle, no sentido que ao deter autoridade sobre tal nível de ensino, julgava-se capaz de direcionar o rumo da política e desenvolvimento do país.

Ocorreu que no Brasil, as instituições universitárias foram criadas no início do século XIX, a exemplo da Escola Universitária Livre de Manaus, fundada em 17 de janeiro de 1909, fruto da reformulação da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas, mas que teve uma vida efêmera (MENDONÇA BRITO, 2004). Por isso, muitos estudiosos as caracterizaram como uma **instituição tardia** em comparação com as universidades dos países vizinhos, pois na colônia espanhola tinha-se conhecimento da Universidade de São Domingos desde o ano de 1538 e da Universidade do México, em 1553. No Brasil, a universidade foi instaurada mais de um século após da vinda da família Real Portuguesa no ano de 1808, o que não representou a inexistência de um estudo de nível superior ainda no período colonial. Durante o período do Brasil como Colônia Portuguesa, o ensino ficou sob responsabilidade principalmente da Companhia de Jesus e dos engenheiros militares contratados pela Coroa. Todavia, a primeira instituição de ensino, reconhecidamente oficializada “universidade” pelo governo central (federal) foi a Universidade do Brasil, que advém do início do século XX, através do Decreto nº. 14.343, de 7 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920), no governo de Epitácio Pessoa, já nos tempos da República Velha. Cumpre a observação que esta ação não se constituiu de fato na instituição universitária.

Sobre o ensino de nível superior antes de 1808, Cunha (2007c) e Bueno (2011) indicam sua presença defendendo, entre outros motivos, que a polêmica de ter ou não uma universidade brasileira estaria presa em uma mera questão de nomenclatura, evidenciando que os colégios jesuítas seriam equivalentes às universidades hispânico-americanas. Bueno (2011) relata detalhadamente sobre as atividades dos engenheiros militares no país desde 1696. Ambos, jesuítas e engenheiros precisavam de uma capacitação de nível superior para exercer suas atividades e, ambos implantaram suas escolas no Brasil antes da vinda da família real. Isso indica que, embora não identificado oficialmente, o ensino superior existiu em terras brasileiras ainda no período colonial.

Concordando com os estudos de Cunha (2007c) e Bueno (2011), Nunes (2008) demonstra que o sistema de ensino dos jesuítas e as aulas militares ministradas no Brasil

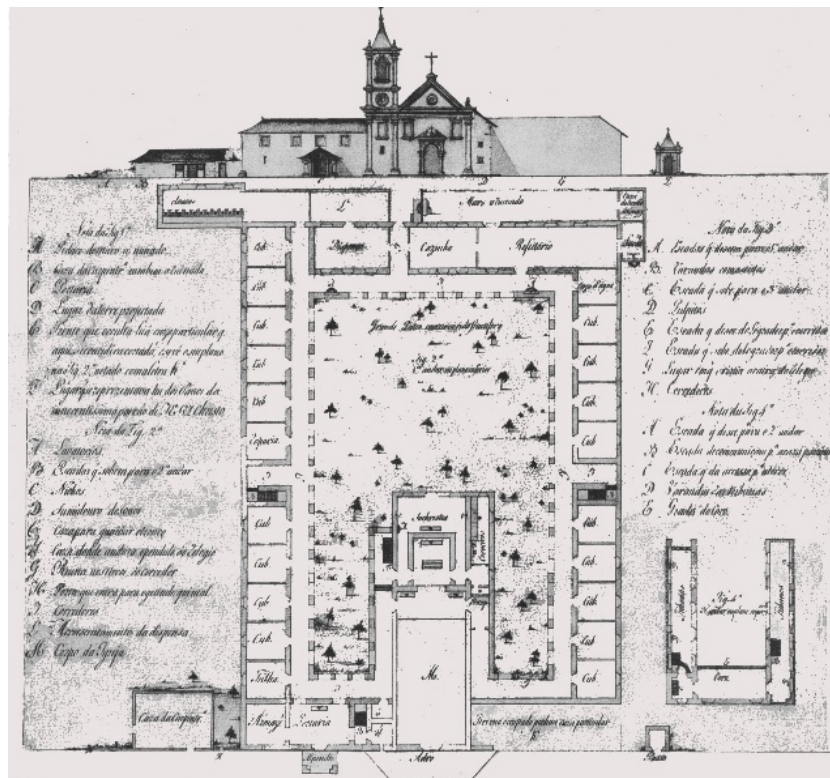
Colônia eram similares ao ensino das universidades europeias. A ordem da Companhia de Jesus chegou ao Brasil em 1549, juntamente com o governador geral, Tomé de Souza, na capitania da Baía de Todos os Santos (cidade planejada de Salvador). O ensino jesuíta era formalizado segundo regras estabelecidas no *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* ou apenas *Ratio Studiorum*. No Brasil haviam quatro níveis de ensino: o curso elementar, que ensinava o básico: ler, escrever e contar; o curso de Humanidades, que ensinava a Gramática e a Retórica, que era todo ministrado em latim, sendo a língua tupi-guarani ensinada no lugar da língua grega e hebraica. No curso das Artes, também chamado Ciências Naturais, ensinavam-se filosofia, lógica, física, matemática, ética e metafísica. O curso de Teologia consistia no mais alto nível dos estudos e conferia o título de doutor (CUNHA, 2007c). No período colonial os colégios mais proeminentes foram: o do Pará (FIGURA 7), o da Bahia (FIGURA 8), de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Maranhão e o de São Paulo. Todos esses colégios estavam estabelecidos nas maiores cidades da época, em sua maioria, localizadas no litoral do país (SMITH, 1948).

As formas físicas dessas instituições de ensino – com partido arquitetônico semelhante aos claustros monacais, referência para as primeiras edificações da universidade na Europa – sugerem que, embora integradas ao tecido urbano, visto que localizavam-se junto à cidade, não representavam uma integração de fato, visto que se fechavam em torno de um ambiente construído no intuito de separar o ensino acadêmico, por vezes teológico, das influências da cidade (FIGURA 8).

Menos difundida, tem sido a atuação dos engenheiros militares no campo do ensino superior. No ano de 1751, os jesuítas fundaram um novo colégio em Salvador, o de Nossa Senhora da Conceição; e esta edificação veio a abrigar em 1808 o Hospital Real Militar da Bahia, onde funcionou a Escola de Cirurgia, implantada por Dom João. Segundo Smith (1948) este foi o único colégio construído que não teve a assinatura de um padre jesuíta-arquiteto, mas suas plantas estavam assinadas pelo engenheiro militar José Antônio Caldas. Todavia, esse é apenas um dos documentos que registram a presença efetiva desses engenheiros no Brasil Colonial. Bueno (2011, p. 137) afirma que do período de 1500 a 1822 foi comprovada a presença de 247 engenheiros militares atuantes no Brasil. Os estudos de Bueno (2011), permitem afirmar que esses profissionais inseriram no Brasil o estudo da Engenharia, da Arquitetura, do Urbanismo, da Agrimensura, Topografia e tantas outras Ciências relacionadas à área da engenharia.

Os engenheiros militares eram funcionários altamente qualificados, bem remunerados e a serviço de quem lhes pagasse mais. Inclusive essa mobilidade conferia perigo para a Corte que os contratavam, afinal estes funcionários conheciam a fundo a política de defesa dos locais onde trabalhavam. Eram responsáveis por dotarem as colônias com fortificações, escolher o local das cidades, criar a urbanização e **ministrar aulas**. No Brasil, também

Figura 7 – Conjunto Jesuíta no Pará



Legenda – Planta do Seminário Jesuíta de N. S. de Belém, próximo da cachoeira. Autor do projeto: José de Anchieta e Mesquita. O típico formato quadrângulo com pátio central das edificações de estilo monacais limitavam seu convívio, garantindo a segregação entre o ambiente interno e o externo.

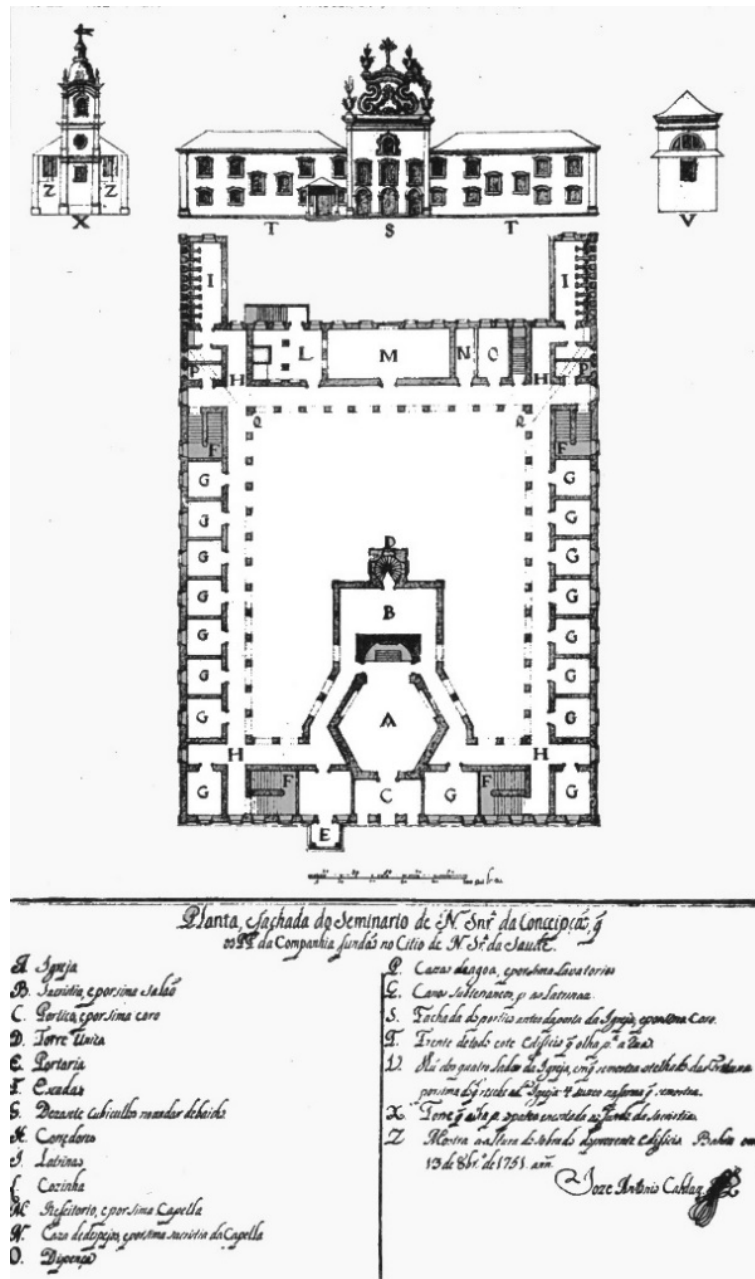
Fonte – Smith (1948, p. 148)

foram responsáveis por inventariar, definir e reformar todos os imóveis jesuítas deixados nas terras brasileiras, após a expulsão da ordem da colônia.

Smith (1948) afirma que no ano de 1549, quando da inauguração da cidade de Salvador, o rei D. João III enviou para a colônia o engenheiro militar Luiz Dias, com a finalidade de executar o plano de construção planejada para a cidade. Com o tempo, esses engenheiros além de serem encarregados do planejamento e execução das obras, passaram a ensinar o seu ofício nas “praças” nas quais eram designados. Não se sabe exatamente a data da primeira aula, mas há relatos das aulas militares sendo ensinadas desde o ano de 1696. Segundo pesquisas de Bueno (2011) acredita-se que essa primeira aula tenha ocorrido na cidade de Salvador.

A autora afirma que as Aulas Militares no Brasil seguiam o modelo da Aula de Lisboa. Foram lecionadas de maneira intermitente, mas consistiam em “foco de alta cultura e do mais completo ensino politécnico: **as Universidades que o país não podia ter**”. Ainda sobre as aulas militares, a autora afirma que “foram elas as responsáveis pela

Figura 8 – Planta Colégio Jesuíta N. S. da Conceição de Salvador



Legenda – Nesse colégio particularmente, houve um interesse especial dos monarcas Dom João V e Dom José. Sua construção foi entregue aos engenheiros militares. Em uma planta realizada por José Antônio Caldas assinada em 13 de outubro de 1751, há indícios de que o prédio já estava em construção na localização do “terreno de Jesus”. Logo após essa data, os jesuítas foram expulsos do país.

Fonte – Smith (1948, p. 148)

formação do quadro de técnicos nacionais atuantes no reino e conquistas, entre o século XVI e a primeira metade do XIX” (BUENO, 2011, p.16,138).

Mais uma vez, assim como registrado com as aulas jesuítas, as aulas aconteciam nos principais centros urbanos: Bahia (1696), Rio de Janeiro (1698-1699); São Luís do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1758). Sabe-se que a Aula Militar da Bahia apresentou um curso de seis anos, autorizado por Ordem Régia de 1725. A formação envolvia lições de teoria por longo período (que oscilava entre três, cinco e seis anos), compreendendo a leitura crítica, a síntese do conteúdo, a cópia de desenhos e exercícios contidos nos mais importantes tratados sobre Desenho, Geometria Prática e Arquitetura (militar, civil, religiosa) em voga em cada período – Vitruvius (na tradução de Daniele Barbaro), Alberti, Pietro Cataneo e Manoel de Azevedo Fortes no tratado “O Engenheiro Portuguez”. A leitura dos tratados estrangeiros não era passiva, mas enfatizava o debate entre os vários autores e a própria opinião do lente sobre o assunto. Dos vários textos consultados, compilavam-se e discutiam-se as questões mais relevantes.

Em 1759, data de expulsão da Companhia de Jesus do reino português, por ordem do ministro-rei Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, os colégios jesuítas foram fechados. As ideias iluministas e anticapitalistas do ministro, voltadas para o fortalecimento do poder do Estado, gerou uma reforma do sistema de ensino português e os reflexos dessa reforma ocasionaram a completa destruição do ensino jesuítico no Brasil. Após o fim do ensino jesuítico, instalou-se uma educação baseada nos ensinamentos franciscanos, que sendo mais flexíveis, admitiam a ciência experimental. Dois grandes núcleos de ensino franciscano foram em Olinda e no Rio de Janeiro, ambos em edificações anteriormente construídas pelos jesuítas (FÁVERO, 2006). Em relação as aulas Militares, estas foram lecionadas em um período de até cinco décadas depois do encerramento do ensino jesuíta, findando com a vinda da família real para o país, quando foram fundadas as Academias.

Em resgate aos antecedentes coloniais do ensino agrícola, os indícios apontam para o ensino ministrado pela Ordem Franciscana. A ordem franciscana foi a primeira ordem religiosa a chegar no Brasil pois vieram juntamente com Pedro Alvares Cabral em 1500. Segundo Saviani (2008), em 1537 cinco frades franciscanos aportaram na região sul do país no Porto Dom Rodrigo e desenvolveram uma grande obra catequética com os índios Carijós. Além disso organizaram “recolhimentos que funcionavam em regime de internatos, como verdadeiras escolas que **ensinavam, além da doutrina, a lavrar a terra** e outros pequenos ofícios” (SAVIANI, 2008, p. 35, grifo nosso). Contudo, os jesuítas também organizaram orientações sobre o cultivo de subsistência para seus alunos de catequese e filhos da comunidade onde instalavam suas missões. Tais relatos abrem vista para um ensino agrícola, ainda no período colonial brasileiro, embora em caráter bastante rudimentar.

Além dos ensinamentos básicos ministrados pelos franciscanos e jesuítas, Carvalho (2010, p. 20) relata sobre uma geração de cientistas enviados ao Brasil, por ordem do Marquês de Pombal, para estudar as riquezas vegetais e minerais da colônia e, à mesma época, criou-se a Academia Científica do Rio de Janeiro, que durou de 1772 a 1779 e a Sociedade Literária (1786 até 1794) que, apesar do nome, dedicavam-se aos estudos práticos da agricultura, promovendo novas culturas e incentivando produtores rurais. O autor cita a publicação e reprodução de 11 exemplares de uma coletânea, com instruções práticas aos agricultores, chamada “Fazendeiro do Brasil”, organizada pelo frei botânico Mariano da Conceição Veloso. Ainda ao analisar a presença dos jardins botânicos ou hortos no Brasil, o pesquisador Sanjad (2001) em extensa pesquisa sobre o Horto São José, na cidade de Belém no Grão Pará fundado em 1798, o referenciou como uma estação experimental na área agrícola.

Esses atos, embora não caracterizados como ensino superior, consistiram em ações de uma categoria informativa, e no caso dos hortos, ações voltadas ao campo da pesquisa experimental. Na realidade, o avanço para um ensino superior tanto das academias tradicionais, quanto do ensino superior agrícola e a formação das universidades, ocorreram após a instauração do Brasil como Reino Unido e a implantação efetiva das Escolas Superiores.

Logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o ensino superior implantado baseou-se no modelo de educação francesa de Napoleão Bonaparte. Tal modelo era extremamente elitista e segregacionista, baseado na implantação de faculdades profissionais conforme o reconhecimento e desejo do governo. Segundo Saviani (2008), Dom João, príncipe regente que se tornou rei em 1816, ainda que inspirado nas ideias iluministas pombalinas, tinha como motivação principal o caráter administrativo do Reino, ou seja, a formação dos quadros administrativos e de defesa, conduzindo a criação de cursos organizados segundo as aulas régias.

Assim, já em 1808 foi criada a Academia Real da Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, destinadas a formar engenheiros civis e militares. Também em 1808 foram instituídas a aula de cirurgia na Bahia e de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro, organizando-se, em 1809, a aula de medicina, cujo objetivo era formar médicos e cirurgiões de que necessitavam o Exército e a Marinha. Ainda em 1808 surgem na Bahia as aulas de economia. Em 1812 temos a escola de serralheiros, oficinas de lima e espingardeiros em Minas Gerais, **de agricultura e de estudos botânicos na Bahia** e o laboratório de química no Rio de Janeiro, onde também **foi criada em 1814 a aula de agricultura** (SAVIANI, 2008, p. 113, grifo nosso).

Seguindo as informações de Cunha (2007b), se acrescentarmos à listagem das academias e às aulas régias implantadas pelos príncipes, os cursos destinados a formar profissionais produtores de música, desenho, história e arquitetura (ligada a escola de Belas Artes) fundados principalmente com a vinda da Missão Francesa (em 1816) e, incluímos

as duas Academias de Direito em São Paulo e Olinda criadas em 1827, tem-se o quadro do ensino superior brasileiro no período imperial.

Observa-se que na lista de instituições criadas por Dom João descrita por Saviani (2008) encontra-se a Escola Superior de Agricultura da Bahia. Cunha (2007c) também faz referência a tal escola e trouxe a abertura dos Hortos e das Estações Experimentais como o gérmen das universidades de vocação rural. Assim, o ensino agrícola no Brasil surge do desdobramento da criação dos jardins botânicos, considerados verdadeiras estações experimentais para o cultivo das plantas no país.

O horto mais antigo a apresentar a “marca” da pesquisa no Brasil foi o Horto de São José, no Pará, mas Cunha (2007c) registra que o Horto Real criado em 1808, na fazenda da lagoa Rodrigo de Freitas foi o protótipo para os demais hortos criados na Bahia, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais (Horto Botânico de Vila Rica – Ouro Preto). O autor acrescenta que, segundo especulações, tais hortos transformaram-se em Escolas de Agricultura, como de fato aconteceu com o da Bahia, instaurado pela Carta Régia, de 25 de junho de 1812, quando Dom João VI escreveu ao Conde de Arcos preocupado em colocar o país como fonte de prosperidade para a exportação agrícola:

attendendo a que a agricultura, quando bem attendida e praticada, é sem dúvida a primeira e a mais inexaurível fonte da abundância, e da riqueza nacional; constando na minha real presença que por falta de conhecimentos próprios deste importantíssimo ramo das sciencias naturaes não têm prosperado no Brasil algumas culturas já tentadas, são desconhecidas, ou desprezadas muitas outras, de que poderia colher considerável proveito, e se não tira toda a possível vantagem ainda mesmo daquellas que se reputam estabelecidas, e por serem muitas dellas inferiores em qualidade, e superiores em preço as homogêneas dos países estrangeiros, já por falta dos bons princípios agronômicos, já por ignorância dos processos e machinas rurais, que tanto servem para brevidade e facilidade da mão d’obra, e para a multiplicação e variedade das produções da natureza, não podendo por tais motivos sustentar a concorrência nos mercados da Europa: tenho resolvido franquear e facilitar a todos os meus fieis vassallos os meios de **adquirirem os bons princípios de agricultura, que sendo uma das artes aprendida por simples rotina, do que provem o seu tão vagaroso progresso e melhoramento.** Portanto, principiando a pôr em pratica estas minhas paternais disposições: [...] se estabeleça immediatamente um **Curso de Agricultura da Cidade da Bahia** para instrução publica dos habitantes dessa Capitania, e que servirá de norma aos que me proponho estabelecer em todas as outras Capitanias dos meus Estados. (BRASIL, 1812, grifo nosso). A apresentada na íntegra no Anexo A.

Os estudos de Silva (2015) apontam que além do incentivo e da valorização à ciências agronômicas recebidos de Dom João VI, a Carta Régia que criou o Curso de Agricultura da Bahia, apesar de não ser implementado imediatamente, apresentou-se como o primeiro currículo do ensino agrícola brasileiro. Capdeville (1991) acrescenta que é muito provável, que a inspiração do príncipe regente veio dos ideais iluministas em que fora educado, o que se pode acrescentar à escola econômica fisiocrata, juntamente com a necessidade imediata de adaptar o país à sua nova condição de sede da Corte Portuguesa.

Outros atos para implantar e organizar o ensino agrícola foram articulados como: criação do curso de Agricultura no Rio de Janeiro em 1814 e a posterior instituição do ensino de Veterinária em 1818 e a criação da Escola de Agricultura na Fazenda Rodrigo de Freitas (antigo Horto Real) pelo decreto n.º. 15, de 1 de abril de 1848. Apesar disso, todos esses atos realizados por Dom João VI e Dom Pedro I não foram concretizados. Os efeitos práticos dessas ações somente foram percebidos após a viagem de Dom Pedro II por várias regiões do país, quando foram criados os “Imperiais Institutos de Agricultura”, em 1859. Foram criados na seguinte ordem cronológica: em 1859, o Instituto Baiano de Agricultura e o Instituto Pernambucano de Agricultura; em 1860, o Instituto Sergipano e Instituto Fluminense de Agricultura e; em 1861, o Instituto Rio-Grandense de Agricultura (SILVA, 2015).

No Brasil, a primeira escola superior de ensino agrícola efetivamente implantada foi a Imperial Escola da Bahia, criada em 15 de fevereiro de 1875 e cujo estatuto foi aprovado pelo decreto 5.957 de 23 de junho do mesmo ano, estabelecida na fazenda Engenho de São Bento das Lages, na Comarca de Santo Amaro (BRASIL, 1875). Foi remanescente do Instituto Bahiano de Agricultura, e prosperou devido aos impostos oriundos do açúcar. Na literatura encontrou-se registrado que a escola foi criada para ministrar os cursos em dois graus: o elementar e o superior. Os operários, regentes agrícolas e florestais graduavam-se no nível elementar; enquanto que no grau superior graduavam-se agrônomos, engenheiros agrícolas, silvicultores e veterinários. Sua primeira turma formou dez agrônomos⁵ (SILVA, 2008; SILVA, 2015; CAPDEVILLE, 1991).

Após a escola da Bahia foram criados: em 1883, a Escola de Agricultura e Veterinária de Pelotas, instalada em 1891 e; em São Paulo foi criada a Estação Agronômica de Campinas, fato que impulsionou o posterior fechamento da Escola de Pelotas, pois o ministro da agricultura optou por investir na estação experimental, em vez de investir na Escola de Pelotas.

Durante todo o período Imperial e até a proclamação da república, em 1889, o ensino superior era Estatal, centralmente mantido e controlado (CUNHA, 2007c). Por volta de 1870 acirraram-se as discussões sobre a liberdade do ensino superior e foram vários os projetos e tentativas de montagem da universidade brasileira, todos esses concentrados nos centros urbanos. No campo do ensino superior agrônômico, Capdeville (1991, p. 230) aponta uma certa inércia, apesar dos atos entusiasmados de Dom João e dos imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II, pois a “atividade agrícola era [...] considerada um ofício para o qual não se precisa de treinamento algum. Qualquer um poderia exercê-lo, daí seu desprestígio.”

⁵ No ano de 1904, a Imperial Escola da Bahia passou a denominar-se Instituto Agrícola da Bahia até 1911, quando assumiu o nome de Escola Agrícola da Bahia. A partir de 1967 transformou-se na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (SILVEIRA, 2011).

Somente ao final do século XIX a sociedade agrária brasileira começou a preocupar-se com o ensino agrícola, em resposta as consequências do fim do comércio e posteriormente do tráfico negreiro, à Lei n.º. 2040, de 28 de setembro de 1871 (Ventre Livre) e principalmente, após a promulgação da Lei n.º. 3353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea), que extinguiu a escravidão no país (BRASIL, 1871; 1888). Essas ações levaram a uma crise de mão de obra ou a escassez dos braços escravos trabalhadores na monocultura de exportação, gerando um dos grandes problemas enfrentados pelos produtores rurais.

Segundo Perecin (2004), o interesse pelo desenvolvimento de tais cursos teve início por volta de 1840-70, através dos agrossenhores do oeste paulista (São Paulo, Campinas, Piracicaba, Limeira e São Carlos do Pinhal) mediante a acumulação de capital oriundo do açúcar e posteriormente do café, pois buscavam diversificar a educação dos filhos, enviando-os à Europa. Na Europa procuravam estudar nas escolas de agricultura de *Grignon* e *Montpellier* na França, *Hohenheim* na Alemanha e o *Institut Agricole de L'État Gembloux* na Bélgica.

Entre os muitos estudantes enviados à Europa, estava Luiz Vicente de Souza Queiroz que estudou em Grignon e ao retornar ao Brasil foi o principal articulador para a instalação de uma escola de agricultura prática. Um projeto que começou a tomar forma na década de 1880 em Piracicaba que mais tarde seria a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz criada em 1901, hoje incorporada à USP, sendo o *Campus* da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP).

Via de regra, os modelos de escolas superiores de agricultura, assim como as chamadas escolas clássicas ou tradicionais (Medicina, Engenharia, Direito) possuíam influências em modelos de universidades estrangeiras, que em comparação com as nossas atividades de produção agrícolas, estavam em adiantado processo de caracterização deste ensino como ciências. Tomaremos um espaço para descrever rapidamente as principais escolas de agricultura em outras nações.

No velho continente, a Alemanha apresentou um ensino da agricultura em nível prático representado pela escola localizada na cidade de Celle fundada por Thaër, em 1799 e o ensino superior foi representado na Escola Superior de Agricultura de Berlim, em 1861. Na França a experiência no ensino técnico voltado para a agricultura remete a 1819, com a obra de Mathieu de Dombasle, em Roville, criada em 1822. A fazenda experimental ou escola agrícola (*ferme-école*) criada pelo agrônomo, desenvolveu um ensino de agricultura prática baseada na observação e experimentação. Com o tempo, o sistema do ensino agrícola desenvolveu-se segundo três níveis, porém consistiu em um estudo muito teórico: o primeiro grau (*fermes-écoles*), o segundo grau (*écoles regionales*) e o terceiro grau (*Institut National Agronomique de Paris*). Mas Napoleão não incentivou o ensino agrícola e a escola que mais perdurou foi *Grignon*. Dentre os três modelos franceses, a escola que mais prosperou foram as *fermes-écoles*, devido a sua característica prática e por

serem ministradas aos filhos dos pequenos produtores rurais. A Bélgica reproduziu um sistema educacional misto de influência alemã e francesa, consolidado na famosa escola de *Gembloux* (PERECIN, 2004).

Nos estados Unidos, o ensino agrícola se desenvolveu a medida que crescia a sua economia. Por volta de 1830, cerca de 70% dos cidadãos norte-americanos viviam em fazendas e sustentavam-se das atividades agrícolas. Passou a ser emergente para o país desenvolver a agricultura tornando-a eficiente e moderna. Para isso, passaram a considerá-la uma ciência capaz de influenciar o mercado. Segundo informações de Silva (2008), no ano de 1839 o governo americano patrocinou sua primeira pesquisa agrícola, que consistiu em um levantamento estatístico da própria produção agrícola americana. Em meados de 1850 o congressista Morrill propôs uma lei criando os *Land Grant Colleges*, consubstanciado no *Morrill Act*, de 1862 (UNITED STATES OF AMERICA, USA, 1862). Nessas universidades o ensino agrícola deveria ligar a teoria e a prática através da pesquisa e da extensão rural.

Nesse período de 1830 a 1860, a sociedade americana além de assimilar a agricultura como ciência, criou as primeiras Escolas Superiores de Agricultura como: Michigan em 1855, Maryland em 1856, e após o Morrill Act, Iowa, Vermont e Connecticut. Em 1871 fundou-se a *National Association of State Universities and Land Grant Colleges* (NASULGC) e a partir de então, iniciaram-se as regras para a condução das pesquisas agrícolas, repercutindo em um novo paradigma: “Science with Practice”, tendo como consequência a trilogia: ensino, pesquisa e extensão (SILVA, 2008). Interessa a aproximação com esse modelo de ensino superior agrícola, pois esse foi o modelo implantado na gênese da Universidade Federal de Viçosa (diretamente ligado à história de Iowa, mediante influência de seu idealizador – Peter Henry Rolfs, graduado nesta universidade) como será visto em capítulo posterior.

Voltando a abordar o ensino superior no Brasil (tanto o voltado às escolas clássicas, quanto às escolas superiores de agricultura), observou-se que durante o período colonial e ao longo do período imperial, este estruturou-se em estabelecimentos isolados no desenrolar do século XIX e até meados do século XX, referenciados nos modelos estrangeiros, a maioria segundo o modelo das universidades francesas. As escolas de agricultura tiveram modelos mais variados, pois trouxeram a singularidade de sua localização no interior, características físicas intrínsecas do modelo *campus* universitário.

Partindo do período Imperial para o período Republicano, houveram várias tentativas de criação de universidades, sofrendo porém uma constante resistência por parte de distintos grupos ideológicos, especialmente os positivistas, já que os vários projetos apresentados seguiam essa linha de controle estatal e elitista. A defesa dos positivistas para não implantar a universidade no Brasil fez-se na alegação de liberdade de ensino, na ciência livre de privilégios e na proteção do Estado (MENDONÇA, 2000). De acordo com Saviani (2008), tal pensamento era coerente com a época, visto que o modelo de

experiência de universidade brasileira vinha da Universidade de Coimbra em Portugal, cuja organização pedagógica ainda era clássica e não havia incorporado o “espírito pesquisador” das universidades alemãs. Assim, as autoridades tanto imperiais, quanto republicanas, resistiram à criação da universidade. A República recém instaurada no Brasil, tratava o ensino superior conforme institutos individuais dependentes do governo. Reforçaremos que o Governo levava em consideração na organização do ensino superior, apenas as faculdades de Direito, a de Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas, segundo Decreto n.º. 3.890, de 1º de janeiro de 1901 (BRASIL, 1901).

Somente em 1911 com a Reforma Rivadávia implementada na Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República pelo Decreto n.º 3.890, estabeleceu-se a liberdade e a desoficialização do ensino, retirando o monopólio do Governo sobre a criação e manutenção das instituições de ensino superior. Dessa forma, ocorreram as primeiras tentativas regionais de instituir as universidades que o Governo Federal não criava. Vale salientar que nenhuma dessas legislações acima citadas dizia respeito às escolas superiores de agricultura. Tal ensino foi considerado apenas no Decreto n.º. 8.319, que será explicado um pouco adiante.

No início do período Republicano (República Velha) as poucas instituições universitárias criadas funcionaram temporariamente e tiveram seus planos frustrados, como: a já mencionada, Universidade de Manaus, criada em 1909 (resultante do ciclo da borracha), hoje Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que já a esta época conferiu títulos de agrônomos⁶; a Universidade de São Paulo, criada em 1911 e a Universidade do Paraná, criada em 1912. Segundo Cunha (2007a), todas estas universidades foram extintas ou fragmentadas, pois com o Decreto 11.530, de 18 de março de 1915 (BRASIL, 1915), o Governo federal trazia um contraponto à reforma anterior, ditando uma série de regras, as quais equiparavam todas essas instituições à alguma das instituições oficiais definidas pelo decreto. Ou seja, foi retomada a subordinação das instituições oficiais ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Mas o principal impasse consistiu no fato que as universidades só seriam criadas mediante equiparação à um modelo oficial que ainda não existia (modelo criado em 1920 com a Universidade do Brasil). Além da equiparação, outras regras infligidas contribuíram para o declínio das universidades “de vida curta” como: o não poder funcionar em cidades com menos de cem mil habitantes, a não ser que o Estado tivesse, pelo menos, um milhão de moradores; funcionamento regular a mais de cinco anos, estrutura física adequada, processo seletivo, entre outros. Ocorreu que para continuarem a ofertar o ensino superior, essas instituições universitárias precisaram “optar”

⁶ A Universidade de Manaus continha uma Escola de Agricultura que conferiu títulos de agrônomos em 1912, entretanto seu ensino correspondia em um nível secundário profissional. Somente ofereceu curso em nível superior a partir de 1922, com sua reformulação segundo as orientações do Ensino convencionado pelo Governo Federal, transformando-se em Escola Agrônômica de Manaus, extinta em 1943. O Ensino Agrônômico somente teve as atividades reiniciadas em 1976, vinculando-o à Faculdade de Tecnologia da Universidade do Amazonas (DUARTE, 2009).

pela segregação, na forma de Escolas Superiores. sendo financiadas, ou pela iniciativa privada, ou por subsídios dos Estados.

No campo do ensino da agricultura não foi diferente. Capdeville (1991, p.236) averiguou que as primeiras iniciativas de cursos agrícolas de nível superior ocorreram “por atos isolados, esparsos e distanciados, uns dos outros, no tempo e no espaço”. Assim como aconteceu com a Escola de Agricultura de Manáos (extinta em 1922), o autor ainda relata que o desempenho esperado para essas escolas não era alcançado, pois formavam pouquíssimos alunos e via de regra acabavam sendo extintas.

Na realidade, parece ter havido certo espontaneísmo em suas origens: uns, estimulados pelo “espírito esclarecido” de seus fautores; outros, pela sugestão de modelos estrangeiros; outros, até, pela tentativa de encontrar respostas para as necessidades sentidas pela agricultura de sua região. [...] Por isto, só três deles funcionavam em 1910: o de Pelotas - RS (1891), o de Piracicaba - SP (1901) e o de Lavras - MG (1908).

Diante dos fatos, pôde-se aferir que a partir de 1900 houve uma efervescência de articulações para criação das instituições de ensino superior, principalmente a universidade efetivamente criada em 1920 via decreto presidencial. Mas antes de falar sobre esse tema, faz-se necessário discursar sobre um marco para o Ensino Superior de Agricultura do país, que foi a estruturação do ensino agrônômico através do Decreto n°. 8.319, de 20 de outubro de 1910 (BRASIL, 1910), assinado pelo presidente Nilo Peçanha.

Tal decreto regulamentou pela primeira vez o ensino agrícola em todos os graus e modalidades. Foi um ato legal do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) criado em 1906⁷, extremamente ambicioso e detalhista mediante seus 591 artigos, nos quais regulamentou-se o ensino agrônômico brasileiro, ali descrito como um dos fatores possíveis para o desenvolvimento do país. No entanto, Capdeville (1991) observou que naquele momento, apesar de se constituir a primeira regulamentação oficial do ensino agrícola no país, tal ensino ainda era considerado pela sociedade agrária pouco importante e ficava sempre marginalizado.

É importante esclarecer que até a promulgação do decreto, o ensino agrícola não havia sido alcançado pelas legislações e reformas do Governo Federal como: as reformas Leôncio de Carvalho (1879), Benjamim Constant (1890) e Eptácio Pessoa (1901). Em vigor desde 1901, o Código Eptácio Pessoa⁸ regulamentou as faculdades de Direito, Medicina, a Escola Politécnica e a Escola de Minas, não fazendo referência ao ensino superior agrícola ou as instituições afins. Isso significou que o ensino superior, incluindo as escolas de veterinária, estariam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), enquanto que as demais escolas estavam subordinadas ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Segundo Veiga (2012, p. 50), “caracterizava-se então,

⁷ Decreto n°. 1.606, de 29 de dezembro de 1906 (BRASIL, 1906).

⁸ Decreto n°. 3890, de 1° de janeiro de 1901 (BRASIL, 1901).

a dupla ordenação e subordinação do ensino superior público federal, que veio constituir uma dualidade sistêmica”.

Destaca-se que o Decreto n°. 8.319, de 20 de outubro de 1910, além de estabelecer as bases fundamentais do ensino superior agrícola, criou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (ESAMV), hoje Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Esta instituição de ensino agrícola consistia na única subordinada ao Governo e por isso, deveria ser modelo para as outras instituições de ensino superior agrícola no país.

Assim, a criação das escolas superiores de agricultura continuaram sob responsabilidade de cada Estado, na forma de incentivadores privados, o que ocorria desde 1879 ainda no período Imperial através do Decreto n°. 7.247, de 19 de abril de 1879 (BRASIL, 1879), o qual deixava livre a criação de Escolas de nível superior pelas províncias e estados, sendo necessário para isso, seguir as proposições impostas pelo decreto, que se restringiam à questões de higiene e salubridade.

Apesar da legislação criada pelo Governo em 1910, a implantação de tais escolas sujeitavam-se quase que exclusivamente às demandas das classes produtoras dominantes e das classes políticas estaduais: cafeicultores no Sudeste (São Paulo e Minas Gerais), a indústria açucareira no Nordeste; a borracha no Norte (Amazônia) e pecuária no Sul. Isso aconteceu porque, sob a responsabilidade do MAIC, estava apenas a recém-criada Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAMV) – futura Universidade Rural do Rio de Janeiro; e tal fato só mudou em 1945, quando o ministério iniciou processo de expansão com a incorporação de mais uma outra instituição ao seu patrimônio, que foi a Escola de Agronomia Eliseu Maciel (Escola de Pelotas no Rio Grande do Sul) em acordo firmado entre a Prefeitura de Pelotas, mantenedora da instituição até o momento, e o Ministério da Agricultura, que subordinou a escola ao Instituto Agrônomo do Sul (VEIGA, 2012).

Paralelo às questões de subordinação institucional, em 1920, na tentativa de criar um modelo de universidade para o país, o Governo Federal criou a Universidade do Rio de Janeiro, constituindo-se na primeira instituição de ensino superior do Brasil que vingou com o nome de universidade. Essa universidade passou por diversas estruturações e organizações, sendo a maior delas no ano de 1937, quando foi transformada em Universidade do Brasil (UB).

Deu-se que a Universidade recém criada não foi o modelo de educação superior desejado. Prieto (2005, p. 38) cita as palavras de Darcy Ribeiro, explicando que a criação tinha objetivo específico “[...] conceder um título de doutor *honoris causa* ao rei da Bélgica que visitava o Brasil para as festas de comemoração do centenário da independência”.

Tanto esta quanto as que foram posteriormente criadas, como a de Minas Gerais (1927) e a de São Paulo (1934), foram organizadas pela justaposição de escolas já existentes, reunidas sob uma reitoria recém-criada. Pode-se afirmar que até

a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5540/68), o ensino superior brasileiro centrava-se na cátedra com suas características de vitaliciedade, irremovibilidade e liberdade. Ou seja, o professor catedrático era “dono” da cátedra por toda a vida, não podia dela ser removido e gozava de ampla liberdade de estudos, ensino e pesquisa, a famosa liberdade de cátedra (PINTO; BUFFA, 2009).

A Universidade baseou-se via de regra, na “aglutinação” de faculdades isoladas em torno de uma reitoria única, funcionando sem articulação entre si (a não ser pela disputa de poder entre as mesmas) e sem qualquer alteração em seus currículos. Cunha (2007a) articula a fragilidade da autonomia dessas instituições, visto que o Estado detinha todo o controle sobre as mesmas, inclusive financeiro e administrativo, pois nomeava os diretores das , perfazendo uma reitoria apenas de fachada e conselhos universitários praticamente simbólicos. Brito e Oliveira Cunha (2009) configuram que o processo da criação das universidades brasileiras não fugiu dos caminhos trilhados da universidade medieval, no sentido de que a autonomia era uma grande farsa frente ao controle Estatal (ou da Igreja no caso medieval), constituindo-se em grande mantenedora do *status* e do poder das classes dominantes. Na realidade, o Governo começou a vislumbrar a instituição como palco de desenvolvimento e controle ao mesmo tempo.

À mesma época da criação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro; o Estado de Minas Gerais, em busca por desenvolvimento, criou uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária pública através da Lei n.º. 761, de 6 de setembro de 1920 (MINAS GERAIS, 1920), um dia antes da efetivação da Universidade do Brasil, o que demonstra a inserção de Minas Gerais e a inserção do ensino superior de agricultura no “espírito da época”. O objetivo da instituição constava no Artigo 4º: “[...] ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e bem assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais”. Tal projeto foi proposto pelo próprio presidente (governador) do Estado, Arthur Bernardes, o principal articulador da criação da escola. Então, iniciou-se o processo para a implantação da escola superior que foi localizada na cidade de Viçosa, terra natal do governador, cujos planos de construção foram aprovados mediante decreto legislativo em 30 de novembro de 1921. O mesmo decreto também oficializou a implantação da escola no município de Viçosa⁹ e a instituiu como “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV)”, atual Universidade Federal de Viçosa. Inaugurada efetivamente em 1926, trazia na sua estrutura a organização departamental e a proposta de ensino superior pautado na experimentação prática voltada para a sociedade local, que com o tempo formou a extensão rural (SILVA, 2007) (FIGURA 9).

Também em Minas Gerais, criou-se a Universidade de Minas Gerais em 1927, proveniente da união de quatro escolas superiores existentes em Belo Horizonte: Odontologia e Farmácia, Medicina, Direito e Engenharia. Mesmo criada à maneira tradicional, mediante

⁹ Decreto n.º. 5. 806 (MINAS GERAIS, 1921) e Decreto n.º. 6.053 de 30 de março de 1922 (MINAS GERAIS, 1922).

Figura 9 – Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa - ESAV

Legenda – a) Vista geral da ESAV. Ano: 1924; b) Prédio Principal. Ano: 1925.

Fonte – *University of Florida Digital Collections* – Peter Henry Rolfs.

a reunião de escolas independentes, desde o início previa sua mudança para uma localização que as comportasse em proximidade.

Nos anos 30 e até o advento do Estado Novo, com a “Era Vargas”, ocorreram muitas reformas administrativas e também ocorreu um marco na estruturação universitária subordinado ao Governo Federal a citar: o projeto universitário, articulando medidas que se estendem à criação do Conselho Nacional de Educação¹⁰, a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras¹¹ e à organização da Universidade do Rio de Janeiro¹². Todas essas ações vinculadas ao Ministério da Educação e da Saúde em 1931. Para esse momento, tais medidas deixavam à parte o ensino superior Agrícola e suas respectivas legislações, continuando este, vinculado ao Ministério da Agricultura (MA). Ainda relacionado às reformas na estrutura administrativa do Governo Vargas, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) teve os assuntos da pasta “Indústria e Comércio” transferidos para o novo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, enquanto o MAIC por decreto passou a ser denominado Ministério da Agricultura (MA).

¹⁰ Decreto-lei n°. 19.850, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931a).

¹¹ Decreto-lei n°. 19.851, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931b).

¹² Decreto-lei n°. 19.852, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931c).

No âmbito do Ministério da Educação, o estatuto das Universidades sistematizava o ensino superior, dando preferências para sua organização em universidades, porém mesmo sem alcançar o ensino agrícola, não obstante, os articuladores desse ensino iniciaram discussões sobre a criação de universidades rurais. A mesma época, tem-se a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935. Ambas foram criadas por iniciativas de educadores “renovadores” em resposta ao Estatuto das Universidades (1931) na busca pela “verdadeira universidade”: livre, autônoma, concebida pela tríplice função de criadora de ciências (pesquisa), transmissora de conhecimentos (ensino) e popularizadora através da extensão das artes e das ciências (extensão) (MENDONÇA, 2000).

Mendonça (2000) ainda afirma que as duas universidades – USP e UDF – preocupavam-se com o desenvolvimento da pesquisa, abrindo precedentes para instituições que rompiam com o sistema clássico escolástico de ensino. Na USP, o ineditismo concentrou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como eixo central de integração da universidade, a fim de formar uma universidade baseada na autoridade do saber. A Universidade do Distrito Federal no entanto, possuía uma estrutura que se afastava do modelo de agregação das escolas profissionalizantes e implantou um modelo integrador do ensino, pesquisa e extensão constituído pelas cinco escolas: Escolas de Ciências, Escola de Educação, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e ainda, o Instituto de Artes. A terceira instituição criada, foi a Universidade do Brasil (UB) em 1937, que com sua centralização e objetivo de ser o padrão nacional impactou tanto a USP como a UDF, sendo esta última, extinta em 1939 pelo Ministro Capanema, contrário a sua criação desde o início.

No âmbito do Ministério da Agricultura, as reformas no ensino superior agrícola ocorreram com a criação das Escolas Independentes, mediante extinção e transformação da ESAMV, localizadas no Rio de Janeiro em: Escola Nacional de Agronomia – ENA¹³ e a Escola Nacional de Veterinária – ENV¹⁴. Tais escolas foram incorporadas por Lei¹⁵ ao conjunto de faculdades da Universidade do Brasil (UB) em 1937, ficando então subordinadas ao Ministério da Educação, sendo denominadas Faculdade Nacional de Agronomia e Faculdade Nacional de Veterinária¹⁶. Na prática, continuaram subordinadas ao Ministério da Agricultura, pois ainda no mesmo ano, foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônomicas (CNEPA), subordinado ao Ministério de Agricultura, que incorporou a ENA, e realocou a ENV na pasta ministerial de assuntos animais. Ou seja, a dualidade no sistema educacional superior ainda persistiu.

Por ocasião, faz-se interessante um pequeno contexto político do Brasil. Em 1937, Getúlio Vargas outorgou a Carta Constitucional e instituiu o Estado Novo que, dentre

¹³ Decreto n°. 23.857, de 8 de fevereiro de 1934. (BRASIL, 1934a).

¹⁴ Decreto n°. 23.858, de 8 de fevereiro de 1934. (BRASIL, 1934b).

¹⁵ Lei n°. 452, de 5 de julho de 1937. (BRASIL, 1937b).

¹⁶ Lei n°. 453, de 5 de julho de 1937.(BRASIL, 1937c).

outras realizações, dissolveu a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. No campo educacional regulamentou o ensino superior subordinado ao Ministério da Educação¹⁷, em 11 de maio de 1938, estabelecendo que o ensino superior fosse livre, facultado o direito de criação de faculdades pelos poderes públicos, pessoas físicas e pessoas jurídicas, mediante cumprimentos das condições expostas na legislação. No entanto, determinou que a partir daquela data, a abertura e funcionamento de tais instituições dependiam da aprovação do Governo Federal. Nesse mesmo ano, as instituições de ensino superior agrícolas passaram a seguir os mesmos procedimentos para a abertura e funcionamento junto ao Ministério da Agricultura¹⁸. Essas legislações foram baixadas na tentativa de legitimar e adequar a capacitação de um corpo técnico de alto nível para o avanço econômico no país, porém, todas as medidas eram extremamente centralizadoras e tinham como objetivo o fortalecimento do Estado através de instituições tecnoburocráticas.

Dentro dessa perspectiva, o Governo Vargas criou o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) pelo Decreto-Lei n.º. 982, de 23 de dezembro de 1938, subordinado diretamente ao Ministério da Agricultura. O centro tinha por finalidade orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas voltadas à produção agrícola. Segundo a legislação, o centro compreendia as seguintes unidades: a Escola Nacional de Agronomia, o Instituto de Química Agrícola, o Instituto de Ecologia Agrícola (antigo Instituto Federal de Ecologia Agrícola, órgão subvencionado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal)¹⁹; e Instituto de Experimentação Agrícola, com todas as áreas de apoio a experimentação. Logo após a criação do CNEPA, o Ministro da Agricultura, Sr. Fernando Costa, solicitou ao Governo Federal condições e instalações apropriadas para o desenvolvimento do centro. Em 1938 iniciaram-se os trabalhos para escolha e implantação de um *campus* capaz de absorver todas as unidades a ele subordinadas. Foi escolhido o local na Estrada Rio-São Paulo no Km 47, e foi o grande investimento Federal junto ao ensino superior agrícola para investigação e pesquisa. Tal *campus* pertence atualmente a Universidade Federal Rural de Rio Janeiro.

Todo o período entre a criação dos Ministérios - Educação e Agricultura - até a reforma de 1961 foi marcado pela busca de reconhecimento, modernização e consolidação para a educação rural, mas não obstante, foi uma época de grandes tensões e disputas interministeriais por atribuições e práticas, além de momentos complexos nos interesses políticos, que militavam aplicando projetos convenientes às suas agendas. Com isso, apesar da intenção por uma iniciativa científica e de pesquisa, o caráter centralizador e autoritário do governo, ou seja, a intervenção Estatal sobre a universidade permaneceu, somente sendo alterado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n.º 4.024 de 1961 (BRASIL, 1961), que acentuou a cooperação da atividade privada no campo da

¹⁷ Decreto-lei n.º. 421, de 11 de maio de 1938 (BRASIL, 1938a).

¹⁸ Decreto-Lei n.º. 933, de 7 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938b) e Decreto-lei n.º. 421/1938 (BRASIL, 1938c).

¹⁹ Decreto n.º. 2.089, de 25 de outubro de 1937 (BRASIL, 1937a).

educação. Foi uma época de grande inserção de faculdades privadas – o ensino pago e a estagnação do número de vagas nas universidades públicas (FÁVERO, 2006).

Na luta pela modernização do ensino superior, Cunha (2007a) entendeu que o primeiro passo para tal modernização foi dado pelos militares em 1945 com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e teve como ápice a criação da Universidade de Brasília (Instituída por meio da Lei n.º. 3.998, de 15 de dezembro de 1961), reconhecidamente pensada para ser modelo de instituição do país, seja por suas finalidades ou por sua organização institucional.

O modelo de universidade proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, implementou institutos centrais de ciências básicas, divididos pelas áreas de especialidade. Essas unidades acadêmicas operariam em três níveis de ensino e pesquisa: cursos básicos ou introdutórios; formativos e pós-graduados e; ao lado das escolas e faculdades profissionalizantes (PRIETO, 2005).

Sua estrutura era composta por institutos centrais e faculdades, organizados, por sua vez, em departamentos. Os institutos forneciam um ensino introdutório de dois ou três anos, completado pelo ensino especializado das faculdades. Além disso, eram responsáveis pelos cursos de formação de pesquisadores e de pós-graduação. Os professores eram todos contratados pela legislação trabalhista e a cátedra transformava-se de cargo em grau universitário. Havia os estudantes regulares e os especiais, que apenas assistiam aos cursos sem pretensão de obtenção de graus ou certificados e para os quais se reservavam 10% das vagas disponíveis (com isso, retomava-se, curiosamente, a concepção de extensão universitária dos anos 30). A instituição de uma Fundação mantenedora, com sólido patrimônio, seria a garantia da sua autonomia em todas as dimensões e o governo da universidade seria exercido pelos órgãos colegiados nos seus diversos níveis. Por meio desses órgãos, a participação dos estudantes era sensivelmente maior do que nas demais instituições de ensino superior (MENDONÇA, 2000, p. 114).

Mendonça (2000, p. 144) ainda cita outras universidades que também iniciaram o processo de renovação estrutural-pedagógico-administrativa no mesmo período, entre estas:

a Universidade Federal do Ceará, criada em 1955 e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto articulada a USP, criada entre 1957 e 1962 [1954 e 1955]. Iniciaram o processo de estruturação também as Universidades Rurais e Escolas Agrícolas: a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Viçosa, instalada em 1958 [1948]; a Escola Superior Agricultura de Piracicaba, hoje escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ) e A Escola de Agricultura do Rio Grande do Sul, em 1963²⁰.

²⁰ Grande parte do processo de renovação da universidade brasileira iniciou-se na década de 1950 conforme citado pela autora Ana Waleska Mendonça, entretanto algumas datas precisam ser revisadas. A Universidade Federal do Ceará foi criada em 1954 e instalada em 1955; a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP foi criada em 1948 e entrou em funcionamento em 1952; a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - antiga ESAV - foi criada, como universidade, em 1948 e passou a ser denominada Universidade Federal de Viçosa em 1969, quando foi efetivamente federalizada; e

Juntamente às universidades, houve uma efetiva participação estudantil discutindo ativamente a “reforma do ensino superior”.

Antes de avançar, acha-se necessário incluir junto ao processo de modernização do ensino superior a questão das federalizações das universidades que ocorreram do fim da década de 1940 até o início da década de 1970. A Lei n.º. 1.523, de 26 de dezembro de 1951 (BRASIL, 1951), alocava recursos para federalizar 36 instituições de ensino superior, incluso a UREMG (antecessora da UFV), que apesar da indicação, somente oficializou a federalização em 1969. Cunha (2007b) aponta que em 1962, quando foi criado o Conselho Federal de Educação, as federalizações obtiveram forte oposição do conselho, justificada na falta de recursos para ampliar o quadro de Instituições Federais. O conselho defendia o investimento na ampliação de vagas na “rede” universitária já sob sua organização. O autor ainda coloca que em um prazo de dez anos (1954 a 1964) o ensino superior se organizou predominantemente em universidades após o processo de federalização.

Quando ocorreu o Golpe Militar de 1964, que derrubou o Presidente João Goulart, severas mudanças aconteceram no sistema educacional brasileiro, marcadas pelo autoritarismo e dependência do ensino ao poder federal. Na verdade, o primeiro impacto do golpe de 64, foi o de conter o debate que se tratava no momento, através da repressão e da punição aos inimigos políticos. Motta (2014) relata uma “operação limpeza”, organizada pelos agentes vitoriosos do golpe militar que, depois dos sindicatos e das organizações de trabalhadores rurais, tiveram como alvo as universidades, consideradas foco de movimentos comunistas, uma vez que o movimento estudantil havia se tornado um grupo social visível e influente, principalmente aqueles grupos concentrados nos centros urbanos.

Através da repressão e desarticulação do movimento estudantil e das “intervenções” nas universidades, mediante o expurgo do quadro docente e conseqüentemente troca dos reitores, as universidades sofreram com a constante tutoria dos militares. O quadro de repressão de maior repercussão ocorreu com a invasão do *Campus* da Universidade de Brasília (UNB) por tropas da polícia militar mineiras e do exército, que resultou na demissão em massa de seu quadro docente.

Outro impacto relacionado ao ensino superior e ao regime militar deu-se pela assinatura de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) . Os acordos MEC/USAID foram firmados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, visando a cooperação

a Escola de Agricultura do Rio Grande do Sul; trata-se da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que juntamente com outras escolas formaram a Universidade Rural do Sul em 1960, hoje atual Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969 (USP - RIBEIRÃO PRETO, 2017; UFC, 2017; UFPEL, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV), 2017; BORGES; SABIONI, 2010).

entre os dois países em prol da modernização do sistema educacional do Brasil²¹. Estava formada a “Aliança para o Progresso”.

Desses acordos nasceu o documento intitulado “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, que incorporou algumas propostas do consultor americano, Rudolph Atcon como: defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos; criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras e; no âmbito do planejamento físico das universidades, destacaram-se as seguintes propostas:

a transferência de universidades para *Campus* suburbanos e afastados da cidade; a adoção da estrutura de centros de formação de grandes áreas em substituição às escolas e faculdades autônomas e a troca das cátedras vitalícias pelos departamentos, reunindo os professores de uma mesma área; o estímulo à implantação de estabelecimentos privados como forma de responder à demanda de vagas no ensino superior, sem grandes investimentos estatais (PRIETO, 2005, p. 44).

Segundo Santos (2005) do lado brasileiro intencionava-se através dos acordos, alcançar o apoio da classe média trabalhadora para o projeto econômico em prática (milagre econômico), através da ampliação do acesso ao ensino superior, proporcionando a essa classe o aumento do consumo de bens materiais e intelectuais. Mais uma vez, o Estado utilizava o ensino superior como base para as demandas da formação do governo. “Haviam postos de trabalho especializados a serem ocupados nas empresas multinacionais, nas novas estatais e nas inúmeras repartições públicas” (SANTOS, 2005, p. 115). Já do lado americano, intencionava-se ampliar a hegemonia da cultura capitalista norte-americana frente ao avanço soviético, inculcando o “*american way of life*”.

Os acordos foram marcados por fervorosa oposição em meio a sociedade acadêmica brasileira, mas o fato que aconteceu em relação às propostas elencadas pelos consultores norte-americanos afim de solucionar os problemas na universidade brasileira, é que estas foram consideradas e postas em prática na Reforma Universitária de 1968.

²¹ Cunha (2007c) citou os trabalhos de uma equipe da United States Agency for International Development (USAID) que ocorreram em 1963, quando uma equipe da agência veio ao Brasil a fim de visitar e realizar relatório sobre o ensino superior brasileiro. Entretanto, a USAID já vinha participando do desenvolvimento de instituições brasileiras, principalmente as de vocação rural, através da mediação de outras instituições americanas. Como exemplo, pode-se citar o caso do convênio firmado entre a Universidade de Purdue e a UREMG (atual Universidade Federal de Viçosa) desde 1948. Segundo Nogueira (2008), no que se refere às universidades, os acordos e convênios firmados entre os governos do Brasil – através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – e dos Estados Unidos – através da United States Agency for International Development (USAID) aconteceram a partir de 1967. O Acordo MEC-BID I foi assinado em 1967 e beneficiou universidades do Sudeste, o acordo MEC-BID II atendeu universidades do Nordeste e o acordo MEC-BID III auxiliou, principalmente, universidades localizadas em regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) e parte do sudeste. No Acordo MEC-BID III, especificado como um Programa de Desenvolvimento das Universidades Federais, a intenção era “contribuir” com o desenvolvimento das universidades federais para melhor ajustá-las aos níveis de exigência da reforma universitária brasileira.

Ainda anterior aos acordos da MEC/USAID foram celebrados muitos outros, provenientes de contratos de assistências técnica e financeira provenientes das fundações como a Rockefeller e do Ponto IV, parte da política externa do presidente norte-americano Truman de 1949. Entre os acordos formados, vários beneficiavam as escolas de ensino superior agrícolas, mediante o intercâmbio de professores brasileiros para capacitação nas instituições americanas e intercâmbio de professores americanos que vinham lecionar nas universidades brasileiras. Além do intercâmbio, muitas vezes os acordos financiavam obras e reformas de ampliações nas instalações físicas nas universidades do Brasil.

Ampliando a questão sobre a presença americana no ensino superior brasileiro, Santos (2005) afirma que desde a década de 1930 a 1950, com as relações entre a Fundação Rockefeller e a Universidade de São Paulo, os americanos já vinham introduzindo sua cultura nas instituições de ensino superior brasileiras, consolidando uma predominância nas ciências exatas e biológicas, embora nas ciências humanas ainda prevalecesse a hegemonia da cultura francesa e alemã. Não obstante, convém lembrar, que desde 1908 o ensino da Escola Superior Agrícola de Lavras (ESAL) se baseava no modelo de ensino americano advindo das “*Land Grant Colleges*”, assim como a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) criada em 1920, hoje, Universidade Federal de Viçosa, inclusive trazendo o sistema tríplice da educação baseada em ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido ao longo da consolidação dessa instituição.

As reformas modernizadoras do sistema de ensino brasileiro, entre as quais podemos citar a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), que concedeu às universidades autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar; também enfatizaremos a homogeneização do ensino superior, com a transferência de todos os órgãos de ensino vinculados ao Ministério de Agricultura para o Ministério da Educação²². A legislação criada, concedia nova denominação às Universidades Rurais, e estendia todos os direitos preconizados na Lei nº. 4.024 a essas universidades.

Porém, a reestruturação da universidade foi inevitável e coube ao Governo Militar tomar sua frente e após o AI-5, foi instituído o Grupo de Trabalho encarregado de estudar a “Reforma da Universidade”. O principal documento veio em 1968, a Lei de Reforma Universitária²³, que propiciou condições institucionais para a criação efetiva de universidades no Brasil, até então constituídas por meio da reunião de faculdades, escolas e institutos superiores. Dentre as medidas propostas pela reforma com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaíram: [...] “o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006).

²² Ação consubstanciada no Decreto nº. 60.731, de 19 de maio de 1967 (BRASIL, 1967).

²³ Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968c).

Após o período governado pelos militares, e durante o processo de redemocratização do país e, já no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vinculou-se o ensino superior às políticas de linha neoliberal, sensibilizadas pelas exigências do mercado. A universidade passou a assumir muitas modalidades, sendo definida de modo genérico. Ocorreu um grande aumento do número das instituições privadas (as faculdades), que dentro da filosofia da tríade universitária, ofereciam apenas “o ensino”. Nesse sentido, o acesso ao ensino superior ampliou-se em detrimento da qualidade. Como medida de controle, criaram-se novos sistemas avaliativos para se ter acesso às instituições. O exame vestibular deixou de ser obrigatório, passando a figurar na legislação os “processos avaliativos” para ingresso. Na versão governamental é implantado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). E ao fim da graduação, criou-se o Exame Nacional de Cursos, o conhecido “Provão”, que avaliava os alunos recém-graduados.

A partir de 2003, alicerçados no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), as políticas públicas para a educação tinham como objetivo principal a ampliação do número de estudantes em todos os níveis de ensino. No âmbito da educação de nível superior isso significava injetar no país uma política que revertesse o quadro no qual a universidade estava reservada à elite para um processo de redemocratização, cujos desafios condensavam-se na tríplice questão: expandir, qualificar e democratizar.

Dentro da questão “expandir”, a fim de atender a demanda de estudantes para ingresso ao ensino de nível superior, foi necessário ofertar mais cursos e diminuir o desequilíbrio entre as regiões do país, que concentrava a grande maioria das instituições de ensino superior nas regiões sul e sudeste e nas capitais no país. Em busca de tal premissa, a partir do ano de 2003, o Governo iniciou um processo de interiorização da universidade pública, investiu em um modelo alternativo de ensino superior, que foi a educação à distância, incrementou oferta de cursos noturnos, sobretudo nas instituições públicas e ampliou as condições de financiamento com programas como o PROUNI de 2004 e o FIES lançado em 2012. Outro ponto trabalhado nas políticas públicas foi o acesso e a permanência do aluno na universidade, instituindo a Lei de Cotas e os Programas de Assistência Estudantil e Programas de Bolsa Permanência.

A estratégia apresentada para promover a expansão do ensino superior foi concebida em três etapas. A fase I, do ano de 2003 a 2007, cujo objetivo foi interiorizar o ensino superior público federal; a fase II, lançado no período entre 2008 e 2012 marcada pela implantação do REUNI e a fase III caracterizada pela fase de consolidação das propostas. As universidades federais receberam grandes investimentos da União, visando expansão, inclusão e qualidade. Embora acordado, tais investimentos não se mantiveram de maneira sistemática e sustentável. Mesmo assim, em relatório divulgado pelo MEC, nas três fases do programa de expansão do ensino superior ocorreram a criação de 18 novas universidades federais e a criação de 173 novos *campi* universitários, sendo alguns destes, criados

por transformação de instituições já em funcionamento (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006; 2012; 2014). Fazendo parte desta estatística, foi criado em 2006, o *Campus* da Universidade Federal de Viçosa na cidade de Rio Paranaíba – MG, com o curso de Graduação em Administração e o curso de Graduação em Agronomia, em acordo com as carências regionais por qualificação em áreas direcionadas ao desenvolvimento dos agronegócios segundo vocação agrária local.

Como um pequeno resumo sobre o ensino superior voltado para a área da agricultura no Brasil, representados aqui pelos cursos mais tradicionais, tem-se: de 1877 até 1960 (em 83 anos) funcionaram, 30 cursos de Agronomia, 18 dos quais foram extintos. De 1961 a 1989 (em 27 anos), criaram-se, no país, 43 novos cursos de Agronomia e apenas um foi desativado. De 1913 (ano da criação do primeiro) a 1960 (em 47 anos) funcionaram, no Brasil, 16 cursos de Medicina Veterinária, oito dos quais foram extintos. De 1961 a 1989 (em 28 anos), criaram-se, no país, 27 novos cursos, dos quais apenas um foi desativado. A partir de 1960, foram também criados 15 cursos de Engenharia Florestal, 16 de Zootecnia e oito de Engenharia Agrícola. (CAPDEVILLE, 1991, p.252). Atualizando os dados acima descritos, hoje, nas instituições de ensino superior com mantenedores públicos e com oferta de cursos presenciais, tem-se: 142 cursos de Agronomia, 65 cursos de Medicina Veterinária; 55 cursos de Engenharia Florestal; 85 cursos de Zootecnia e 33 cursos de Engenharia Agrícola²⁴.

A criação desses novos cursos no campo agrário, exemplifica a política de expansão do ensino superior, principalmente após o ano de 2003, assim como indica a expansão territorial das universidades federais conformadas no modelo *campus* universitário como infraestrutura básica de sua territorialização, nos denominados “*campus* fora de sede.” No capítulo posterior será apresentado a dinâmica da implantação do *campus* como modelo da universidade brasileira, buscando uma perspectiva que inseriu as universidades rurais nesse contexto formador de um ambiente concebido para integrar as demandas de uma comunidade dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

²⁴ Dados computados pelo site: “Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior”. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

3 *Campus* Universitário

Dober (1996b) ao discursar sobre o *campus* da universidade norte-americana, afirmou que seu planejamento e desenho correspondia à renovação das concepções educacionais refletida nas estruturas físicas. De fato, à medida que a universidade ampliou suas atividades e consolidou-se como instituição educacional, mais específicas tornaram-se suas exigências por espaços físicos. De modestas edificações sem endereço fixo, localizadas em meio ao tecido urbano medieval; até a evolução físico-espacial encontrada no *campus* norte-americano, isolado em meio à natureza; acumulou um grande repertório de soluções e de planejamento arquitetônico. Nessa lógica, o *campus* universitário e sua origem será o assunto abordado nessa seção da pesquisa, assim como sua posterior introdução e consolidação no Brasil como modelo de ocupação para universidade brasileira.

No Brasil, o *campus* foi considerado modelo de concepção espacial ideal e significativa da universidade brasileira, sendo legalmente institucionalizado na década de 1960. Porém, ações e planejamentos arquitetônicos e urbanísticos referentes as atividades do ensino superior e especialmente da universidade, iniciaram-se em décadas anteriores. A ocupação inicial da universidade endereçava-se em edifícios isolados localizados espaçadamente nas cidades já consolidadas do país. O ampliar de horizonte dessa configuração espacial desarticulada deu-se através da reunião das escolas de ensino superior em um terreno contínuo e na maioria das vezes, marginal aos centros urbanos. Tal morfologia foi denominada “cidade universitária” e, em termos gerais, caracterizou-se como gérmen do *campus* universitário brasileiro. Essa ocupação do território para fins de locar as atividades da universidade carregava em seu planejamento os princípios modernistas contidos na Carta de Atenas de 1933¹.

Na literatura, muitas vezes encontra-se a expressão “cidade universitária” empregada como sinônimo de *campus* universitário, mas veremos que existiam diferenciações consideráveis. Todavia, no interior dessa discussão, destaca-se uma questão sujeita de uma maior aproximação: o planejamento arquitetônico urbanístico dos *campi* das instituições

¹ Manifesto urbanístico que expressava o pensamento para o meio urbano, na época. Foi resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado a bordo do navio *Patris II*, em 1933. De modo geral, sintetizava a visão do “Urbanismo Racionalista ou Urbanismo Funcionalista”. A carta analisou o estado de cidades e propunha aspectos para a melhoria da infraestrutura urbana segundo aspectos como: necessidade de planejamento regional e intra-urbano, a implantação do zoneamento, através da separação das zonas de usos distintos (as quatro funções-chaves do ambiente urbano: morar, trabalhar, lazer e circular), a padronização das construções e industrialização de seus componentes, a otimização do espaço mediante a verticalização dos edifícios situados em amplas áreas verdes, entre outras considerações. Sobre patrimônio histórico decretava a valorização de presenças arquitetônicas relevantes, no entanto não se opunha à demolições quando necessárias ao bem comum. Em nome do fim da reconstituição falsa, o texto exposto na carta não admitia o emprego de estilos antigos em novas edificações (CIAM, 1933).

de ensino superior de vocação rural². Trata-se de uma temática pouco abordada frente aos *campi* das instituições urbanas³ ou abordada pelos autores de maneira implícita.

O direcionamento da pesquisa na abordagem do tema – a origem de *campi* das universidades rurais – foi despertado no desenvolver do trabalho, que ao pesquisar as raízes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) implantada na cidade de Rio Paranaíba, constatou-se um paralelo temporal entre a criação de tal instituição, que à época denominava-se Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), localizada na cidade de Viçosa - MG, em 1920, e a criação da Universidade do Brasil e sua “cidade universitária” localizada na cidade do Rio de Janeiro⁴. Ambas instituições criadas quase ao mesmo tempo e com localizações e especificidades tão análogas, despertaram o interesse na análise do processo de implantação dos *campi* universitários das Universidade Públicas, cuja gênese adveio de escolas superiores de agricultura, assim como ocorreu com a UFV.

A medida que a temática era aprofundada, percebeu-se que os estudos sobre o *campus* universitário concentravam-se em torno das conhecidas Universidade do Brasil (atual UFRJ – Cidade Universitária da Ilha do Fundão), da Universidade de São Paulo (USP – Cidade Universitária), da Universidade de Brasília (UNB) - como marco de modernização, entre outras. De fato, essa conjuntura instigou-nos rumo ao estudo da implantação dessas “universidades rurais” e seus “*campi*”. Nesse seguimento, o estudo abrangerá a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ), atual *Campus* Piracicaba da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP); a Escola Agrícola de Lavras, atual Universidade Federal de Lavras (UFLA); a Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); além da Universidade Federal de Viçosa (UFV), estudo base da pesquisa.

Desse modo, ao resgatar a organização física proposta para a universidade brasileira levantou-se fatos relevantes dentro do cenário literário e os eventos históricos sobre a criação das “universidades rurais” acima citadas, que possibilitaram considerar a existência de um modelo de planejamento arquitetônico urbanístico contemporâneo e, em alguns casos, precursor ao modelo “cidade universitária” que estabelecia-se nos centros urbanos no final de década de 20. Nesse ínterim, encontrou-se em algumas dessas instituições de ensino com vocação rural, um planejamento caracterizado por um modelo que, embora possuísse

² No contexto da pesquisa, tratam-se das Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária, que com o passar dos anos desenvolveram-se em universidades ou vieram a fazer parte de uma universidade. Não necessariamente tais instituições possuem em sua nomenclatura a palavra “rural”. São consideradas “universidades rurais” àquelas instituições que historicamente apresentaram-se no cenário nacional com vocação ao estudo, pesquisa e extensão das atividades relacionadas a ciências agrárias, exatas e da terra. A grande maioria desenvolveu-se tendo como cursos precursores: Agronomia e Veterinária.

³ Para fins de estudo, considera-se instituições de ensino superior urbanas aquelas inseridas nas cidades ou às margens da cidade, cuja gênese transcorre das academias tradicionais – direito, medicina e engenharias.

⁴ Escola Superior de Agricultura e Veterinária criada pela legislação mineira (Lei n.º. 761) em 6 de setembro de 1920 e Universidade do Brasil criada por decreto (Decreto n.º. 14.343) em 7 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920).

singularidades, baseava-se no planejamento da ocupação de uma escola superior em terreno de amplas dimensões, capaz de sustentar as atividades acadêmicas e as atividades de experimentação agrícola que necessitavam de ambientação e instalações típicas de fazenda e por aproximação conceitual assemelhava-se com o modelo americano de *campus* universitário das universidades de vocação agrícola americanas, os *Grant Land Colleges*.

Dessa maneira, a sequencia proposta para o desenvolvimento desse momento da pesquisa, focará nas etapas: gênese do conceito de *campus* advindo dos Estado Unidos da América; implantação desse modelo urbanístico no Brasil, analisando como se deu o seu desenvolvimento junto ao ensino superior brasileiro e; após tais considerações, será estudado especificamente sobre como ocorreu o desenvolvimento do território das instituições que nasceram “escolas superiores de agricultura”.

3.1 *Campus* Universitário: origens americanas

Pinto e Buffa (2009) descreveram o *campus* como uma invenção norte-americana do início do século XVII. A noção de *campus* ou campo, em latim, remetia a visão agrarista e puritana dominante na época, apoiado em uma ideologia antiurbana, na qual o ambiente afastado e segregado da cidade permitiria o desenvolvimento da ciência e do conhecimento. Dober (1996b) relata que no período colonial americano, as instituições de ensino baseavam-se no sistema de colegiado e procuravam reproduzir em suas terras o modelo físico da metrópole inglesa, porém, a disposição das edificações predefiniam conjuntos edificadas segundo uma configuração aberta, em contrapartida da composição fechada dos *colleges* ingleses. Turner (1984) acrescenta que a religiosidade puritana existente na colônia levou os *colleges* a se estabelecerem afastados das comunidades urbanas, enquanto que os *colleges* britânicos permaneceram no meio urbano, entretanto, utilizavam a concepção espacial do claustro com entrada única, como garantia de permanência das relações sociais puritanas e anti-urbanas. Os *colleges* americanos garantiam essa adequação, por sua localização em áreas rurais, longe das cidades, percebido como local ideal do desenvolvimento do estudo acadêmico.

Os *colleges* norte-americanos, diferentemente dos *colleges* ingleses, conferiam títulos aos seus estudantes e perfaziam o ensino superior da “colônia”, enquanto que na Inglaterra tais colégios responsabilizavam-se pelo ensino preparatório para o ingresso na universidade. Com o tempo, o caráter individual de cada *college* e sua localização nos limites da cidade ou no campo, levou à ruptura com a tradição europeia e transformou-o numa espécie de cidade em miniatura, com edifícios separados e implantados num amplo espaço verde.

Mediante o desinteresse do rei inglês em construir grandes obras na colônia e os rígidos princípios morais, que evitavam ostentação e não consideravam a construção de palácios, parques e obras públicas; as edificações dos *colleges*, geralmente financiadas pela

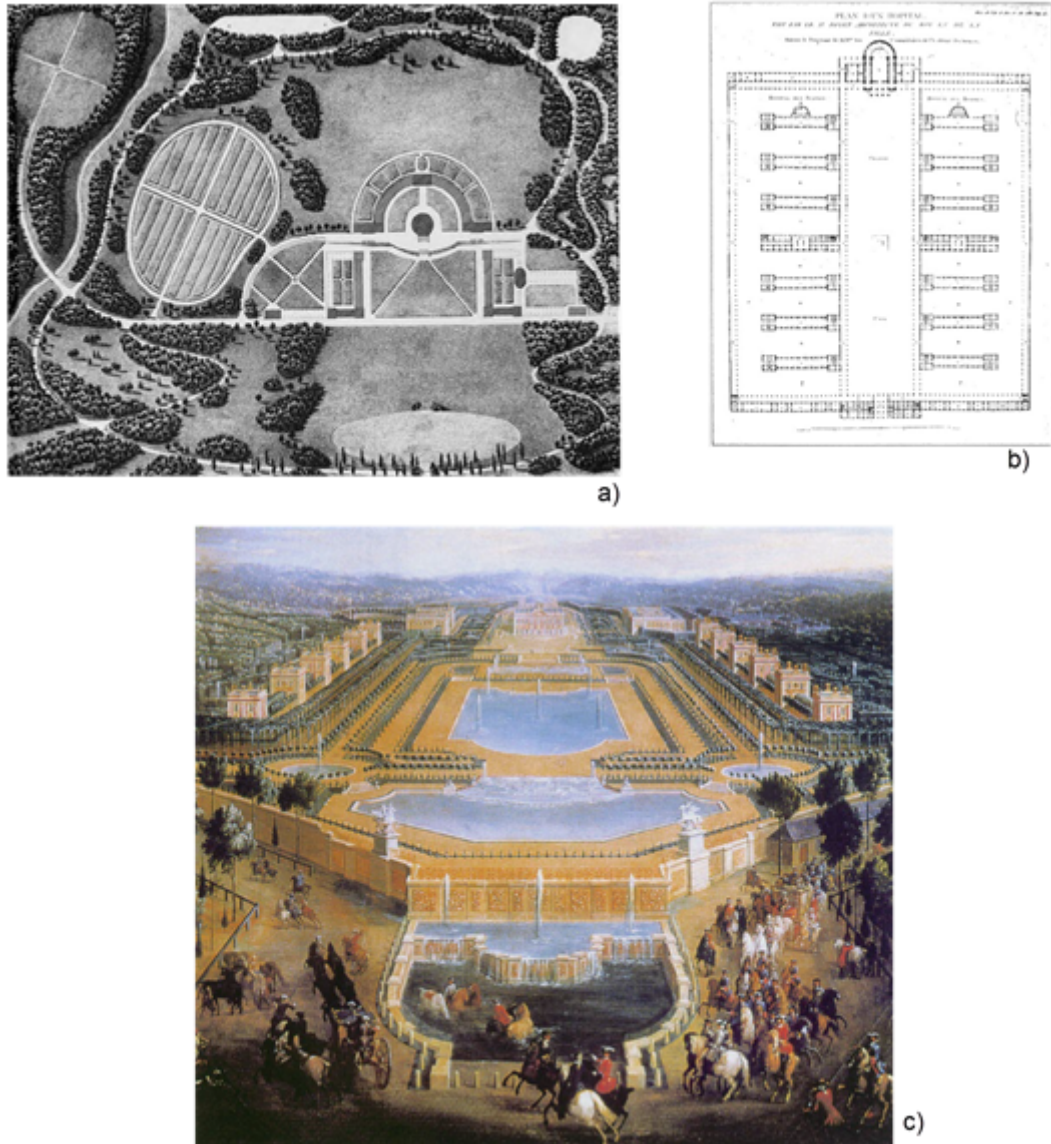
iniciativa privada, constituíram-se nos edifícios mais importantes da nova comunidade, a *New England*, fato que caracterizou um latente caráter aristocrático imbuído no princípio de implantação desses *colleges* americanos.

Turner (1984) afirma que a noção romântica de *colleges* imersos em meio a natureza e afastado das más influências da vida nas cidades constituiu-se no ideal americano para a localização da universidade. Essa característica era tão marcante que mesmo os *colleges* implantados no meio urbano, como o *Yale College*, eram concebidos de maneira a simular o ambiente rural, com edificações espalhadas em um terreno verde, apresentando-se como um parque. A primeira vez que a palavra *campus* foi usada em uma descrição do espaço de uma universidade, ocorreu em Princeton, mas tinha o seu significado em latim: descrevia apenas o terreno como um campo. Entretanto, por se constituir um “*campus*” dentro da universidade, rapidamente ganhou conotações amplas, passando a representar toda a propriedade da instituição, incluindo seus edifícios. O *campus* passou a conceituar todo o conjunto edificado das universidades e desenvolveram-se como verdadeiros experimentos de planejamento arquitetônico e urbanístico.

Reconhecidamente, o modelo de *campus* universitário americano mais emblemático foi experimentado com Universidade de Virgínia, localizada nos arredores da cidade de Charlottesville, fundada por Thomas Jefferson em 1819. Enquanto governador do Estado de Virgínia, Jefferson apresentou ao poder legislativo estadual a proposta de construção de uma série de escolas que viriam a ser uma universidade pública, e que enfatizava o ambiente físico como uma característica fundamental para o desenvolvimento da educação. Segundo Coulson, Roberts e Taylor (2011) a Universidade de Virgínia representa a melhor manifestação educacional do ideal do planejamento de *campus* americano e a destaca como um dos momentos mais decisivos na história dos projetos de *campus* universitário, devido ao seu arranjo, trazendo o conceito de grandes espaços verdes abertos, rodeados por estruturas e edificações sucessivas que serviam tanto como residências, assim como salas de aulas.

Existem demasiadas especulações sobre as inspirações de Thomas Jefferson para o planejamento da Universidade de Virgínia. Citam-se o projeto da *Union College*, de 1813, desenhado pelo arquiteto francês Joseph Jacques Rame, cujo planejamento mostra edifícios individuais isolados, dispostos a formar um pátio aberto em um lado e uma estrutura semicircular ao centro (um ‘Parthenon’). Também são considerados de grande inspiração os estudos para a renovação dos hospitais de Paris no final dos anos 1700, sobretudo o projeto do hospital *Hotel-Dieu*, projeto coordenado por Jean-Baptiste Le Roy, na qual articulou um gramado rodeado por construções em forma pavilhonar ligadas por passarelas cobertas. Mais uma especulação sobre as referências de Jefferson diz respeito a “Marly-le-Roi”, a residência real de Louis XIV, patrocinador dos estudos relativo aos hospitais na capital francesa (MILLER, 2010). (FIGURA 10).

Figura 10 – Inspirações de Thomas Jefferson para o Projeto da Universidade de Virgínia



Legenda – a) Planta para a *Union College*, de Joseph Jacques Ramée, 1813. Edificações dispostas em torno do gramado aberto para a paisagem com uma rotunda na extremidade; b) Planta para o hospital Hotel-Dieu desenhada por Bernard Poyet, 1788. O partido arquitetônico apresentava-se em sistema de pavilhão, colocados em “galerias” que permitissem a higienização por ventilação cruzada; c) Marly-le-Roi. Ilustração de Pierre-Denis Martin, Museu de Versalhes.

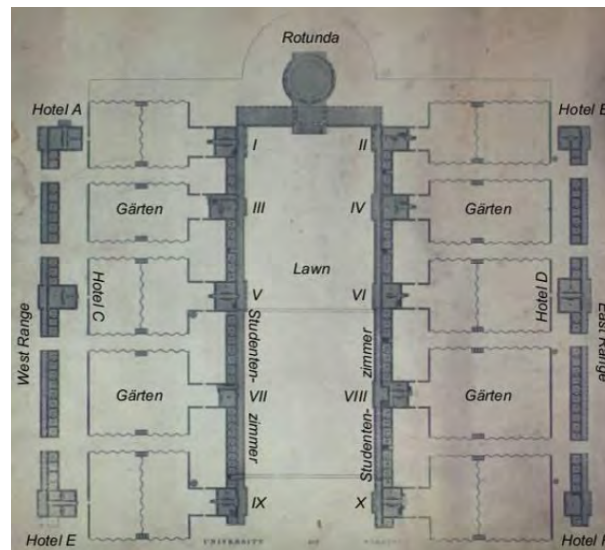
Fonte – Turner (1984, p. 69); Corboz (2005, p. 183); Corboz (2005, p. 175).

Apesar dessas considerações sobre as tantas inspirações de Jefferson para o planejamento da universidade, seu arranjo espacial é bastante simples:

um espaço central arborizado, contornado por uma série de dez pavilhões, cada um construído para um assunto individual, abertos de um lado para uma deslumbrante paisagem das plantações da Virgínia e no outro extremo do eixo, simbolizando a funcionalidade da universidade, a Biblioteca em formato de Rotunda (COULSON; ROBERTS; TAYLOR, 2011, p. 10-11) (FIGURA 11)

O projeto propunha um território extenso e fechado, longe das cidades, mas dotado de todos os equipamentos, serviços e facilidades que uma cidade deve oferecer. Nesta área, o aluno deveria dedicar-se integralmente aos estudos sem as preocupações nem interferências (consideradas nocivas) das cidades “regulares”. Assim “[...] o território para o ensino e o aprendizado ampliava-se da escala do prédio para a escala do *campus*, uma grande área projetada, fechada e com regras, costumes e leis próprias” (PINTO; BUFFA, 2009, p. 38). Consistia na ruptura radical das iniciativas universitárias europeias, dissolvendo o modelo de ocupação universitária no ambiente citadino.

Figura 11 – Universidade de Virgínia –EUA: Plano Urbanístico da Vila Acadêmica



Legenda – O plano urbanístico caracterizava-se por sua implantação no terreno formando um eixo norte-sul de características monumentais, sendo que a cada extremo deveria localizar-se um prédio que refletisse o caráter educacional da universidade. Em um dos extremos, propôs-se a construção do edifício da Biblioteca, como marco e referência do *campus*, cujo projeto arquitetônico assemelhava-se ao projeto romano do Parthenon: uma rotunda. As demais edificações compunham uma composição equilibrada e simétrica em cada lado do eixo, ficando separados por um grande jardim (o *lawn*). Toda a circulação se fazia por uma *loggia*, que passava na frente de todos os edifícios. No projeto original, ao lado de cada edifício destinado ao ensino, localizava-se um prédio de alojamento de alunos. As funções de cada edificação diferenciavam-se uma das outras e não havia superposição de cursos numa mesma edificação.

Fonte – Ribeiro (2008, p.93).

As construções em nada se assemelhavam ao modelo dos mosteiros e dos *colleges*, geralmente de plantas quadrangulares e fechadas em si. Para permitir a entrada da iluminação natural e ventilação, as edificações da Universidade de Virgínia foram concebidas de maneira pavilhonar, individualizadas e afastadas da edificação mais próxima. Esteticamente, o estilo em vigor, era o clássico, e a maioria das edificações exibiam nas fachadas, a colunata e os frontões (FIGURA 12)

Figura 12 – Universidade de Virgínia –EUA: Lawn



a)



b)

Legenda – a) Vista do *Lawn*, que além de área verde, demarcava o planejamento como um “eixo monumental”; b) Fotografia do *Lawn*, com Rotunda ao fundo e pavilhões nas laterais.

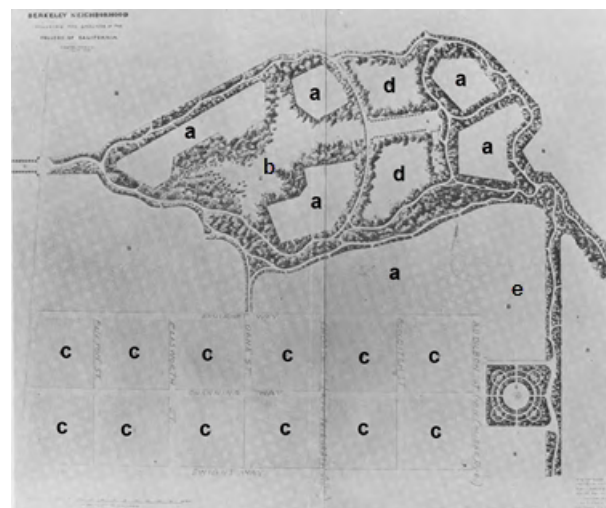
Fonte – Ribeiro (2008, p.92 e 102).

Pinto e Buffa (2009) afirmam que o ideal apresentado no planejamento do *campus* da Universidade de Virgínia, o de *campus* isolado da cidade, surgindo como uma comunidade centrada no saber, não somente foi aceito, como foi reproduzido por todo o país e difundiu-

se para outros, inclusive o Brasil e o “Velho Mundo”. Calvo-Sotelo (2007) relata que a primeira universidade europeia a adotar o modelo de *campus* para sua ocupação territorial foi a Universidade “Cidade de Madri”.

Ainda sobre o *campus* universitário americano, Turner (1984) descreveu um fato marcante no desenvolvimento e planejamento desse espaço. Após a Guerra Civil e com a democratização do sistema de ensino superior americano, na figura dos *Land Grant Colleges* ou *People Colleges* (como eram popularmente chamadas tais universidades), mudanças no planejamento físico das universidades aconteceram em função de suas especificidades curriculares que incluíam programas científicos e atividades agrícolas. Mais do que isso, refletiam os anseios de uma sociedade que queria uma universidade para todos e para o povo, que estivesse em locais próximos às suas residências, colinas e vales rurais. Respondendo à esses anseios, destacaram-se os trabalhos do arquiteto Frederick Law Olmsted. O trabalho de Olmsted é reconhecido por seu interesse sobre parque públicos, mas o arquiteto também dedicou-se ao projeto de universidades do tipo *land grant college*, pois acreditava na visão democrática do ensino, ao combinar treinamento teórico e prático. Seu trabalho mais referenciado e que serviu de modelo para tantos outros projetos foi realizado para a Universidade da Califórnia em Berkeley, por volta de 1865, quando visitou o local a fim de projetar a implantação do novo *campus* da universidade (FIGURA 13).

Figura 13 – Plano Olmsted para a Universidade de Berkeley



Legenda – Planta desenvolvida por Frederik Law Olmsted em 1866. As regiões demarcadas com as letras “a” e “d” correspondem as áreas da escola, envolvidas em um grande parque. As áreas demarcadas com a letra “c” correspondem à terrenos urbanizados antes da consultoria de Olmsted. As demais áreas correspondem aos locais planejados para residências e edificações para serviços públicos.

Fonte – Turner (1984, p. 144). Modificações da autora

O projeto urbanístico para Berkeley continha uma inovação: a localização da universidade em uma concepção não totalmente isolada da cidade, demonstrando um ideal

de integração. Para Olmsted, as universidades não deveriam se localizar nem afastadas da vida urbana, de modo a reproduzir “a esterilidade do universo monástico”, e nem no meio da cidade, de modo a se envolver com as distrações da vida urbana. E a solução para tal questão seria a integração adequada entre a vida cotidiana e a vida envolta em natureza. Para isso, trouxe um partido onde a universidade se localizava em um local suburbano, assumindo a forma de um parque natural, como uma comunidade ou um bairro da cidade. Olmsted propunha o conceito de um *campus* informal, delineado na escala da comunidade e do terreno, sem um rígido desenho simétrico delimitado pela disposição de suas edificações, o que contrastava com a organização anterior dos *colleges*. Dober (1996b) acrescenta que esse estilo “interiorano” defendido para o *campus* ao invés de edifícios monumentais, rejeitava a formalidade dos composições clássicas e tradicionais em quadrângulos, assim como rejeitava as acomodações estudantis naquelas grandes edificações. Sua proposta para a vila estudantil refletia em uma tipologia residencial, com uma escala de bairro. Para Olmsted, essa nova escala trazida para o *campus* representava a verdadeira redemocratização do ensino superior americano.

Todos esses princípios, estavam presentes no plano para Berkeley e o autor Turner (1984, p.142) cita a fala de Olmsted, que ao expor o planejamento do novo *campus* aos curadores da universidade, fez a seguinte colocação:

Proponho adotar um arranjo bucólico, em vez de um plano formal e perfeitamente simétrico por duas razões, nas quais, esse arranjo se harmonizaria melhor com o caráter desejado para o bairro e que esse arranjo permitiria qualquer modificação ou ampliação no plano geral de construção . . . Tenho observado que nos grandes *Colleges* do Leste, o projeto original de organizar todas as edificações . . . de forma simétrica, tem-se provado impraticável e vem sendo abandonado, enquanto que os [*colleges* do oeste] que tem sido realizados [de forma simétrica] tem causado grandes inconvenientes.

O plano de Olmsted para Berkeley não foi realizado, mas o conceito por ele lançado – a implantação de edificações em um ambiente semelhante a um parque – influenciou muitas universidades do tipo *Land Grant Colleges*. Citam-se: Massachusetts Agricultural College (hoje University of Massachusetts), Kansas Agricultural College (hoje Kansas State University), Michigan Agricultural College (hoje Michigan State University) e Iowa State College of Agricultural and Mechanic Arts (atual Iowa State University), cujo plano urbanístico se faz importante para a pesquisa, pois a literatura histórica sobre a UFV faz correspondência entre os *campi* dessas duas instituições; Berkeley por ser pioneira no princípio “*campus* parque”, que se faz presente na organização da UFV e Iowa, por ser o exemplo de *campus* vivido por Peter Henry Rolfs, organizador e primeiro diretor da ESAV, a escola agrícola que lançou as bases da Universidade Federal de Viçosa.

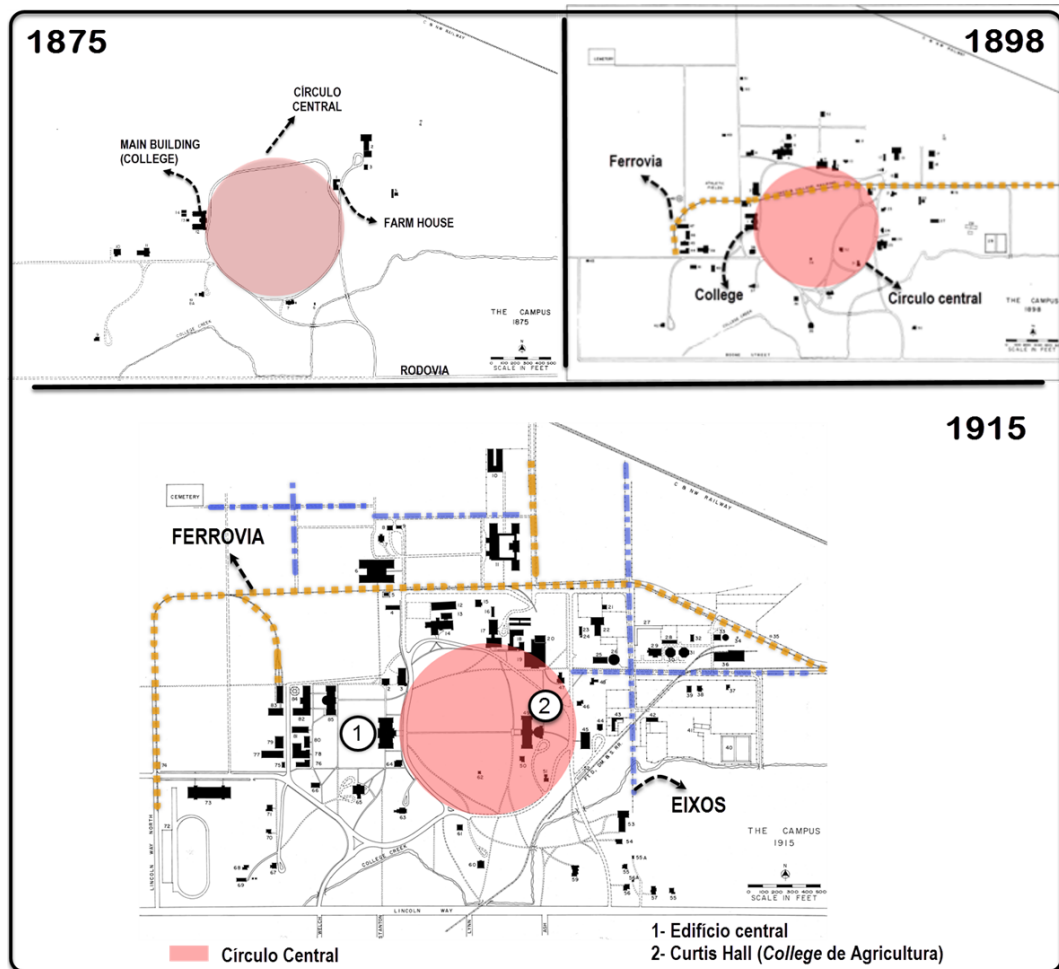
A construção do *campus* da “Iowa State College of Agricultural and Mechanic Arts” iniciou-se baseado nas necessidades de um modelo de fazenda, juntamente com as necessidades acadêmicas. Em 1860 construiu-se a “Farm House” e os celeiros para animais.

Em 1865 iniciou-se a construção do “Prédio Principal”(destruído em um incêndio em 1902). O início de um planejamento urbanístico deu-se pela criação de um grande “largo” paisagístico em volta dos edifícios, creditado ao primeiro diretor da escola, Dr. A. S. Welch. Este conceito de organização básica – do “Círculo Central”– foi seguido nos planejamentos posteriores, estabelecendo um referencial morfológico para o crescimento futuro do *campus*.

Rapidamente a escola se desenvolveu e a partir de 1886, passou a distribuir as edificações conforme os departamentos: engenharias ao oeste e setor agrícola ao leste. Em 1906 um grande impasse ocorreu junto ao Comitê de Terras (*Public Grounds Committee*): a locação do novo prédio da Agricultura – o Curtis Hall– e a nova rota da ferrovia que cruzava o interior do *campus* (FIGURA 14). Para auxiliar na solução do impasse, foi contratado renomado arquiteto paisagista, John Charles Olmsted, da firma “Olmsted Brothers”. O plano do paisagista respeitava o Círculo Central e fazia duras críticas à grade retangular que estava se consolidando no *campus*, considerando-a muito “urbana”. Locou o Curtis Hall à direita do Prédio Principal e rearranjou a rota da ferrovia para onde hoje é a rua Osborne Drive. O plano não foi adotado pelos curadores da instituição, principalmente a questão da utilização da escala “doméstica” para as edificações, mas influenciou na maneira como se deveria planejar o *campus* e onde se deveria construir as futuras edificações (DAY, 1980).

Na evolução do plano urbanístico para a Iowa State University, observou-se a inserção do conceito de “universidade parque”, representado principalmente, pelo Círculo Central Gramado, e a adoção de eixos viários em malha, que tinham como referência a linha férrea que cruzava o *campus*. Turner (1984) ao falar sobre os *campi* das *Land Grant Colleges* afirma que dos princípios de planejamento e ordenação do espaço propostos pelos irmãos Olmsted, apenas a indicação contra a construção de grandes edificações e a utilização do sistema de alojamento com tipologia residencial, as “casas de campo”, não foram aceitos.

Assim, como acontecia em outros *Colleges*, a Universidade de Iowa continuou a construir grandes estruturas para abrigar salas de aula, escritórios e as vezes, dormitórios, em uma edificação única. Assim, houve continuação da tradição americana representada pelos Prédios Principais, os “Old Mains”. Essa pequena descrição do *campus* de Iowa durante seus primórdios muito se assemelha com o planejamento feito para UFV no seu *campus* de origem. Ainda hoje, o planejamento da UFV lista como regra primordial a adoção do princípio “universidade parque”. Mais adiante será revista essa questão.

Figura 14 – Plano *Iowa State College of Agricultural and Mechanic Arts*

Legenda – Evolução do *campus* da Iowa State University até 1915. Observa-se a adoção do Círculo central como núcleo ordenador, assim como a posição da ferrovia ditando os eixos de expansão do *campus* segundo uma malha retilínea, em oposição à ocupação inicial com características informais tipo fazenda.

Fonte – Day (1980, p. 491-496). Modificações da autora.

3.2 Campus Universitário no Brasil

A questão do *campus* universitário instituído como modelo arquitetônico-urbanístico da universidade brasileira, será abordada de maneira relativizada. Primeiramente, relacionaremos a questão sobre a nomenclatura utilizada para caracterizar o território universitário. No Brasil, nos períodos iniciais da institucionalização e criação da universidade utilizou-se a expressão “cidade universitária” no lugar da expressão “*campus* universitário”. A outra questão que será examinada diz respeito a abordagem predominante dos *campi* universitários brasileiros implantados e localizados nas cidades mais consolidadas, frente ao modelo de ocupação praticado pelas universidades de vocação rural.

Tal abordagem revelou uma lacuna temática, na qual os *campi* das escolas superiores de agricultura e veterinária, geralmente localizadas em cidades pequenas e no interior do país, ficavam à margem ou completamente fora dessa análise recorrente. Diante dessa conjuntura, partimos do pressuposto que, ao deixar à margem a análise do espaço construído de instituições cujas origens vocacionais rurais as levaram localizar-se em cidades interioranas de bases econômica agrícolas, deixaram também de observar a formação de espaços universitários importantes, nos quais poderiam ser encontrados os princípios formadores e organizacionais do *campus* americano. Faz-se também, objetivo desse momento da pesquisa, considerar essas questões e trazer uma abordagem que aproxime a formação dos *campi* universitários implantados pelas instituições localizadas no eixo urbano consolidado às instituições que foram implantadas geralmente, para incentivar uma nova ocupação territorial rumo à urbanização do rural.

No início do século XX, as universidades brasileiras foram legalmente criadas e iniciou-se a discussão sobre sua localização em grandes terrenos à margem da cidade, e o termo utilizado para identificar seu território era “cidade universitária”. Pode-se creditar tal denominação ao padrão tradicional adquirido da Europa, visto que a expressão “cidade universitária” tem origem francesa⁵. Segundo Prieto (2005, p. 49), tal expressão “[...] era a designação de um local específico, um bairro ou região da cidade, para onde seriam transferidas as faculdades, escolas e institutos daquela universidade existente, inclusive os equipamentos e espaços destinados à prática desportiva”.

Mahler (2015, p.122) sugere que a diferenciação entre a expressão ***campus*** e ***cidade universitária*** estaria arraigada na presença da paisagem do campo, que juntamente às atividades acadêmicas estavam intrínsecas ao conceito de *campus* universitário americano. Nessa perspectiva, fazia sentido utilizar o termo “cidade universitária” para designar o local físico das universidades (federais) brasileiras, que se encontravam planejadas para as áreas urbanas mais consolidadas. Entretanto, com o tempo, o termo foi substituído por “*campus*”, mais especificamente, após a Reforma Universitária de 1968 e com a promulgação de legislação específica que veio estabelecer o *campus* como patrimônio da universidade e fixar diretrizes para sua implantação, alienação e conduta para utilização de recursos oriundos destas operações⁶.

A confusão acerca desses dois termos – cidade universitária e *campus* – utilizados para designar o território da universidade brasileira até meados de 1960 é bastante plausível, visto que os dois modelos referenciavam-se na Arquitetura e no Urbanismo modernista. A

⁵ De acordo com Mahler (2015), na França era comum uma região torna-se a *Cité Universitaire*, pois a universidade francesa, que possuía um caráter urbano, ocupava várias edificações de uma determinada localização, o que atraía os estudantes para fixarem suas residências no seu entorno, assim, formatavam um lugar ou um bairro que além das funções acadêmicas, incorporavam as funções cidadinas e inseriam-se junto ao meio urbano.

⁶ Decreto n°. 62.758, de 22 de maio de 1968, Decreto n°. 63.341, de 1° de outubro de 1968 e Lei n°. 6.120, de 15 de outubro de 1974 (BRASIL, 1968a; 1968b; 1974).

diferença marcante foi encontrada no modo de concepção da cada unidade construída para compor o espaço designado para a universidade. Na cidade universitária as edificações eram concebidas para figurarem como uma unidade acadêmica autônoma – a Faculdade ou Escola – e já no modelo “*campus*”, havia uma preocupação de inserção do conceito de integração e não concebia-se escolas isoladas (NOGUEIRA, 2008).

Efetivamente a utilização de *campus* como modelo de ocupação territorial passou a ser usado depois da consultoria de Rudolph Atcon, através do Manual sobre o Planejamento Integral do *Campus* Universitário, publicado em 1970, onde os conceitos estavam assim descritos:

[...] *Campus* universitário é um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra da maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico coordenado e da maior envergadura possível, respeitadas as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiros.

A “Cidade Universitária” — corresponde a universidade tradicional — dá, numa só área geográfica, expressão física ao desejo de união das unidades isoladas e dispersas que a compõem. Porém, não ultrapassa uma mera aproximação dos edifícios que abrigam autarquias independentes entre si (ATCON, 1970, p. 8).

Observa-se que Atcon criticou o sistema de faculdades isoladas que encontrou nas cidades metropolitanas brasileiras. Para o consultor, a universidade, colocada como um organismo, precisava ser integrada, o que não ocorria na maioria dessas instituições, pois muitas vezes estavam dispersas nas cidades e nos casos em que ocupavam território contínuo, eram organizadas em unidades fracionadas. Fundamentado nesse princípio organizador de integralização, considerava o *campus* como modelo ideal para o desenvolvimento da universidade orgânica e ditava parâmetros para o planejamento, implantação e reorganização de *campus* no Brasil. De fato, o modelo de *campus* fundamentado no modelo americano serviu de subsídio para muitas universidades planejarem e moldarem sua ocupação física

Santos e Almeida Filho (2008) tratam a universidade como uma invenção não nascida pronta, mas uma instituição historicamente construída. Tal afirmação pode ser estendida à adoção do conceito do *campus* como o ambiente construído universitário. Como já visto anteriormente, o *campus* surgiu na ideologia romântica de criar um lugar isolado das cidades e de preferência, em meio a natureza, para abrigar as atividades universitárias integralizadas. Entretanto, se considerarmos o *campus* de maneira ampla e genérica, como a representação física da universidade, poderemos desenvolvê-lo cronologicamente ao longo de todo o processo de formação, implantação, consolidação e permanência da universidade.

Tomando partido dessa premissa, e buscando uma metodologia para melhor expressar a institucionalização do *campus* universitário, historicamente e como modelo físico da universidade brasileira; nesse trabalho dividiremos o assunto conforme seções, denominadas “fases”, que embora tenham relações temporais, focam-se na tipologia da organização institucional da universidade. Assim, as seções aqui caracterizadas são: fase anteceden-

tes, fase criação e desenvolvimento, fase consolidação e, uma última fase, denominada expansão. Esclareço que tais fases, não possuem datas específicas e rígidas, haverá “faixas” de transição. A definição das fases ocorreu relacionando-se com “marcos” que vieram a estabelecer certas características físicas tanto para as edificações construídas, quanto para os terrenos ocupados.

a) Fase Antecedentes

Com base na literatura consultada, observou-se que os antecedentes do surgimento das universidades retratavam os ideais europeus em terras nacionais, representados pelo ensino jesuíta, pelo ensino dos engenheiros militares e posteriormente, no ensino ministrado das academias imperiais. Assim, pode-se inferir que fisicamente, os primeiros enfoques da universidade no Brasil advém dos colégios construídos pelos padres da Companhia de Jesus (muitos deles considerados arquitetos)⁷. A importância desses espaços construídos incide no significado latente na didática monacal em elaborar um ambiente que, embora estivesse presente na urbe, fechava-se em si, separando o mundano, dos saberes maiores ministrados dentro dessas edificações. De modo geral esses valores representam características observadas no modelo “*campus* universitário” em formação nos Estados Unidos: isolado e livre da influência da vida da cidade. Para Almeida (1983), os colégios monacais foram responsáveis pela disseminação inconsciente do princípio que garantiu ao *campus* universitário sua aceitação como “o local da universidade” em um momento futuro, visto que dentro do universo do ensino, a prática do isolacionismo fora utilizada no contexto de vida cotidiana do país desde o tempo colonial, conformado nos colégios das ordens religiosas. Cabe ainda a esse período antecessor à inserção do modelo *campus*, o estabelecimento das Academias e Escolas Superiores localizadas nas principais cidades na época colonial e imperial do Brasil, cuja expressão física caracterizavam-se nas edificações construídas e distribuídas nas cidades onde cada um desses “prédios” representavam uma Escola isolada e independente, a exemplo, a Escola de Medicina e a Escola de Direito.

b) Fase Criação e Desenvolvimento

Observou-se duas situações nessa fase. A primeira situação decorreu sobre o momento ao qual o ensino superior ministrado na sua maioria, nas capitais dos estados, passou a ser organizado como uma “universidade” mediante a aglutinação de escolas superiores, ou seja, procurou-se agrupar em um mesmo terreno as escolas superiores urbanas, mas ainda funcionavam de maneira

⁷ Segundo Bueno (2011), encontram-se registros de aulas militares realizadas nos locais de trabalho dos engenheiros, ou seja, nos fortes e nas praças citadinas, o que indica que provavelmente, as aulas aconteciam em imóveis nas cidades. Ainda, há registros de aulas realizadas junto aos colégios das ordens religiosas, principalmente após a expulsão dos jesuítas do Brasil.

independente, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. Em uma outra situação, ocorrida em paralelo, haviam as escolas superiores de Agricultura e Veterinária que também organizavam-se em grandes extensões de terrenos mas estavam sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Ambas formas de apropriação do espaço evoluíram até serem reconhecidas como *campus* universitário.

Para descrever a primeira situação, Pinto e Buffa (2009) relataram que os primeiros pensamentos e planejamentos dos espaços universitários pensados como um conjunto, foram datados das décadas de 1920 e 1930. Esses planos pertenciam aos estudos para implantação da Universidade de Minas Gerais; para o advento da Universidade do Brasil (UB), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, e da Universidade de São Paulo. Tais planejamentos seguiram a abordagem denominada “cidade universitária”. Essa forma de apropriação do espaço, utilizada no Brasil no início do século XX até meados da década de 1960, designou o espaço das universidades implantadas nas cidades consolidadas, ou melhor dizendo, nas grandes cidades brasileiras, sobretudo nas capitais estaduais. Os primeiros planos físicos aconteceram segundo uma concepção que buscou reunir em uma única localização, Escolas Superiores de vocação profissionalizante clássica, geralmente consideradas os pilares da universidade brasileira: as Escolas de Medicina, Direito e Engenharias, mas não havia a concepção de integração.

Mais uma vez frisa-se, que para a organização dessas Escolas, o *campus* fazia alusão à “aglutinação” das várias faculdades em um mesmo território, em torno de uma única administração (Reitoria), com cada faculdade impondo suas edificações de forma monumental e articulando as ligações (acessos e arruamentos) entre os mesmos; além disso, as universidades urbanas passavam por um grande número de comissões e projetos de suas “cidades universitárias”. Ainda não havia a organização departamental na universidade. A escolha do sítio em local marginal ao centro urbano dava-se por questões imobiliárias, e o argumento principal recaía na falta de terrenos suficientes para atender os extensos programas de necessidades da universidade.

Simultaneamente, pode-se relacionar a forma de apropriação do espaço determinado pelas Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária. Essa ocupação caracterizava-se pela preocupação evidente na escolha e organização do terreno, evidenciando uma composição arquitetônica, que embora, focado em edificações centrais, mantinham uma intenção de desenho integral desse espaço apropriado. O cuidado principal na escolha do sítio, envolvia à demanda de infraestruturas necessárias para o funcionamento de atividades correlatas às tarefas das propriedades rurais, o que significava uma reserva considerável de terrenos cultiváveis

para a educação prática e toda gama de edificações de apoio. Tal ocupação territorial distinguia-se da ocupação proposta pela morfologia “cidade universitária” a medida que, localizava-se em pequenas cidades do interior e articulava em uma mesma localidade, não um conjunto de escolas superiores, porém, articulava sobre a égide de uma mesma escola, atividades de ensino, experimentação e tarefas administrativas tanto acadêmicas quanto de produção de bens rurais. Atividades tais que transformaram-se em atividades de pesquisas.

De fato, algumas destas escolas desenvolveram-se a partir de uma organização mista de fazenda, com atividades didáticas e residências para mestres e alunos, como aconteceu com a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), para uma maturidade planejada, cujo desenho conformava a setorização segundo campo disciplinar, edificações de apoio, edificações de utilização comum (alojamentos e refeitórios), edificação de uso laboratorial e salas de aula, além das áreas recreativas. Outras escolas superiores agrícolas, como a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e a Escola Superior de Lavras já traziam sua ocupação de solo como o modelo *campus* universitário, visto que baseavam sua organização segundo as universidades agrícolas americanas, as *Land Grant Colleges*.

Em um momento posterior, ainda nessa fase, observou-se que o conceito de cidade universitária se perdeu e fundiu-se ao conceito de *campus*. Houve a superação do sistema universitário de reunião de Escolas Superiores em um mesmo sítio. Assim, o ensino superior amadureceu e tornou-se verdadeiramente uma universidade autônoma e conseqüentemente, ocorreu a evolução de sua territorialização para o conceito de *campus*, tal como o conhecemos atualmente. Considerou-se como modelo de *campus* ideal, aquele praticado no plano da Universidade de Brasília (UB), em 1962. Segundo Almeida (1983), a Universidade de Brasília desde a fase de projeto, denominou seu território universitário como *campus*. Seu planejamento urbanístico foi concebido permeável à cidade de Brasília. Na realidade, diferente do que ocorreu com os outros *campi*, o *campus* da Universidade de Brasília foi projetado concomitantemente com o projeto e a construção do “Plano Piloto”. Pela primeira vez, uma universidade foi concebida e projetada de acordo com ideais de interdisciplinaridade e integração, sendo seu projeto desenvolvido para atender as demandas físicas de três áreas gerais: os institutos centrais, as faculdades profissionais e os órgãos complementares. Todos centralizados por uma grande praça denominada “praça maior”. O projeto inicial foi bastante modificado pelos profissionais do CEPLAN, entre esses, Oscar Niemeyer. Em uma dessas readequações, foi criado um grande edifício de ponto central: o Instituto Central de Ciências (ICC). Para além dessas características de integralização, os *campi* passaram a necessitar cada vez mais, de espaços

para locar as instalações de pesquisa e pós-graduação, correspondendo à nova política educacional do país.

c) Fase Consolidação

Nessa fase, houve uma ampliação do conceito de *campus*, no sentido que este passou a representar o território da universidade e; a partir do golpe militar de 1964, quando o país sofreu grande influência tanto financeira, quanto política dos Estados Unidos da América, instaurou-se definitivamente o modelo de *campus* norte-americano: isolado das cidades, em áreas extensas, zoneado e com unidades de ensino dispersas umas das outras favorecendo o contato com a natureza, no entanto, organizacionalmente integralizadas. Para o regime governamental da época, esse era o padrão de universidade ideal, pois a segregação que se dava no aspecto físico, permitia uma separação ideológica, cujo objetivo era o de conter e disciplinar o movimento estudantil. Outro fato que auxiliou essa configuração do *campus* como modelo de ocupação territorial da universidade, sobretudo as universidades públicas, foi a consultoria norte-americana da Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que disseminou novos conceitos pedagógicos e físicos para a reestruturação universitária (OLIVEIRA, 2009).

No material produzido por Rudolph Atcon, deu-se grande importância para a configuração dos *campi*. Tal documento publicado em 1970, intitulou-se “Manual sobre o Planejamento Integral do *Campus* Universitário”. No manual, o autor trata de assuntos relacionados à mudança na estrutura da universidade brasileira, ressaltando as propostas de planejamento para o *campus*, indicando sua quantidade ideal de população em 5.000 alunos e um tamanho ideal de terreno, cerca de 500ha. Ainda, valorizou a contratação do profissional urbanista, para que o *campus* fosse implantado segundo estudos aprofundados, com levantamentos topográficos, análise do subsolo e sistema viário, além de um planejamento que apoiasse o zoneamento do *campus*. Para Atcon, o *campus* deveria ser instalado em áreas periféricas dos núcleos urbanos e ao redor do *campus* deveria existir um “anel protetor” das vizinhanças indesejáveis, capaz de controlar seu ambiente interno. (ATCON, 1970).

Via de regra, os *campi* implantados ou que sofreram reformulações pós-décadas de 1960 e 1970, serviram como palco de realizações urbanas racionalistas e modernistas. Em uma escala mais ampla, os planejamentos dos *campi* segmentavam-se do convívio urbano e internamente, obedeciam o próprio modelo educacional universitário proclamado em 1968, segmentado em departamentos. Isso permitiu que o espaço fosse moldado segundo a mesma lógica, realizados de maneira segregada, respeitando ou criando setores. Após a Reforma de 1968, o *campus* passou a ser considerado o modelo oficial da ocupação territorial da universidade.

A partir da década de 1980, o *campus*, como modelo territorial de ocupação, enfrentou críticas contrárias as soluções modernistas e multiplicavam-se as críticas em relação ao seu gigantismo e sua solução anti-urbana. Via-se a todo instante, a figura de *campi* universitários em estado de degradação e incompletos. Vários seminários foram promovidos pelo MEC para tratar sobre o planejamento desses *campi* universitários. As principais discussões recaíam sobre as relações “*campus* x cidade” e sobre a busca de novos padrões espaciais.

d) Fase Expansão

Consolidado o *campus* como modelo de apropriação do espaço das universidades, tem-se que novas maneiras de implantação foram sendo desenvolvidas no decorrer do tempo. Primeiramente, características do movimento modernista, o gigantismo, a segregação, entre outros; que representava fielmente sua apropriação do espaço, reformularam-se incorporando novas conotações.

Na etapa mais recente da implantação de *campus* universitário dentro da política educacional do ensino superior denominada Expansão e Reestruturação, iniciada em 2003 e efetivamente alargando suas fronteiras dentro do país no ano 2006, tem-se a ampliação legal e territorial das universidades com dois novos padrões de apropriação do espaço físico, os pólos universitários e os *campi* fora de sede.

A implantação do *campus* fora de sede representou uma grande remodelação no aparelho administrativo da universidade brasileira, que passou a ter atribuições “multicampi”. Por mais que as universidades se responsabilizassem por bens imóveis em diferentes localizações, o *campus* fora de sede produziu uma nova formatação da política de gestão organizacional universitária. Com a política multicampi, as universidades passaram a lidar e a equilibrar-se diante de uma autonomia “dividida” entre, o regionalismo cultural, político e econômico configurado em cada *campus* recém criado, enquanto que paralelamente, deveriam assegurar a continuidade do *status* da universidade sede. Novos regimentos precisaram ser redigidos e guardadas proporções, ocorreu uma multiplicação dos setores administrativos com poderes de decisão.

A apropriação física desses novos *campi*, indicam uma ruptura com o sistema de planejamento segregado, principalmente, porque a chamada de implantação destes *campi* pelo MEC deixava a encargo da instituição sede sua adesão, sobressaindo uma preocupante questão financeira à ser resolvida. Tal fato, levou a maioria dos *campi* fora de sede, serem instalados em terrenos doados ou mediante parceria com prefeituras municipais. Associados à tendência de incorporação de práticas sustentáveis no urbanismo e na arquitetura, grande parte dos *campi* implantados não mais possuem o gigantismo de outrora e também não implantaram o isolacionismo anterior, mas buscou-se um equilíbrio.

Na Tabela 1 procurou-se resumir a tendência de planejamento e implantação do *campus* sessentista e do *campus* contemporâneo.

Por fim, muitos autores que analisaram a história dos *campi* universitários instalados no Brasil, ressalvados alguns aspectos particulares, a princípio relacionaram que no campo dos investimentos públicos, sua implantação acontecia de modo muito semelhante. Em resumo, Pinto e Buffa (2009, p. 47) trouxeram a seguinte observação:

O Estado desapropria ou, às vezes, ganha uma determinada área, geralmente distante da cidade por ser menos onerosa, solicita a contribuição de alguns profissionais para a elaboração de um plano e de um projeto arquitetônico, realiza solenidades, descerra placas e inicia as obras que, normalmente, duram pouco tempo. As verbas terminam e a obra de construção do *Campus* para. Nova administração, novas esperanças, novas verbas e uma nova equipe, desta vez, geralmente composta por docentes altamente titulados: um novo plano é realizado, novas metas são definidas. Realiza-se o que a verba permite. Fim da verba, fim da equipe, fim do plano e quase sempre fim das obras.

Essas questões quanto aos investimentos públicos e o “não prosseguimento” de obras, ou interrupção da implantação dos *campi* universitários, ainda fazem parte do contexto político-econômico brasileiro atual. Apesar dos esforços governamentais no incremento e na expansão do ensino superior iniciado na década de 2000 – Programa Expandir e REUNI⁸ – o cenário acima descrito por Pinto e Buffa, pode estar se repetindo, frente aos cortes orçamentários para as IFES. No entanto, a verdade é que o conceito de *campus* como espaço físico da universidade ainda prevalece, não apenas na instituição da universidade, mas das IFES em geral. No entanto, o conceito está em um estágio ampliado, incorporando novas características físicas e estratégias de ocupação.

A expansão consolidou o desenvolvimento de novas universidades e novos *campi*, agora preocupados com a sustentabilidade, com inclusão social, acessibilidade e cada um à sua maneira, preocupados em como gerir a integração do *campus* à cidade que o sedia. Uma série de demandas físicas foram incorporadas e outras modificadas. Nesse contexto, o *campus* segue como assunto controverso pois, sem ser cidade, sem ser um bairro, sem conseguir se definir dentro da conjuntura do urbano e tampouco, sem ser campo ou zona rural, ainda assim, possui dentre esses extremos, características que lhe conferem sentido de lugar.

⁸ Decreto nº6.096, de 24 de abril de 2007.

Tabela 1 – Quadro comparativo Modelo *Campus*: princípios e práticas

<i>Campus</i> Modernista	<i>Campus</i> Contemporâneo
Escolha do Sítio	
<ul style="list-style-type: none"> - Local afastado da cidade (meio urbano) - Ausência de grandes desníveis topográficos - Presença de água - Acesso em via asfaltada para a cidade - Quantidade razoável de área para ser explorada - Preço do terreno - Edificações dispersas no terreno 	<ul style="list-style-type: none"> - O afastamento da cidade é aceitável, no entanto, é interessante que a distância possa ser feita através de um modal sustentável, como a bicicleta; - Desníveis na topografia são interessantes para instalação de elementos como caixas d'água, antenas, etc. - Presença de água; - Presença de inclinação para drenagem natural; - Solo fértil para plantio de vegetação; - Edificações próximas, respeitando princípios bioclimáticos, perfazendo uma ocupação mais densa.
Planos Urbanísticos	
<ul style="list-style-type: none"> - Baseado no zoneamento das atividades e funções. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado nas relações de diversidade de atividades em um mesmo ambiente construído. - Sem zoneamento definido; - Noção de Compacidade; - Baseado na própria vocação do sítio, respeito à topografia e ciclo hidrológico.
Segurança	
<ul style="list-style-type: none"> - Baseado na separação do entorno, “anel de segregação” 	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado nas relações educativas de bem público e social. (Política do <i>campus</i> permeável).
Bioclimatismo	
<ul style="list-style-type: none"> - Baseado nas questões de salubridade, insolação e ventilação 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolve as questões relativas à qualidade de vida. - Estudos do clima. - Uso de escalas: da macro a micro.
Sistema Viário	
<ul style="list-style-type: none"> - Baseado no trânsito do automóvel - Ruas e avenidas largas 	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado no deslocamento do pedestre - Escolha de modais alternativos e sustentáveis como a bicicleta, - Desenho universal/ acessibilidade
Infraestrutura	
<ul style="list-style-type: none"> - Baseadas na infraestrutura cinza, muito revestimento asfáltico, telhados planos, galerias em concreto para drenagem das águas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado na infraestrutura verde: Pisos drenantes, drenagem natural, telhados verdes, corredores ecológicos, energias sustentáveis, reutilização, reuso, reciclagem, etc.

Fonte – Silva (2012, p.33). Adaptações da autora.

3.3 *Campi das Escolas Superiores de Agricultura*

A contar do tempo do Brasil Imperial, uma das primeiras preocupações no processo de implantação de uma escola de ensino superior agrícola, relacionava-se à escolha do terreno onde esta escola se localizaria. Esse tipo de escola, de vocação rural, apta à realizar experimentações e pesquisas na área das ciências agrárias deveriam possuir um terreno com características pertinentes às atividades do seu campo científico como: um tamanho apropriado, terras propícias para plantio, ou no mínimo que pudessem ser recuperadas, clima favorável, presença de água, entre outras. Muitas vezes, a escolha acertada do “*campus*” consistia em fator decisivo para o sucesso de uma instituição de vocação rural.

Para confirmar tal prática, tomaremos relatos da Sociedade de Agricultura da Bahia que, ao planejar a inserção de uma escola superior de Agricultura e Veterinária, no estado baiano, por volta de 1833, já se achava necessário implantá-la em uma área conjunta à um horto botânico (SOCIEDADE DE AGRICULTURA, 1833). O local para a instalação dessas escolas superiores, carecia de terrenos amplos e preferencialmente, afastados da cidade. Funcionavam via de regra, alocando alunos, professores e demais funcionários dentro de seus planos arquitetônicos.

Diante dessa colocação, fez-se pertinente, apresentar o planejamento arquitetônico-urbanístico de algumas Escolas Superiores de Agricultura no Brasil, implantadas por volta de 1900, quando os assuntos, ensino superior e criação de universidades brasileiras, encontravam-se em evidência no cenário nacional. Foram escolhidas três instituições de Ensino: A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – atual ESALQ - *campus* Piracicaba vinculado a USP; a Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) – atual Universidade Federal de Lavras; a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária – atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e por fim, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), atual Universidade Federal de Viçosa.

A escolha de tais instituições ocorreu mediante critérios relacionados à relevância nacional, perpetuação ao longo do tempo e aproximação com o objeto de estudo, a UFV-CRP e sua gênese. Assim, tem-se como objeto de estudo: a ESALQ, pelo pioneirismo em atividades práticas e fuga do sistema escolástico tradicional, embora criada para atender a elite oligárquica paulista; ESAL, devido a implantação do sistema americano dos *land-grand colleges* e a “RURAL do Rio” foi escolhida por ter sido a primeira instituição do ramo sob intervenção do governo federal⁹.

⁹ Apesar da escolha dessas instituições, existiam à mesma época, outras escolas Superiores de Agricultura estabelecidas em outras regiões do país. Muitas escolas, ainda que passassem dificuldades, desenvolveram-se e transformaram-se em universidades. Citam-se a Imperial Escola Agrícola da Bahia –1877– atual Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; a Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática (Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel) –1883– em Pelotas, atual Escola de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas; a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária de Pernambuco –1912– atual Universidade Federal Rural de Pernambuco, entre outras (UFRB, 2017; UFPEL, 2017; UFRPE, 2017).

As informações descritas nesta seção, foram sistematizadas a fim de auxiliar a compreensão de uma premissa de pesquisa. Tal premissa surgiu ao constatar que a ESAV inaugurou suas instalações em 1926, ou seja, seu espaço configurou-se muito antes da cidade universitária da Ilha do Fundão (Universidade do Brasil). Tendo em vista tais fatos, articulou-se a seguinte premissa: que as instituições de ensino superior de agricultura, embora não possuíssem à vista do cenário nacional o *status* de *campus* universitário (até pelo fato de não serem “universidades”), na prática, suas locações podiam ser consideradas como um “*campus* universitário” desde a origem ou transformaram-se em *campus* muito rapidamente. À época, essas instituições ficaram à margem da referência brasileira sobre estudos superiores. Observou-se que um dos motivos relacionou-se ao fato de estarem subjugadas ao Ministério da Agricultura, ao contrário de estarem sujeitas ao Ministério da Educação, como as outras academias de ensino superior. Outro motivo conceitualmente mais genérico, consistia no fato de o ensino agrônômico refletir a ruralidade associada ao trabalho manual e por isso, considerado menos intelectual e científico. Quase sempre, a execução desses *campi* representavam o esforço regional de modernização do espaço rural mediante a introdução de técnicas mais modernas.

Frente à tais indagações e na intenção de estabelecer uma lógica para o entendimento dos fatos e acontecimentos, dedicou-se principalmente, à pesquisar a gênese das instituições acima citadas, no propósito de incluí-las dentro do processo de implantação do *campus* como modelo físico das universidades brasileiras. Para isso foram consultados os trabalhos de muitos pesquisadores e informações nos próprios portais eletrônicos de cada instituição. No entanto, vale destacar que o debruçar sobre os estudos referenciados ao longo do trabalho, embora enriqueçam as informações sobre o tema, de maneira alguma esgotarão o assunto.

3.3.1 *Campus* da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz foi idealizada em 1881, pelo empresário Luiz Vicente de Souza Queiroz, mas somente foi inaugurada vinte anos depois, em 3 de junho de 1901. A escola foi instituída como uma escola de nível secundário, visando a formação de jovens com escolaridades primárias. Em 1925, estabeleceu-se o nível superior, cujo modelo pedagógico focava-se em ensinamentos de conteúdos práticos que prevaleciam sobre os teóricos. Durante o período de 1901 até 1934 a escola pertenceu a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e a partir de 1934 passou a integrar a Universidade de São Paulo (USP) como o *Campus* “Luiz de Queiroz”, sendo uma das unidades fundadoras da universidade. Atualmente, além da área inicial de ocupação, a ESALQ administra a antiga Fazenda São João da Montanha e outras áreas incorporadas ao patrimônio da USP como: a Estação Experimental de Ciências e Florestas – Itatinga, Estação Experimental de Ciências Florestais – Anhembi, Estação Experimental de Genética – Anhumas e Fazenda

Areão, perfazendo uma área total de 3.825,4 hectares, correspondendo a 48,85% da área total da USP (ESALQ-USP, 2017).

Luiz de Queiroz, empreendedor e idealista, procurou de todas as formas instituir a escola de práticas agrícolas na cidade de Piracicaba, baseando-se na lei federal que admitia a construção de escolas profissionalizantes. Em viagem à Europa e aos Estados Unidos em 1881, além de maquinário e materiais para a construção de uma usina hidrelétrica, buscava um projeto para a escola. O projeto foi encomendado ao arquiteto inglês, Alfred Blandford Hutchings. Segundo Perecin (2004), o ante-projeto entregue indicava um grande estabelecimento nos moldes inglês “*Young Land Lords*”, ou seja, uma escola com edificações para atender os filhos dos proprietários das classes dominantes, mostrando-se uma instituição bastante aristocrática, cujo funcionamento se daria em regime de internato apoiado nas instalações de uma fazenda-modelo.

Luiz de Queiroz chegou a iniciar as obras, mas diante da crise, principalmente de ordem financeira, em 1881 o empresário pleiteou a concessão de subvenção governamental para o desenvolvimento da escola junto ao governo paulista. Não foi tarefa fácil, principalmente porque na experiência do ensino paulista, praticamente não existiam escolas técnicas e haviam outros projetos na pauta legislativa. Para não ver seus planos frustrados decidiu abdicar da escola como projeto pessoal e enviou uma carta ao presidente do Estado de São Paulo, Bernardino de Campos, cujo teor continha a proposta de doação das terras onde encontrava-se a escola (com as obras já iniciadas) mediante uma cláusula: que no local deveria ser implantada uma escola de agronomia e a inauguração da escola deveria ocorrer dentro do período de dez anos, sob pena de voltar a posse da fazenda para o empresário ou para seus herdeiros. Através do Decreto Estadual nº 130, de 17 de novembro de 1892, as terras foram aceitas, foi levantada uma quantia para indenizar o empresário pelas benfeitorias e legitimou-se a fundação de uma escola agrícola de educação profissional na Fazenda São João da Montanha, situada no município de Piracicaba. A partir dessa data, tinha o governo estadual dez anos para conclusão da obra iniciada (ESALQ-USP, 2017; PERECIN, 2004).

Os trabalhos de reorganização da fazenda, para a instalação da escola agrícola, somente foram efetivamente retomados com a contratação do agrônomo belga, Léon Alphonse Morimont, pelo Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, Jorje Tibiriçá Piratininga. Responsabilizando-se por tal tarefa, Morimont defendeu para Piracicaba, o projeto de uma escola agrícola do tipo prática, um padrão bastante difundido na França¹⁰. Fisicamente, esse tipo de escola demandava um terreno amplo, capaz de absorver as atividades de várias áreas do estudo agrônômico, desde o cultivo do

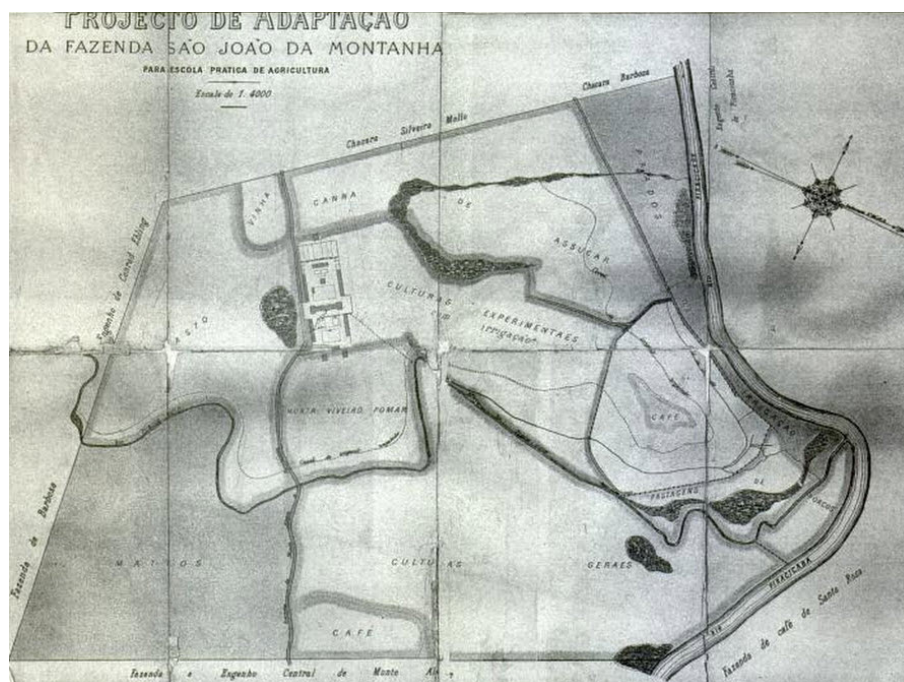
¹⁰ As escolas de agricultura prática francesas (*écoles pratiques d'agriculture*) surgiram por volta de 1870 para suprir a demanda dos pequenos proprietários e produtores rurais, que não possuíam recursos suficientes para enviar seus filhos às academias (*écoles regionales*), mas não os queriam frequentando as *fêrmes-écoles* – escolas de camponeses. O nível de instrução aplicado nesse tipo de escola ficaria entre a escola primária e a de nível superior.

solo até a lida com os animais. Ou seja, era preciso um terreno rural, um “*campus*” com benfeitorias que atendesse as funções acadêmicas, de moradia e, ao mesmo tempo, todas as funções e serviços que uma fazenda necessita, ocupando-se com a produção de gêneros, funcionários e trabalhos administrativos.

Em dezembro de 1893, Morimont chegou em Piracicaba e iniciou as atividades segundo duas frentes de trabalho: restaurar a fazenda e suas benfeitorias, para retomada do funcionamento e desenvolver o projeto pedagógico que seria implantado. Lutou bravamente para reorganizá-la, visto o estado decadente na qual a encontrou. Enquanto dedicava-se à execução das obras utilitárias e às atividades administrativas, montava um relatório técnico a fim de aprovar o projeto da escola junto ao legislativo do Estado de São Paulo. Para auxiliá-lo com a parte gráfica do relatório e reorganização do planejamento físico da escola, solicitou a presença de um profissional desenhista, sendo designado, Francisco Henzler, que permaneceu em Piracicaba trabalhando em todo tipo de adaptações e obras: pocilga, estábulos, galinheiro, bebedouro, etc. De fato, os trabalhos gráficos ficaram prontos em março de 1895.

Morimont sempre persistiu na implantação da escola, mesmo enfrentado muitas dificuldades financeiras. Ao fim do ano de 1895, entre confusões, desacertos e desafetos, Morimont foi afastado do cargo. As obras desaceleradas desde 1896: foram paralisadas em 1898 e retomadas somente em 1901. Nesse ano, assumiu a direção interinamente da escola, Ricardo Ernesto de Carvalho e nesse intervalo, o trabalho realizado anteriormente havia mais uma vez se deteriorado. Entretanto, era preciso inaugurar a escola, pois o prazo de dez anos estava chegando ao fim e corria-se o risco de o Estado perder sua posse. Os trabalhos reiniciaram tendo por referência os projetos anteriores. A inauguração aconteceu em caráter emergencial e a obra do edifício sede encontrava-se ainda em fase de construção dos alicerces. Segundo Perecin (2004), em um armazém de aproximados 68m por 10m de largura, adaptado com 16 espaços, foi a sede para a data da inauguração. E durante um tempo, ela funcionou em regime de externato devido a falta de estrutura. Com efeito, a escola resistiu a todos os prognósticos negativos, prosseguindo com as obras planejadas.

O programa arquitetônico para a escola dividia-se em duas necessidades gerais: nas edificações necessárias ao ensino e no plano de ocupação da fazenda, conforme os campos de animais e os campos de experimentação e cultura, distribuídos em 317 ha. Para os planos de ocupação da fazenda foram idealizados cinco esquemas de experimentos: os campos experimentais (cana-de-açúcar, café), o horto (viveiros de plantas, pomar e alfafal, juntamente com a horta), a mata, o posto meteorológico e os serviços diversos (arações, drenagens, irrigações, destilaria e fertilização do solo) (FIGURA 15). A locação das edificações propostas para escola, em muito se assemelhavam ao arranjo das fazendas coloniais, com uma área central (local da sede) e as demais edificações distribuídas ao seu entorno. O projeto reorganizado segundo indicações de Morimont, respeitava em demasia, o projeto original inglês e manteve a localização do prédio colégio-internato no

Figura 15 – Fazenda São João da Montanha: Implantação da ESALQ

Legenda – Observa-se nesta planta os campos de experimentação de café e cana-de-açúcar; as áreas de culturas de milho, feijão, batata, mandioca e localização das edificações para as atividades acadêmicas e as edificações de apoio na figura do Posto Zootécnico.

Fonte – Percin (2004, p.162).

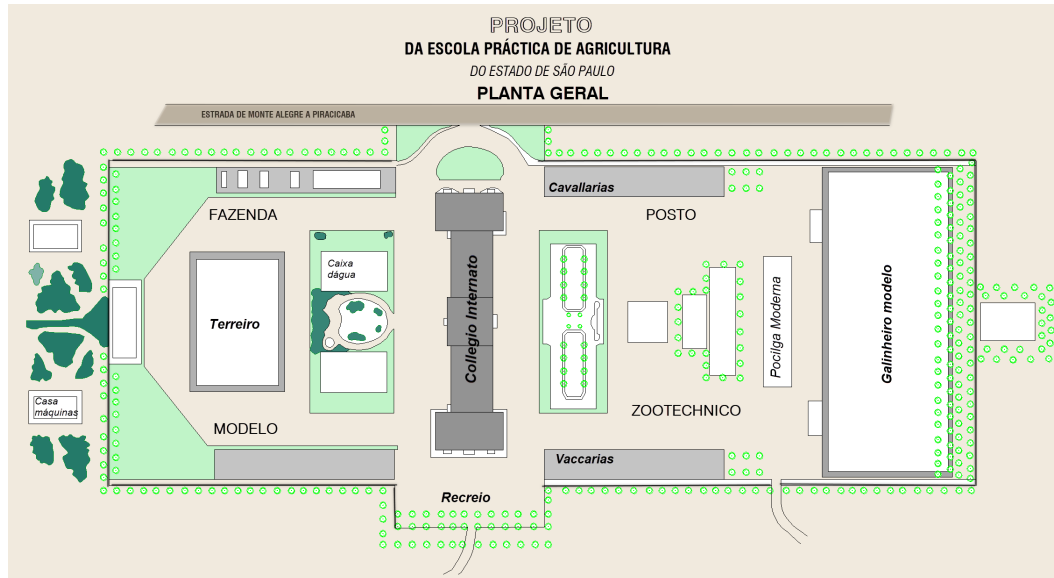
mesmo platô sugerido por Luiz de Queiroz. As mudanças ocorreram nas fachadas e poucas redefinições internas, como adotar quartos coletivos ao invés de privativos (MOLINA, 2011; PERECIN, 2004).

Na primeira categoria, as edificações mais importantes eram o colégio-internato e o posto zootécnico. A edificação do colégio-internato deveria ser a sede da escola. Abrigaria: as salas de estudos teóricos, os dormitórios coletivos, com capacidade para 100 alunos, os laboratórios para química e física, copa e cozinha, refeitórios, quartos para professores e alguns funcionários, enfermaria, portaria, biblioteca e instalações de serviço (FIGURA 16). Já o posto zootécnico deveria servir de apoio para ao manejo dos animais. A planta em retângulo dividia-se internamente em três estrebarias de baias duplas, área para tratamento de animais, área de oficina, cocheira e selarias. Próximo ao posto, estariam locados os currais, cavalarias, galinheiros, depósitos para itens diversos. Tudo foi planejado para funcionar de maneira independente e racional em torno de um pátio articulador.

Após uma visita à instituição, em maio de 1921, Peter Henry Rolfs, norte-americano contratado para implantar uma escola superior de Agricultura no Estado de Minas Gerais¹¹, fez as seguintes observações sobre o lugar:

¹¹ Refere-se à Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – ESAV

Figura 16 – Planta Geral para a Escola Prática de Agricultura em Piracicaba. [Ano: 1905]



Legenda – Demonstração do plano para a escola agrícola.

Fonte – Perecin (2004, p.160-161). Croqui elaborado pela autora.

A instituição localiza-se a leste de Piracicaba. A princípio, distante a um quilômetro ou um quilômetro em meio da parte comercial da cidade, mas residências e pequenos comércios são encontrados ao longo da rodovia que leva à instituição. Uma dessas lojas encontra-se na entrada do terreno.

A escola está implantada para garantir uma vista esplêndida para quem chega na instituição, a qual pode ser acessada tanto de bonde como de carro. O grande parque aberto e o prédio principal posicionado ao fundo, forma um cenário monumental. O prédio principal é composto por três partes: uma parte central, juntamente com duas estruturas menores, de seções mais baixas. O terreno em volta do prédio é mantido em uma perfeita e esplêndida ordem.

Na parte central do prédio principal fica localizado o escritório do diretor, no segundo pavimento. Os escritórios administrativos, no primeiro pavimento. Na asa sul do segundo pavimento [localiza-se] o Auditório. Os assentos são para cerca de quatrocentas pessoas. Na asa norte estão localizados bibliotecas, salas de aulas e laboratórios. Nas asas do primeiro pavimento do prédio principal estão localizados vários laboratórios e salas de aulas.

Na extremidade norte, no piso inferior, estão localizados os laboratórios e salas da Agronomia. Também localiza-se neste pavimento os laboratórios de Química. Outros laboratórios de Química são mantidos em um prédio anexo ao prédio principal posicionado do lado oeste.[...] na direção leste do prédio principal está localizada a casa de força com máquinas a vapor, uma de 100 cavalos e outra de 40 cavalos de força. (ROLFS, 1921d, p.9-10, tradução da autora) (FIGURA 17).

Rolfs em diligência para montar ele próprio uma escola e acostumado as universidades americanas, fez anotações de como se desenvolviam as atividades acadêmicas da ESALQ e ao descrever suas áreas, dotava cada local com nomes departamentais: departamento da zootecnia, departamento da agronomia, departamento de química, departamento

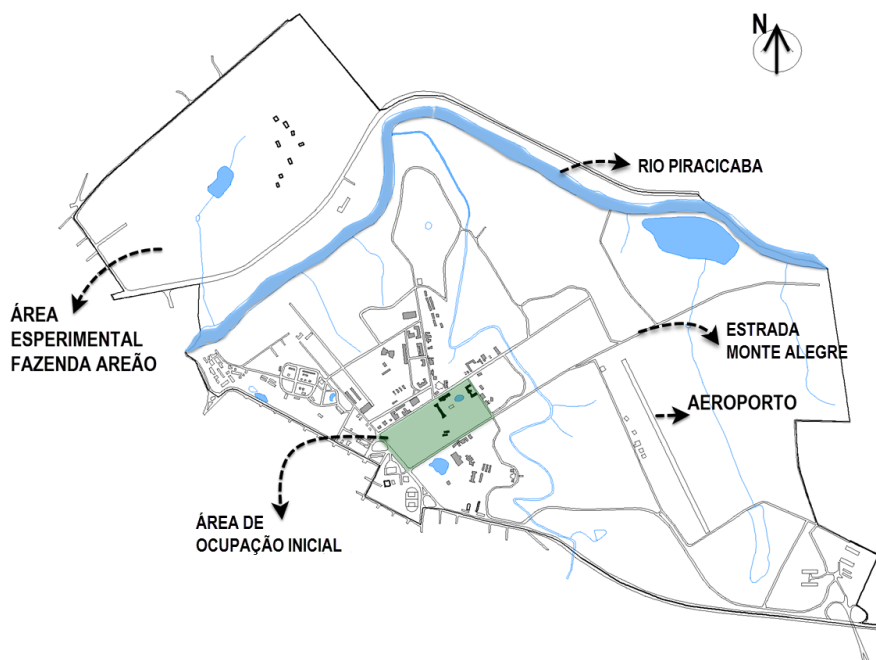
Figura 17 – Vistas Prédio Principal da ESALQ. Ano: 1921

Legenda – a) Foto tirada com vista do prédio principal a partir do grande pátio aberto. Observar o partido do prédio: simetria com as duas asas laterais e a parte central; b) Destaque da parte central do edifício; c) Vista externa da asa norte. Nessa vista encontra-se escrito o nome da Escola.

Fonte – Peter Henry Rolfs

de horticultura e silvicultura. Isto nos indica que, para o professor americano, aquela instituição realmente perfazia um *campus*.

À vista de tais observações feitas por Rolfs, infere-se que a escola cujos terrenos faziam vez de fazenda-modelo, carregava alguns princípios clássicos dos *campi* americanos: isolamento, vida acadêmica privativa em meio ao ambiente rural e o sistema de colegiado (mestres e alunos vivendo na mesma instituição). Ouso dizer que a maior diferenciação encontrava-se no nível escolar ministrado, juntamente com seu modelo pedagógico que incluía as funções de fazenda ao complexo escolar. Atividades que ao tempo, foram sendo transformadas em atividades de pesquisa. No caso americano a prática das pesquisas agrônômicas ocorriam no sistema de extensão entre a comunidade acadêmica e a sociedade vizinha. O *campus* atual desenvolveu-se em torno da escola agrícola, sendo esta área de implantação inicial, tombada como patrimônio histórico da universidade. (FIGURA 18).

Figura 18 – ESALQ-USP: *Campus Piracicaba*

Legenda – Plano Urbano do *campus*

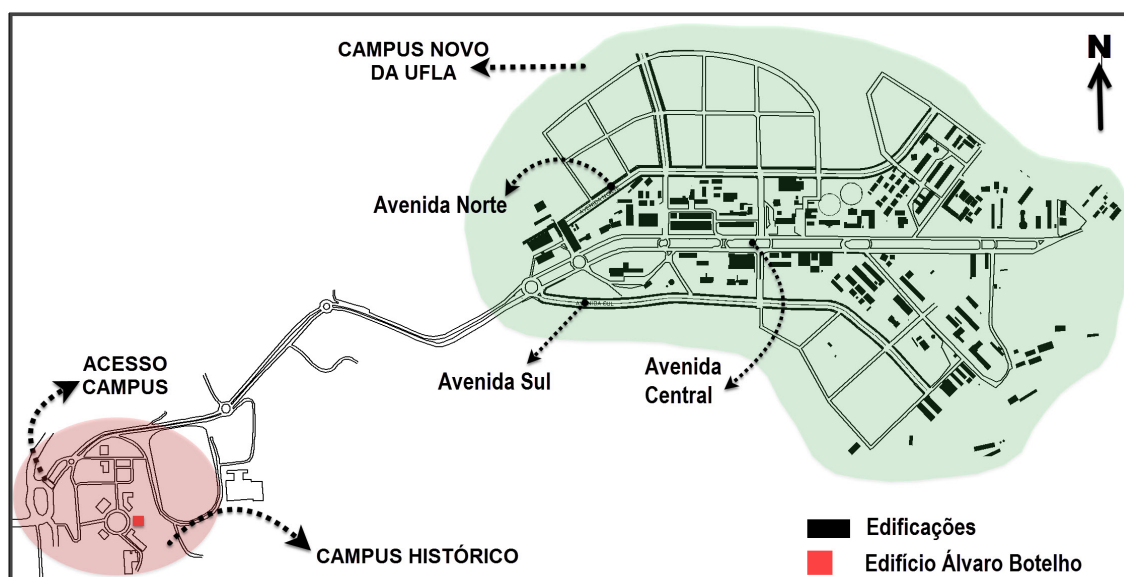
Fonte – Base gráfica (ESALQ-USP, 2017). Adaptações da autora.

3.3.2 *Campus* da Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras (UFLA) tem suas origens ligadas aos trabalhos dos missionários americanos Dr. Samuel Rhea Gammon e Benjamim Harris Hunnicut¹² que em paralelo à evangelização protestante engajaram-se no processo educacional como forma de emancipação e de desenvolvimento. Fundada em 1908, como instituição de ensino particular vinculada ao Instituto Evangélico¹³, recebeu o nome de Escola Agrícola de Lavras (EAL). Em 1936 passou a ser reconhecida pelo Ministério da Educação e logo depois, em 1938 confirmou-se seu status de escola isolada, passando a ser nomeada “Escola Superior de Agricultura de Lavras”. Foi federalizada em 1963 e, no ano de 1994, transformada em universidade. Atualmente a UFLA divide sua área física em dois campi instalados no centro da cidade de Lavras, que eram periféricos à época de fundação: a área de expansão - *Campus* Novo da UFLA e a área de ocupação inicial - *Campus* Histórico da UFLA, área em que concentraremos estudo (FIGURA 19).

¹² Samuel Rhea Gammon, filho de pais presbiterianos, cresceu ajudando-os na produção e venda de verduras. Estudou no *Union Theological Seminary* em Hampden-Sidney, Virgínia. Formou-se em teologia em 1889. Recebeu do *King College* os títulos de Doutor *Honoris Causa* em Teologia e Direito. Benjamim Harris Hunnicut era natural de Turim, Geórgia, Estados Unidos. Formou-se em Ciências Agrícolas no *Mississippi State College*, em 1905 e foi mestre em Ciências Agrícolas na Universidade de

Figura 19 – Campus da Universidade Federal de Lavras



Legenda – O campus histórico é o local de ocupação inicial da universidade quando ainda era Escola Superior de Agricultura de Lavras – ESAL

Fonte – Mapa do campus (UFLA, 2017). Adaptações da autora.

A literatura consultada, traz na gênese da ESAL elementos comuns à história do Brasil e dos Estados Unidos. Primeiramente, sua ligação com o Instituto Evangélico (IE), criado em 1893, por missionários presbíteros. A princípio, tal Instituto estabeleceu-se na cidade de Campinas-SP. No trabalho de Rodrigues (2013), o autor explica que os missionários norte-americanos confederados do sul, vieram ao Brasil devido a combinação de uma série de fatos históricos ocorridos tanto no Brasil, quanto nos EUA, como a independência brasileira em 1822, a libertação dos escravos e a recém proclamada República. Do lado americano, os missionários do sul passavam por grandes dificuldades após a Guerra Civil americana. Dessa forma, as terras brasileiras possuíam muitos atrativos, além de se constituir um verdadeiro campo para as missões evangelistas. A escolha da cidade de Campinas para local de estabelecimento, possivelmente deu-se em decorrência do preço favorável das terras e ainda pela comodidade da presença da estrada de ferro. O autor ainda relata, que mesmo com o programa de missões implantado, muitos problemas precisaram de solução. Em uma miscelânea entre ideais dos missionários mais antigos, problemas financeiros e ainda, um surto de febre-amarela, deu-se a “gota d’água” para a saída de Campinas.

Georgia, em 1913. Veio para o Brasil a convite de Samuel Rhea Gammon com a missão de organizar e dirigir uma escola agrícola em Lavras (SILVA ROSSI, 2010).

¹³ Atual Instituto Gammon.

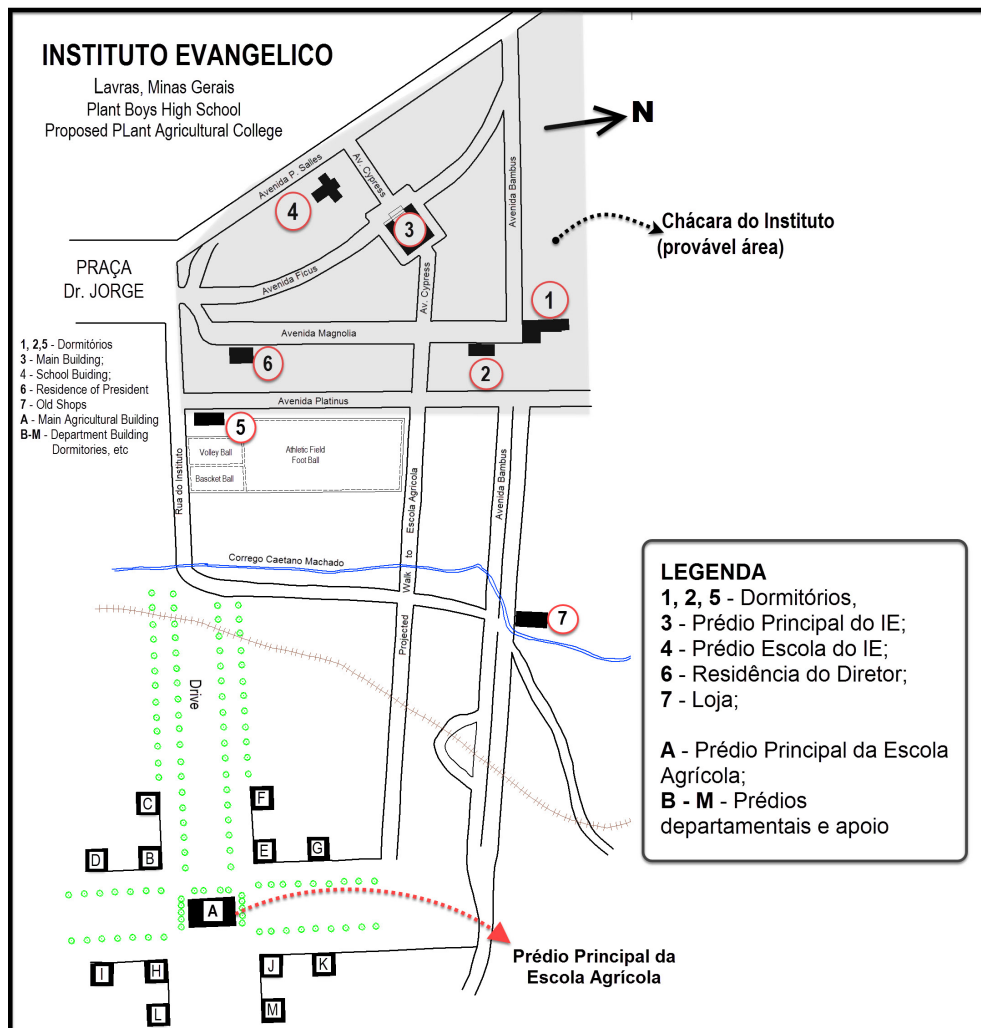
Os missionários, liderados por Gammon, saíram em reconhecimento pelas terras do oeste e sul mineiro e escolheram a cidade de Lavras para o reinício das atividades. Rapidamente, os trabalhos dos missionários foram desenvolvidos, e em pouco tempo, construíram e colocaram em funcionamento um conjunto de prédios compreendendo ginásio de meninas e outro de meninos, que funcionavam sob o regime de internatos, além de uma escola particular aberta a comunidade. A partir dessa experiência, Gammon percebendo o potencial agrícola não aproveitado da região (vocação rural) decidiu implantar uma escola agrícola. Para isso, pediu ao amigo Augusto F. Shaw que lhe enviasse (dos Estados Unidos) um jovem capaz de auxiliá-lo nessa empreitada; culminando com a contrata o do jovem agrônomo, Benjamim Harris Hunnicut (SILVA ROSSI, 2010).

Rodrigues (2013) traz outro elemento de destaque na história da funda o da escola: ser estabelecida segundo modelo semelhante aos *colleges* americanos, especificamente aos *land-grant colleges*. A utiliza o de tal modelo adotou um projeto educacional vinculado   teoria,   prática e   extensão, integrando uma educa o pragmática com a técnica e a ciência rumo ao progresso. O Dr. Samuel Gammon acreditava que podia relacionar a educa o evangelizadora e educa o a agrícola, com as demandas econ micas do país, e por isso baseou suas atividades no tripé: Religião, Educa o e Progresso¹⁴; defendendo uma escola que possibilitasse o desenvolvimento da “voca o rural” da comunidade local, mediante a oferta do curso de Agronomia. Tal projeto educacional também refletiu na organiza o física da escola. Dessa forma, o criador do Instituto Evangélico baseou a implanta o da escola no ideal de *campus*, tão difundido na cultura americana, agrupando em um só local, edifícios para uso acadêmicos, lazer, mor dias e edifica es de todo tipo de apoio, como pode ser observado na planta geral de implanta o das edifica es para a Escola Agrícola.(FIGURA 20).

A Escola Agrícola iniciou as atividades em meados de 1908 e compartilhava espaços da Chácara do Ginásio, do Instituto Evangélico. Suas primeiras instala es foram improvisadas nas dependências da Chácara. O Ginásio do IE era uma edifica o imponente e com características neoclássicas, como as edifica es encontradas na Universidade de Virgínia (EUA), provavelmente universidade conhecida por Gammon. Mas, para o funcionamento de uma escola agrícola era necessário adquirir mais terras e construir edifica es de todo tipo para o funcionamento da parte da fazenda-modelo e experimentos. Em 17 de janeiro de 1911 foi adquirida uma propriedade vizinha   Chácara do IE, denominada Fazenda Modelo Ceres. Aos poucos, a Escola foi sendo implantada e com a subven o do Governo inaugurou o Posto Zootécnico e a Esta o Meteorológica. Segundo o Dr. Gammon citado em Silva Rossi (2010, p.102), no ano de 1913 a escola contava com:

¹⁴ Samuel Gammon não escondia o caráter confessional do Instituto e da Escola Agrícola de Lavras (EAL). No prospecto da campanha para a funda o da EAL continha a frase: “Dedicado   Glória de Deus e ao Progresso Humano” (SILVA ROSSI, 2010).

Figura 20 – *Campus do Instituto Evangélico e Proposta para o Campus da Escola Agrícola em Lavras. Ano:[1917].*



Legenda – Na planta, o *campus* previsto para o Instituto Evangélico –IE– (provável área demarcada) e a proposta para a Escola Agrícola de Lavras (ESAL), que implantava o prédio principal no cruzamento de duas alamedas em uma posição central. Os prédios departamentais irradiavam no entorno. Tal plano foi modificado e no lugar do Prédio Principal – denominado Álvaro Botelho, atual Museu Bi Moreira –, fez-se uma praça gramada e o prédio foi locado no entorno da praça, assim como as demais construções executadas cada uma a seu tempo. A edificação marcada com o número quatro corresponde ao “Ginásio do IE”, onde a Escola Agrícola funcionou a princípio.

Fonte – Silva Rossi (2010, p.168). Cópia e adaptações da autora.

A Fazenda Ceres numa dimensão de 200 hectares, possuía 50 hectares de terras cultivados; Laboratórios de Physica, Chimica, e História Natural, Oficinas de Sellaria, ferraria e Carpintaria; estabelecimento de laticínios; Engenhos de Canna, moinhos, etc. movidos à força hidráulica e Electra; machinas Agrícolas necessárias para o bom funcionamento da fazenda e para os trabalhos dos alumnos; Campo Experimental; Posto zootechnicos mantido pelo Governo Federal; Estação Meteorológica, mantida pelo Governo Federal.

Como aconteceu com tantas outras instituições, os tempos iniciais da ESAL foram extremamente difíceis, principalmente no caso de uma instituição que sobrevivia por intermédio de contribuições. A compra das fazendas Chácara e Ceres contribuíram para o aumento das despesas, deixando o IE em uma crise financeira só resolvida por volta de 1917. Com a compra dos terrenos, o planejamento do *campus* passou a ser concretizado e em 14 de julho de 1922, inaugurou-se o prédio sede da Escola de Agricultura – denominado “Álvaro Botelho ou *Science Hall*” e o Prédio do Internato – o Carlos Prestes¹⁵. Foi uma verdadeira conquista, visto que até então, não teria sido possível a separação entre as instalações, os prédios e os terrenos das escolas. As duas edificações constituíram-se no início de uma trajetória de desenvolvimento para um *campus* universitário em constante expansão. Observe que a princípio, a organização espacial da escola estava ligada ao modelo fazenda, mas no caso da ESAL, isso não significou estar atrelada aos princípios franceses de ensino agrícola, como ocorreu na ESALQ. Em Lavras, a fazenda significava sustentabilidade econômica, um modo de prover a escola com recursos provenientes da sua produção, enquanto auxiliava seus próprios alunos (trabalhadores) a custearem seus estudos e realizarem experimentações, visto que o objetivo era trazer integração de conteúdos, teóricos, práticos e sua aplicação na economia local. Princípios bastante americanos.

Relacionado ao crescimento recente da UFLA, diante do universo de instituições e referenciais consultados, foi a única das universidades federais, que já em atividade, não utilizou os recursos de REUNI para implantar um *campus* fora de sede. Os recursos provenientes REUNI e de outras fontes como FINEP, voltaram-se para ampliação de vagas e criação de novos cursos, contratação de pessoal e modernização física de seu *campus* na cidade de Lavras. A Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão da UFLA em relatório à comunidade, apresentou uma rede de interações para sanar problemas históricos na instituição, que vinham da época de sua estruturação universitária, quando a instituição experimentou um aumento significativo de cursos de graduação e conseqüentemente aumento de demanda estrutural.

Segundo o órgão (UFLA, 2012, p. 1), “a estrutura existente até então na Universidade não foi preparada para suportar esse crescimento e vários problemas começaram a surgir”. Diante desses fatos, foi implantado um projeto institucional chamado “Plano Ambiental e Estruturante”. O plano criava condições planejadas para o crescimento contí-

¹⁵ As edificações da ESAL eram em sua maioria, nomeadas com nomes de figuras importantes, provavelmente em reconhecimento aos auxílios e contribuições recebidas.

nuo e visava melhorias nas vias de acesso e tráfego, implantação de novos modais, novos sistemas de rede elétrica e sanitárias, promoção de acessibilidade e inclusão nas diversas dependências, construções de novas edificações e ainda propôs ações relacionadas com a sustentabilidade, reforçando o diálogo do *campus* e das práticas urbanísticas sustentáveis, como a revegetação, proteção de nascentes, o tratamento adequado das águas, com qualidade, distribuição democrática e tratamento de esgotos com reaproveitamento em irrigação, controle energético, gerenciamento de resíduos e muitas outras. Tais investimentos tem rendido à instituição certificados internacionais na área de sustentabilidade como o “certificado *Blue University*” concedido durante conferência realizada em 13 de maio de 2017, na Universidade de Berna na Suíça. Ações como essa, tem referenciado a UFLA na questão “*campus* sustentável” no cenário nacional, contribuindo para ampliação da visão contemporânea de sustentabilidade na gestão pública (UFLA, 2012; 2017).

3.3.3 *Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foi criada em 1910 mediante Decreto Federal¹⁶ com a denominação Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). Originada para cumprir uma vocação voltada para o estudo do mundo agropecuário e constituindo-se na época, a única instituição com tais características vocacionais controlada pelo governo federal; ao longo do tempo foi perdendo sua hegemonia rural, ao diversificar seus cursos, deixando de apresentar uma ligação exclusiva com as ciências agrárias¹⁷. Atualmente sua área territorial de influência direta abrange quatro cidades onde tem instalados seus *campi* universitários: Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes. Os últimos três *campi* citados foram criados após o ano de 2006 e fazem parte da política de expansão universitária – REUNI e o *Campus* Seropédica constitui-se o núcleo original, instalado em 1947 e neste trabalho é o foco de estudo sobre esta instituição (UFRRJ, 2017).

A história da “Rural do Rio de Janeiro” é marcada por muitas particularidades. A primeira delas diz respeito ao fato de ter sido a primeira instituição de ensino superior agrícola criada e mantida pela “União”. Por isso, poderia se pensar que o desenvolvimento da instituição seria imediato, entretanto, mesmo sob a tutela federal, passou pelos mesmos problemas de insuficiência de recursos, que outras instituições de ensino superior privadas e vinculadas aos Estados. Planejada para funcionar nas instalações da Fazenda de Santa Cruz, a instituição nunca foi de fato instalada neste local e levou três anos para ser inaugurada. Localizada à Rua General Canabarro, n.º. 42, no palácio do Duque de Saxe, lecionar as aulas

¹⁶ Decreto n.º 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado pelo presidente Nilo Peçanha.

¹⁷ O início da diversificação dos cursos de graduação foi resultado da “Lei da Reforma Universitária” - Lei n.º. 5.540/68 - que no seu artigo de n.º. 11 advertia que as universidades rurais, mantidas pela União deveriam reorganizar-se ou seriam incorporadas a outras universidades federais existentes nas regiões próximas. A reorganização da UFRRJ ampliou suas áreas de ensino, pesquisa e extensão e; após idas e vindas entre o conselho universitário e o Conselho Federal de Educação, criou-se o Instituto de Educação e o Instituto de Ciências Sociais em 1969 (OTRANTO, 2007).

práticas eram extremamente difícil, considerando a distância e a qualidade das estradas, uma vez que tais aulas funcionavam a 40 km da sede, no Campo de Experimentação e Prática Agrícola na região da Vila Militar. No ano de 1915, a escola chegou a não receber novos alunos. Em 1916, a Escola foi transferida para o interior, na localidade de Pinheiros e juntou-se a Escola Média Teórico-Prática de Pinheiro. No ano de 1918, passou a funcionar no Horto Botânico de Niterói, quando consolidou-se como instituição de ensino agrônômico.

Fortemente defendida pelo ministro da Agricultura, Idelfonso Simões Lopes, teve proposta de construção de uma edificação para sede própria, que por sua vez não foi concretizada. Mais uma vez transferida, a ESAMV em 1927 passou a funcionar no edifício-sede do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), na Avenida Pasteur, n.º. 404, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Somente em 1938, com a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA)¹⁸ e muitos outros órgãos visando a promoção da economia agropecuária, a instituição, que agora atendia pela denominação “Escola Nacional de Agronomia (ENA) e Escola Nacional de Veterinária (ENV)” passou a vislumbrar uma sede própria na cidade de Itaguaí-RJ.

Em 1938, Fernando Costa, Ministro da Agricultura, conseguiu autorização do Presidente da República, Getúlio Vargas, para a construção de um complexo destinado a abrigar do CNEPA. Tal complexo foi implantado às margens da antiga estrada que ligava o Estado do Rio de Janeiro ao Estado de São Paulo (atual BR 465), em Seropédica, distrito da cidade de Itaguaí-RJ, em 4 de julho de 1947. Essas instalações, cujos acessos principais localizados à altura do quilômetro 47, originaram o *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, também conhecida como a “**Universidade do Km 47**” (ARAÚJO, 2011).

Segundo Silveira (2011), a construção desse *campus* fez-se embasamento para que em 1943, o governo reorganizasse as duas escolas nacionais e as elevasse à condição de universidade, criando a “Universidade Rural”¹⁹, cuja infraestrutura permitia o ensino e a pesquisa. Tal particularidade ia de encontro ao que estabelecia na legislação em vigor – o Estatuto das Universidades – pois a criação de universidades estavam condicionadas à instituições que oferecessem pelo menos três cursos; de preferência os cursos de direito, medicina, engenharia. O grande engajamento do governo para formatar o modelo de ensino para o meio rural refletiu no campo educacional, o embate político entre as tradicionais oligarquias rurais e a crescente burocracia estatal ligada à classe média. Tal embate, representava formar profissionais legitimados pela técnica e não baseados em seus direitos de nascença. Tal fato, levou o Governo explorar amplamente a construção do *campus* em campanhas publicitárias. Segundo Araújo (2011, p. 115) os jornais da época retrataram

¹⁸ Decreto-Lei n.º. 982, de 23 de dezembro de 1938.

¹⁹ Decreto-lei n.º. 6.155, de 30 de dezembro de 1943.

a construção da instituição do Km 47 como a “primeira cidade universitária fora da concentração urbana das grandes cidades”.

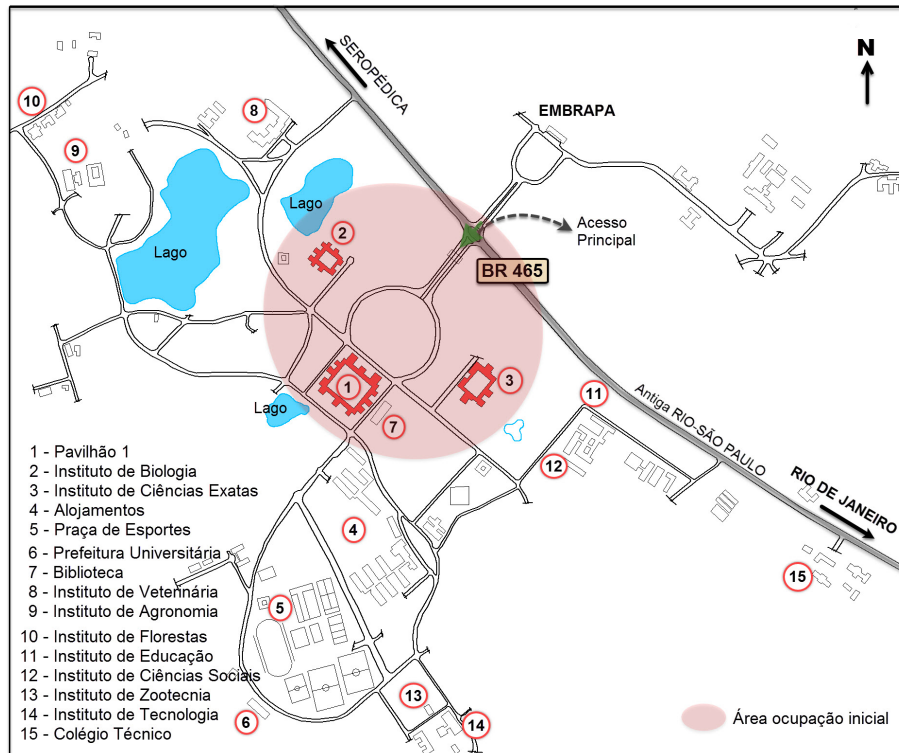
A figura do ministro da agricultura, Fernando Costa, foi decisiva para a concretização da construção do *campus*, desde a escolha da localização do grande complexo. Defendeu um local longe de ser o ideal. Condições adversas como: grandes distâncias, falta de transporte público adequado, falta de infraestruturas, inadequação de solo, disputas judiciais pela posse da terra e principalmente, a inadequação sanitária (devido a região ser foco de malária). Todas essas dificuldades foram enfrentadas e sanadas. O terreno caracterizava-se por topografia típica de baixada, como parte de uma extensa planície de clima quente e úmido, cujos solos dividiam-se entre areais e pântanos (ARAÚJO, 2011). Apesar das adversidades, as obras iniciaram em outubro de 1938, sendo comissionados para tal tarefa o professor Heitor Vinícius da Silveira, diretor da ENA, o arquiteto Ângelo Murgel, o oficial Roberto Borges, auxiliados pelos engenheiros Francisco Fernandes Leite (topografia), Ernesto Luiz Greves (fiscalização) e Henrique Vaz Corrêa (projetos de concreto armado).

O plano urbanístico para o *campus* foi trabalho de uma equipe multidisciplinar, sobre a supervisão de uma subcomissão responsável pelos planos, projetos e detalhes das construções. Participaram desta subcomissão, sob responsabilidade do arquiteto Ângelo Alberto Murgel²⁰, os arquitetos Eduardo da Veiga Soares e José Teodulo da Silva, enquanto a administração das obras ficava a encargo da empresa Mario Waterly e Cia. Murgel foi contratado pelo Ministério da Agricultura desde 1937 e realizou uma série de projetos, alguns de grande impacto urbanístico, como a sede do Parque Nacional Itatiaia, na região das Agulhas Negras, Serra da Mantiqueira, compreendendo terras dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; e a sede do Parque de Foz do Iguaçu, localizado no extremo oeste do Estado do Paraná e o próprio *campus* da UFRRJ em Seropédica (LIMA, 2003).

Responsável por adotar uma abordagem arquitetônica tradicional para as edificações do *campus* de Seropédica, acabou por configurar um paradoxo para seu próprio discurso, visto o espírito de época, modernista. Murgel personificou nas obras praticadas para o *campus* o conceito vigente de campo-cidade, na medida que, enquanto buscava-se

²⁰ Ângelo Alberto Murgel, nasceu em Cataguases-MG, diplomou-se engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e teve sua atuação dividida entre trabalhos acadêmicos, como professor, e uma vasta incursão no meio profissional. Praticou um discurso de uma arquitetura que, embora moderna, utilizando inovações, tecnologia e técnica, deveria corresponder as necessidades e fatores locais e ainda atender a harmonia e a beleza. Ao longo de sua carreira, percebeu-se que apesar do discurso moderno, suas respostas projetuais possuíam um grande apego aos arranjos *Art Déco*. Exerceu sua vida profissional em muitos locais, iniciando-a em Belo Horizonte. Enquanto esteve em terras mineiras por volta dos anos de 1930, alcançou notoriedade, contribuiu para o planejamento da cidade de Belo Horizonte, realizou obras bastante conhecidas, citam-se entre tantos outros trabalhos o “Cine Brasil”, “Edifício Ibaté – primeiro arranha-céu da capital mineira”, o prédio o Hospital Imaculada Conceição e ainda fez parte do corpo docente da Escola de Arquitetura da UFMG, fundada em 1930. Em meados de 1930, mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde estabeleceu escritório (LIMA, 2003).

Figura 21 – Croqui: Plano Urbanístico *Campus* UFRRJ - Seropédica. Ano: 2016.



Legenda – Demonstração do plano urbano para a universidade.

Fonte – UFRRJ (2017). Adaptações da autora.

no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) um plano urbanístico modernista para Universidade do Brasil, a orientação para o planejamento do CNEPA foi manter as tradições rurais, o ambiente bucólico, refletindo o pensamento de época que cabia ao rural e ao urbano.

O partido adotado para o plano urbanístico do *campus*, entretanto, referenciava-se na setorização e definia-se em blocos construídos em meio a um grande parque, concentrando as atividades afins em setores, como o setor da Avicultura, o setor da Sericultura, o setor da Zootecnia, o setor dos maquinários agrícolas, o setor residencial (distribuídos entre os vários institutos) e o setor dos edifícios escolares, em número de três, onde encontravam-se os laboratórios, as salas de aulas e os gabinetes de professores. O enquadramento da implantação obedecia à regras de simetria, apresentando de uma perspectiva monumental a partir do seu acesso principal pela rodovia Rio-São Paulo. Mas, apesar do seguimento modernista, via-se ao fundo do partido, a centralidade da casa sede de fazenda e a distribuição das outras edificações ao entorno (FIGURA 21 e FIGURA 22).

O primeiro pavilhão (P1) – o prédio principal – foi projetado para abrigar os grandes espaços de uso comum, como biblioteca, cine-teatro, reitoria, diretoria do CNEPA e serviços administrativos. Mas também atenderia as salas para o curso de Agronomia. O

Figura 22 – Vista geral do *Campus* UFRRJ – Pavilhão Principal. Data:[200?]

Legenda – a) Vista do eixo monumental proposto por Murgel; b) Pavilhão 01: atualmente ocupado pelos auditórios, Reitoria, Decanatos, Departamentos e serviços administrativos. Até hoje é chamado de P1 pela comunidade acadêmica da UFRRJ ; c) Detalhe da fachada neocolonial com fortes referências do estilo barroco.

Fonte – <http://perfildaplanta.blogspot.com.br/2014/03/estilo-missoes-e-o-neocolonial.html>

pavilhão 02 foi destinado às disciplinas da área de Química e o pavilhão 03, as disciplinas da Biologia. O estilo adotado era o neocolonial e a tipologia de planta baixa correspondia a edificações de disposição quadrada com pátio central (ARAÚJO, 2011). Disposição de planta bastante conhecida e utilizada pelos arquitetos. Lima (2003, p. 45-46) descreveu as edificações construídas no eixo monumental.

A linguagem adotada para os blocos foi o neocolonial, com volumetria imponente em planta de disposição quadrada com pátio central. Assim se colocavam os projetos para os pavilhões um, dois e três [...] A cobertura em telhado aparente era coroada por pináculos e frontões com volutas. Portadas de acesso foram definidas de maneira marcante, intercaladas pela composição de chafarizes ornamentados. Os panos das aberturas em arco foram dispostos por meio de arranjos ritmados buscando um equilíbrio na relação entre cheios e vazios. Extensas galerias em arco com vasta ornamentação possibilitaram o acesso externo. Na parte interna, os pátios receberam tratamento paisagístico com forrações diferenciadas e espelhos d'água, intercalados por pavimentação [...]

As edificações residenciais foram distribuídas pelos setores e apresentavam nítida hierarquia. A residências para o diretor do CNEPA e diretor da Escola de Agronomia eram verdadeiros palacetes. As residências para professores e funcionários eram modestas

e apresentavam um programa simples. As moradias de estudantes foram acomodadas em edifícios de uso coletivo. Estabelecia-se dessa forma, uma relação não apenas acadêmica, mas de vizinhança. Silveira (2011, p.52) observou que “o objetivo, então, foi construir, nos moldes das instituições americanas de pesquisa, uma sede planejada para oferecer alojamento, refeitório e biblioteca para todos os alunos se manterem internos na instituição”. estas ações transformaram completamente o modelo inicial da Escola que segundo decreto de criação funcionaria na forma de externato²¹.

Em 1941, muitas edificações do extenso programa estavam construídas, mas apenas em 1947, foram entregues dezessete edifícios e as instalações de apoio para abrigar as Escolas de Agronomia e Veterinária. A mudança para o *campus*, ocorreu no ano de 1948 e demarcou definitivamente a sede da UFRRJ.

3.3.4 *Campi* da Universidade Federal de Viçosa

A Universidade Federal de Viçosa encontra-se no cenário brasileiro da educação superior desde o início da década de 1920, quando o governo de Minas Gerais lançou o desafio de instalar sob controle estadual, uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Naquela época, foi escolhido o município de Viçosa, na Zona da Mata, no Estado de Minas Gerais para abrigar uma instituição cujo objetivo seria ditar a modernidade frente ao mundo rural mineiro. Atualmente, a UFV apresenta três unidades administrativas cadastradas junto ao Ministério da Educação como “*campus*”: a Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Viçosa (UFV–CAV), a Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Florestal (UFV–CAF) e a Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba (UFV–CRP), sendo os dois últimos, considerados *campi* fora de sede.

Como este trabalho tem por estudo específico o *campus* da UFV de Rio Paranaíba, entendeu-se que para a realização de análise do seu processo de implantação na cidade seria necessário conhecer o contexto construtivo dessa instituição, também nas suas áreas de ocupação antecessoras. Por isso, nos próximos tópicos da pesquisa serão estudados os primeiros *campi* da UFV: o *campus* da UFV na cidade de Viçosa e o *campus* da UFV na cidade de Florestal. Tais estudos basearam-se na busca de fatos que marcaram a temporalidade da universidade, assim como, fatos que refletiram em sua representação física.

3.3.4.1 Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Viçosa

A Universidade Federal de Viçosa nasceu na forma de uma Escola Especializada, em uma época que o ensino brasileiro era legalmente submetido a uma dualidade no sistema educacional. A primeira particularidade desse sistema encontrava-se na descentralização do ensino entre a União e os Estados. Sob o controle do Governo Federal encontravam-se o

²¹ Artigo 530 do Decreto-Lei n° 8319, de 20 de outubro de 1910.

ensino secundário e superior (Direito, Medicina e Engenharia) e, sob responsabilidade dos Estados cabia a instituição das demais escolas com estudos em todos os níveis e campos de ciências, como o caso das escolas agrícolas. A outra característica constatada nessa duplicidade sistêmica encontrava-se dentro da própria organização administrativa do ensino superior. As escolas superiores de estudos profissionais e utilitários, com base literária clássica e formadora da elite - Escolas Superiores de Direito, Medicina e Engenharias ficavam subordinadas ao Ministério que tratava da Educação²²; enquanto que as escolas superiores técnicas, profissionais, baseadas na formação agrícola e industrial estavam subordinadas às determinações do Ministério da Agricultura²³ (AZEVEDO, 1944; VEIGA, 2012).

O dualismo gerou uma considerável diferenciação do ensino nacional nos mais diferentes níveis, pois estes carregavam as características econômicas, políticas e culturais de cada região. O quadro educacional brasileiro refletia o nível do processo de expansão de autonomia de cada Estado, visto que o ensino de base era responsabilidade estadual. Em Minas Gerais, no fim do século XIX e início do século XX, a agricultura era a principal atividade econômica mineira e encontrava-se em dificuldades de crescimento, pois refletiam as questões trabalhistas – relacionadas ao regime escravocrata em declínio – e a tradicional formatação das atividades agrícolas de maneira extensiva baseada na monocultura do café, assim como, o início da valoração do trabalho como fonte produtiva.

Diante desse quadro, as elites econômicas do Estado de Minas Gerais pleitearam junto ao governo estadual, instrumentos que fossem capazes de superar o problema de mão de obra rural. O tema foi discutido no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial do Estado, ocorrido de 13 a 19 de maio de 1903, na cidade de Belo Horizonte. As reivindicações expostas nesse congresso levaram o Governo a buscar um sistema de ensino empenhado na organização dos trabalhos no campo, nos comércios e nas poucas indústrias mineiras. Contudo, a educação deveria aproximar a escola da prática. A trajetória do ensino agrícola de Minas Gerais do início do século XX pode ser descrita mediante a evolução do discurso, quando primeiramente foi necessário promover a consciência que o estudo agrícola gera desenvolvimento (1900 – 1906), para uma posterior instalação de ensinamentos no nível primário e secundário (1906 - 1916) na forma das fazendas-modelo, fazendas-subvencionadas, campos de demonstração e estabelecimentos de ensino agrícola elementar; até finalmente promover a esperada modernização do campo com vistas a atender as crescentes demandas do mercado interno e externo, mediante a instalação da escola de nível superior (SILVA, 2007; VERSIEUX, 2012).

Correspondendo à evolução da política educacional de vocação rural mineira, a origem da Universidade Federal de Viçosa em 1920, como “Escola Superior de Agricultura

²² Ministério da Justiça e Negócios Interiores; em 1930 passou a denominar-se Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública; em 1937 denominou-se Ministério da Educação de Saúde.

²³ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).

e Veterinária de Viçosa” (MINAS GERAIS, 1920; 1922), refletiu os anseios da época pós primeira Guerra Mundial, de renovação e ruptura com o sistema tradicional escolástico prévio, de forte base literária, para um ensino científico desinteressado e com forte foco nas ciências naturais. Peter Henry Rolfs, o americano contratado pelo governo mineiro para a organização e implantação da Escola Superior de Agronomia e Veterinária de Viçosa (ESAV) – antecessora da UFV – lançou base de uma universidade organizada para exercer a tríplice função: elaborar e criar a ciência, transmiti-la e disseminá-la. O pioneirismo dessa instituição comprovou-se no fato que tais ideais ainda não tinham sido disseminados no Brasil, o que aconteceu no ano de 1932, através do lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação”²⁴.

Azevedo (1944) observa que nesse período, as instituições que rompiam com o tradicional sistema literário clássico baseavam-se nas realizações de educadores determinados, que agiam ou por conta própria ou a serviço de Estados que estimulavam reformas, como o caso de São Paulo criador dos institutos estaduais (Agrônômico de Campinas - sob direção do Estado de São Paulo desde 1892, Instituto Butantã), a Escola Superior de Agricultura de Piracicaba (a ESALQ), a Escola de Engenharia do *Mackenzie College* e outras instituições dispersas pelo país. Corroborando com esse contexto, os antecedentes da criação da Universidade Federal de Viçosa remetem a proposta do governador de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, de se criar uma Escola Superior de Agricultura, pública, autorizada segundo a Lei Estadual nº 761, de 6 de setembro de 1920, que trazia claramente no artigo de número quatro, o objetivo pretendido para a escola: “ministrar o ensino prático e teórico de Agricultura e Veterinária e assim realizar estudos experimentais que concorram para o desenvolvimento de tais ciências no Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 1920).

Cabia então, escolher um modelo de escola a ser empregado. Dentro dessa perspectiva, o Secretário de Agricultura do Estado, antes mesmo de ocupar o cargo, Sr. Clodomiro Augusto de Oliveira, em viagem a Argentina e Uruguai, foi encarregado de estudar os sistemas de produção das agro-indústrias desses países vizinhos, assim como seus modelos de ensino agrícola. Após as visitas, o secretário acreditava que a escola superior de agricultura mineira poderia ser baseada na Escola de Agricultura de Estanzuela²⁵. Entretanto, o governador, Arthur Bernardes decidiu que a escola deveria ser implantada

²⁴ Documento elaborado por um grupo de educadores baseados no movimento europeu e norte-americano, a “Escola Nova”. Em tal movimento, as universidades, defendiam a necessidade de serem criadas priorizando a pesquisa científica dentro de uma função tríplice: elaborar e criar, transmitir e vulgarizar. Visavam pois, uma ruptura com os moldes predominantemente relacionados à formação de profissionais liberais (SILVEIRA, 2011).

²⁵ Atual Estação Experimental Dr. Alberto Boerger –“La Estanzuela”, do Instituto Nacional de Investigação Agrícola (INIA) no Uruguai. Criada em 1914 nas proximidades da Colônia de Sacramento, pelo fitotecnista alemão, Alberto Boerger, que dirigiu a estação experimental até 1957. O principal objetivo da estação experimental era avançar nas pesquisas sobre o cultivo e produção de sementes de base, em uma linha de estudos voltados para o melhoramento de plantas. Por volta do ano de 1918 os experimentos realizados na estação já alcançavam reconhecimento internacional (INIA, 2017).

nos métodos e sistemas norte-americanos, no caso, elaborar uma instituição baseada no modelo universitário americano “*Land-Grant Colleges*” (SILVA, 2007). Assim, os trabalhos para implementação da Escola iniciaram-se primeiramente pela contratação de Peter Henry Rolfs, diretor da Escola Superior de Agricultura do Estado da Flórida, indicado pelo Sr. José Cochrane de Alencar, embaixador do Brasil em Washington – EUA. Rolfs aceitou o convite para cumprir o contrato que consistia “na direção do estabelecimento, na colaboração na escolha do local para a instalação da Escola e na tarefa de apresentar ao Governo, os planos da construção e os programas gerais de ensino” (COMETTI, 2005, p. 66).

Em 1921 a comissão composta por Peter Henry Rolfs²⁶, Dr. Álvaro da Silveira²⁷ (Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado), Dr. Arduíno Bolívar²⁸ e Mário Monteiro Machado²⁹ visitaram nove locais para determinar a localização da escola³⁰. O terreno escolhido encontrava-se no município de Viçosa. Peter H. Rolfs, em artigo elaborado em 1923 endereçado à Sociedade Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro, expôs os motivos para a escolha do local, realizada em 9 de maio de 1921: sua posição central na Zona da Mata; o clima agradável; possuir terras adequadas para os experimentos onde localizava-se uma ferrovia, além da proximidade de uma cidade excelente (ROLFS, 1923). Entretanto, deixou claro a necessidade de construção de residências para os professores, em virtude da distância e tamanho da cidade de Viçosa.

²⁶ Peter Henry Rolfs era natural de Le Claire, Iowa. Graduou-se em Agricultura em 1889 na *Iowa State Agricultural College*, foi “*Master of Science*” em 1891 e tornou-se “*Doctor of Science*” em 1920.

²⁷ Álvaro Astolpho da Silveira, natural da cidade de Passos – MG, graduou-se Engenheiro de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1892, onde graduou-se também Engenheiro Civil. Professor da Escola de Engenharia de Belo Horizonte, foi membro da Diretoria da Sociedade Mineira de Agricultura do Estado (1906 - 1916) e ocupou vários cargos públicos, sendo um destes o de Diretor da Secretaria de Agricultura do Estado (SILVA, 2007).

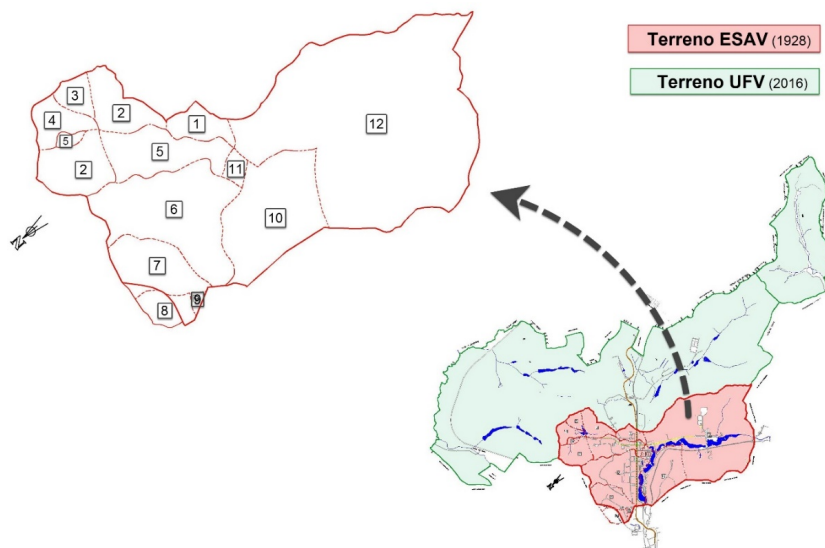
²⁸ Arduíno Bolívar, natural da cidade de Viçosa – MG, cursou o primeiro ano da faculdade de Farmácia em Ouro Preto, mas graduou-se em 1902 com o título Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em São Paulo. Foi Promotor de Justiça e professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, fundador e catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (SILVA, 2007).

²⁹ Mário Monteiro Machado, natural da cidade de Sabará – MG, graduou-se Engenheiro Civil e Engenheiro de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1914. Foi encarregado da apresentação dos planos e da construção das edificações da ESAV até meados de 1922. Ocupou vários cargos públicos, trabalhando para Prefeitura de Ubá, para o Estado de Minas Gerais e para o Distrito Federal (Rio de Janeiro) onde ocupou o cargo de Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas (SORGINE, 2008).

³⁰ De Fevereiro até maio de 1921, Peter Henry Rolfs, Álvaro da Silveira e Mário Monteiro viajaram por cidades mineiras no objetivo de escolher o melhor local para que a escola fosse instalada. Partindo de Belo Horizonte, o itinerário de visitas estipulava percorrer as cidades de Ubá, Rio Branco, Ponte Nova, Viçosa, Rio Novo, Pomba, Cataguases, Santa Luzia de Carangola e possivelmente, Manhuaçu. Dentre os relatórios de Peter Henry Rolfs endereçados ao presidente Arthur Bernardes lidos, observou-se que a cidade de Manhuaçu não foi visitada, mas acrescentou-se a esta lista as cidades de Recreio e “São Paulo de Muriaé”. Em relatório, Rolfs enumerou as características que observava para escolha dos terrenos da futura escola cada vez que visitava as localidades. Foram estas: salubridade, disponibilidade de terras, localização, publicidade, sentimento da comunidade, distância aos centros de população, produção agrícola e disponibilidade de águas (ROLFS, 1921b; 1921c; 1921a).

Baseado no relatório da comissão, o governador Arthur Bernardes expediu o Decreto nº 5.608, de 30 de novembro de 1921 (MINAS GERAIS, 1921), aprovando os planos de construção da escola e desapropriando os terrenos necessários. A princípio, optou-se pela compra dos sítios agrícolas, cabendo ao Sr. Fernando de Melo Vianna, Procurador-Geral do Estado, a difícil tarefa de convencer os agricultores da venda de suas terras ao Estado. Tarefa cumprida a duras penas, em meados de fevereiro de 1922 a maioria das escrituras estavam assinadas. Foram então, comprados os primeiros 453ha de um total atual de 2.353,94ha de terrenos contínuos na cidade de Viçosa (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2006; SILVA, 2007; UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2016) (FIGURA 23).

Figura 23 – Terrenos vendidos ao Estado para locação da ESAV – 1928



Legenda – Proprietários de terrenos: 1) Herdeiros de Francisco Campos; 2) Lino Lopes Rosado; 3) Herdeiros de Antônio Senhorinha; 4) Laurentino Gonçalves de Paula; 5) Christiano Machado; 6) Octávio Pacheco; 7) Antônio Vitarelli; 8) João Tristão Gonçalves; 9) Paulina Oliveira; 10) Alberto Álvaro Pacheco; 11) Juventino Octávio de Alencar e 12) Alexandre Ferreira.

Fonte – Adaptações da autora. Base: (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2006, p.91) e Serviço de projetos e obras da UFV-CRP.

Com os terrenos comprados, foi baixado pelo Vice-presidente do Estado em exercício, Sr. Eduardo Carlos Vilhena do Amaral o Decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922 (MINAS GERAIS, 1922), criando a Escola Superior de Agricultura e Veterinária e instalando-a em Viçosa.

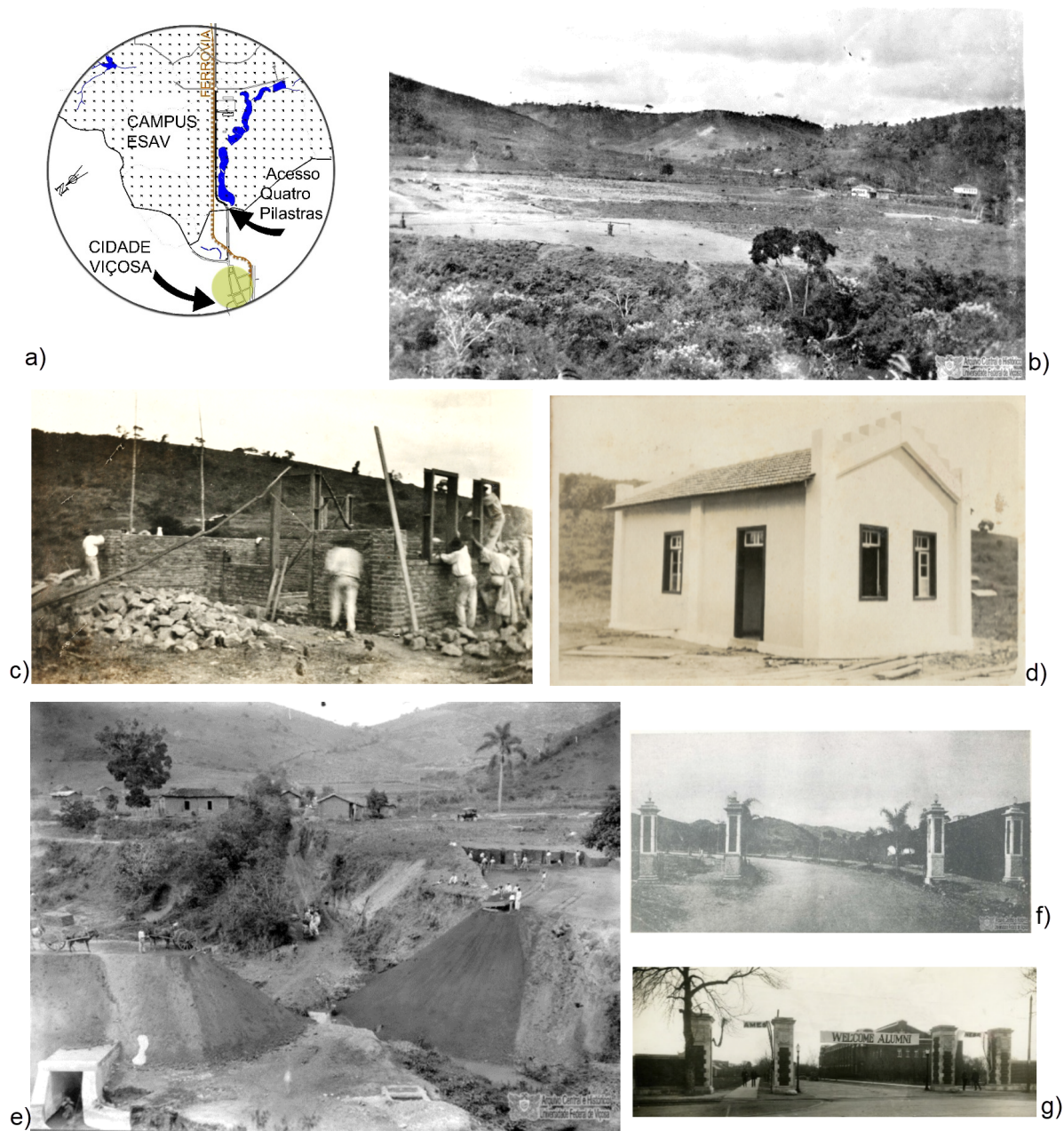
Os anos iniciais da construção da escola foram de muito trabalho e desafios, porém Rolfs estava convicto sobre o modelo de escola que buscava estabelecer. Traçava uma escola no objetivo de formar jovens, cujos conhecimentos científicos adquiridos visassem a aplicação prática no fomento e desenvolvimento dos agro-negócios, capazes de gerir fazendas produtoras em qualidade e diversidade. Sobre essa questão escreveu:

Uma ideia muito comum, porém equivocada, tem sido realizada em alguns centros, onde uma Faculdade de Agricultura seria uma instituição na qual se teria um grande número de departamentos científicos, os quais promoveriam instrução nessas ciências sem a aplicação prática na agricultura, seja de maneira direta ou indireta. Tal modelo de currículo tem produzido alguns notáveis cientistas e grandes profissionais, mas tem falhado em produzir agricultores. Da mesma forma, muitas instituições tem sido estabelecidas para o aperfeiçoamento de certas linhas de estudo ou ciência. Isso ocorre especialmente na Europa, onde existem Escolas Técnicas Superiores de Química, ou Florestas, ou Patologia de Plantas, ou Entomologia, ou qualquer outro ramo. Contudo, todas elas são escolas profissionalizantes, em que homens são treinados para preencher cargos e posições no governo ou terem carreiras profissionais. A verdadeira Faculdade de Agricultura treina homens especialmente para o serviço na fazenda e para a liderança dos empreendimentos rurais. Isso difere no aprendizado, na medida que essa última instituição treina homens na ARTE do cultivo e apenas incidentalmente instrui na CIÊNCIA da Agricultura (ROLFS, 1923, p.8, tradução da autora).

Lisboa (2004) ao relatar o processo inicial de construção da ESAV, deixou evidente que a escola foi organizada para ser uma Escola Superior de Agricultura, sendo que o estudo da Veterinária, ocupava uma posição coadjuvante. No plano da escola constava a construção do Edifício Principal (hoje Prédio Arthur Bernardes), do Prédio Dormitório (alojamento), de vinte abrigos rurais, de uma residência para o Diretor, três residências para professor e uma grande avenida, que fora aberta seguindo a linha férrea. A pedra fundamental para construção do Edifício Principal foi lançada no dia 10 de junho de 1922, tendo como chefe engenheiro, Honório Hermeto Corrêa da Costa, posteriormente substituído pelo engenheiro Mário Monteiro Machado a partir do dia 11 de junho de 1922, até 16 de dezembro de 1922, quando fora designado pelo Governo Federal para o cargo de Diretor Geral de Obras da Prefeitura do Distrito Federal. Assumiu o cargo de engenheiro chefe, Bello Lisboa e assim, permaneceu neste cargo até a inauguração da escola. Lisboa em relatório, descreveu detalhadamente cada edificação construída, mas o importante dessa descrição é perceber que o plano foi implantado quase na sua totalidade, ficando de fora apenas algumas residências planejadas (FIGURA 24 e FIGURA 25).

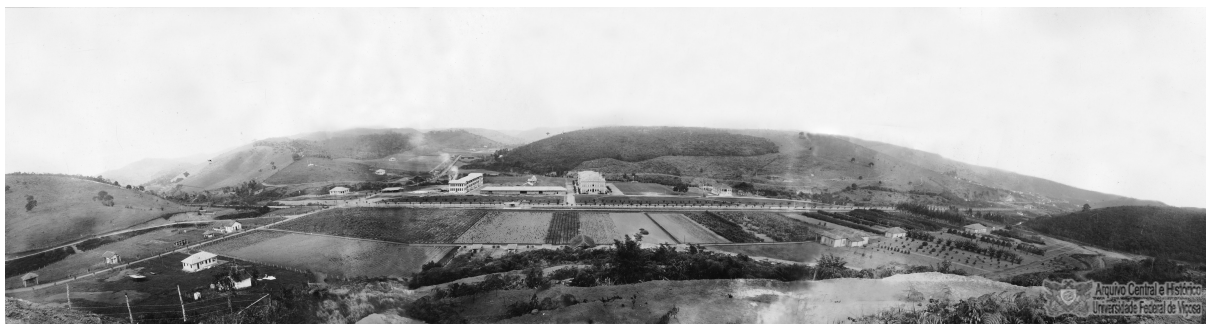
A medida que o plano de implementação era efetivado, juntamente à construção dos edifícios acadêmicos e das edificações de apoio e serviços, a UFV construiu moradias para alocar seus servidores. Carvalho e Ferreira (2012) realizaram levantamento arquitetônico dessas moradias, constatando que foram construídas sete vilas: Vila Sete Casas (1925?), Vila Dona Chiquinha, Vila Secundino (1949), Vila Araújo (1952), Vila Chaves, Vila Matoso e Vila Giannetti (1948-1960) e as caracterizaram como “Vilas Funcionais”.

“[...] Forma de provisão habitacional para aluguel, porém sem fins lucrativos são as moradias funcionais produzidas por vários órgãos e empresas estatais [...] Assim como as vilas operárias, essas moradias funcionais destinam-se a uma população de renda média e constituem importante benefício para os seus locatários, dados os baixos valores dos aluguéis praticados, segurança que

Figura 24 – ESAV: Anos Iniciais

Legenda – Algumas imagens sobre a gênese da UFV: A) Croqui localização *Campus* ESAV e Perímetro urbano da Cidade de Viçosa. Ano: 1922; B) Vista do terreno da escola agrícola (parte central). A direita, casa onde residiu Peter Henry Rolfs e família durante os anos iniciais de construção. Data: 1921; C) Construção da Biblioteca, primeira edificação construída no *Campus*. Data: 1922; D) Biblioteca Temporária. Data: 9 de julho de 1922; E) Aterro de ligação da UFV com a cidade. Local do portal "Quatro Pilastras". Data: 1923; F) Acesso ESAV: Portal Quatro Pilastras. Data: Meados de 1925; G) Pilastras edificadas no acesso da Iowa State University-EUA. Data: 1924.

Fonte – Imagem A: Acervo autora; Imagens B,E,F: Acervo Fotográfico [Digital] do Arquivo Central e Histórico da UFV ; Imagens C e D: University of Florida. Peter Henry Rolfs Digital Collections. Imagem G: Arquivo Ex-alunos de Iowa.

Figura 25 – *Campus* da ESAV. Ano:1927[?]

Fonte – Universidade Federal de Viçosa. Acervo Fotográfico do Arquivo Central e Histórico da UFV.

propiciam aos seus moradores e a conservação”. Carvalho e Ferreira (2012, p. s/n)³¹.

Dentre estas, a Vila dos Professores (Vila Giannetti) retratou uma importante época histórica da UFV, relacionada com o tempo que pesquisadores americanos estavam no *Campus* em cooperação através dos convênios entre a UFV e a Universidade de Purdue.

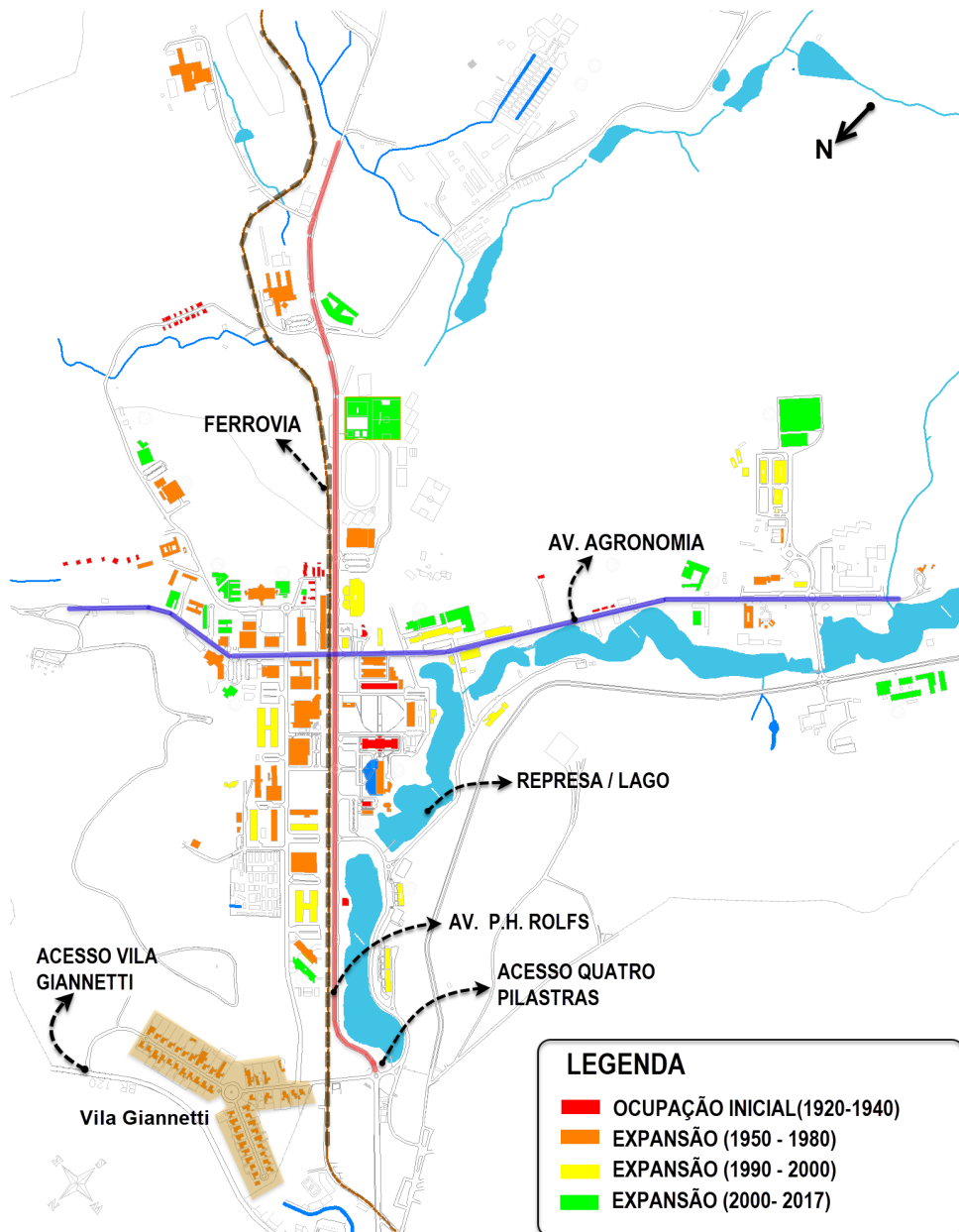
Em 1970, a UFV organizou o primeiro plano diretor para o *Campus*, e em sua essência operava a segregação dos espaços, segundo direcionamento de seus eixos principais, a linha Férrea, a Av. P.h. Rolfs e a avenida da Agronomia. Mahler (2015, p. 255) afirma que em decorrência do urbanismo modernista (século XX), “os planos diretores tendiam a conferir autonomia aos edifícios, o que acarretou problemas de gestão dos espaços físicos dos *campi*, devido à autonomia das partes”. Em Viçosa não foi diferente. A autonomia conferida para cada Centro de Ciências segregou o território da universidade, o que por sua vez gerou e ainda tem gerado, dificuldades de gestão do espaço físico, pois a cada intervenção na ocupação do solo, a administração precisa “negociar” com os “detentores” da autonomia do espaço, ou seja, os Diretores de Centro.

Dessa forma, quando a intervenção não condiz com as atividades específicas ou de interesse ao centro, a negociação pode ser demasiadamente demorada. Diante de tal contexto, a gestão UFV tem se mostrado contrária a setorialização espacial segundo centros acadêmicos nos *campi* recém criados da instituição, fato demonstrado no Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV–Viçosa aprovado na Resolução CONSU–UFV n°. 14/2008, de 21 de outubro de 2008.

Em adesão a política de expansão do ensino superior e em resposta ao REUNI, a instituição expandiu-se com a construção de novas edificações, em Viçosa e, tornou-se

³¹ No caso da UFV as vilas foram construídas com função residencial para os professores da instituição e não foi encontrado registro sobre cobrança de aluguéis.

Figura 26 – *Campus da UFV em Viçosa: Temporalidades*



Legenda – Desde implantação da universidade, tem-se delimitadas a avenida P.H. Rolfs e Av. da Agronomia. Em suas margens ocorreram as primeiras expansões, principalmente seguindo a mesma rota da linha férrea (Ferrovia, hoje desativada) ao longo da P.H.Rolfs. A expansão mais atual tem levado benfeitorias para ocupações mais distantes do núcleo inicial, embora ainda ocupe áreas marginais da Avenida da Agronomia.

Fonte – Adaptações da autora. Base: Borges, Sabioni e Magalhães (2006) e Serviço de projetos e obras da UFV-CRP.

multicampi com a criação de dois novos *campi*: *Campus Florestal* e *Campus Rio Paranaíba*, este último pormenorizado em capítulo próprio.

Em relação aos eventos da Extensão Universitária³², as demonstrações dos trabalhos realizados e das técnicas de experimentação, além de aulas ministradas nos colégios de Viçosa foram citados nos relatórios escritos por Rolfs e Lisboa, e podem ser considerados como eventos pioneiros realizados pela UFV. Mas o evento de extensão que possui característica perene na vida institucional, ocorre no *Campus Viçosa* desde 1929, denominada “Semana do Fazendeiro”.

3.3.4.2 Universidade Federal de Viçosa - *Campus Florestal* (UFV-CAF)

No ano de 2006, a Universidade Federal de Viçosa elevou à categoria de *campus* universitário, o local de funcionamento da escola técnica profissionalizante denominada Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF) subvencionada à gestão da UFV, desde o ano de 1955 na cidade de Florestal³³. Juntamente à escola, foram criados os cursos de nível superior e desde então, passaram a funcionar no *campus* UFV–Florestal (UFV–CAF) cursos de graduação e o colégio técnico. Diante de tais desdobramentos, a seguir será descrita uma perspectiva de como a fazenda–escola tornou-se um *campus* universitário.

A Fazenda Escola de Florestal foi inaugurada em 26 de abril de 1939, contando com a presença de muitas autoridades políticas, inclusive do Presidente da República, Getúlio Vargas e do Governador do Estado, Benedito Valadares. A escola destinava-se a formar capatazes e administradores de fazenda, além de ministrar cursos rápidos para capacitação de produtores rurais. Dentro do quadro educacional mineiro, a escola representava as aspirações de modernização para o campo, vinculada à política do Governo “Estadonovista”, cujo lema **aprender fazendo** descrevia um tipo de ensino prático, mais adequado às necessidades culturais do país³⁴.

³² A extensão universitária é um conceito americano, introduzido pelas faculdades e universidades na década de 1890, cuja teoria baseava-se no entendimento que a educação e os desenvolvimentos de pesquisa alcançados através do financiamento público, deviam estar amplamente disponíveis para aqueles não frequentam as universidades. Para atingir esse objetivo, as instituições desenvolviam programas e projetos visando ampliação da disponibilidade dos recursos educacionais da instituição por meio de acordos especiais oferecidos a pessoas que de outro modo, não teriam acesso à tais informações (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 1995).

³³ O fato de a CEDAF passar a ser *campus* universitário em 2006 é relevante para a história da UFV, visto que consistiu como fator condicionante para a criação do *campus* em Rio Paranaíba (SEDIYAMA, 2012).

³⁴ Segundo Azevedo e Carvalho (2010), em estudos sobre as escolas técnicas que são subvencionadas às universidades federais, a Fazenda Escola de Florestal passou a ser vinculada ao Departamento de Ensino Técnico da Secretaria da Agricultura em 1943 e foi transformada em escola de nível primário profissionalizante. Em 1948, mediante o Decreto Estadual n.º. 2.740, de 23 de maio de 1948 (MINAS GERAIS, 1948a), a escola sofreu nova reformulação e passou a ministrar ensino médio com a denominação de Escola Média de Agricultura do Florestal (EMAF) iniciando as atividades em 1949 após regulamentação pelo Decreto Estadual n.º. 2.931 (MINAS GERAIS, 1948b). Em 1955 pela Lei n.º. 1.360, de 5 de dezembro (MINAS GERAIS, 1955), foi incorporada à Universidade Rural do Estado

Versieux (2010) aponta que a gênese do modelo de escola agrícola implantado em Florestal seria possivelmente, proveniente de um projeto estadual anterior denominado “Fazendas–Modelo”, que configurava-se em uma tentativa no governo de João Pinheiro da Silva, em promover a modernização da produção agrícola, incentivar um ensino prático (desvinculado de qualquer nível escolar) e chegar à formação de jovens em nível médio com técnicas de práticas agrícolas. Mas, foi um projeto educacional que não foi adiante.

A proposta original foi a criação de uma fazenda modelo em Florestal, estabelecendo campos de culturas experimentais, estábulos de criação de animais para experimentos de melhoramento de raças, bem como usina elétrica, represa, e toda uma série de instalações produtivas.[...] A fazenda modelo de Florestal, precursor de a fazenda–escola de Florestal, funcionou pelo menos desde 1936 quando, na previsão orçamentária para esse ano, apareceu pela primeira vez uma dotação de verba específica para a “Fazenda do Florestal” (VERSIEUX, 2012, p,146-147).

Não obstante nomenclaturas, ocorreu que em meados de 1939, criou-se uma escola com visão profissionalizante, estabelecida para a educação rural que demandando estruturas físicas peculiares não apenas ao ambiente de fazenda, mas sobretudo, instalações específicas e especializadas aprimoradas para abrigar o prédio acadêmico, um prédio de internato e uma edificação destinada a funcionar como um hotel para hospedagem dos fazendeiros. Versieux (2012) observa que os fazendeiros eram o público alvo do empreendimento, onde poderiam fazer uma observação direta das atividades de uma fazenda modelo de técnicas e de produção. A secretaria de Agricultura custeava as visitas à Florestal da maioria dos fazendeiros visitantes, cujo propósito era convencer as classes produtoras, na prática, a diversificar e racionalizar a produção. Era pois, um investimento de caráter desenvolvimentista e elitista, cujas instalações foram retratadas pela mídia como “moderníssimas”.

O plano de necessidades para a escola era bastante diversificado e deveria atender a quatro frentes de atividades (setores): administração, fazenda de criação, fazenda agrícola e escola agrícola. Todos os setores implantados em uma área de 1700ha. Cada parte da escola previa instalações mínimas. A área administrativa era composta pelo Escritório Central (residência do diretor), almoxarifado, residência dos chefes de divisão, dos professores e dos funcionários e o Hotel dos Fazendeiros. A fazenda de criação composta de edificação para laticínio, instalações para suínos; instalações para equinos, instalações para aves. Todas as instalações possuíam repartições internas para diversas finalidades: maternidade, sala reprodutores, sala de castração, pastos, local de higienização entre outras. A fazenda

de Minas Gerais (UREMG) quando recebeu quantia para as adequações, inclusive a construção do prédio para funcionamento dos dormitórios. Entretanto, quando a UREMG foi federalizada, nova regulamentação precisou ser aferida, e por meio do Decreto Federal n°. 64.825 de 15 de julho de 1969 (BRASIL, 1969), a EMAF foi incorporada a Universidade Federal de Viçosa (UFV). A partir de 1981 a escola passou a ser chamada “Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal”, mantendo tal denominação até os dias atuais, cujo funcionamento ocorre juntamente aos cursos de nível superiores criados em 2006 no *campus* UFV-CAV.

agrícola deveria produzir sementes selecionadas e realizar experimentos nas áreas de combate a pragas e doenças de plantas. A fazenda escola continha as edificações para a prática do ensino e apoio: o prédio acadêmico (com as salas de aulas) e o prédio do internato, com as áreas de práticas esportivas e lazer. Entre os prédios localizava-se um campo de esportes, atual praça entre os edifícios: “Alojamento masculino e Prédio Principal”. Todo o núcleo central de ocupação era acessado a partir de arruamentos, largos bem dispostos e cuidados (ALVES, 2014; VERSIEUX, 2012) (FIGURA 27 e FIGURA 28).

Figura 27 – *Campus UFV–CAF: Edificações. Ano: 2017*



Legenda – a) Prédio Principal: antigo prédio da Fazenda – escola; b) Administração: antigo Hotel dos Fazendeiros; c) Placa de identificação do acesso ao *campus*; d) Vista Praça central e alojamento ao fundo (antigo internato); e) Alojamento; f) Diretoria (antiga residência do diretor)

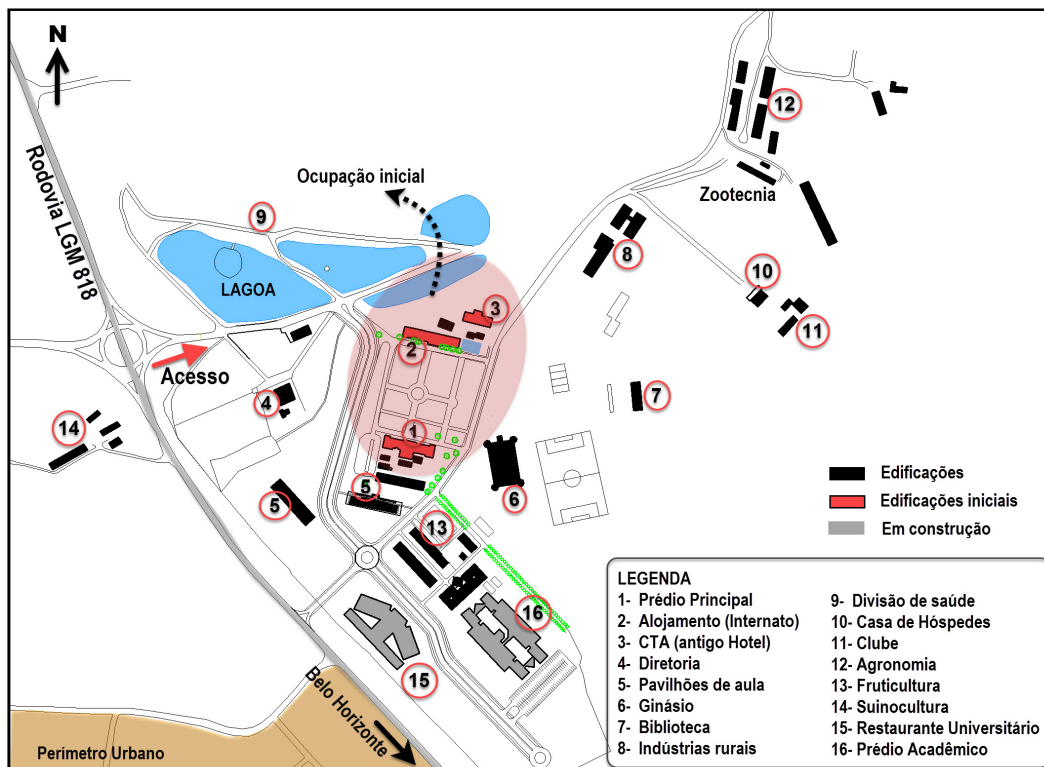
Fonte – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – *CAMPUS DE FLORESTAL* (2017)

Segundo Alves (2014) o prédio do Internato foi projetado para abrigar 132 pessoas em 33 apartamentos com instalações sanitárias coletivas, organizadas em dois pavimentos, possuindo quatro alas. No pavimento térreo, localizavam-se algumas salas administrativas e em local correspondente no pavimento superior, haviam oito quartos destinados à professores. O prédio da Escola (acadêmico) fora planejado em dois pavimentos, com oito salas de aula com capacidade para 20 alunos cada, um auditório, gabinetes e auditório (ALVES, 2014). No entanto, o grande diferencial da escola em relação à outras instituições de ensino agrícola (nível médio) estava na presença do Hotel dos Fazendeiros. Localizado à esquerda do internato e ainda perfazendo parte integrante do núcleo central e de apresentação da escola, fora planejado para lotação de 50 hóspedes que seriam alocados em 25 quartos. No pavimento térreo localizavam-se a parte de serviços e recepção. O hotel representava a dupla função: a social, por aproximar os agentes sociais de produção, os

fazendeiros; e uma outra função econômica, na medida que promovia atividades e iniciativas na área da produção rural segundo uma orientação considerada correta e moderna.

Observou-se a implantação de uma instituição com características modelar e suas edificações construídas serviram de base para a ampliação da ação da escola e transformação, primeiramente em escola de Nível Médio (1948) e, após incorporada à Universidade Federal de Viçosa e mediante reformulação regimental, em um centro de ensino de desenvolvimento agrário, nos anos de 1980. Como instituição técnica profissionalizante fundou em seu “campus” pequenas indústrias de laticínios, conservas e defumados, dando oportunidade aos alunos de aperfeiçoarem os estudos teóricos. Em relação aos trabalhos de extensão, instituiu aos moldes do evento “Semana do Fazendeiro” que acontecia na ESAV, a “Semana do Produtor Rural”, que acontece desde 1969. Com o crescimento e inclusão de novos cursos técnicos, novas demandas por infraestrutura foram solicitadas e após a oficialização do colégio, foi surgindo um *campus* cujas vias implantadas foram sendo melhoradas, segundo diretrizes lineares e assim, novas edificações foram construídas e estão em construção, como os pavilhões de aula, o prédio acadêmico contendo salas de aulas e laboratórios, uma nova edificação para funcionamento do restaurante universitário e a portaria, com a construção das “Quatro Pilastras”, um importante elemento de identidade institucional (FIGURA 28).

Figura 28 – Campus UFV de Florestal. Ano: 2017



Fonte – Adaptado pela autora a partir de base disponibilizada pelo Serviço de Projetos e Obras da UFV.

4 Estudo de caso: *Campus* UFV–CRP

Este capítulo dedica-se ao estudo do *Campus* da Universidade Federal de Viçosa localizado em Rio Paranaíba (UFV–CRP). Aborda seu processo de implantação, suas áreas, suas edificações e sua presença na cidade.

Um longo caminho foi traçado até que a instituição universitária sediada no município de Viçosa e originada em meados de 1920, implantasse o referido *campus* na cidade de Rio Paranaíba. Ciente dessa perspectiva, em certos momentos da pesquisa, buscou-se junto às suas raízes institucionais, a possibilidade da existência de uma carga histórica construída em meio às relações, aos contatos pessoais e culturais. Intrínseca a essa abordagem, foi considerado a presença do ambiente que recebeu e envolveu esta instituição, no caso, a cidade de Rio Paranaíba.

Não obstante propõe-se, considerando a abordagem tripartite da formação do espaço construído, concentrar a pesquisa na prática representacional, não fazendo jus às práticas vividas e experimentadas, que aqui serão apenas pano de fundo no contexto, visando trazer à luz, um espaço que foi construído em um lugar, com um planejamento, segundo uma gestão e para atender um determinado público. Verificou-se que o *campus* criado na cidade de Rio Paranaíba possui em sua constituição uma série de apontamentos e características advindas da instituição de origem, porém, em paralelo vem apropriando-se do território com um posicionamento próprio.

Dentre tais características, pode-se registrar a vocação agrícola da instituição advinda da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV)¹, atual UFV, uma instituição criada para oferecer um ensino agrícola, que ao passar dos anos foi ampliando suas áreas de estudo, voltando-as para pesquisa e extensão, uma característica marcante que se estendeu para seus *campi*, inclusive o *Campus* Rio Paranaíba (UFV–CRP). Os *campi* da UFV implantados com a política de expansão do ensino superior do MEC a partir do ano de 2003, caracterizam-se como *campus* fora de sede, cada um com suas particularidades: o *Campus* Florestal, que originou-se de uma instituição já existente, e outro, *Campus* Rio Paranaíba, criado com toda infraestrutura a ser adquirida (FIGURA 29)

Conforme relatado em capítulo anterior, o *Campus* da UFV em Florestal foi originalmente uma escola profissionalizante para técnicas agrícolas segundo a tipologia

¹ Segundo contexto histórico, a UFV localizada na cidade de Viçosa é uma das mais antigas instituições de ensino superior brasileiro do período republicano, criada por decreto em 1922. Entretanto, as datas de criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária estão relacionadas a algumas ações de períodos diferenciados. Em resumo geral, tem-se as seguintes datas. Em 1920 a Escola foi autorizada pelo Governador de Minas Gerais para ser executada. Em 1921, teve suas plantas arquitetônicas e a locação dos terrenos aprovados. Em 1922, após compra dos terrenos na cidade de Viçosa foi criada e estabelecida legalmente naquela localidade. No ano 1926 foi inaugurada ministrando apenas cursos de nível médio. Apenas em 1928 funcionou efetivamente oferecendo o curso de Agronomia e Veterinária.

“fazenda–modelo”. Está sob tutela da UFV desde a década de 1960 e adquiriu *status* de *campus* universitário no ano de 2006. O *Campus* UFV em Rio Paranaíba, também criado em 2006, iniciou suas atividades no ano de 2007, no local cogitado para funcionar uma Escola Agrícola. Tal escola veio a ser a primeira edificação ocupada pela UFV na cidade, mas institucionalmente toda a infraestrutura organizacional, pessoal e física ainda precisava ser implementada. Seu processo de implantação na cidade de Rio Paranaíba será detalhado adiante, primeiramente, trazendo informações sobre a cidade que o sedia.

Figura 29 – Mapa de localização e distâncias entre os *Campi* UFV



Fonte – (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV), 2017)

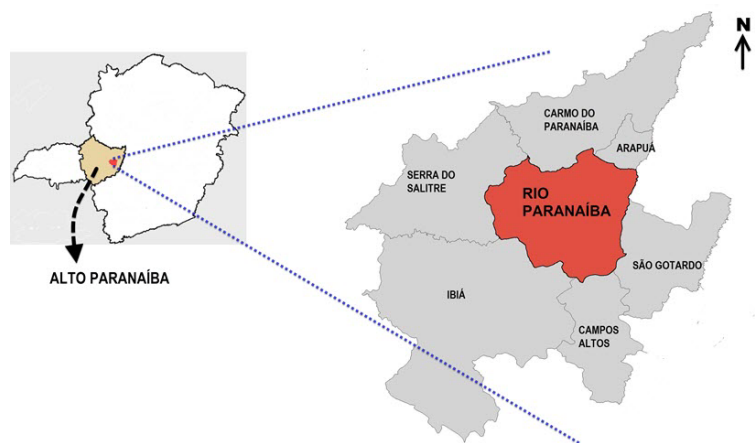
4.1 A cidade de Rio Paranaíba

Rio Paranaíba é uma cidade localizada na região do Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais; à uma distância de 321 km da capital mineira, Belo Horizonte (FIGURA 30). Consoante com dados do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2017), a cidade possui área de 1.357 km²; população de aproximadamente 11.885 habitantes, segundo Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreende altitudes entre 1209m e 635m; possui relevo predominantemente plano, com vegetação típica do cerrado e temperaturas variando de médias: mínimas em 15°C e máximas em 26,5°C. No ano 2000, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² foi de 0,755, sendo considerado um bom nível de desenvolvimento. Sua economia baseia-se na agropecuária e agronegócios, com enfoque na produção oriunda do Programa de Assenta-

² O IDHM engloba algumas características da população em escala municipal. É uma adaptação de cálculos, metodologia e conceitos que indica o desenvolvimento humano em grandes escalas. Possibilita a comparação entre os municípios e a necessidade Pública de investimentos. Resumidamente, quanto mais próximo do valor um, maior o desenvolvimento do município. O cálculo do valor baseia-se em índices sociais como: longevidade (vida longa e saudável), acesso ao conhecimento (escolaridade) e padrão de vida (renda per capita) (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA, 2014).

mento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP). No ano de 2006, tornou-se a menor cidade brasileira (em população) a receber um *campus* de uma universidade federal³.

Figura 30 – Localização da cidade de Rio Paranaíba



Legenda – A cidade de Rio Paranaíba, localiza-se na mesorregião do Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais.

Fonte – Base: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). Modificações da autora.

O topônimo “Rio Paranaíba” foi dado à cidade homenageando o rio cuja nascente encontra-se em suas terras. O nome Paranaíba é originado do termo tupi “*paranãayba*”, “o grande caudal ruim”, ou de navegação impraticável (PEREIRA, 2013). Tal identificação é utilizada desde 1911, quando os cidadãos rio-paranaibanos ainda buscavam por emancipação política, o que veio acontecer em 07 de setembro de 1923.

As principais vias de acesso ao Município são: Rodovia BR-262, no sentido Belo Horizonte – Rio; Rodovia BR-354 que faz a interligação rodoviária da BR-262 até o acesso ao município; Rodovia MG-230, que corta o município de Rio Paranaíba até a cidade de Serra do Salitre e faz-se caminho para a cidade de Uberlândia e, também pode-se utilizar como acesso, a Rodovia MG-235, que liga a cidade de Ibiá ao município vizinho de São Gotardo.

A economia do Município é tipicamente rural e baseia-se na agropecuária e no mercado do agronegócio. O município é grande produtor de café arábica, milho, soja, cebola, batata, alho e cenoura. Apesar do solo possuir as características de latossolos

³ A título de informação, ao analisar o relatório da Expansão das Universidades Brasileiras BRASIL. Ministério da Educação (2006) e dados do IBGE, ficou comprovado que a cidade de Rio Paranaíba foi a menor cidade em população a ter cadastrado um *campus* de uma universidade federal. Entretanto, cabe a observação que a Universidade do Mato Grosso (UFMT) à mesma época, teve cadastrado o *campus* “UFMT – Médio Araguaia”, que possui unidades físicas nas cidades de Barra do Graça e Pontal do Araguaia – MT. Essas cidades perfazem uma região denominada “Grande Barra do Garça”, região esta que apresenta cerca de 60.000 habitantes. Porém, se a unidade física instalada na cidade de Pontal do Araguaia for considerada sozinha, esta seria a menor cidade a ter um *campus*, pois possui cerca de 5.000 habitantes.

vermelhos e amarelos, ou seja, solos de pequena fertilidade, e por isso, necessitarem de frequentes processos de fertilização, a presença de um relevo pouco acidentado e com grandes platôs, deixam a região propícia para a utilização da mecanização agrícola em grande escala, por exemplo: o uso de grandes pivôs centrais de irrigação.

Segundo Vargas (2008) o primeiro marco registrado na história da cidade data-se de 1757, com a chegada dos primeiros povoadores. Com a decadência econômica do ciclo açucareiro no Nordeste, por volta do Século XVIII, a alternativa seria ampliar a exploração de outras riquezas, no caso o ouro, através da descoberta de novas jazidas. Nessa época, a grande exploração encontrava-se em Vila Rica (Ouro Preto e região) e o novo “Eldorado” caminhava em direção à região dos “sertões”.

A região mineira do Alto Paranaíba era conhecida como “Sertão da Farinha Podre” e sua colonização aconteceu principalmente, por ser ponto de passagem de mineradores que exploravam as terras do sertão mineiro, goiano e mato-grossenses em busca de ouro. A movimentação pela região intensificou-se a partir de 1725, com a descoberta das jazidas de ouro do Rio Vermelho pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. O caminho balizado pelo bandeirante, “*Estrada do Anhanguera ou dos Goias*” durante muitos anos, foi o único acesso permitido pela coroa portuguesa para as terras goianas, obrigando todos os aventureiros rumo ao sertão, à transitarem pela estrada (LARA, 2009). Não obstante, a colonização da região foi sendo realizada de maneira diferenciada do que ocorria nas regiões mineradoras. Lourenço (2010) afirma que o povoamento do sertão, na região de todo o Triângulo Mineiro também ocorreu mediante o desenvolvimento das atividades rurais, sobretudo da agropecuária e agricultura, ao que denomina “caminhos da pecuária”, que se desenvolviam ao longo das picadas e estradas.

As áreas mineradoras geralmente se desenvolvem sem contiguidade com outras áreas já povoadas, pois fatores geológicos determinam a localização dos núcleos. As áreas de pecuária, ao contrário, vão-se espraiando por contiguidade a partir dos núcleos irradiadores, como uma atividade econômica complementar, mantendo a continuidade geográfica com eles. [...] Há outra diferença no padrão espacial de ocupação, que pudemos perceber no caso do Oeste Mineiro. A localização dos núcleos mineradores é que conformou o traçados das vias, e não o contrário. [...] No caso da ocupação pela pecuária, era o inverso que ocorria. Os caminhos funcionavam como vetores, a partir dos quais os fazendeiros iam-se instalando às margens, criando caminhos colaterais, fundando povoados (LOURENÇO, 2010, p. 113).

A ocupação pelos caminhos da pecuária é o padrão de povoamento no qual podemos inserir a ocupação espacial inicial do município de Rio Paranaíba, o que colaborou ainda mais, para a formação da sua vocação agrícola. No entanto, não podemos deixar de citar que essa colonização do Sertão não foi pacífica e, para ser efetiva, foi realizado um verdadeiro genocídio entre indígenas e comunidades quilombolas. De certo modo, o Estado (Coroa Portuguesa) teve participação especial no processo de colonização do sertão (mineiro,

goiano, mato-grossense) por meio das campanhas contra os quilombos, na concessão das sesmarias, na política indigenista e na abertura de picadas e estradas.

Assim, à época do Ouro, das tropas e bandeiras e de exterminação dos nativos, os índios Kayapós e Arachás, o processo migratório para a região do município de Rio Paranaíba aconteceu por meio das rotas que derivaram-se para o interior do Sertão da Farinha Podre, muitas delas para escapar da fiscalização Real (Derrama) e tornaram-se caminhos de comercialização e rotas de contrabando. No entroncamento da Estrada Nova de Goiás, com a rota que vinha de Pitangui, localizava-se um “sertão” chamado São Francisco das Chagas do Campo Grande, que era apenas um ponto de passagem obrigatório para ferreiros e mineradores, era um entreposto comercial e de abastecimento. Foi nas proximidades desse entroncamento de rotas que surgiu a cidade de Rio Paranaíba.

Incentivados pela descoberta de diamantes no vale do rio Abaetés, os primeiros habitantes da região vieram do sul de Minas, representados pelas famílias: José Mendes Rodrigues; Cristino Rocha Freitas (que fixaram residência na região do “Pouso Alegre”, atual distrito de Abaeté dos Mendes); a família Oliveira (que fixou residência na Serra da Baía) e a família Souza (que fixou residência na região da atual cidade de Rio Paranaíba). Em 1760, a população local atingiu cerca de 500 pessoas.

A migração e ocupação dos povoados, arraiais e vilas no “sertão” não acontecia ao acaso. O padrão migratório sempre obedecia o estabelecimento de comitivas familiares e na ocupação do espaço, predominava a intenção de escolha do sítio em formação “acrópole” e a jusante das águas. Segundo Lourenço (2010) apesar da necessidade de mais pesquisas, a observação tem comprovado tal padrão nas ocupações do sertão. A maioria das cidades coloniais brasileiras não seguiam uma legislação rígida imposta pela Coroa Portuguesa para o ordenamento de seu traçado. Porém, tal fato não justificava ocupações realizadas de maneira “informal”, com traçado irregular e espontânea no crescimento. Havia um urbanismo vernacular de qualidade, a exemplo da cidade de Ouro Preto e, havia uma regulamentação religiosa que os colonos faziam questão de seguir. Tal ocupação, regida pelos princípios ditados pela Igreja, estavam consubstanciada nas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”. Resumidamente, descrevia a melhor localização para o posicionamento da Igreja, que deveria estar em local alto e decente, livre de umidade, desviado de lugares imundos e sórdidos e precisavam estar livres de residências e de outras paredes para a realização das procissões ao redor da igreja. Essas proposições indicavam o ordenamento do sítio, com a Igreja em praça e geralmente, em traçado ortogonal locavam-se ruas e travessas, quando o terreno permitia (VIDE, 2010). O ordenamento inicial da cidade de Rio Paranaíba parece-nos seguir tal padrão.

Além dessas considerações sobre o ordenamento da cidade, a construção de uma Igreja e seu reconhecimento por esta instituição, significava a ascensão do povoado a arraial, sendo este o primeiro passo para o desenvolvimento de uma futura cidade. No

caso de Rio Paranaíba, a localização para a construção da primeira Igreja foi motivo de contenda.

Vargas (2008) relatou que a construção da primeira igreja da cidade gerou conflito entre as famílias Rodrigues e Oliveira, pois quando da visita do Frei José Pascoaline para realização da primeira missa e abençoar o lugar, ambas famílias queriam que esta fosse realizada em suas terras e conseqüentemente, reclamariam posterior construção da primeira capela da região. Resolvida a questão e decidido o local da construção da capela, o Frei retornou ao local para oficializar a obra da Igreja chamada Rosário, que levou três anos para ser concluída. Essa igreja é considerada a primeira capela construída em todo o Alto Paranaíba datada de 1763 (no livro do tomo da Matriz) e foi objeto do Decreto Lei n.º. 04, de 10 de fevereiro de 1937, declarando-a “Monumento Histórico Municipal” (FIGURA 31).

Figura 31 – Igreja do Rosário



Legenda – A construção da Igreja do Rosário em 1763, representa a ocupação legal do espaço, uma vez que simbolizava a presença da Igreja em terras rio-paranaibanas, e por sua vez, representava a presença do Estado na região. a,b)Igreja do Rosário. Vistas externas; c) Coro; d,e) Altar; f) Pintura do teto

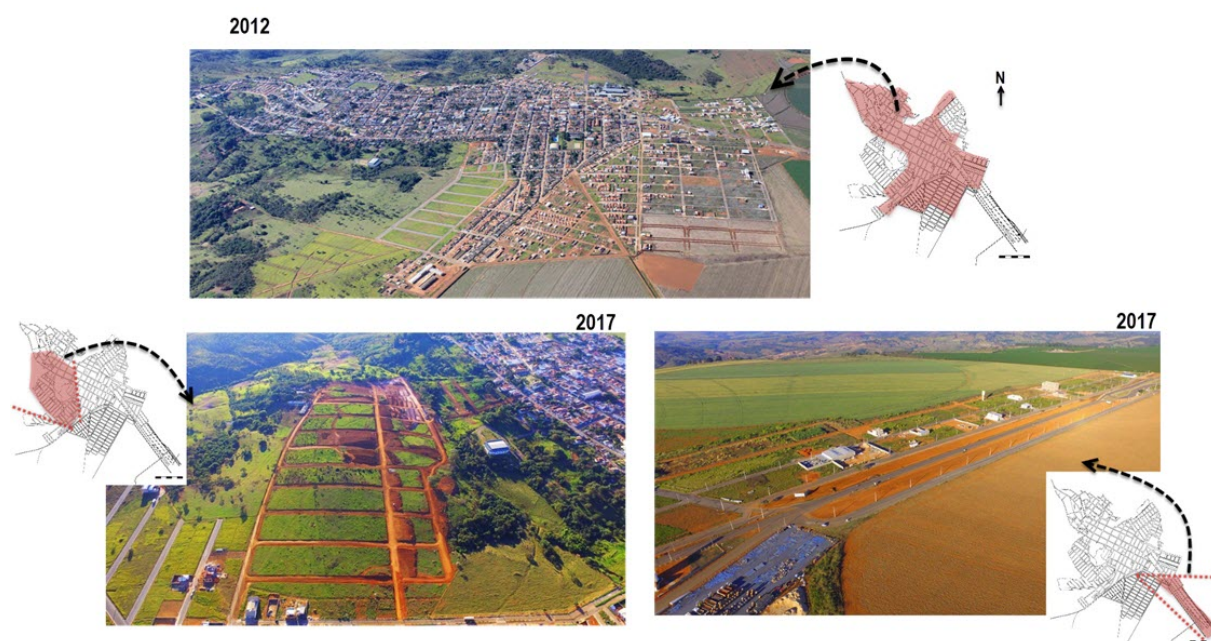
Fonte – Acervo da Autora. Ano: 2017

No decorrer da história, o município passou por seis processos de emancipação, fato que colaborou para sua “estagnação” em relação ao seu desenvolvimento urbano. Serão citadas apenas as datas mais marcantes: em 1800, teve início pelo Sr. Antônio Xavier Rodrigues um movimento para a elevação do povoado à categoria de Arraial, o que no entanto, só foi conseguido em 1830, pelo seu sucessor, Januário Mendes Rodrigues. Depois,

em 20 de setembro de 1848, foi criado o município de São Francisco das Chagas do Campo Grande, sendo anexados ao seu território, os distritos de Pratinha e São Jerônimo. Em 1923, por sugestão do então Presidente do Estado, Doutor Olegário Maciel, recebeu o município o nome de Rio Paranaíba, em substituição a São Francisco das Chagas do Campo Grande, em virtude de o rio Paranaíba ter no território municipal suas mais altas nascentes, fato que somente foi efetivado em 1927, quando enfim passou a condição de município (VARGAS, 2008).

Em mais de 250 anos de história e ocupação antrópica, a organização morfológica da cidade foi-se expandindo. No que se refere à sua condição urbana, o crescimento do centro urbano, refletiu a vocação rural e a consolidação política administrativa do município. Pode-se citar alguns momentos que representaram avanços na urbanização e expansão urbana como: O Programa de Assentamento Dirigido ao Alto Paranaíba (PADAP) e a vinda da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que foi motivada a se instalar na cidade, por suas características rurais (FIGURA 32).

Figura 32 – Rio Paranaíba: perímetro urbano (2012 - 2017)



Legenda – Perímetro urbano de Rio Paranaíba no ano de 2012 em crescente expansão. Observar que em 2017 ocorre a abertura de novos loteamentos.

Fonte – Bases: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP) (2015) e Souza Dorneles (2017). Organização da autora.

A arquiteta Thaise Latine Resende, em pesquisa elaborada para a conclusão de graduação realizou um interessante estudo, utilizando uma metodologia que analisou a percepção da população em relação ao impacto gerado pela implantação do *campus* da UFV, segundo alguns parâmetros específicos ligadas à questões de cunho urbanístico, nas

quais apontavam-se: as fraquezas, as forças, as oportunidades e as ameaças⁴. Da pesquisa realizada no ano de 2013 percebeu-se que tão grande empreendimento implantado em uma pequena cidade despreparada, tem gerado muitas situações de risco. Ambientalmente, a cidade vem sofrendo com a expansão e conseqüentemente, houve a perda de áreas permeáveis e, a perda de áreas verdes e arborizadas. A abertura de loteamentos tem gerado colapsos na infraestrutura. Falta água, acontecem apagões, as ruas são executadas com redes pluviais inadequadas, o que tem causado grandes transtornos na época de chuvas e os passeios são inacessíveis. Os bairros não são atendidos pelos serviços dos correios e a coleta de lixo faz-se ineficiente (RESENDE, 2013). Certamente que não foram relatados apenas impactos negativos, e a população reconheceu a implantação do *campus* como um avanço para a cidade, mas a acelerada expansão sem planejamento evidenciou os pontos negativos do crescimento irregular.

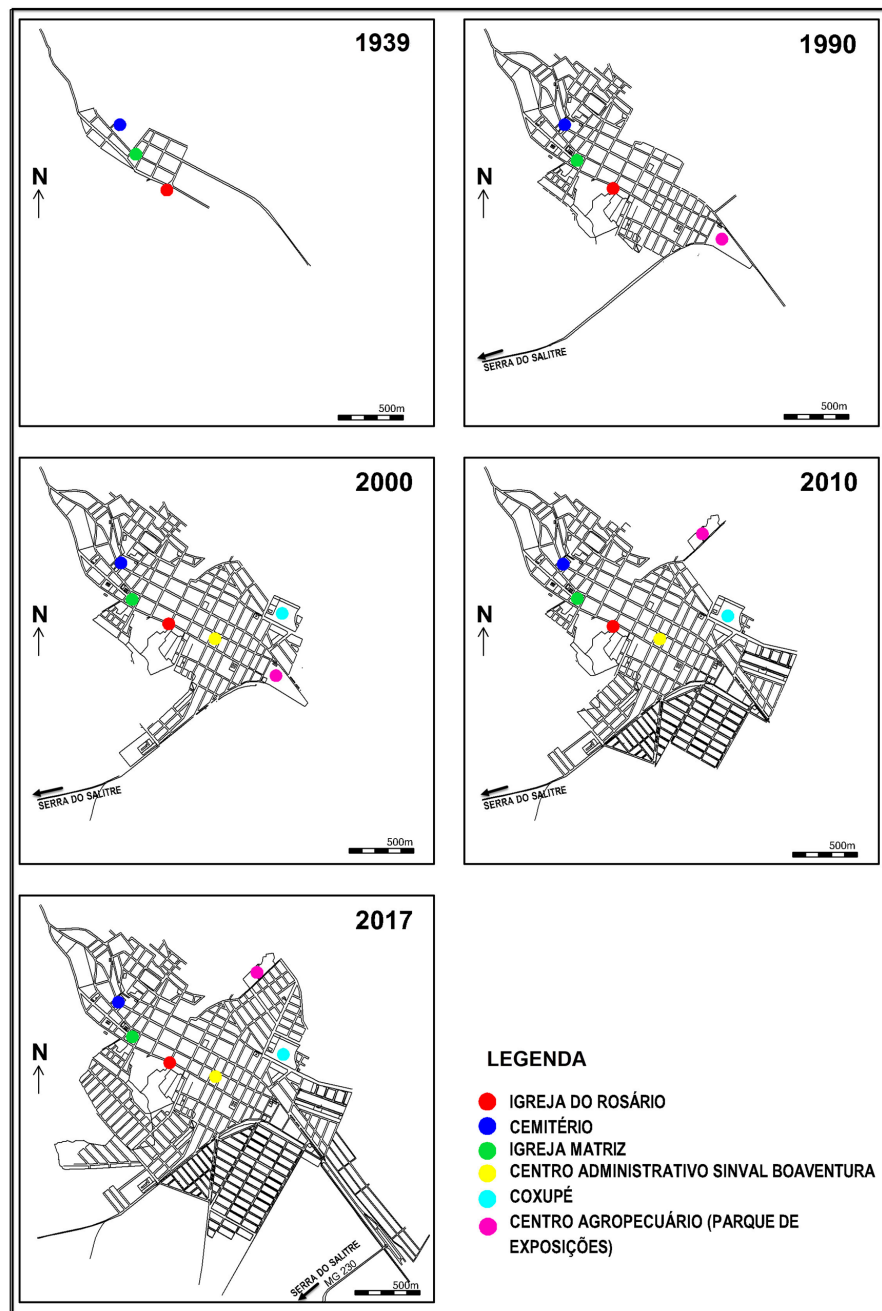
Ao analisar a expansão urbana de Rio Paranaíba é inquestionável que a presença da UFV foi um grande agente influenciador da transformação que a cidade vem passando. Em pouquíssimo tempo, a cidade passou de uma morfologia de configuração espacial que representava quase que na totalidade, sua ocupação inicial, segundo o traçado de 1939; para uma acelerada expansão, que tem refletido um mercado imobiliário “aquecido” e conseqüentemente, movido pelos recursos trazidos pela migração de professores, servidores e estudantes, após à implantação do *campus* em 2006. Isso tem gerado um alto custo de vida e os aluguéis tem atingido altos valores (FIGURA 33).

Frente a tamanha transformação, a identidade interiorana da cidade vem sendo perdida. Nos últimos anos, a gestão municipal, assim como seus cidadãos, tem procurado preservar o Patrimônio Histórico da região, buscando uma salvaguarda feita com sustentabilidade. Tal fato iniciou-se com a elaboração da lei acerca do Patrimônio Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – Lei 1042/2002; com a criação do Conselho de Patrimônio Municipal, ligado a secretaria da Cultura e Educação, cujas ações foram vistas através do Tombamento da Igreja do Rosário pelo IEPHA, fato que culminou com a restauração da antiga igreja em 2008 e atualmente, o inventariado de vários bens materiais e imateriais. Entretanto, percebe-se que para uma cidade com mais de 250 anos, a quantidade de construções de interesse histórico e presentes na memória coletiva remanescente é pequena, visto que muitas tem sido substituídas frente à questões imobiliárias e abertura de novos loteamentos.

A exemplo, cita-se a demolição do Centro Agropecuário Francisco Miguel Rocha (o antigo Parque de Exposições), inaugurado em 01 de outubro de 1988, demolido ao final do ano de 2009 para que em seu local fosse aberto um loteamento que deu origem ao bairro Progresso. Atualmente o novo Parque de Exposições da cidade localiza-se no bairro Prado.

⁴ Metodologia SWOT. Sigla dos termos em língua inglesa: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Método analítico que mediante recolhimento de dados caracterizam os ambientes como são percebidos.

Figura 33 – Expansão urbana de Rio Paranaíba



Legenda – Os quadros com os traçados do perímetro urbano de Rio Paranaíba ao longo do tempo, revelam a expansão territorial pelo qual tem passado a cidade, principalmente após a vinda da universidade no ano de 2006. Em cerca de 80 anos, a cidade transformou-se de uma morfologia conservada da forma de ocupação inicial (1939), à uma formatação cujos vetores tendem a seguirem o local de implantação do *campus*.

Fonte – Bases: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (1939), PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (1988), PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (1994), PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (2002), Máximus (2011), Lopes (2011) e PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP) (2015). Organização da autora.

Mesmo em meio à descaracterizações e constantes lançamentos de empreendimentos imobiliários, Rio Paranaíba ainda tem guardado um rico histórico de manifestações culturais. Seu patrimônio cultural combina elementos naturais como as formações rochosas do Morro do Pião e o Belvedere, as fontes de águas minerais (atualmente localizada no parque do Zarico); recintos construídos, que são marcos específicos da memória coletiva, como a Igreja do Rosário, a Igreja Matriz, a Escola Professor José Luiz de Araújo, o Monumento Cristo Redentor e; também insere-se em suas memórias, fatos imateriais desenvolvidos ao longo de sua povoação e história como as farras e folias de rei, as cavalgadas e os desfiles dos “carros de boi” (FIGURA 31, FIGURA 34 e FIGURA 35).

Figura 34 – Praça Hilarino Alves da Rocha (Praça da Matriz)



Legenda – A praça Hilarino Alves da Rocha foi reformada no mandato do prefeito Jaime da Silva. Tornou a ser reformada com a confecção de passeios mais acessíveis ao redor da Igreja. Também foram instaladas tendas em lona, onde aos domingos ocorre a feira dos produtores rurais. a) Praça; b,c) Igreja Matriz, cujas obras iniciaram em 1865 e passou por três reformas, sendo a reforma de 1965 a que lhe deu as características atuais; d) Escola Professor José Luiz Araújo, de 1959; e) Fonte; f) Coreto

Fonte – Foto aérea de Alexandre Henrique de Souza Dorneles. Ano: 2016. Demais fotos são do Acervo da Autora. Ano: 2017

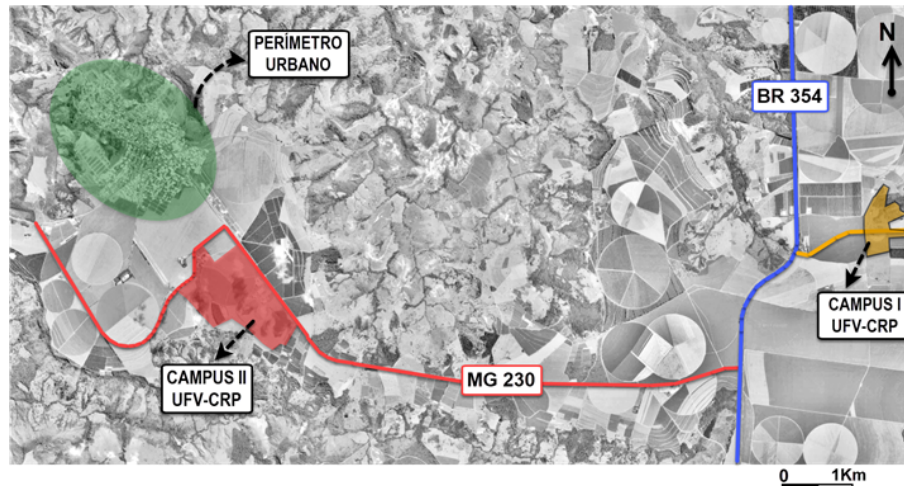
Figura 35 – Morro do Pião

Fonte – Acervo da Autora. Ano: 2013

4.2 Campus UFV de Rio Paranaíba (UFV-CRP)

A instalação da Universidade Federal de Viçosa na cidade de Rio Paranaíba aconteceu fruto de articulação entre a comunidade rio-paranaibana e a comunidade acadêmica da universidade, que vislumbrava uma futura parceria. Legalmente, a criação do *campus* universitário da Universidade Federal de Viçosa no município de Rio Paranaíba deu-se através da resolução do CONSU N° 08/2006, de 25 de julho de 2006 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2006). O primeiro diretor do *campus* foi o professor Liovando Marciano da Costa, empossado no dia 4 de julho de 2006, em cerimônia realizada na reitoria da UFV, presidida pelo reitor Carlos Siguheyuki Sedyama. Coube ao diretor organizar os primeiros procedimentos para que o *campus* pudesse ser instalado na região. O novo *campus* foi criado com apoio do governo federal através de recursos do Programa de Expansão das Universidades Federais, fase I do MEC/SESU, em pactuação com a universidade, conforme Ata de Reunião, de 12 de setembro de 2007 (RESENDE, 2013).

Atualmente o *campus* da UFV-CRP divide-se em duas áreas: o *campus* situado em terrenos rurais que distam 15 Km do centro urbano, localizado na Rodovia MG-354, Km 310, sendo esta a área de ocupação inicial e denominada institucionalmente “*Campus CRP I*”; e o *campus* situado em terrenos próximos ao centro urbano, na Rodovia MG-230, Km 8, denominado institucionalmente “Campus CRP II” (FIGURA 36).

Figura 36 – UFV-CRP: Localização *Campus* I e II

Fonte – Google Maps. Adaptações da autora. Ano: 2017

O *campus* CRP I foi instalado no ano de 2007 pela cessão de terras do INCRA, que a princípio ocupavam 44.50.30ha e pouco tempo depois, totalizaram 62,5ha no ano de 2009. O *campus* CRP II foi instalado no ano de 2009, mediante compra de um novo terreno e possui atualmente aproximadamente 146,36ha de área. As duas áreas físicas da universidade demonstram a expansão dessa instituição em um curto período de tempo.

A universidade instalada em seu novo *campus* na cidade de Rio Paranaíba, tornou-se polo de ensino e atrativo estudantil, principalmente na área agrônômica, constituindo-se (à época) na única instituição de ensino superior federal em um raio de 300km dentro da mesorregião do Alto Paranaíba⁵. Representava e, segue representando, a diversificação do uso do território, consoante ao princípio de incrementar e recuperar a área, sendo gerador de possibilidades de novos investimentos para a cidade e região.

⁵ Até o ano de 2006 nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, apenas uma instituição de ensino superior de autarquia federal oferecia o curso de Agronomia. Localizada na cidade de Uberlândia, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) oferece o curso, desde o ano de 1984 no *Campus* Uberlândia e no ano de 2010 no *Campus* Monte Carmelo. Com a criação de novas instituições a partir do ano de 2006, tais regiões passaram a possuir: 1) Universidade Federal de São João Del Rei que criou um *Campus* na cidade de Divinópolis com os cursos de Bioquímica, Enfermagem, Farmácia e Medicina; 2) a Universidade Federal de Uberlândia que no ano de 2011 instalou um *Campus* universitário na cidade de Patos de Minas – MG distante cerca de 80 Km da cidade de Rio Paranaíba, com os cursos de Biotecnologia, Engenharia de Alimentos, e Engenharia Eletrônica e Telecomunicações; 3) o Instituto Federal de Tecnologia de Bambuí localizado na cidade de Bambuí com os cursos de Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia de Computação, Física, Zootecnia e Tecnologia de Análise e desenvolvimento de Sistemas e Turismo; 4) a Universidade Federal de Viçosa, que criou o *Campus* universitário na cidade de Rio Paranaíba no ano de 2006 com os cursos de Administração e Agronomia. 5) A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) passou a oferecer o curso de Agronomia no início de 2016 no *Campus* da cidade de Iturama. (IFMG-Bambuí, 2016; UFSJ, 2016; UFTM, 2016; UFU, 2016; UFV, 2016).

4.2.1 UFV-CRP: Histórico de implantação

Apesar do ano de 2006 representar o marco temporal institucional na criação do *campus* UFV-CRP, o processo para a implantação de uma universidade no município de Rio Paranaíba teve sua gênese em meados dos anos de 1999 e 2000, através de conversas informais entre o prefeito da cidade, Jaime Silva e o professor Dr. Carlos Sigueyuki Sediayama, que realizava experimentos nas imediações da região do Alto Paranaíba. No ano de 2004, Sediayama tornou-se reitor da UFV e a partir de então, foram iniciadas as negociações sobre a implantação de um *campus* universitário fora de sede, em terras rio-paranaibanas. O prefeito Jaime Silva, acompanhado de Nilton Alves de Oliveira, Superintendente Regional Substituto do INCRA e ex-aluno da instituição, compareceram à reitoria da Universidade Federal de Viçosa no dia 21 de março de 2005, oferecendo uma área localizada a 1300m da Rodovia BR-354 no Km 310, como também as benfeitorias ali existentes como base para concretização da implantação desse *campus*.

Após o encontro, o reitor nomeou uma comissão composta por nove professores da UFV, sendo estes, dois Pró-Reitores e sete membros do Conselho Universitário, para realizar uma visita de reconhecimento ao local e das instalações relatadas pelo prefeito Jaime Silva e por Nilton Alves de Oliveira. Em reunião organizada nas próprias instalações propensas ao funcionamento da universidade, em 9 de maio de 2006, a comissão foi recebida na cidade de Rio Paranaíba, por várias lideranças regionais. Sob orientações do presidente da comissão, o vice-reitor Cláudio Furtado Soares, constatou-se que apesar da precária rede de energia, a área destinada à universidade possuía 44,5 hectares e suas benfeitorias eram rústicas, porém existiam duas edificações que poderiam abrigar as atividades acadêmicas, sendo estas, uma edificação com tipologia residencial e uma edificação de grande dimensão, com tipologia escolar, embora ambas necessitassem de adaptações (SEDIYAMA, 2012) (FIGURA 37).

Após a visita da comissão, foi realizado um engajado plano de trabalho para que o *campus* virasse realidade junto à UFV e ao MEC. Nessa questão, trabalhou ativamente o professor Liovando Marciano da Costa⁶, natural de Quintinos, região próxima a Rio Paranaíba, nomeado como primeiro diretor do *campus* UFV-CRP em 4 de julho de 2006. Foi responsável pela condução dos dois primeiros anos de implantação da universidade, desde a fase de projeto até sua concretização com a contratação dos primeiros servidores, licitação das obras iniciais e efetivamente, a entrada dos primeiros alunos em 2007.

Em entrevista, o professor Luciano Baião Vieira, diretor do *campus* CRP no período de 2008 a 2012, relatou o caminho trilhado para sua concretização, afirmando que antes mesmo da visita à cidade pela comissão de representantes da universidade, em maio de

⁶ Liovando Marciano da Costa é professor titular da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Solos, do Centro de Ciências Agrárias. Graduou-se em Agronomia em 1971 e tornou-se Mestre em Fitotecnia em 1973 pela UFV. Estudou na *University of Missouri System*, onde titulou-se Doutor em 1979.

Figura 37 – UFV-CRP: Campus I



Legenda – Terreno cedido a universidade pelo INCRA. Área total 44ha. Edificações Existentes: 1) Edificação de tipologia residencial denominada “Casa Sede”; 2) Edificação Tipologia Escolar – Prédio escola (CRP).

Fonte – Setor de Projetos e obras da UFV-CRP, Assessoria de Comunicação Social da UFV-CRP. Adaptações da autora.

2006, muitas pessoas envolveram-se nessa empreitada e muitas reuniões aconteceram nas cidades de Rio Paranaíba, Belo Horizonte e Brasília para consolidação da proposta do *Campus* (VIEIRA, 2011). A primeira questão a ser resolvida, investigava sobre o local onde seria implantado o *campus* da universidade, visto que na época, a área requerida para cessão à universidade encontrava-se em processo de discussão sobre sua destinação final.

Nilton Alves de Oliveira esclarece que os 44ha eram áreas remanescentes de um projeto que visava a implantação de uma Escola Agrícola no município de Rio Paranaíba. Entretanto, apesar de possuir certa infraestrutura, manter tal empreendimento seria um peso financeiro para a prefeitura. Mas ainda assim, era preciso dar uma destinação e uma titulação para a área, pois cogitava-se a instalação de uma penitenciária estadual neste

local. (JORNAL GAZETA REGIONAL, 2006)⁷. Segundo Vieira (2011), somente em 2005, através de uma reunião solicitada pelo prefeito Jaime Silva junto ao INCRA em Belo Horizonte, definiu-se a solução para a área da escola: utilizar a área para a instalação de um estabelecimento federal de ensino superior. Após tomada a decisão e reunião com o reitor Carlos Sedyama, sabia-se necessário articular a concretização do *campus* em Brasília. Essa questão foi concretizada mediante intervenção do senador Aelton Freitas em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2006, com o vice-presidente José Alencar, que apadrinhou a causa. “Já em 6 de março do ano seguinte o Ministério da Educação (MEC) liberava a contratação de 18 professores e dez vagas de técnicos administrativos para o *Campus* que deveria ser estabelecido na cidade de Rio Paranaíba”.

Sedyama (2012) relatou que, antes da criação do *campus* da UFV em Rio Paranaíba, o Conselho Universitário da UFV (CONSU) resolveu por mérito, transformar a Central de Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF) em *campus* universitário. Somente após tal acontecimento, o *Campus* de Rio Paranaíba foi criado no dia 25 de julho de 2006, durante a reunião n° 321, do Conselho Universitário da UFV, por decisão unânime.

Efetivamente, as atividades do *campus* iniciaram em setembro de 2007, com 133 alunos matriculados nos cursos de Agronomia (integral, 50 vagas) e Administração (diurno e noturno, 100 vagas).

O planejamento inicial para implantação do *campus* aconteceria em quatro fases: fase 01 – ano 2007, oferta dos cursos de Agronomia e Administração; fase 02 – ano 2008, oferta dos cursos de Ciência de Alimentos (integral, 50 vagas) e Sistemas de Informação (diurno e noturno, 100 vagas); fase 03 – ano 2009, oferta dos cursos de Engenharia Civil (integral, 50 vagas), Ciências Contábeis (noturno, 50 vagas), Química com ênfase em Química Ambiental (integral, 25 vagas para processo seletivo 2009 e 50 vagas para os anos vindouros) e fase 04 – ano 2010, oferta dos cursos de Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade (integral, 50 vagas), Engenharia de produção (integral, 50 vagas) e Nutrição (integral, 50 vagas) (VIEIRA, 2011). No ano de 2010, o planejamento foi cumprido, totalizando os 12 cursos de graduação, os quais são ofertados até o momento, com o acréscimo dos cursos de pós-graduação, nível mestrado, em Agronomia, na Área de Produção Vegetal, o Mestrado em Administração Pública em Nível Nacional (PROFIAP) e o Mestrado em Química.

No ano de 2008, quatro dos dez cursos de graduação previstos estavam em andamento e as atividades acadêmicas eram realizadas na área cedida, localizada nas proximidades da BR-354, distante 15 Km da cidade. Entretanto, o funcionamento da instituição era

⁷ A região de entorno da área da UFV em Rio Paranaíba próxima a BR-354, CRP I, é uma área propensa a disputas por sua posse, visto ser produto de áreas de assentamento (PADAP). No ano de 2016, o terreno do *Campus* UFV-CRP I foi invadido duas vezes. Mediante decisão judicial, a universidade teve a área reintegrada, mas precisou arcar com o ônus da mudança da família que ali estava, providenciando meios de transporte adequado para um novo local definido.

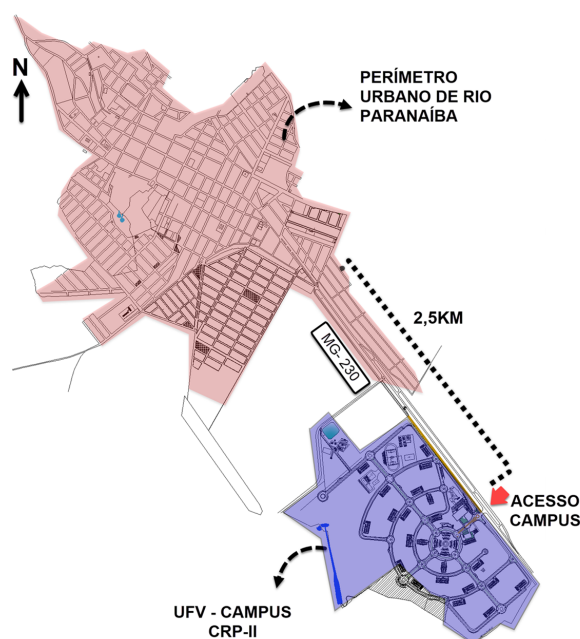
um desafio. Averiguou-se problemas de natureza diversas: a infraestrutura não estava totalmente adequada, faltavam locais para alimentação, a concessão de energia era deficiente, água insalubre e ainda havia a dificuldade de transporte tanto de servidores, quanto de alunos, principalmente da cidade para o *campus*, visto que Rio Paranaíba até o momento não possui concessão de transporte coletivo. Por muito tempo, tanto a questão do transporte, quanto muitos outros problemas, resolveram-se mediante parceria entre a Prefeitura Municipal e a UFV. Relacionado ao transporte coletivo, a prefeitura responsabilizava-se com o fornecimento dos ônibus e contratação dos motoristas; enquanto que a universidade responsabilizava-se pelo ônus dos abastecimentos. O transporte oferecido para o *campus* funcionou nessa parceria até meados do ano de 2015, quando a universidade, atravessando grandes cortes orçamentários não pôde mais repassar tal auxílio estudantil.

Logo a após a instalação do *campus* na área cedida próxima à BR-354, no ano de 2008, foi vislumbrada a possibilidade de locar a universidade em um terreno mais próximo ao perímetro urbano. Na época, estava à frente da diretoria geral da UFV-CRP, o professor Luciano Baião Vieira, tendo como vice-diretor o professor Luis César Dias Drummond, empossados no dia 15 de novembro de 2008, em uma cerimônia realizada no próprio *Campus* UFV-CRP, pelo recém nomeado reitor da UFV, Luiz Cláudio Costa⁸.

Ainda no final do ano de 2008, iniciou-se a discussão sobre a mudança do *campus* para uma região próxima ao centro urbano. Articulou-se entre os chefes políticos locais, diretoria e reitoria da universidade e posteriormente com a população em geral, a solução de duas questões: a nova localização e os recursos para que a mudança acontecesse. Após a visita em alguns terrenos, acordou-se que a área para expansão seria nas terras de propriedade de Kotaro Okuyama, representado por José Hiroity Okuyama, um terreno de 20ha pertencente à Fazenda Olhos D'água, avaliado em R\$ 600.000,00. Entretanto, os recursos para aquisição do terreno ainda aguardava solução. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – *CAMPUS* DE RIO PARANAÍBA (UFV-CRP), 2010; VIEIRA, 2011) (FIGURA 38).

No dia 14 de novembro de 2008, em nova reunião, resolveu-se a questão sobre a compra do terreno. O terreno foi adquirido através de recursos doados à universidade. O empresário Okuyama cotizou R\$ 200.000,00 e a Prefeitura de Rio Paranaíba, quantia equi-

⁸ Segundo relatos da reitora Nilda de Fátima Ferreira Soares em discurso realizado na cerimônia de Posse da nova Diretora Geral do *Campus* UFV-Rio Paranaíba, realizada dia 20 de junho de 2017, a ideia de trazer a universidade para uma localidade mais próxima ao centro urbano ocorreu em uma noite de insônia, “uma noite mal dormida” vivida pelo professor Luciano Baião, na qual, em tentativa de encontrar soluções para os desafios enfrentados durante a implantação do *campus*, visionou que, o *campus* locado nas proximidades da cidade, além de trazer uma maior integração, resultaria em benefícios para todos os envolvidos: estudantes, comunidade acadêmica e sociedade local. Assim, pela manhã, em ligação ao reitor Luiz Cláudio Costa, expôs a proposta e logo passou a tomar providências para sua concretização. Haja vista que o professor Luciano Baião assumiu o cargo de diretor do *campus* em meados de novembro de 2008 e que a assinatura de compra do imóvel onde se localizaria a área de expansão ocorreu em 29 de dezembro desse mesmo ano, a primeira etapa para realização dessa empreitada, realizou-se em tempo recorde.

Figura 38 – Distância do perímetro urbano de Rio Paranaíba para o *Campus* da UFV–CRP II

Legenda – A área de expansão da UFV, o *Campus* CRP II, localiza-se cerca de 2,5km da cidade. A aquisição de tal área, representava a possibilidade de melhoria na gestão de várias situações desafiadoras ligadas à implantação da universidade, principalmente ligadas às questões de infraestrutura.

Fonte – Bases: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP) (2015) e UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2014). Modificações da autora.

valente, a Câmara Municipal doou um terreno e um automóvel (leiloados posteriormente) e o restante dos recursos foram obtidos mediante participação popular que, angariando a quantia de R\$ 223.151,74, protagonizou um marco decisivo de aceitação da comunidade acadêmica na cidade. Participaram dessa mobilização com doações, 734 pessoas físicas e jurídicas, cujos nomes foram homenageados em monumento localizado à entrada do novo *campus* (*Campus* CRP II), em solenidade realizada em 17 de junho de 2013 (FRAGA, 2013).

O jornalista José Paulo Martins (2009), relatou que a ideia de envolver a comunidade para a aquisição do terreno foi iniciativa do empresário local, Lino Gaspar Rocha Aguiar e seu filho, Francisco Miguel Rocha Aguiar, médico veterinário, que cogitaram da possibilidade de tal envolvimento considerando algumas questões: a UFV deveria aceitar o envolvimento da comunidade, pois era necessário a mobilização da sociedade como um todo; as forças políticas municipais deveriam se unir em torno do movimento; o proprietário do terreno deveria concordar com a negociação a fim de evitar futuros litígios e finalmente, era necessário arrecadar a quantia de R\$ 140.000,00. Todas essas questões foram organizadas e protocoladas em documento administrativo denominado: “Protocolo sobre a compra e

venda por desapropriação de área de terreno urbano e outras avenças” (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA, 2008). A mobilização para as doações ocorreu no dia 24 de dezembro de 2008 e, em reunião na reitoria do *Campus* UFV em Viçosa, os documentos oficiais para a compra do terreno foram assinados no dia 29 de dezembro do mesmo ano. Estavam presentes, o reitor Luiz Claudio Costa; a vice-reitora, Nilda de Fátima Ferreira Soares; o diretor do *Campus* UFV-CRP, Luciano Baião Vieira; a Secretária de Órgãos Colegiados, Maria das Graças Soares Floresta e o procurador, Carlos Augusto Malta Moreira (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – *CAMPUS* DE RIO PARANAÍBA (UFV-CRP), 2010).

Após a compra dos primeiros 20ha, foi necessário encontrar recursos para a compra do restante do terreno idealizado para a implantação integral do planejamento para o *campus* CRP II. O vice-presidente José Alencar muito colaborou para que a cifra de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) fosse garantida ao *campus* UFV-CRP. José Alencar esteve presente ao *campus* no dia 03 de março de 2010 e ministrou aula Magna no Ginásio Poliesportivo da Cidade, localizado no Parque do Zarico, em evento aberto a sociedade rio-paranaibana e regional, onde recebeu título de Cidadão Honorário Rio-paranaibano. Deixa-se claro, que dos anos 2008 até o ano 2014 o *campus* recebeu intenso investimento para infraestrutura, entretanto obras ainda encontram-se em andamento e novas demandas estão em pauta de discussão. Haja vista os acontecimentos na organização política brasileira e o contingenciamento de recursos para as universidades federais, nos anos 2015, 2016 e início de 2017, os investimentos foram distribuídos e priorizados visando o término das obras licitadas em anos anteriores. Foi preciso otimizar projetos e adequar demandas. Contudo, nesse ínterim, o *Campus* UFV-Rio Paranaíba continuou suas atividades de construção civil devido à demanda emergencial por infraestruturas diversas.

De posse do novo terreno, o planejamento inicial proposto para a área ocupada próximo a BR-354 (*Campus* CRP I) foi reavaliado e os projetos arquitetônicos planejados foram realocados para construção na nova área da UFV-CRP. O marco inicial das obras aconteceu em abril de 2009, com o início da construção do prédio destinado a abrigar laboratórios de pesquisa, em uma parceria entre a UFV e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, conhecido pela comunidade acadêmica da UFV-CRP como Prédio da FINEP. Entretanto, as buscas de recursos para dotar o *campus* de infraestruturas adequadas continuavam, principalmente para o desenvolvimento da área de expansão (*campus* CRP II), visto que era necessário adquirir uma extensão maior de terreno para a consolidação da universidade e de sua organização física espacial, que será detalhada em momento posterior.

A segunda obra licitada para o *campus* UFV-CRP II foi a edificação destinada a abrigar a Biblioteca Central. A edificação cujos projetos arquitetônicos foram desenvolvidos pela equipe do Departamento de Projetos e Obras da UFV, possui grande significado para a instituição, porque além de fazer alusão à difusão do saber; dialoga com o *campus*

UFV-Viçosa, constituindo-se na primeira obra do *campus* inaugurada, assim como realizou Peter Henry Rolfs, que construiu primeiramente uma pequena edificação para abrigar sua Biblioteca particular no *campus* da ESAV. Ainda buscando referências no *campus* sede, antes ter sua obra definitivamente entregue, o Prédio da Biblioteca foi o local onde aconteceu a ExpoAlto, o primeiro evento de extensão universitária no *campus* UFV-CRP.

Aos moldes do que ocorre em Viçosa com o evento de extensão universitária chamado “Semana do Fazendeiro”, foi realizada de 5 a 8 de agosto de 2010, a primeira edição da Exposição e Conferência Agropecuária do Alto Paranaíba (ExpoAlto). A exposição teve mais duas edições: ExpoAlto 2011, nos dias 30 de agosto a 02 de setembro de 2011 e ExpoAlto 2012, que aconteceu nos dias 28 a 31 de agosto de 2012. A partir do ano de 2014, o evento foi descontinuado e substituído por um Simpósio de Integração Acadêmica (SIA), que apesar de possuir características integradoras, o perfil deste evento remete ao ambiente acadêmico, sendo seu alcance relacionado ao diálogo entre a universidade e a comunidade local, limitado (FIGURA 39).

Figura 39 – ExpoAlto



Legenda – Evento de Extensão: ExpoAlto: a) No ano de 2010, a exposição foi realizada no prédio da Biblioteca ainda em fase de acabamentos finais; b) Em 2011, novamente o *campus* sediou a exposição; c) No ano de 2012, as oficinas e a clínica tecnológica foram montadas dentro da edificação do pavilhão de Aulas (PVA). A logomarca da Exposição, desenvolvida pela instituição e acompanhou as três edições do evento.

Fonte – Serviço de Comunicação Social da UFV-CRP, Diretoria de Extensão e Cultura da UFV-CRP, Jornal Patos Hoje.

Com urgência em aproximar a comunidade acadêmica da cidade e em meio a dificuldades para atender às demandas cada vez mais específicas ao funcionamento dos cursos de graduação, decidiu-se que a próxima obra executada no novo *campus*, atenderia a um extenso programa arquitetônico que priorizasse o ensino da graduação. Assim, foi

elaborado projeto para a construção da edificação denominada Pavilhão de Aulas, cuja expectativa era fornecer principalmente, salas de aula e uma área de vivência.

Com o processo de mudança da universidade para as proximidades da cidade, a grande quantidade de atividades relacionadas à implantação da universidade na cidade de Rio Paranaíba e conseqüentemente na construção do *campus* universitário aconteciam ao mesmo tempo e em sistema de “cascata”. No *campus* de Rio Paranaíba, do ano de 2007 ao ano de 2010, a UFV aumentou a oferta dos seus cursos de graduação na ordem de seis vezes. Tal crescimento institucional significava equivalente crescimento em número de usuários e em infraestrutura física. Para o corpo técnico da área de engenharia da UFV, os recém-criados *campi* de Florestal e de Rio Paranaíba, e ainda, a nova área de expansão próxima do centro urbano da cidade, representavam um considerável acréscimo de trabalho.

Na intenção de agilizar o processo de elaboração e execução das obras, o diretor do *campus* UFV-CRP, Luciano Baião em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba firmaram o propósito de estabelecer um escritório de projetos locado na cidade para desenvolver projetos e obras exclusivos para o *campus* de Rio Paranaíba. Em 2009, foram contratadas pela Prefeitura Municipal, mediante prestação de serviços, as arquitetas Stella Cândido e Guanaeli Matias de Mendonça da Silva, para colaborarem nos estudos e projetos arquitetônicos das instalações do *campus* UFV-CRP, enquanto que o arquiteto Ernani de Souza Mendes, servidor da instituição, assumiu a responsabilidade pelo projeto urbanístico e mediava as duas frentes de trabalho, em Rio Paranaíba e em Viçosa, junto a Comissão de Espaço Físico da universidade⁹.

Administrativamente, diante da realidade multicampi, a UFV no ano de 2012 iniciou os trabalhos de revisão do Estatuto da instituição, admitindo aos diretores de *campi*, o direito ao voto no Conselho Administrativo da Universidade, CONSU-UFV, assim como regulamentou os institutos de ciências: Instituto de Ciências Agrárias, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas e Instituto de Ciências Humanas e Sociais, como a unidade acadêmica básica da estrutura universitária dos *campi* fora de sede responsável pela administração simultânea de atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que difere do *campus* da UFV em Viçosa, que continua a manter o sistema departamental como unidade básica¹⁰. Em 11 de dezembro de 2012, outro Órgão administrativo foi criado no *campus*, o Conselho Acadêmico Administrativo (COAD), que

⁹ Nesse período foram realizados estudos para construção das edificações destinadas ao Alojamento de estudantes, Divisão de saúde e os prédios para os Centros de Ciências. A gestão da universidade resolveu que os prédios relacionados a serviços comunitários seriam construídos em período futuro, pois necessitavam ser implantados após um certo desenvolvimento do *campus* e mediante novos planejamentos. Já o programa arquitetônico relacionado ao prédio do Centro de Ciências foi incorporado ao programa de necessidades do Prédio de Laboratórios de Ensino (em construção).

¹⁰ O Estatuto revisado encontra-se no MEC para homologação. Enquanto não homologado, segue em vigor o Estatuto aprovado pela Portaria n.º. 768, de 14 de maio de 1999 do Ministério da Educação.

embora subordinado ao Conselho Universitário da UFV (CONSU-UFV), delibera sobre as demandas e questões segundo a vivência do *Campus* Rio Paranaíba.

No dia 17 de julho de 2013, uma série de atividades aconteceu no *campus*: inaugurou-se o Prédio do Pavilhão de Aulas, foi erigido um monumento em reconhecimento aos doadores do terreno inicial do *campus* CRP II e tomou posse na Diretoria Geral, o professor Frederico Garcia Pinto, o primeiro diretor eleito pela comunidade acadêmica lotada no *campus* UFV-CRP. Inicia-se uma fase de consolidação da estrutura organizacional do *campus*.

Com a inauguração efetiva do Prédio do Pavilhão de Aulas, prosseguiu-se o processo de ocupação do *campus* UFV-CRP na área de expansão, na Rodovia MG-230. Assim, de maneira geral, o uso e ocupação das edificações na Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba segue os seguintes arranjos. Locados no *campus* CRP-II estão a maioria da parte administrativa com as Diretorias (Geral, Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e, Extensão e Cultura), as Chefias de Instituto (Humanas e Sociais, Ciências Exatas e Tecnológicas, Agrárias e Biológicas e Saúde), as secretarias, o Setor de Registro Escolar, os Setores de apoio (Gestão de Pessoas, Materiais e Compras, Auditoria, Projetos e Obras e Assuntos Comunitários), as salas de aulas e os gabinetes de professores. Ainda no *campus* CRP-II, em área adquirida em 2012, onde localiza-se um conjunto de galpões edificados, estão locados os laboratórios da Engenharia Civil, o laboratório de Mecanização Agrícola, as estufas para vegetação e o Setor de Almojarifado e Transportes.

No *campus* CRP-I, especificamente no Prédio Principal, permaneceram funcionando todos os laboratórios de ensino, os laboratórios de pesquisa e as salas de aulas para os cursos de pós-graduação. Também localizam-se neste prédio, salas para alguns servidores administrativos e as salas para os técnicos de laboratório. Entretanto, o posicionamento da gestão da universidade é locar toda a demanda acadêmica seja laboratório, seja sala de aula, seja servidor vinculado aos cursos de Graduação, no *campus* CRP II. Diante dessa decisão, está em construção uma edificação que abrigará todos os laboratórios de ensino e gabinetes de docentes. Não obstante, estudos devem ser iniciados para destinação da área do CRP I e adequação do Prédio Principal às questões de acessibilidade. Na direção do professor Luciano Baião cogitou-se sua transformação em “Centro Tecnológico”, mas a princípio, permanecem localizadas no *campus* os laboratórios e atividades de pesquisa.

4.2.2 UFV-CRP: *Campus* CRP I e *Campus* CRP II

Como comentado anteriormente, pouco tempo após instalar-se em terras rio-paranaibanas, a UFV veio responsabilizar-se por dois bens imóveis da União: *Campus* CRP I, localizado próximo a Rodovia BR-354, Km 310 e o *Campus* CRP II, localizado na

Rodovia MG-230, Km 8¹¹ (FIGURA 36). A ocupação de tais áreas ocorreram atendendo ao direcionamento dos gestores e da equipe técnica da Diretoria de Projetos e Obras da UFV (DPO), órgão sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Administração¹². Portanto, o planejamento arquitetônico-urbanístico proposto para as duas áreas ocupadas pela universidade em Rio Paranaíba foram elaborados por servidores da própria instituição. Durante os anos iniciais da implantação do *campus* UFV-CRP foi imprescindível a contribuição de muitos servidores, que lotados no *campus* Viçosa, vinham à serviço para Rio Paranaíba, visto que o *campus* ainda estava contratando seus de servidores.

4.2.2.1 *Campus* CRP I: *Campus* da Rodovia BR-354, Km 310

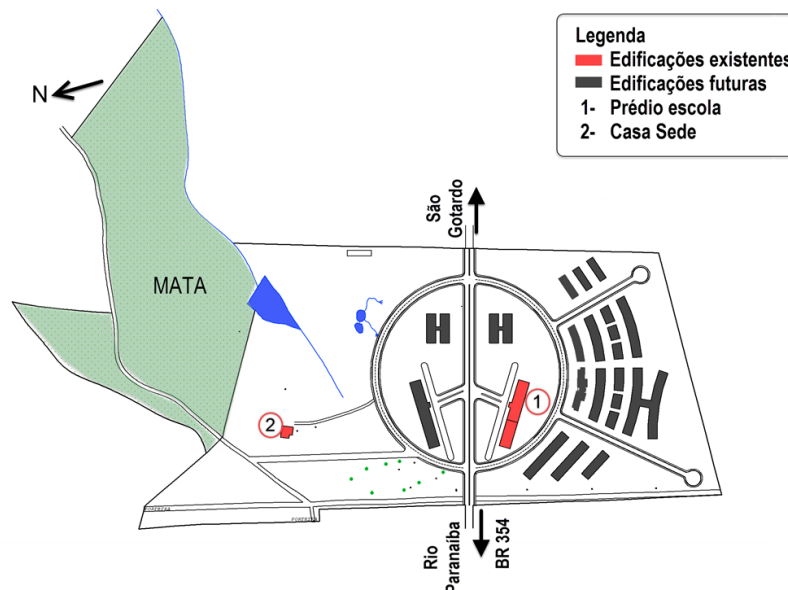
Após a oficialização da criação da universidade na cidade de Rio Paranaíba, ainda em 2006, sob orientação e direção do professor Liovando Costa, uma equipe especializada iniciou o trabalhos de reconhecimento técnico do terreno, a fim de embasar a elaboração do plano urbanístico para o *campus*. Tal projeto urbanístico, desde a fase de Estudo Preliminar, demonstrou a intensão de desenvolver e transformar aquele terreno cedido, em um *campus* universitário apropriado à tradição da UFV. Representava o comprometimento da instituição-sede para com a comunidade regional, que em parceria, procuravam o apoio político para implementar o *campus* na cidade. Um desses parceiros-padrinhos foi o vice-presidente do país, José de Alencar (FIGURA 40).

O servidor da instituição, o engenheiro civil João Forato, atual Gerente de Fiscalização de Obras da UFV, participou da equipe que realizou os primeiros levantamentos técnicos na área de ocupação concedida à universidade. Em conversa sobre como ocorreu o início das obras, afirmou que logo da criação do *campus*, os primeiros trabalhos do corpo técnico foram realizar o levantamento topográfico e o levantamento arquitetônico das edificações existentes, para assim, planejar algumas intervenções relacionadas a sua manutenção, bem como adequações para o funcionamento imediato dos primeiros laboratórios.

Longe da perspectiva de adquirir uma nova área para expansão territorial e mudança para as proximidades da cidade, iniciou-se a implantação dos arruamentos principais propostos no plano urbanístico realizado para o *campus* CRP I. Tais ruas foram locadas levando em consideração a edificação existente e os condicionantes naturais do terreno, que limitava a ocupação civil devido ao grande número de nascentes e “olhos d’água” no local. O partido norteador foi baseado na experiência local da irrigação por meio dos

¹¹ A nomenclatura das duas áreas popularizou-se como: *campus* CRP, área de ocupação inicial e; *campus* BBT, área próxima da cidade na rodovia MG-230. Tais siglas correspondem na identificação institucional das edificações, CRP (Prédio Escola) e BBT (o Prédio da Biblioteca).

¹² A nova gestão da UFV substituiu a DPO pela Gerência de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e; pela Gerência de Projeto e Contratação de Obras, ambas ambientadas no *Campus* UFV-Viçosa, cujos gerentes são respectivamente os técnicos administrativos engenheiros civis, João Antônio Forato e Leonardo de Assis Vidigal.

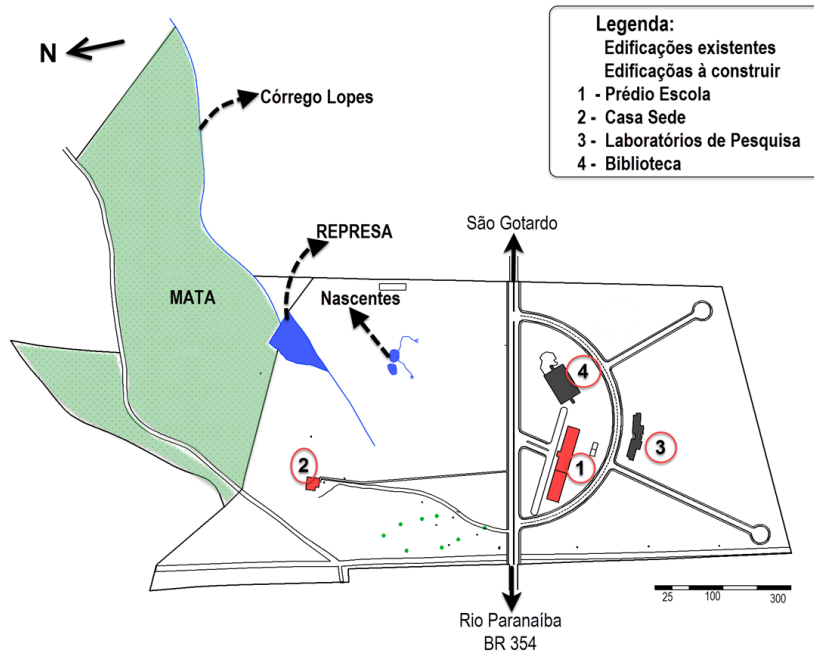
Figura 40 – Proposta inicial para o *Campus* da UFV da BR-354: *Campus* UFV-CRP I

Legenda – A princípio, o Plano Urbanístico proposto para a UFV em Rio Paranaíba, estabelecia o desenvolvimento do *campus* a partir da edificação existente e previa a implantação de edificações distribuídas em grandes áreas verdes. Segundo planejamento, as atividades acadêmicas seriam localizadas no espaço, para suprir as várias funções da comunidade em termos de serviços e infraestruturas como: construção de alojamentos, restaurante, bibliotecas, laboratórios, área de lazer, edificações de apoio e suporte de atividades de ensino, pesquisa e administrativas. Observou-se um desenho de apelo modernista de segregação setorial, entretanto, a concentração das edificações apontava para um modelo de ocupação do solo mais contemporâneo e compacto.

Fonte – Base: (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2007). Modificações da autora

equipamentos de pivôs centrais, caracterizados em vista aérea, por possuir desenhos de formato circulares (FIGURA 41).

As obras para implantação e pavimentação das vias internas do *campus* CRP I, assim como a reforma do Prédio Escola Principal e da Casa Sede, tiveram início no dia 02 de julho de 2007, com prazo de conclusão de obras de 120 dias para a obra de pavimentação e 90 dias de conclusão para a reforma das edificações. Para as obras de reforma, contratou-se a empresa Terra Engenharia e Construções LTDA, cujos valores de contrato corresponderam a R\$ 106.615,00, para reformar o Prédio Principal (edificação de dois pavimentos com área total construída de 3.200,00m²) e R\$ 42.012,12, para reformar a Casa Sede (edificação de um pavimento com área de 300,00²). As obras de pavimentação ficaram a encargo da Construtora Ferfranco LTDA, cujo valor de contrato correspondeu a R\$ 395.044,00. Essas obras foram realizadas seguindo um cronograma de obras bastante reduzido, visando que o calendário letivo da primeira turma de alunos do *campus* de Rio Paranaíba pudesse ser compatibilizado com o calendário letivo do *campus* da UFV em

Figura 41 – Campus UFV-CRP I: Plano Urbanístico

Legenda – Planejamento Arquitetônico Urbanístico para o *campus* UFV-CRP I

Fonte – Setor de Projetos e Obras da UFV-CRP. Modificações da autora

Viçosa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – *CAMPUS* DE RIO PARANAÍBA (UFV-CRP, 2007). As atividades acadêmicas tiveram início no segundo semestre de 2007, sendo matriculados 133 alunos de graduação e empossados 28 servidores (18 docentes e dez técnicos administrativos).

As primeiras novas edificações propostas para inserção no *campus* foram: um prédio para abrigar a Biblioteca Central e fazendo uso de edital lançado pela FINEP, um edifício voltado para a área de pesquisa, contendo em seu programa de necessidades, principalmente, laboratórios e gabinetes de professores. Com a construção dessa edificação, o *campus* compreenderia uma infraestrutura básica para o funcionamento dos cursos de Administração e Agronomia já implantados, na prerrogativa em atender os futuros cursos de Sistemas de Informação e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Com essas duas edificações, a UFV lançava base em Rio Paranaíba para o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

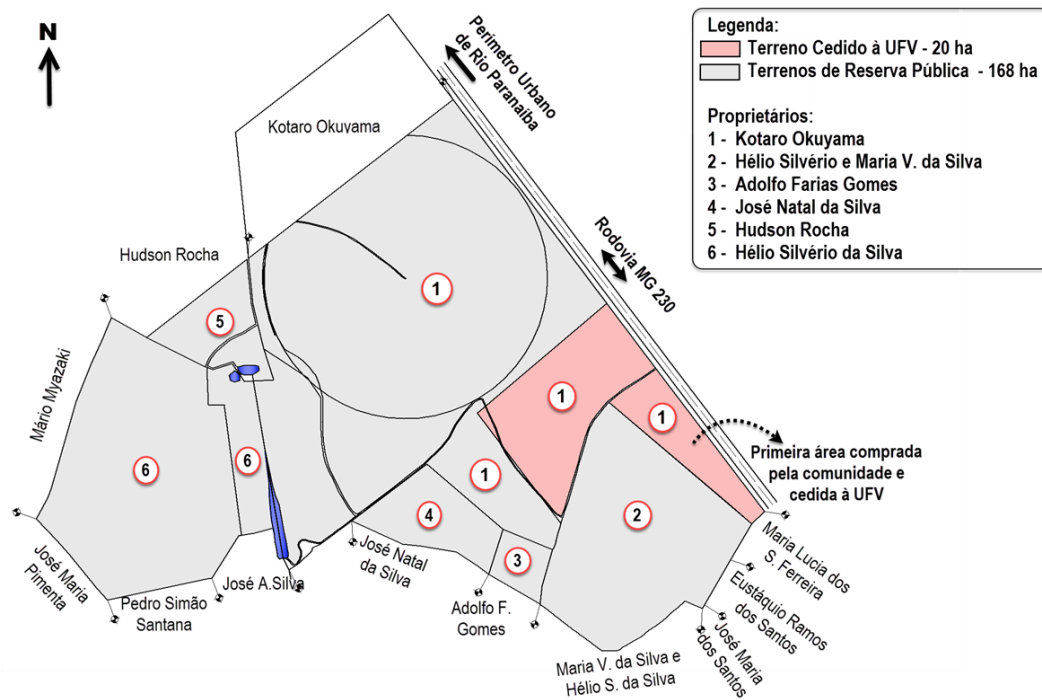
Até o ano de 2010, todas as atividades acadêmicas aconteceram nesse local, distribuídas entre o Prédio Principal e a Casa Sede. A partir do primeiro semestre de 2011, tais atividades começaram a ser oferecidas em ambas as áreas: *campus* UFV-CRP I e, *campus* da UFV-CRP II (*campus* expansão). Foi um período de constante readequação das edificações, para acomodar as frequentes demandas necessárias para o funcionamento dos

dez cursos de graduação criados na UFV-CRP. Atualmente, o Prédio Principal (cuja sigla institucional é “**CRP**”) é organizado para o funcionamento dos laboratórios de ensino e laboratórios específicos, voltados à pesquisa. Espera-se que até o ano de 2018, todos os laboratórios de ensino sejam transferidos para o *campus* CRP II.

4.2.2.2 *Campus* CRP II - *Campus* da Rodovia MG-230

No ano de 2008, a UFV a fim de aproximar-se do centro urbano de Rio Paranaíba, expandiu-se para um terreno localizado a 2,5Km do centro. Acreditava-se que a proximidade com a cidade, possibilitaria a solução de uma série de dificuldades em relação à implantação da infraestrutura para o funcionamento do *campus*. O marco inicial dessa expansão deu-se em um terreno de 20ha, pertencente à Fazenda Olhos D’Água, escolhido pela possibilidade de crescimento territorial, entre outros motivos. Tal terreno foi comprado e, posteriormente doado para a UFV, pela Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2008a; 2008b). Mas, importantes ações relacionadas à compra desse terreno marcaram a história tanto da universidade, quanto da cidade. Em um movimento que envolveu autoridades políticas locais, empresários, produtores rurais, comunidade acadêmica e os cidadãos rio-paranaibanos, foi realizada verdadeira comoção, cujo objetivo consistiu em adquirir os recursos financeiros necessários para compra desse terreno de 20ha e, conseqüentemente, para que a expansão do *campus* se concretizasse. Dessa maneira, após o funcionamento do primeiro ano do *campus* CRP I, a UFV-CRP passou a implantar todo o investimento de suas demandas físicas e estruturais nesta nova área, denominada CRP II. As áreas de entorno do terreno de 20ha foram consideradas de “utilidade pública” e perfaziam junto ao terreno já adquirido, uma área total de 188ha, a fim de que o *campus* tivesse espaço para seu desenvolvimento (FIGURA 42).

Com a questão de localização resolvida e já tendo em vista os terrenos para a implantação do plano completo para o novo *campus*, procedeu-se sua avaliação imobiliária. A Diretoria Geral do *Campus* UFV Rio Paranaíba e a Reitoria da UFV, à época, professor Luciano Baião Vieira e professor Luis Claudio Costa, respectivamente, iniciaram junto ao MEC a busca por recursos financeiros para aquisição das áreas previstas (Tabela 2). A concessão de apoio financeiro destinado à aquisição dos terrenos, no valor de R\$ 2.500.000,00 foi enviada pelo MEC à Universidade, mediante mensagem datada de 09 de maio de 2009, solicitando da instituição um Plano de Trabalho/Plano de Aplicação, discriminando as metas de compra e o Projeto Básico de referência. Observa-se que o apoio financeiro datado de maio de 2009 ainda não promoveria a compra de todos os terrenos indicados. De fato, nem todos os terrenos foram comprados. Dos terrenos listados na Tabela 2, os terrenos de Mário Myazaki, Adolfo Francisco e de José Natal da Silva não foram adquiridos. O plano de trabalho foi entregue em oito de outubro de 2009 e os terrenos foram legalmente comprados em 28 de julho de 2010 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2010a; 2010b; 2010c; 2010d).

Figura 42 – Terrenos escolhidos para o *Campus* da UFV-CRP: Área de Expansão

Legenda – Área escolhida para o novo *campus* chamava-se “Fazenda Olhos D’Água”. Indicado em vermelho, o terreno de 20 ha para implantação imediata do *Campus* (Popularmente chamado “machadinha”). À mesma época, foram cogitadas outras duas áreas próximas ao centro urbano do município para locar o *campus*, cujos proprietários eram Hudson Rocha e Aurora Maria Resende respectivamente. Entretanto a possibilidade de uma reserva de terrenos maior junto ao terreno de Kotaro Okuyama garantiu a escolha do local.

Fonte – Base: FM Planejamentos Agropecuários LTDA (2008). Modificações da autora.

Tabela 2 – Terrenos de Reserva para o estabelecimento do *campus* CRP II

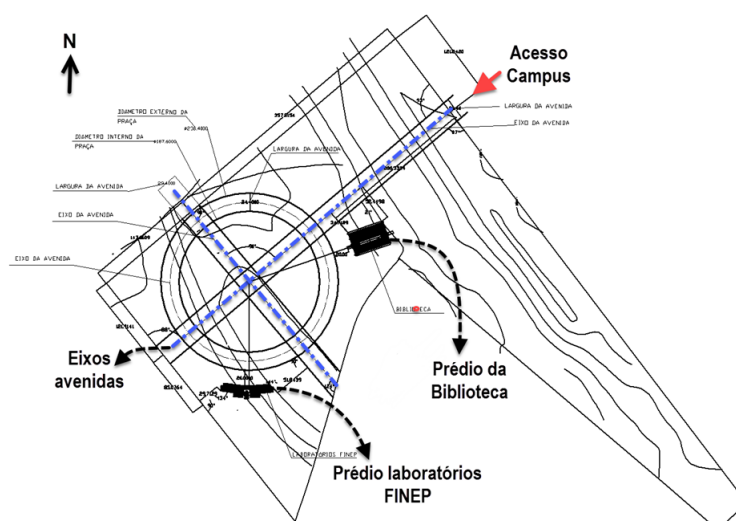
Matrícula	Proprietário	Área (ha)	*Valor (R\$)
R-3/2.248	Kotaro Okuyama	86,483	1.642.000
R-10/581	Hélio Silvério	39,255	578.000
R-8/R-9/R-10/1.887	Hélio Silvério e Maria Vieira da Silva	26,807	562.000
R-6/515	Hudson Rocha	6,220	95.000
R-1/2.245	Adolfo Francisco Gomes	2,457	26.500
R-3/1.918 (parcial)	José Natal da Silva	6,892	74.000
R-3/1.918 (parcial)	José Natal da Silva	19,404	188.000
R-1/4.826	Mário Miyazaki	100,000	1.810.000
TOTAL		287,519	4.975.500

Nota – Valores avaliados pelo Engenheiro Agrônomo, José Eustáquio da Silva, CREA DF-3139D, credenciado pela Caixa Econômica Federal para fins de avaliação dos referidos imóveis.

Enquanto a direção da UFV buscava os recursos junto ao MEC, a equipe de Projetos e Obras organizavam o programa inicial de necessidades e demandas físicas; e também locavam as primeiras edificações planejadas dentro dessa área de 20ha, visto ser o único terreno legalmente pertencente à universidade no *campus* expansão. Assim, para otimizar os recursos e fazer valer os benefícios da proximidade com a cidade, as edificações da Biblioteca e do Prédio de Laboratórios de Pesquisa foram realocadas do CRP I para o *campus* CRP II. Rapidamente foi necessária a adaptação dos projetos de um local para o outro, ficando o *campus* CRP I apenas com as edificações já existentes (FIGURA 43).

No ano de 2010, quase todas as pendências em relação à compra dos terrenos foram resolvidas. Não foram efetivada compra dos terrenos de José Natal da Silva e de Adolfo Francisco. Entretanto, tais terrenos foram considerados “terrenos de utilidade pública”, por sua relevante localização no plano urbanístico proposto para o *campus*.

Figura 43 – *Campus* da UFV-CRP II: terreno 20ha - Implantação provisória



Legenda – Com a mudança do local para construção dos prédios da Biblioteca Central e do Laboratório de Pesquisa, do *campus* CRP-I para o *campus* CRP II em dezembro de 2008 e, mediante ordem de serviço para início de obras em janeiro de 2009, foi realizado, em caráter emergencial, projeto de implantação provisória para área do terreno comprado. Locou-se um núcleo central para expansão do projeto urbanístico (rotatória central) e ao seu entorno as edificações. Cabe aqui uma consideração: a locação da Biblioteca permaneceu como mostrada nessa imagem, mas o Prédio de Laboratórios foi realocado.

Fonte – Base gráfica cedida pelo Serviço de Projetos e Obras da UFV-CRP. Adaptado pela autora.

No ano 2012, o terreno de 7,05ha de propriedade de José Hiroiti Okuyama, outra parte da fazenda Olhos D’Água e Caetés, foi acrescentado à gleba existente da UFV no *campus* CRP II. Juntamente com esta nova área, foi incorporada ao *campus* uma área construída de 3.239m² divididas em dois Galpões, uma pequena residência e uma edificação projetada para o funcionamento de um Refeitório e de sanitários. Atualmente, funcionam nesta área o Setor de Transportes, com a garagem da frota institucional; o Setor de

Almoxarifado, a área do campo de futebol, algumas casas de vegetação, os laboratórios de aulas práticas do curso de Engenharia Civil e o laboratório de Mecanização Agrícola, assim como local para a guarda dos equipamentos agrícolas (tratores e implementos) do *campus*.

4.3 Campus UFV-CRP II: Plano Urbanístico

Dentro do contexto de uma área de 140ha de terrenos pertencentes a UFV, nas proximidades do núcleo urbano da cidade de Rio Paranaíba¹³, a posse inicial de apenas 20ha, levou a ocupação imediata desta área, no processo de implantação do *campus*. O autor do projeto urbanístico do CRP-II é o arquiteto urbanista Ernani de Souza Mendes, servidor da Universidade Federal de Viçosa¹⁴. Em entrevista, Souza Mendes (2016) relatou como foi trabalhar a elaboração do planejamento urbanístico em uma pequena área territorial, dentro de um montante muito maior, e acrescentou alguns outros desafios de projeto:

Primeiramente, tive que definir o projeto para a área toda de 180ha, pois já estava definido e praticamente certo que a área de 180ha, que eu e o professor Baião tínhamos visitado próximo 2,5km da cidade de Rio Paranaíba (onde se situa o CRP-II hoje), seria adquirida. Porém, só foi possível iniciar a execução das obras, das edificações para a área de 20ha (a área que abrange o círculo central do *campus* BBT), pois a UFV naquela época, entre os anos de 2008 e 2009 não tinha conseguido os recursos monetários para a compra da referida área. Vale lembrar, que essa área foi doada pela população da cidade de Rio Paranaíba para a UFV. Isso aconteceu no período entre o final do ano 2008 e início de 2009. Ou seja, tive que pensar na área dos 20ha inserida na área de 180ha com suas previsões de vias e demais usos do espaço para o futuro, considerando a área como um todo e faltando o levantamento planialtimétrico de toda a área. Outra dificuldade foi a ausência do projeto geométrico de todas as vias previstas, o que poderia prejudicar a cota de implantação das edificações. Mesmo assim, como auxílio técnico do corpo de engenheiros e arquitetos da PAD conseguimos encontrar soluções para a implantação destas edificações e para outras questões técnicas que se apresentavam.

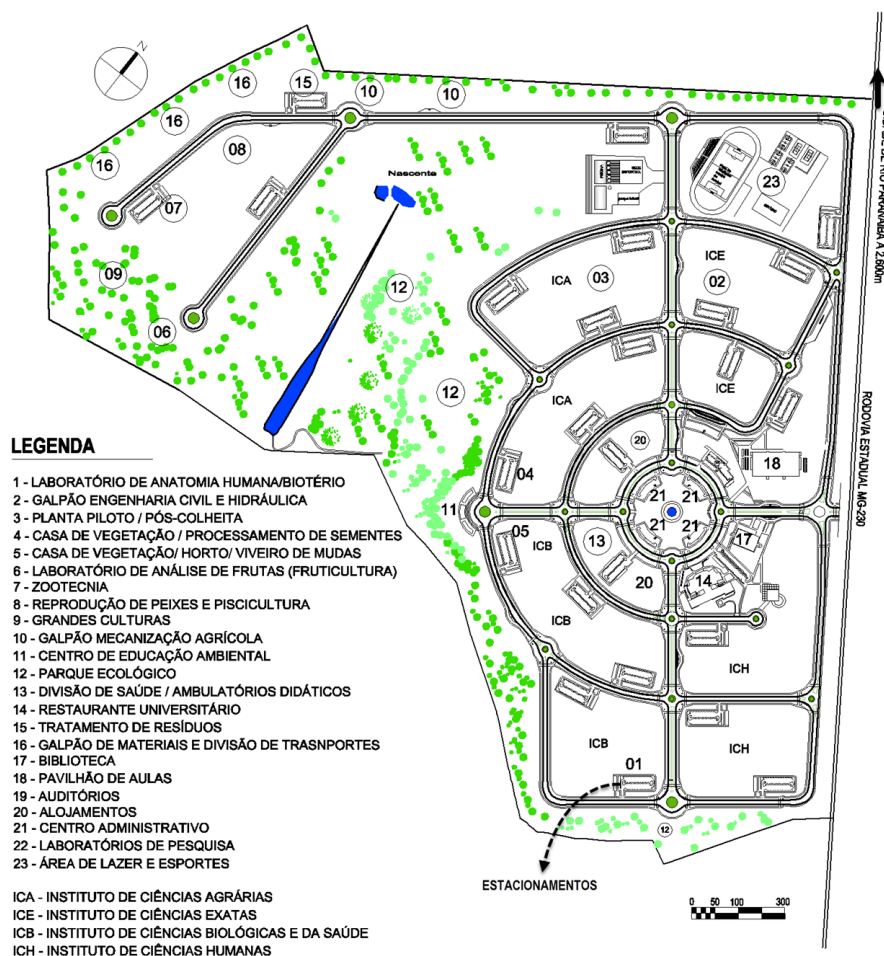
O arquiteto continua explicando que possuía um programa básico para dotar o *campus* com as edificações consideradas essenciais em atendimento à comunidade acadêmica.

¹³ A área atual do *campus* CRP II corresponde a 147ha, mas a princípio cogitou-se a compra de 180ha.

¹⁴ Ernani de Souza Mendes é natural da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Iniciou o curso de graduação em Arquitetura na Universidade Gama Filho (RJ), mas graduou-se na Universidade Santa Úrsula em 1981. No ano de 1994 tornou-se especialista em Planejamento Municipal pela Universidade Federal de Viçosa, onde no ano de 2008 ingressou como servidor técnico administrativo. Profissionalmente atuou no acompanhamento de obras públicas, tal como a construção da primeira fase dos blocos de internação do Hospital Central do Exército no Rio de Janeiro (1984-1985) e na elaboração de orçamentos de obras públicas. Também atuou no desenvolvimento de projetos arquitetônicos residenciais, escolares, postos de saúde e projetos urbanísticos de praças públicas. Como servidor da UFV, atuou como colaborador/co-autor do projeto da Biblioteca da UFV-CRP, autor do projeto do Pavilhão de Aulas da UFV-CRP, autor do projeto do Restaurante Universitário da UFV-CRP (versão não executada) além da elaboração do projeto urbanístico para o *campus* UFV-CRP. Atualmente trabalha no LATECAE - Laboratório de Conforto Ambiental da UFV - localizado no *campus* da UFV em Viçosa, sob a orientação da professora Joyce Correna Carlo. A área de interesse do seu trabalho é conforto acústico, com ênfase no entendimento dos ruídos urbanos.

Além das edificações da Biblioteca e do Prédio de Laboratórios de Pesquisa, que foram realocados do *campus* CRP-I para a nova área adquirida, faziam parte do programa básico para a implantação do *campus* em Rio Paranaíba, uma edificação para o Pavilhão de Aulas, uma edificação para o Restaurante Universitário, os Alojamentos (feminino e masculino), um Prédio para locar Laboratórios de Ensino e Laboratórios de Pesquisa ¹⁵, uma área esportiva e os prédios para os serviços de apoio operacional e administrativos (FIGURA 44).

Figura 44 – Plano Urbanístico “Piloto” da UFV-CRP II - Área de Expansão. Ano 2009.



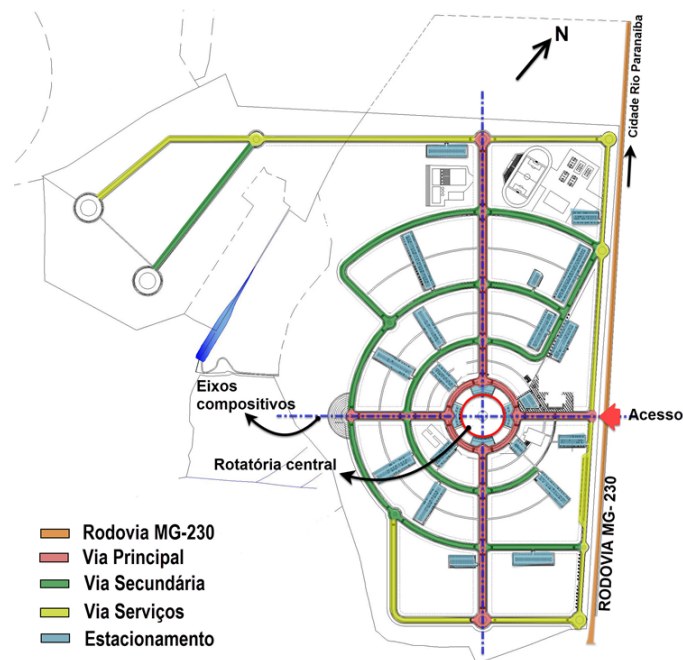
Fonte – Base: (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2009b). Adaptado pela autora.

Definido o programa funcional básico, o partido adotado no planejamento urbanístico referenciou-se no desenho urbano de formato radial. Essa formatação trouxe intrínseca a identificação simbólica local baseada nos círculos dos pivôs centrais, simbologia utilizada anteriormente no planejamento do *campus* CRP I. O plano ainda seguiu

¹⁵ Na época, a proposta era locar tais laboratórios em edificações que representassem cada Centro de Ciências e suas demandas específicas, por isso, previa-se a construção de quatro edificações denominadas “Centro de Ciências”

princípios de zoneamento racionalistas, e refletia as diretrizes organizacionais do *campus* UFV de Viçosa, organizado segundo as unidades administrativas dos Centro de Ciências e dos departamentos¹⁶ (UFV, 1999). Assim, a partir de um nó-marco, caracterizado pela rotatória central, desenvolveu-se o traçado do plano urbano, mediante a combinação de um sistema “radio-axial” no desenho das vias principais e nas demais vias do *campus*. O desenho obedece uma hierarquia programada, caracterizando eixos principais. Outro aspecto importante observado no planejamento das “caixas de vias” foi a inserção das ciclovias e dos passeios para pedestres em toda extensão do projeto urbanístico, inclusive nas vias secundárias (FIGURA 45).

Figura 45 – Plano Urbanístico Inicial da UFV-CRP II: Demarcação de vias



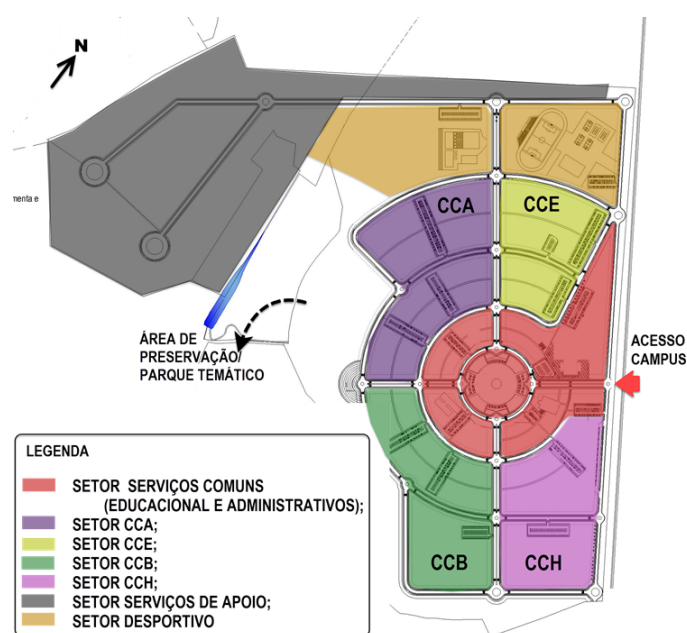
Fonte – Base: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2009b). Adaptado pela autora.

O traçado estabelecido e configurado no desenho radial e nos eixos em cruz, definiu a setorização marcada pelos “círculos ou anéis” subsequentes à rotatória central. O primeiro “anel” – a rotatória central – definiu o centro administrativo. Juntamente com o segundo “anel” definem o setor de “Uso Educacional e Institucional Comuns”, os demais anéis são divididos nos setores que abrigariam os Centros de Ciências: exatas, humanas, “biológicas e saúde” e o agrárias. Por último, na porção mais próxima da cidade teria-se o setor de esportes e na área dos galpões e adjacências um setor para “serviços pesados” como

¹⁶ A princípio as menores unidades acadêmicas com autonomia do *campus* UFV-CRP denominavam-se Centros de Ciências, a partir de 2012, tais centros foram substituídos pelos Institutos, que passaram a exercer essa função em um nova dinâmica organizacional de interdisciplinariedade. Tal organização administrativa está presente na prévia de Novo Estatuto da UFV, ainda em análise por Órgão competente no MEC.

almoxarifados, depósitos, garagem, etc. Em cada setor seriam distribuídas as edificações que dariam suporte aos usuários. Vale uma ressalva nesta questão de setorização. A gestão da UFV, valendo-se de experiências passadas no *campus* da UFV em Viçosa, cujo zoneamento acarretou em entraves administrativos dentro da própria instituição, resolveu não nomear as áreas dos Centros de Ciências no Planejamento Urbanístico. A prerrogativa para tais áreas consistiu-se em percebê-las como sugestões de planejamento, depreendendo uma lógica de distribuição para futuras construções, sem contudo significar posse de terreno para tais centros ou unidades administrativas. A outra questão relacionada à não nomeação dos setores dos Centros de Ciências, recaiu na extinção dessa estrutura administrativa nos *campi* da UFV fora de sede e sua substituição pelos Institutos de Ciências, considerada a menor unidade administrativa com autonomia, que na prática, possui uma funcionalidade pouco mais expandida que a dos departamentos. No entanto, a fim conhecimento e informação, serão apresentados os setores nos quais o programa de ocupação para o *campus* CRP–II foi organizado a princípio (FIGURA 46).

Figura 46 – Plano Urbanístico do *Campus* CRP II: Setorização



Fonte – Base: (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2009b). Adaptado pela autora.

O Setor de Serviços Comuns de Uso Educacional e da Estrutura Administrativa seria o local das edificações que são utilizadas por toda a comunidade acadêmica como: Prédio Administrativo (Diretoria Geral do *Campus*, secretarias, serviços de apoio administrativo, Setor de Registro escolar, setores financeiros, etc), Prédio Pavilhão de Aulas, Biblioteca, Restaurante Universitário, Alojamentos, Prédio para Empresas Juniores e Divisão de Saúde. Atualmente, nesta região encontram-se construídos e sendo utilizados os prédios: da Biblioteca e do Pavilhão de Aulas. Estão em construção: o Prédio de Laboratórios de

Ensino e o Prédio de Laboratórios de Pesquisa. Também construído nesta área está o prédio do Restaurante Universitário, que aguarda finalização de processo licitatório para iniciar funcionamento¹⁷.

O Setor dos Centros de Ciência seria o local para implantação do Centro de Ciências Agrárias (CCA), do Centro de Ciências Humanas (CCH), do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCE). Em cada uma dessas áreas deveria-se construir uma edificação símbolo, cujo programa arquitetônico correspondesse aos interesses tanto no ensino de graduação, quanto nas especificidades do ensino da pesquisa e pós-graduação de cada campo científico, assim como demais infraestruturas necessárias para funcionamento do centros, inclusive campos experimentais e estufas, ou seja, cada “quadrante” associado a um Centro de Ciências deveria comportar suas atividades competentes.

O Setor de Serviços de Apoio seria o lugar de implantação das edificações e infraestruturas de tipologia e serviços industriais como: almoxarifado central, garagem, galpões de materiais de manutenção, serviços de manutenção, oficinas, depósitos de resíduos, etc. Ainda nesse setor, estaria localizado um possível setor de Zootecnia ou Medicina Veterinária.

O Setor Desportivo seria o local de implantação dos equipamentos de esportes e de lazer. Composto por edificação para Sede Esportiva, Ginásio de Esportes, quadras poliesportivas, pista de atletismo e atividades afins. Foi locada em área afastada das demais, visando o mínimo de impacto diante das atividades do *campus*. Cogitou-se até mesmo a execução de um acesso próprio para essa área, que seria utilizado em épocas de eventos como formaturas e festas comemorativas.

Analisando o plano urbanístico do *campus* UFV-CRP II, embora apresente o princípio de setorização e zoneamento demarcados, observou-se uma maturidade em relação aos *campi* setentistas. Possivelmente, a posse inicial de apenas 20ha em áreas, proporcionou ao plano urbanístico uma característica de compacidade, com a reunião de atividades comuns à toda comunidade em uma única região. Tal decisão, contribuiu para a diversificação de atividades, para a percepção do espaço segundo escalas diferenciadas, colaborando para uma inclusão social e trazendo identidade ao lugar, ainda que a UFV mantivesse o “caráter monumental” em suas edificações. Tal articulação, formou um conjunto de elementos integrados, em uma linha de pensamento mais sustentável em comparação com os princípios modernistas segregadores (segregação funcional). O *campus* UFV-CRP apresenta premissas de concentração, conectividade e multifuncionalidade. Percebe-se a utilização dos princípios sustentáveis, ainda que, empregados de maneira mesclada com o Movimento Modernista aplicado na ocupação dos territórios universitários

¹⁷ O Restaurante Universitário atualmente localiza-se na cidade em contrato firmado entre a Universidade e empresa terceirizada.

brasileiros. Contribui para esse hibridismo, a utilização de certos parâmetros urbanísticos que foram incorporados no planejamento proposto para o *campus* da UFV em Viçosa. Sobre isso, o arquiteto Ernani Mendes confirma que referenciou-se no *Campus* da UFV–Viçosa, especificamente utilizando algumas diretrizes presentes no Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV–Viçosa (PDFA).

Utilizei diversos parâmetros estabelecidos no PDFA para me orientar no projeto, tais como em relação aos espaços verdes, tipos de calçadas, recuos, afastamentos, alguns deles definidos nos artigos três, quatro e cinco. Os artigos referentes ao dimensionamento dos estacionamentos, ao uso do solo, dentre outros (SOUZA MENDES, 2016).

O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV–Viçosa (PDFA) foi elaborado no ano de 2008, para vigência até o ano de 2017. Tem como finalidade orientar a expansão físico-territorial na totalidade do território do *Campus* UFV–Viçosa (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2008c). Dentre os artigos citados no discurso do Arquiteto Ernani Mendes, serão transcritas algumas partes, relevantes na proposta do planejamento para o *campus* CRP–II:

Art. 3º - O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do *Campus* UFV–Viçosa pauta-se pelos seguintes princípios:

[...] V. na ocupação e construção dos novos edifícios, deve-se considerar a mesma lógica adotada desde a criação da ESAV, qual seja: grandes afastamentos em relação às vias; construção dos edifícios isolados no terreno, com baixa taxa de ocupação, baixo gabarito e grandes jardins contornando as edificações;

Art. 4º - São objetivos gerais do PDFA:

[...]XII. consolidar, valorizar e ordenar a função do *Campus* como parque urbano;

XIII. promover o macrozoneamento do *Campus*, respeitando as características de ocupação das áreas;

XIV. promover o zoneamento do *Campus*, estabelecendo zonas de usos em função da localização das atividades administrativas, habitacionais, industriais, de serviços, produção, lazer, ensino, pesquisa e extensão;

XV. estabelecer parâmetros de uso e ocupação por zona;

Art. 5º - São diretrizes gerais, visando à expansão físico-territorial no *Campus*:
[...] III. criar sistema cicloviário que estabeleça ligação com o sistema viário da cidade e possibilite o acesso às diversas áreas do *Campus*;

[...]V. propor que o crescimento se dê a partir da expansão horizontal;

VI. obedecer, sempre que possível, as tendências existentes de ocupação das áreas pelos Centros de Ciências;

VII. ampliar as áreas de estacionamento existentes, para atender à demanda dos edifícios já construídos, cuja necessidade extrapola a oferta atual de vagas;

VIII. ampliar a rede viária e o sistema de transporte público no interior do *Campus*, para atender a sua expansão horizontal;

[...] Art. 10 - O planejamento das áreas de estacionamento e a organização do fluxo viário no *Campus* deverão ter como princípio a atenção às questões paisagística, ambiental, de circulação e de acessibilidade.

[...] Art. 14 - As novas edificações garantirão vagas para estacionamento de automóveis, nas seguintes condições mínimas: I. área mínima destinada a estacionamento igual a 30% da área do terreno destinado à edificação;

II. 1 (uma) vaga para cada professor e funcionário lotado no edifício, no caso de edifícios departamentais;

III. 1 (uma) vaga para cada 5 (cinco) pós-graduandos;

IV. 1 (uma) vaga para cada 50,00m² (cinquenta metros quadrados) de área edificada bruta para unidades classificadas na categoria Serviços Comerciais, como agências bancárias, restaurantes, lojas e similares;

V. 1 (uma) vaga para cada 4 (quatro) lugares no caso de áreas de uso público, como auditórios, espaços de convenções e similares.

O projeto urbanístico buscou uma dialética entre o conceito de sustentabilidade e o modo de ocupação dos *campi* universitários modernistas. Essa afirmação comprovou-se ao analisar por exemplo, a presença das ciclovias¹⁸, os passeios para pedestres e a utilização do sistema “*traffic calming*” programado para execução nas rotatórias localizadas nos encontros de vias. Dessa maneira, houve uma intencional preocupação com um modal sustentável, porém, ao mesmo tempo, ocorreu uma particular preocupação com a circulação dos automóveis, ou seja, na realidade não se formulou uma hierarquia entre automóveis, o modal sustentável e pedestres. De fato, observou-se uma preocupação relacionada a sustentabilidade, mas ainda é marcante a carga histórica presente na morfologia e no partido arquitetônico-urbanístico, representado na elaboração do conjunto edificado, segundo características como uso de escalas diferenciadas de aspecto monumental, em relação às construções e edificações da vizinhança e, o forte apelo segregador, marcado principalmente pelo acesso via portal, com as “Quatro Pilastras” e o fechamento do *campus* com cerca.

O autor do plano urbanístico, arquiteto Ernani Mendes, descreveu suas diretrizes projetuais, relacionando:

- Facilidade de acesso ao uso coletivo das atividades de ensino, pesquisa e extensão como forma de provocar maior interação social no *campus*;
- Nos pivôs de irrigação;
- Áreas verdes livres entre as edificações;
- O desenho do *campus* se baseou em alguns parâmetros de sustentabilidade, tais como as áreas verdes livres entre as edificações, o transporte alternativo referente ao uso das ciclovias e ônibus, implantação dos edifícios adequados às condições do clima do local;
- Áreas livres para experimentações de plantio na área do Instituto de Ciências Agrárias ou outro Instituto que venha a necessitar;
- Zoneamento das funções com usos administrativos, educacionais e esportivos do *campus*;
- Inclusão do transporte alternativo ao automóvel (no caso o projeto das ciclovias e a circulação de ônibus);

¹⁸ A utilização da bicicleta como modal sempre esteve presente na UFV, pelo menos em meados dos anos 50 no *campus* Viçosa.

- Afastamentos entre as edificações que permitam uma boa atenuação sonora das reflexões sonoras entre os mesmos, boa ventilação e iluminação;
- Afastamentos entre as edificações e as vias que permitissem a atenuação sonora dos ruídos externos advindos dos veículos e demais fontes sonoras externas que circulam pelas mesmas, e boa ventilação e iluminação também;
- Aliados a isso, previ antes das rotatórias a inclusão de passarelas elevadas para pedestres, atendendo assim aos princípios do “*Traffic Calming*”, além do atendimento às normas de acessibilidade às edificações e ao meio urbano;
- As vias principais e secundárias, incluindo as rotatórias foram pensadas com uma boa largura que possibilite aos caminhões e ônibus fazerem as curvas nas rotatórias sem necessidade de pararem o fluxo de veículos, dentro de uma velocidade de segurança. As Vias Principais constituem os dois principais eixos estruturadores da malha viária do *campus*, possuindo duas pistas de sentidos opostos, com largura de 7.00m cada uma e canteiro central de divisão com 3.00m de largura, e se ligam ao círculo central por meio de uma via de mão dupla, com largura de 5.50m na pista interna ao círculo central, e 8.00m na outra faixa de circulação de veículos. As Vias Secundárias ligam-se às Vias principais e visam propiciar o acesso direto aos edifícios, unidades e demais setores do *Campus*, sendo de mão-dupla e possuindo largura de 9.50m.
- Foram previstas baias de ônibus em diversos pontos do *campus*.
- Também pensei na criação de um parque ecológico onde eu previ a criação de um Centro de Educação Ambiental, a recuperação da área degradada em torno das nascentes (dentro da área do futuro parque ecológico) e o respeito às áreas *non aedificandi*.
- Como estudo futuro pensei que deverá ser feito o tratamento paisagístico das ruas e dos espaços entre as edificações e entre as edificações e vias demais áreas livres, como forma de amenizar o clima quente, proteger as edificações e pedestres do ventos fortes e promover a atenuação sonora. Para a elaboração deste tratamento e do seu planejamento, pensei, na época, que deveria ser criada uma equipe multidisciplinar das áreas afins envolvidas (SOUZA MENDES, 2016).

No processo de elaboração do plano piloto, muitas reuniões foram organizadas entre o arquiteto e a comunidade acadêmica. Todas essas considerações foram dispostas em projeto urbanístico e apresentado à Comunidade Acadêmica e posteriormente à Comissão de Espaço Físico da UFV. No ano de 2010, foi levada a apreciação da Reitoria uma planilha contento uma previsão de obras e orçamentos para a inteira instalação do *campus* da UFV em Rio Paranaíba, cujo montante alcançou a cifra de R\$ 181.202.055,00. (Anexo B).

4.3.1 *Campus* UFV–CRP II: Do Planejamento à Execução

O processo da construção de um *campus* universitário associa-se à organização institucional praticada pela universidade e às atividades correlatas aos cursos oferecidos pela instituição. Diante disso, sobre a apropriação do espaço, seja em relação a infraestruturas, tipologia das edificações e ocupações, existem uma grande quantidade de agentes e fatores capazes de influenciar a formatação do *campus* universitário. Podem esses agentes serem de origem interna (gestores, comunidade docente, envolvimento discente, quadro de servidores técnicos, planejamento e organização institucional, planos pedagógicos, políticas didáticas, etc) ou agentes de origem externa (questões financeiras, questões de

políticas governamentais, localização regional, questões climáticas, questões imobiliárias etc). De certo, a maioria desses fatores não são de natureza controlável, o que faz o planejamento e a construção do *campus* tornarem-se passíveis de adaptações, supressões e readequações. Muitos autores observaram que esta questão constitui-se recorrente em relação à implantação do *campus* universitário no Brasil: os *campi* sempre sofreram concessões ou mesmo tiveram paralisadas suas construções em certos momentos.

Para os *campi* organizados ou reorganizados após a década de 1960, tais modificações eram geralmente ocasionadas pelo “gigantismo” dos terrenos. Tais *campi*, eram caracterizados por possuírem uma grande gleba territorial, com malha viária e toda infraestrutura de manutenção. Citam-se: rede elétrica, rede sanitária, sistema de transporte interno, segurança pública, brigadas de incêndio, manutenções de edificações (acadêmicas e residenciais), manutenção de áreas cultiváveis, sistemas de coletas residuais e tantas outras atividades (ALMEIDA, 1983; PINTO; BUFFA, 2009).

No caso do *campus* da UFV em Rio Paranaíba, em comparação com a área territorial do *campus* da UFV em Viçosa, pode-se afirmar que é um *campus* com características compactas, apesar de seus 180ha. De certa maneira, o fato do *campus* UFV-CRP constituir-se um *campus* fora de sede, ou seja, a vertente derivada ou a expansão de um *campus* já consolidado, pode ter levado à uma implantação com tamanho inferior, afinal o planejamento do novo *campus* considerava um número menor de cursos de graduação em relação ao *campus* sede. O mesmo fato tem ocorrido em “*campus* fora de sede” de outras Universidades Federais como no *campus* Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia, no *campus* João Monlevade da Universidade Federal de Ouro Preto e no *campus* Divinópolis da Universidade Federal de São João Del Rei, citados aqui devido a sua proximidade regional com o *campus* UFV de Rio Paranaíba, localizados na área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais. Certamente, que não estamos considerando tal observação como característica determinante para os *campi* implantados após a política de Expansão. Faz-se necessária a realização de mais estudos ou estudos específicos sobre esse tema, mas no caso da UFV isso ocorreu.

Ao fazer tal consideração sobre o tamanho territorial do *campus* UFV-CRP, salienta-se que a premissa acima mencionada sobre modificações, concessões e adaptações durante o processo de implantação de um *campus* universitário ainda valida-se e não reside especificamente no tamanho do *campus*, mas na especialização dos serviços inseridos nesta área. Realmente, pode estar sendo realizada uma diminuição territorial dos *campi* universitários implantados, mas o impacto desse tipo de empreendimento sempre será significativo, tanto para a administração da instituição, quanto para cidade que o sedia. Para o *campus* UFV-CRP, criado há 11 anos, já é possível discursar sobre as modificações e adaptações surgidas nesse tempo de funcionamento. Assim, serão apontadas algumas questões relacionadas às adequações de projetos e quais as estruturas físicas realmente foram realizadas até o momento.

No ano de 2009, a diretoria geral do *campus* UFV-CRP solicitou um levantamento detalhado sobre as demandas de crescimento do ensino e em decorrência dessas definições, demandar as edificações e demais construções necessárias para dotar o *campus* com a infraestrutura para atender a um número de 5000 alunos. Essa quantidade de alunos correspondia à mais que o dobro do número de matrículas da UFV-CRP registradas até o momento. Desse modo, a direção geral, queria planejar um *campus* capaz de oferecer cerca de 20 cursos de graduação, mais a extensão de seus programas de pós-graduação. Tomando por base a planilha elaborada em 2010, contendo o levantamento total de benfeitorias propostas para o *Campus* UFV-CRP (Anexo B) e relacionando-a com os projetos já executados e outros que estão em processo de execução, notou-se a quantidade de trabalho e de obras que ainda deverão ser realizadas. Nada muito desigual à realidade referente aos *campi* universitários criados à décadas anteriores no que se refere à utopia da construção de *campus* universitário em sua totalidade (Tabela 3).

Com demanda elaborada, os trabalhos para implantação real do *campus* UFV-CRP II tiveram início com a posse dos primeiros 20ha de toda gleba previamente escolhida. Tal fato, levou a utilização de apenas essa referida área, para locação das primeiras edificações. Tais construções foram as edificações do prédio da Biblioteca Central e o Prédio de Laboratórios de Pesquisa, edificações transferidas do *campus* CRP-I, e mesmo antes da finalização da obra e em acelerado processo de planejamento e projetos, iniciou-se a negociações para implantar vias, rede de eletricidade, saneamento e abastecimento de água junto à COPASA. As atividades acadêmicas e administrativas no *campus* UFV-CRP-II iniciaram-se no primeiro semestre letivo de 2011, quando passou a funcionar no recém-construído prédio da Biblioteca, salas de aula, gabinetes de professores e serviços administrativos. A partir desse período, as atividades da UFV em Rio Paranaíba passaram a ser oferecidas nas suas duas áreas institucionais.

Do ano de 2011 até o ano de 2012, a utilização do *campus* CRP-II acontecia em meio a improvisações, às intempéries naturais, ao canteiro de obras constante e às ações provisórias. Quase todas as instalações eram provisórias: água usada para higienização vinha de poço artesiano, a água potável era adquirida junto a COPASA em vasilhames, energia vinha das instalações provisórias negociadas entre a diretoria do *campus*, a prefeitura municipal e a CEMIG, e até mesmo as divisões internas das salas de aulas (no prédio da Biblioteca) foram feitas em divisórias para posterior desmonte, afinal, a edificação tinha o fim específico, o funcionamento de uma biblioteca. Mas todas essas questões foram compensadas com profissionalismo e comprometimento de servidores e alunos pioneiros, que durante muito tempo, enfrentaram poeira extrema na época seca, lamaçais e atolamentos frequentes na época chuvosa, além da falta de espaço construído para articular as mais diversas atividades da universidade. Para exemplificar, podemos citar o funcionamento da lanchonete em um trailer e, posteriormente, em duas tendas de 10×10m localizadas ao lado da Biblioteca. Também podemos citar a acomodação de professores em salas emprestadas

Tabela 3 – Situação das obras no *Campus*: planejado e executado. Ano: 2016.

Descrição	Un.	Planejado	Executado	(%)	Em execução
Áreas de uso comum	m ²	43.197	16.125	37%	2.272
Urbanização					
- Ruas, ciclovias, passeios	m ²	265.651	30.000	11%	–
- Estacionamentos		77.000	8.224	11%	–
- Rede elétrica	m ²	265.651	30.000	11%	–
- Subestação	uni	1	–	–	–
- Estação de tratamento	uni	1	–	–	–
- Equipamentos urbanos					
- Paisagismo (árvores)	m ²	13.000	776	6%	–
- Paisagismo (gramados e jardins)	m ²	110.000	16.214	15%	–
Centro de Ciências Agrárias					
- Laboratórios, áreas administrativas, gabinetes de professores	m ²	4920	–	–	1.223
- Planta Piloto e Pós-Colheita	m ²	1.500	–	–	–
- Laboratório de mecanização agrícola, oficinas, pátio de manobras e abrigo e implementos	m ²	4.200	372	9%	–
Centro de Ciências Biológicas					
- Laboratórios, gabinete de professores, salas administrativas	m ²	4.920	–	–	1.590
- Laboratórios de anatomia	m ²	427	–	–	90
- Biotério de experimentação	m ²	300	–	–	–
- Piscicultura e reprodução de peixes	m ²	20.000	–	–	–
- Área viveiros	m ²	800	–	–	–
Centro de Ciências Exatas					
- Laboratórios, áreas administrativas, gabinetes de professores	m ²	4.940	–	–	1.756
- Laboratórios de Engenharia civil	m ²	3.500	–	–	–
- Laboratórios da Engenharia de Produção	m ²	550	–	–	–
Centro de Ciências Humanas					
- Laboratórios, salas de dinâmicas, gabinete de professores, salas administrativas	m ²	4.500	–	–	752
Apoio					
- Divisão de material e patrimônio	m ²	1.800	292	16%	–
- Pátio de manobras e garagem de veículos	m ²	1.500	970	65%	–
- Galpão de resíduos fitossanitários	m ²	182	–	–	–
- Galpão de resíduos químicos e biológicos	m ²	150	–	–	–
Lazer e Esportes					
- Quadras e campo de futebol	m ²	2.370	203	9%	–
- Ginásio poliesportivo	m ²	2.800	–	–	–
- Pista atletismo	uni	1	–	–	–
- Clube social (sede clube, piscina, academia esportiva)	m ²	3.150	–	–	–
- Parque infantil	m ²	–	–	–	–
Extensão					
- Recuperação de áreas degradadas	m ²	40.000	2.500	6%	–
- Centro de Educação Ambiental	m ²	1.400	–	–	–

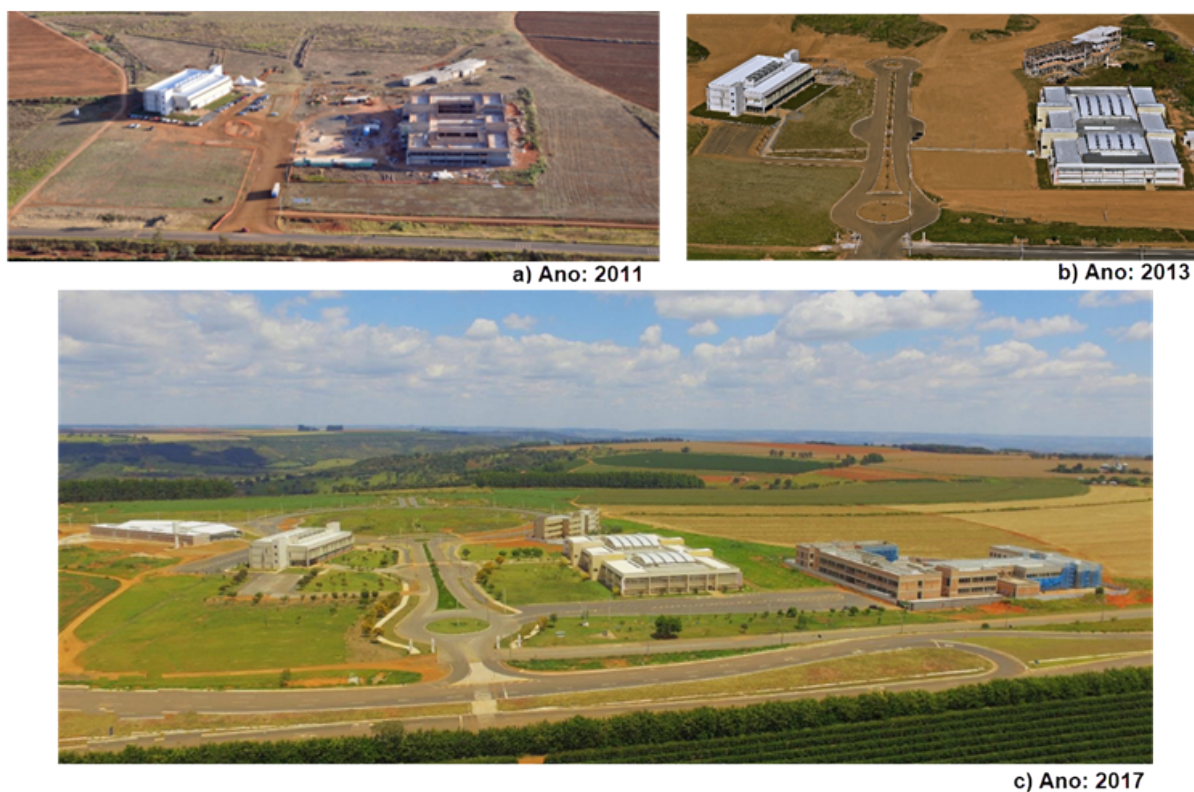
na Escola Municipal Padre Goulard, as instalações do almoxarifado em imóvel alugado na cidade e, em depósito no Parque do Zarico.

A questão dos atolamentos foi resolvida mediante o asfaltamento de uma primeira etapa do plano urbano proposto. Em junho de 2011 foi lançada licitação para contratação de empresa com a finalidade de pavimentar uma área total de 7.081m², correspondendo a via de acesso ao *campus* CRP-II até à rotatória central, além de uma área reservada à estacionamento de veículos, de caráter provisório. A empresa vencedora do certame foi a Paesan Pavimentação, Engenharia e Saneamento Ltda e a entrega de obra aconteceu em fevereiro de 2012.

A partir do ano de 2013, mais uma série de licitações foram lançadas para prover o *campus* de infraestrutura básica. Foram pavimentados cerca de 44.000,00m² entre vias, estacionamentos, ciclovias e passeios. A pavimentação do sistema viário nesta segunda etapa foi concluída no dia 27 de novembro de 2013 e sua inauguração ocorreu no dia 1º de julho de 2014, totalizando um investimento de R\$ 2.820.629,74. As redes de energia, água e esgoto foram planejadas. Assim, o abastecimento de água passou a ser fornecido pela COPASA e a rede de energia que até o momento, tem funcionado de maneira provisória e, está em vias de ser ligada, aguarda apenas a aprovação da cabine de medição (sub-estação) pela CEMIG. Já para a rede de esgoto (rede e estação de tratamento) há a previsão de licitação para o ano 2018, visto que desde a implantação do *campus*, as edificações tem funcionado mediante fossas sépticas.

Além das obras de infraestrutura citadas, fazem parte das construções realizadas no *campus*, a execução das “Quatro Pilastras” marcando o local do acesso principal; o Monumento eternizando o nome de mais de 700 pessoas que contribuíram para a compra do terreno de 20ha e mais recentemente, foi finalizada a obra de cercamento do *campus*. Adicionando à essa relação, as obras para construção dos edifícios da Biblioteca, o Pavilhão de Aula, o Restaurante Universitário, o prédio de Laboratórios para Pesquisa, o prédio de Laboratórios de Ensino e as edificações na Área dos Galpões tem-se o conjunto edificado – e em construção – pertencentes ao *campus* UFV-CRP II (FIGURA 47).

Especificamente, em relação ao planejamento urbanístico piloto, algumas mudanças aconteceram. Primeiramente, nem todo o terreno previsto em 2008 para instalação do *campus* foi efetivamente comprado pela universidade. Então a princípio, toda a área destinada à Zootecnia foi retirada do projeto. Também não foram comprados alguns terrenos mais próximos a rotatória central, que seriam utilizados para locar o “Centro de Educação Ambiental e o Mirante”, pois é uma área de grande declive, aberto à paisagem. Sem a efetivação da compra desses terrenos, parte das vias precisariam de ajustes. Até o momento, como a urbanização e a pavimentação das vias do *campus* tem acontecido em etapas, tem-se trabalhado com a ideia de compra futura. Mas a grande diferenciação do

Figura 47 – *Campus UFV-CRP II: Evolução*

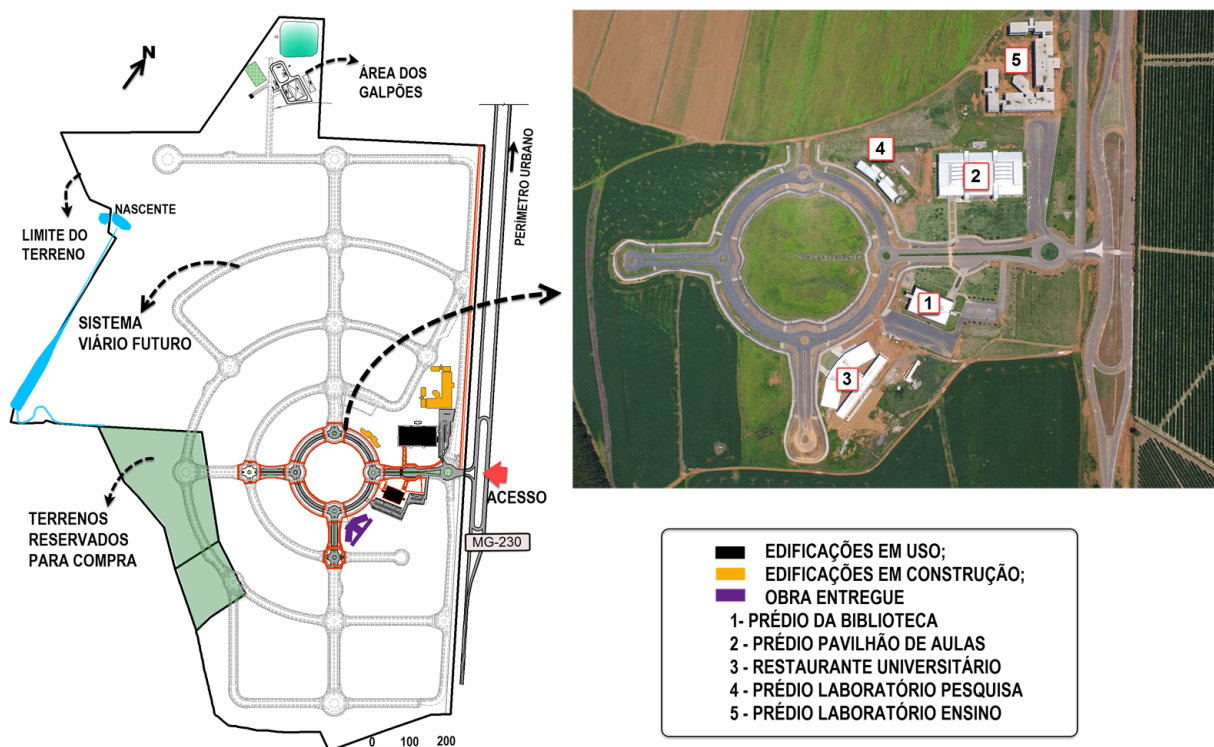
Legenda – a) No ano 2011 a única edificação em funcionamento no *campus* era o prédio da Biblioteca (à esquerda da imagem); b) No ano de 2013 o *campus* já conta com a via de acesso principal e o estacionamento próximo a BBT pavimentados. O prédio da BBT e do Pavilhão de Aulas estão em uso; c) No início ano de 2017, nota-se uma grande transformação: existe a pavimentação do acesso principal e da via em volta da rotatória central; o acesso ao *campus* via trevo (executado pelo DNIT); as edificações da BBT, Pavilhão de Aulas e Restaurante Universitário estão em uso e as obras do prédio de laboratórios de Pesquisa e o de Ensino estão em execução. Observa-se ainda, o paisagismo no *campus* sendo executado, com presença das primeiras árvores e arbustos plantados.

Fonte – Bases: Lopes (2011), UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (2013) e Souza Dorneles (2017). Organização da autora.

projeto inicial veio com a compra de terreno vizinho, no ano de 2012, onde já existiam alguns Galpões edificadas, a denominada “Área dos Galpões” .

Na área dos Galpões, locou-se todas as infraestruturas de serviços de apoio que poderiam ser instaladas dentro dessa tipologia arquitetônica. Funcionam nessa área, o Setor de transportes (área administrativa e garagem de veículos), Almoxarifado Geral, Laboratório de Mecanização Agrícola e Oficina de maquinário, garagem de máquinas agrícolas, Laboratório de Materiais do curso de Engenharia Civil e na área externa aos galpões, estão locadas algumas estufas de ambientação e o campo de futebol. Atualmente a área dos Galpões não está ligada por vias internas ao *campus* universitário, seu acesso se faz pelo contorno da Rodovia MG-230. Espera-se que em futuras etapas de pavimentações, sejam realizadas a ligação interna dessas duas áreas do *campus* (FIGURA 48).

Figura 48 – Campus UFV-CRP II: Plano e Imagem aérea



Legenda – Do projeto urbanístico piloto apenas o sistema viário da parte central foi realizado. Toda a área proposta para acomodar as benfeitorias da “Zootecnia” foi retirada do projeto atual. Entretanto, ocorreu o acréscimo do terreno denominado “Área dos Galpões”.

Fonte – Bases: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2014) e Alcance Drones (2016). Adaptações da autora.

Assim como o processo de elaboração, tem-se procurado fazer da execução do *campus* um processo transparente. Com isso, tem-se buscado fornecer aos usuários do *campus* UFV-CRP uma gestão da organização físico-espacial eficiente. Nesse sentido, a direção da UFV-CRP, juntamente à equipe técnica, empenham-se em gerar para os

usuários diretos do *campus*, o sentimento de comprometimento e identificação, tanto relacionado ao planejamento urbanístico, quanto relacionado as decisões sobre qual obra será executada.

4.3.2 Campus UFV–CRP II: Edificações

Os *Campi* universitários brasileiros foram palcos de ousados projetos arquitetônicos refletindo obras com conceitos estilísticos de cada época. Uma observação preliminar, nos faz entender que uma série de edificações localizadas em meio à comunidade acadêmica, podem caracterizar-se como obras de arte, fazendo parte do repertório de patrimônio histórico edificado nesse país. À exemplo podemos citar, já vistos nesse trabalho, as edificações de ocupação iniciais da UFRRJ em Seropédica, da ESALQ–USP e da própria UFV, que desde sua formação, procurou representar mediante obras civis, a importância que a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) possuía, evidenciando as características artísticas e plásticas de suas construções.

No caso da ESAV, inicialmente suas edificações foram construídas com um referencial clássico, de Estilo Eclético, com elementos arquitetônicos ornados, simétricos e repetitivos, vistos no prédio Arthur Bernardes e Bello Lisboa; e em momentos posteriores, em edificações nasceram modernas e contemporâneas, predominando uma diversidade que não competem, mas se complementam funcionalmente dentro de um contexto de macro escala, o próprio *campus*.

Dober (1996a) em pesquisa sobre as edificações construídas em *campi* universitários nos Estados Unidos, salientou as várias formas de análise para tais edificações: pela aparência (trato estético), pela função, pela locação e também, por sua contribuição como elemento constituidor da paisagem. As obras universitárias realizadas dentro do território universitário – *campus* – e até mesmo as obras universitárias que não se encontram no *campus*, mas em meio ao ambiente urbano das cidades, são passíveis de estudo, por constituírem-se em uma seleção de infraestruturas que podem interpretar a narrativa da tecnologia da construção, da arquitetura, do *design* de interiores e como marcos simbólicos compositivos do desenvolvimento do conjunto edificado da universidade.

Ainda, referenciando o estudo de Dober (1996a), as tipologias arquitetônicas presentes no *campus* demarcam a longevidade e a maturidade da instituição universitária. Para o autor, a diversificação funcional das edificações demonstram a maturidade institucional. Atesta sobre a presença incontestável de três tipologias no *campus* americano: as edificações de base (salas de aula e bibliotecas), os institutos de pesquisa e os alojamentos estudantis. Acrescenta sobre essa questão tipológica, que quanto mais especializadas e edificadas com mais qualidade arquitetônica essas edificações, mais prestígio possuirá a universidade. Entretanto, a medida dessa maturidade institucional é demonstrada mediante a presença dessas três tipologias, em conjunto com edificações cuja finalidade não sejam

específicas ao ensino e à pesquisa, mas voltadas à extensão e cultura, como Galerias, Museus, Teatros, entre outras edificações. Sobre essa questão tipológica, observa-se que a realidade americana não corresponde integralmente à realidade brasileira. Algumas tipologias arquitetônicas apresentam-se comuns aos *campi* brasileiros e americanos são estas: a biblioteca, os edifícios de base para salas de aula e as edificações que atendem a programas de laboratórios. Entretanto, a dinâmica sobre ter ou não alojamentos estudantis tem mudado e grande parte dos *campi* brasileiros implantados pós REUNI, não os possui. No caso da UFV, a instituição preferiu aderir às bolsas de auxílio moradia. Porém quase sempre, nas universidades públicas existem as edificações dos Restaurantes Universitários.

Tendo em vista, a importância relacionada às estruturas civis realizadas dentro de um *campus*, neste item da pesquisa serão apresentadas as edificações construídas no *campus* da UFV em Rio Paranaíba. A abordagem será focada no contexto de construção dessas edificações e não necessariamente, em análises estéticas. Certamente que um *campus* universitário com apenas uma década de criação, ainda encontra-se na fase inicial de investimentos e no tocante da grande demanda de infraestrutura para funcionamento das variadas atividades desenvolvidas no *campus*, veremos que na maioria das vezes, embora planejadas para um fim específico, as edificações na UFV–CRP são ocupadas de maneira multiuso. Talvez seja essa, uma característica intrínseca aos *campi* universitários em implantação recente.

4.3.2.1 Edificação: Prédio da Biblioteca Central (BBT)

A edificação proposta para abrigar a biblioteca, sempre teve presença garantida em um *campus* universitário, seja pela funcionalidade, pela simbologia, ou como acontece no caso brasileiro, pela pontuação adquirida junto ao Ministério da Educação para valorização dos cursos acadêmicos da universidade. Tradicionalmente é um símbolo do saber e do conhecimento, utilizado para demonstrar a autonomia universitária frente à religião. Atualmente, agrega o simbolismo tradicional, à uma miscelânea tecnológica e funcional em tempo de livros impressos e em *bytes*. Dober (1996a) destaca que essas edificações talvez constituem-se na exibição mais reveladora da transformação funcional do conhecimento e da resposta arquitetônica institucional.

De simples locais onde armazenavam-se livros em armários para abrigá-los da umidade, do fogo e do desgaste natural, com ambientes rigidamente controlados pelos seus responsáveis, as bibliotecas tornaram-se símbolos arquitetônicos do propósito e progresso de faculdades e universidades, monumentos da memória intelectual de um passado monástico e uma homenagem ao futuro tecnológico.[...] Desde os tempos quando os livros foram libertos das paredes monacais, cada década representa um ciclo áureo para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e para os arquitetos (DOBER, 1996a, p. 91-92, tradução da autora).

As menções anteriores deixam claro o caráter dicotômico dessa edificação. Emble-mática e perene quanto a sua funcionalidade simbólica dentro da instituição universitária,

no entanto, tão flexível e passível de adaptações em relação à sua funcionalidade interna, na destinação de uso, no atendimento ao seu público e no seguir as tecnologias desenvolvidas.

Não foi diferente a conotação pretendida para a edificação da biblioteca planejada para o *campus* Rio Paranaíba. O Projeto do Edifício da Biblioteca Central (BBT) elaborado pela equipe da Projetos e Obras da UFV, foi autoria do arquiteto Paulo Francisco de Oliveira e co-autorias de Cintia Ataliba, Giovani Giacomini e Ernani de Souza Mendes. O processo licitatório da obra teve início ainda no ano de 2008, o mesmo ano de compra do terreno MG-230 e; para sua execução foi assinado contrato com a empresa João de Barro Construtora Ltda, pelo valor de R\$ 3.772.997,56. A obra de 3.789,63m², iniciada em 22 de junho de 2009, foi inaugurada no dia 30 de julho de 2011.

A construção desse prédio foi muito esperada, pois representava um alívio às demandas por instalações físicas para o *campus* e, ao mesmo tempo, oferecia a oportunidade de concentração dos setores administrativos em uma mesma localização, mediante a transferência de serviços localizados no *campus* CRP-I e dos setores que encontravam-se distribuídos em imóveis alugados na cidade. Desde o princípio, a edificação ganhou *status* de obra singular. Primeiramente, pela destinação funcional, seja pela simbologia institucional marcando a caracterização de universidade do saber e; em segunda instância, marcante para a paisagem da cidade de Rio Paranaíba, que vislumbrou uma edificação com tratamento arquitetônico refinado e escala diferenciada.

O programa de necessidades da BBT previa ambientes para a guarda de livros, periódicos, sala para obras de referência rara e manutenção, salas administrativas, salas para dedicação de trabalhos em grupo e as demais dependências de apoio (copas, depósitos e instalações sanitárias). O partido levava em consideração ambientes abertos, para flexibilização à novas demandas. Esteticamente, a BBT preservou muito do modernismo brutalista mediante o uso do concreto aparente e pilares livres, mas percebe-se características contemporâneas, com a utilização do concreto em materiais e funcionalidades diferenciadas como os brises. Inicialmente o prédio foi planejado para localizar-se no *campus* UFV-CRP I e seria construído em duas fases: fase 01, com o programa anteriormente descrito e fase 02, com uma futura ampliação de seu espaço, configurada na construção de um auditório, não executado até o momento (FIGURA 49).

Durante sua construção, já com a fundação executada, a fiscalização encontrou um equívoco na resistência do concreto. Tal erro levou a demolição de quase todos os blocos de fundação, o que resultou em um atraso de aproximados 60 dias na execução da obra, além de prejuízo para a empresa contratada, que arcou com o encargo de nova execução da fundação. Ainda hoje pode-se ver os blocos de fundação retirados de sua locação, pois foram depositados na área destinada à rotatória central do *campus*.

Do programa de arquitetura original à utilização atual muitas modificações foram necessárias. No ano de 2011, o Prédio da Biblioteca (BBT) passou pela primeira intervenção

e foi adaptado para funcionar com salas de aula, gabinetes de professores, salas administrativas, salas de atendimento do Setor Biopsicossocial (atendimento Psicológico, nutricional e desportivo) além de outros serviços como a reprografia e a seção do “registro escolar”. Na prática, o prédio que possui planta livre foi redividido para atender as atividades acadêmicas, administrativas e as funções de biblioteca. Toda a intervenção foi realizada com divisórias do tipo “BP”, sendo algumas instaladas no sistema piso–teto e outras a meia parede (FIGURA 50).

A essa época, os cursos de graduação previstos para o *campus* chegaram no total de 12 cursos e a demanda por espaço físico constituía-se preocupação constante. De semestre em semestre, era preciso tomar novas decisões sobre onde acomodar alunos, professores e servidores na instituição. Tal ritmo foi sendo desacelerado somente após a entrega da obra do prédio “Pavilhão de Aulas”, em 2013 e a partir de 2014, a ocupação da BBT tem se mantido praticamente, com os mesmos usos e funções. A ocupação atual, organiza-se pelos cinco pisos construídos, intercalados por rampa de acesso. No primeiro piso está localizada a biblioteca (área de acervo, consulta, estudos e demais ambientes de apoio); no segundo piso (que corresponde ao nível térreo e acesso principal) ficam as salas administrativas da Diretoria Geral, Diretoria Administrativo-financeira, Setor de Materiais, Setor de Gestão de Pessoas, Auditoria e Administração do *Campus*; no terceiro piso encontram-se a Seção do Registro Escolar, Salas de Coordenação de Curso, Salas das Secretarias da Graduação e Gabinetes de professores; no quarto piso encontram-se as salas administrativas da Diretoria de Ensino, Diretoria de Extensão, Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, secretarias, sala do Instituto de Ciências Agrárias, sala do Instituto de Ciências Biológica e da Saúde, sala do Instituto de Ciências Humanas, sala do Instituto de Ciências Exatas, Serviço de Comunicação Social e Serviço de Projeto e Obras; no quinto piso encontram-se salas de coordenação de cursos e gabinetes de professores (FIGURA 51).

4.3.2.2 Edificação: Pavilhão de Aulas (PVA)

“Pavilhão de Aulas” é o nome dado pela UFV, à edificação proposta para abrigar as atividades acadêmicas de natureza teórica, como salas de aula, salas de tutoria e monitoria, salas de aplicação de provas e as salas de apoio e serviço. Essa é uma edificação emblemática na instituição e todos os seus *campi* possuem uma edificação com tais características e programas. Seu objetivo é atender as mais diversas disciplinas de maneira à otimizar a utilização de seus espaços físicos.

No *campus* UFV–Rio Paranaíba, logo após a entrega do projeto do Prédio da Biblioteca, partiu-se para a escolha de uma nova edificação que atenderia as diferentes demandas da instituição local. Para a diretoria, a necessidade da construção do PVA era bastante óbvia, afinal o *campus* carecia com urgência de ambientes para ministrar as aulas. Porém, o programa de necessidades dessa edificação deveria abranger, além dos ambientes para de atividades didáticas, ambientes de vivência para toda a comunidade

acadêmica. À época, isso foi muito discutido, pois tais atividades pareciam contraditórias, no entanto, com a junção dessas atividades, o *campus* poderia oferecer ambientes básicos para a permanência dos discentes dentro de suas dependências. Vale lembrar que a área do *campus* ocupa um terreno degradado por antigas plantações, e por isso, necessita de revegetação. Assim, o ambiente construído deveria proporcionar para os usuários: locais funcionais, confortáveis, de vivência e permanência.

Assim, o arquiteto Ernani de Souza Mendes propôs uma edificação de 9.3335,46m² que deveria atender o número de 2.500 alunos, com áreas didáticas e áreas de uso comum. O projeto foi composto por 24 salas de aula, 4 laboratórios de informática, 2 salas de prancheta, 10 salas de tutoria, sala de professores, sala de reuniões, secretaria, vestiários e sanitários feminino e masculino, sala para manutenção, sala de material áudio visual, almoxarifado, sala para reprografia, lanchonete e pátio interno cobertos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO, 2009a). Realizada a licitação da obra, assinou-se contrato em 19 de março de 2010, admitindo para construção do prédio, a empresa João de Barro Construtora Ltda, a mesma empresa que havia construído o Prédio da Biblioteca (BBT). As obras foram iniciadas em 24 de abril de 2010.

O prédio, considerado como de uso coletivo, foi situado no segundo anel do plano urbanístico do *campus* e respeitou um afastamento de 70m em relação a rua de acesso, procurando garantir a possibilidade da construção de futuro auditório e manter a tradição das edificações em meio a um ambiente de área verde, princípio institucional da “universidade–parque”. Toda a edificação foi seguindo princípios de conforto ambiental e de acessibilidade. Construído no método construtivo convencional, utilizou a estrutura de concreto armado e vedações em tijolos cerâmicos.

Ainda durante a execução da obra no período de 2010 a 2013, os problemas relativos à demandas por espaços físicos se agravaram. Por isso, antes mesmo da obra ser entregue, o prédio foi ocupado em março de 2012. A diretoria geral do *campus* e a empresa contratada realizaram um acordo para finalização em caráter de urgência de metade da obra para início das aulas letivas. Durante quase um ano, o Prédio do Pavilhão de Aulas foi utilizado em apenas um lado de suas dependências. No dia 17 de junho de 2013 o prédio foi oficialmente inaugurado, juntamente com as obras de construção das Quatro Pilastras e do descerramento do Monumento erigido em homenagem às pessoas que contribuíram para compra do terreno da UFV–CRP II. Entretanto, a edificação ainda apresentava alguns itens a serem executados, visto que a empresa contratada entrou em processo de falência. O término definitivo da obra foi um processo difícil, mas a UFV e empresa entraram em acordo e as pendências foram resolvidas sem prejuízo para a instituição (FIGURA 52 e FIGURA 53).

4.3.2.3 Edificação: Restaurante Universitário (RU)

A construção do Restaurante Universitário consolidou-se após três projetos arquitetônicos realizados. Os dois primeiros foram elaborados pelo arquiteto Ernani Mendes e o terceiro, que veio a ser executado, foi elaborado pelos arquitetos Paulo Francisco de Oliveira e Rodrigo Fontes, juntamente com equipe técnica do serviço de Projetos e Obras da UFV e equipe multidisciplinar, composta por servidores da instituição dos três *campi* da UFV. Essa equipe técnica foi responsável no embasamento das demandas nutricionais que possuíam correlação direta ao ambiente físico projetado. A representante do *campus* UFV Rio Paranaíba na equipe, foi a técnica administrativa, a nutricionista Marília Lélis.

A grande questão que envolveu a construção da edificação do Restaurante Universitário relacionou-se com a aplicação prática do conceito multicampi, uma vez que o projeto foi desenvolvido para ser implantado nos três *campi* da UFV: Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. Então, respeitando o planejamento multidisciplinar propôs-se uma edificação com 3.349,21m², divididas em quatro áreas operacionais: 1003,44m² para a área de administração e pré-preparos; 257,10m² de área de cocção; 1405,88m² para área de serviço, salão de refeições e instalações sanitárias para os usuários e 684,97m² de área externa coberta ao longo de todo o salão de refeições.

O restaurante apresenta sistema construtivo misto, utilizando metodologia industrial na supra estrutura montada em sistema pré-fabricado em concreto, vedação convencional e cobertura metálica. A execução foi realizada em duas etapas gerais: Etapa I, para execução de fundações e supra estruturas e Etapa II, para realização de vedação, coberturas, acabamentos e paisagismo. Tais etapas foram executadas pelas seguintes empresas: Premo Construtora Ltda, responsável pela etapa I e Sigma Engenharia Ltda, responsável pela etapa II.

A obra foi inaugurada no dia 29 de maio de 2017, contabilizando um investimento de aproximados R\$ 7.000.000. A utilização imediata dos salões do RU será dividida em duas áreas: uma para oferecimento de refeições e uma outra para eventos, visto que o número de refeições servidas no *campus* ainda não necessita da utilização dos dois salões. Para a comunidade acadêmica do *campus*, a edificação representa uma possibilidade real da permanência do aluno na universidade, sem a necessidade do deslocamento “*campus-cidade*” para a realização das refeições, como tem acontecido desde o ano de 2011, quando o restaurante foi instalado em imóvel na cidade (FIGURA 54, FIGURA 55, FIGURA 56).

4.3.2.4 Edificações em Execução

Duas edificações encontram-se em construção no *campus* da UFV–CRP II. Uma edificação com proposta arquitetônica a atender as atividades de pesquisa, abrigando laboratórios específicos voltados para os programas de Pesquisa e Pós-Graduação existentes no *campus* e, uma outra edificação apresentando proposta arquitetônica a atender

as demandas de laboratórios para aulas práticas dos diversos cursos de graduação da instituição. São denominados respectivamente, Prédio de Laboratórios de Pesquisa e Prédio de Laboratórios de Ensino. Tais edificações apesar de abrigarem laboratórios, possuem soluções arquitetônicas e históricos de execução de obra bastante distintos. O Prédio de Pesquisa foi a primeira edificação a ter suas obras iniciadas no *campus* UFV–CRP II e desde então, passou por quatro etapas de obras. Sua execução tornou-se um desafio para a instituição. Já o Prédio de Laboratório de Ensino representa um modelo de execução e canteiro de obra pública.

Edificação: Prédio de Laboratórios de Pesquisa

No ano de 2008, foi aprovado o projeto para um prédio de dois pavimentos, com a finalidade de instalar laboratórios de pesquisa no *campus* UFV–CRP, respondendo ao edital PMCT/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA-01/2007 lançado pela FINEP, cujo fundo destinava-se ao apoio à infra-estrutura para pesquisa e pós-graduação. Pouquíssimas instituições lograram êxito junto a esse fundo, pois as propostas eram aprovadas por mérito, em competição nacional. Para a UFV, a aprovação do projeto no valor de R\$ 3.131.566,00 para construção da obra, demonstrava a excelência da “casa” e consolidava seu objetivo institucional de dotar todos os *campi* com a estrutura básica para as atividades de pesquisa e a indicação de um futuro programa de pós-graduação.

O anteprojeto arquitetônico do prédio foi elaborado pelo arquiteto Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Nesta fase, a proposta arquitetônica possuía 1470,48m² organizados em dois pavimentos contendo 11 laboratórios padronizados, 12 gabinetes de professores, almoxarifado, sala de equipamentos comuns e salas de apoio (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMISTRAÇÃO, 2008). Ainda em fase de projeto e aprovação, aconteceu a troca da diretoria do *campus* UFV–CRP e a compra da área de expansão do *campus*, resultando em modificações. Assim, o anteprojeto foi reformulado e ampliado, com a inclusão de mais um pavimento, passando a apresentar uma área de 2.271,72m². Foram projetados 17 laboratórios, almoxarifado, sala de equipamentos comuns, 18 gabinetes de professores e salas de apoio (copa, instalações sanitárias, depósito material de limpeza, salas de instalações técnicas). No entanto, a mudança mais significativa foi a realocação do prédio para o *campus* próximo da cidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMISTRAÇÃO, 2009).

Após tais modificações, a obra foi licitada. Esta primeira etapa deu-se com a execução do primeiro pavimento de obra (Etapa I). Venceu esse certame a empresa Açomont Construções e Montagens em Aço e o início de obra aconteceu no dia 04 de abril de 2009. No decorrer da construção, foram licitadas mais três etapas de obras. Na segunda etapa foi contratada a empresa Consite Projetos e Construções Ltda, quando foram licitadas a execução das supra-estruturas, da vedação do 2º e 3º pavimentos e a execução da cobertura. Para execução dessa etapa, foi realizado uma revisão no projeto

estrutural. Na terceira etapa foram licitadas a execução do revestimento interno e externo: emboço e reboco; instalações hidrossanitárias e esquadrias metálicas. Essa etapa não chegou ser finalizada, pois ocorreu a rescisão contratual com a empresa contratada. Na quarta etapa de obra foi necessário trabalhar apenas com dois pavimentos (térreo e pavimento superior 01). Foram licitados a execução de pisos, bancadas em granito, esquadrias de madeira e instalações hidrossanitárias que influenciasse na execução do piso.

Entre as muitas etapas de construção, foram realizadas mais duas revisões no projeto de arquitetura. As revisões foram necessárias para adaptações específicas para cada laboratório, que a partir do ano de 2012 tiveram definidas suas competências. Dessa maneira, ocorreu a individualização de cada laboratório, que nos projetos anteriores eram padronizados. A última revisão aconteceu em 2016, quando foram realizados e confirmados as novas demandas de equipamentos a serem utilizados.

A execução dessa edificação tem sido um desafio. Com as várias etapas de construção e as muitas questões burocráticas, como a questão de transparência entre a UFV e a FINEP, o tempo de obra vem se arrastando. Para a financiadora, até a etapa III, a edificação cadastrada para construção no *campus* da UFV de Rio Paranaíba consistia em um prédio de dois pavimentos, como já descrito. No entanto, a edificação acabou sendo realizada com três pavimentos. Durante o ano de 2016 e parte do ano de 2017 foi necessário ajustar os projetos e rever planilhas de custos para que todas as dúvidas sobre a condução da obra fossem sanadas. Essas questões administrativas foram resolvidas e atualmente, aguarda-se nova etapa licitatória.

Para a instituição, a obra do Prédio de laboratório de Pesquisa tem sido complicada, mas todas as questões levantadas e ainda não resolvidas serão solucionadas na próxima etapa de obra, prevista para o ano de 2018 (FIGURA 57, FIGURA 58).

Prédio de Laboratórios de Ensino

O Prédio de Laboratórios de Ensino surgiu para atender a constante demanda por ambientes especializados para as aulas práticas dos cursos de graduação. Quando em 2010, a administração do *campus* concluiu a inserção dos dez cursos de graduação previstos, a medida que as turmas matriculadas avançavam dentro de suas matrizes curriculares (ciclo das disciplinas) e com a efetivação das contratações de docentes e servidores técnicos administrativos, tornou-se urgente a execução de espaços para as aulas práticas e para a acomodação principalmente, do quadro docente. Apesar de já terem sido realizadas reuniões para discussão da questão, o ano de 2013 foi o marco decisivo para a implantação do Prédio de Laboratórios. Antes desse período, havia o direcionamento de que os laboratórios de aulas práticas estivessem locados em prédios denominados “Centro de Ciências”, que seriam construídos para abrigar as demandas de cada um dos centros de ciências previstos no planejamento inicial do *campus* (Anexo B). Entretanto, uma nova

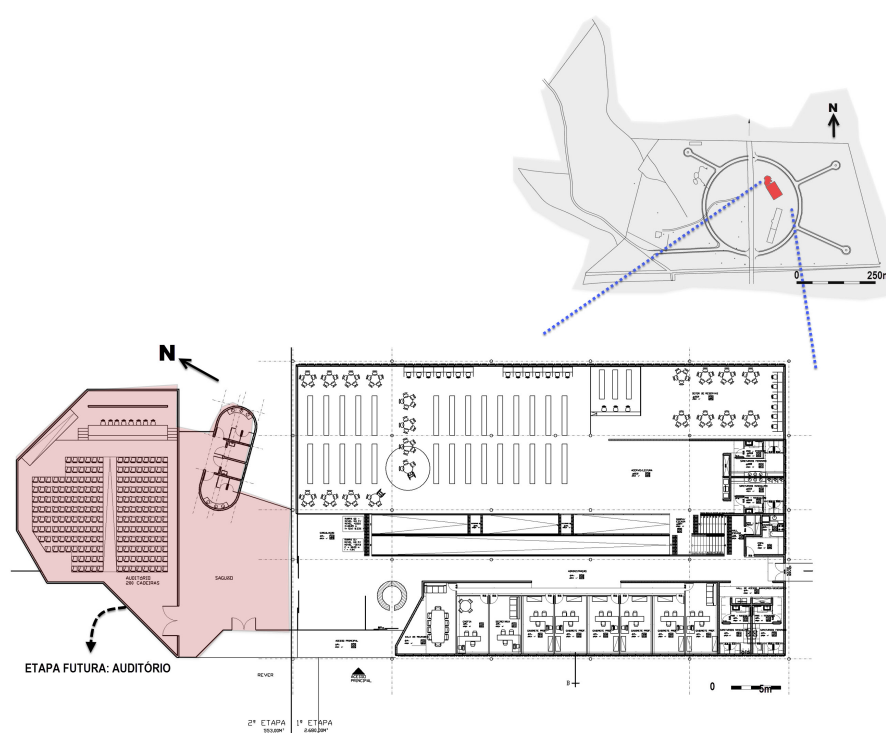
organização administrativa para a UFV-CRP transformou os “centros de ciências” em institutos. Por isso, a construção dos centros foi reavaliada, decidindo-se por sua não execução. Porém, ainda se fazia necessário a construção dos laboratórios.

Em reunião com o Diretor Geral do *campus* UFV-CRP, Luciano Baião Vieira, o Pró-reitor de Ensino, Vicente de Paula e a Pró-reitora de Administração, Leiza Maria Granzinoli, propôs-se a construção de uma edificação que atendesse a solicitação de laboratórios concentrando-os em um único prédio. Dessa maneira, os espaços seriam otimizados. Na época, o setor de projetos e obras locado em Viçosa já estava desenvolvendo uma edificação com tais características para o *campus* da UFV Florestal, então seguindo a ideal multicampi, o partido de projeto seguiu uma linha modular padronizada, cuja organização interna seria adaptada para as demandas de cada *campus*.

Então, o primeiro momento de planejamento no *campus* UFV-CRP exigiu reuniões sistemáticas para levantamento e decisão acerca dos laboratórios necessários. Para decisão do número de laboratórios a serem construídos, foram considerados a quantidade de estudantes por aula prática e, quais e qual o melhor layout para atendê-los. De posse da demanda levantada, foi decidido em reunião com a Diretoria de Ensino, com chefes de Institutos de Ciências e com a consultoria do setor de projetos de obras, o número de laboratórios e quais seriam locados nessa nova edificação (FIGURA 60).

Ao longo do planejamento decidiu-se anexar os gabinetes de professores à edificação, formando um conjunto edificado de 8.034,29m² com 30 laboratórios, 108 gabinetes de professores e dois auditórios, sendo um auditório para 150 pessoas e outro auditório para 90 pessoas. Atualmente, a obra encontra-se na terceira etapa de construção, e a empresa Alcance Engenharia, que iniciou as atividades da obra em 22 de fevereiro de 2017, tem o prazo de entrega de obra datado para o dia 11 de fevereiro de 2018 (FIGURA 59).

A entrega desse prédio e sua posterior utilização, significará a concentração das atividades didáticas da universidade no *campus* CRP II, consolidando-o como a unidade territorial da UFV na cidade de Rio Paranaíba.

Figura 49 – Prédio Biblioteca Central: Localização no *campus* CRP I

Legenda – A princípio, o projeto arquitetônico do prédio da Biblioteca foi realizado para ser locado no *campus* da UFV próximo da BR-354 e previa duas fases de construção. A primeira fase seria construído os ambientes de demanda específica e em uma segunda fase seria construído um anexo com auditório.

Fonte – Bases: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2008). Adaptações da autora.

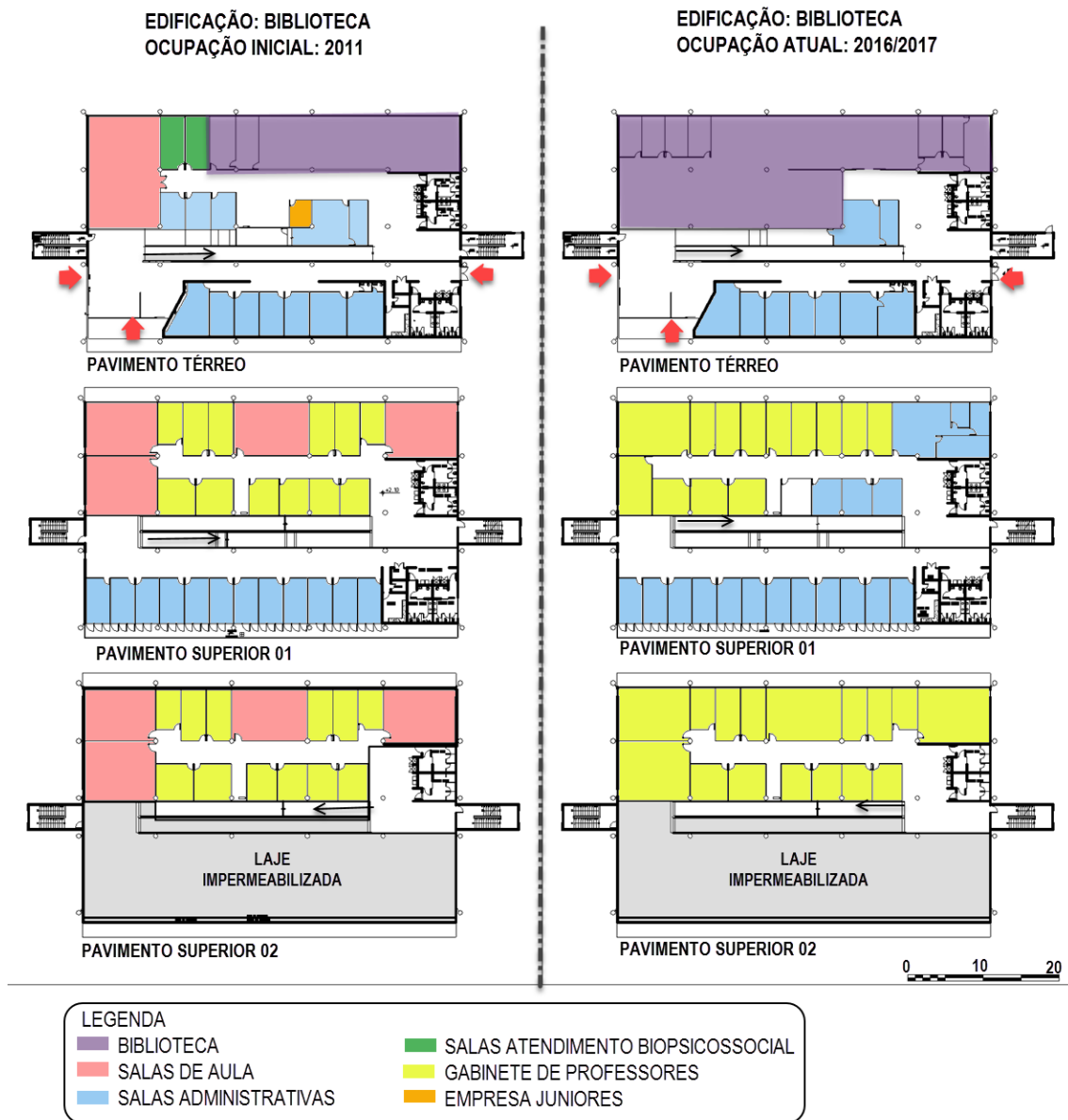
Figura 50 – Prédio Biblioteca Central



Legenda – a) Instalação rede energia provisória; b) Marcação das estacas de fundação; c) Fundações; d) a g) Vedação e fachadas; h) Edificação entregue. Ano 2011; i) Tendões externos e trailer onde funcionava a lanchonete do *campus*. Ano 2011; j) Fachada do prédio. Ano: 2017.

Fonte – Imagens A a G: Arquivos Ernani Mendes. Imagem H e I: Lopes (2011), Imagem J: acervo da autora

Figura 51 – Prédio Biblioteca Central: ocupações



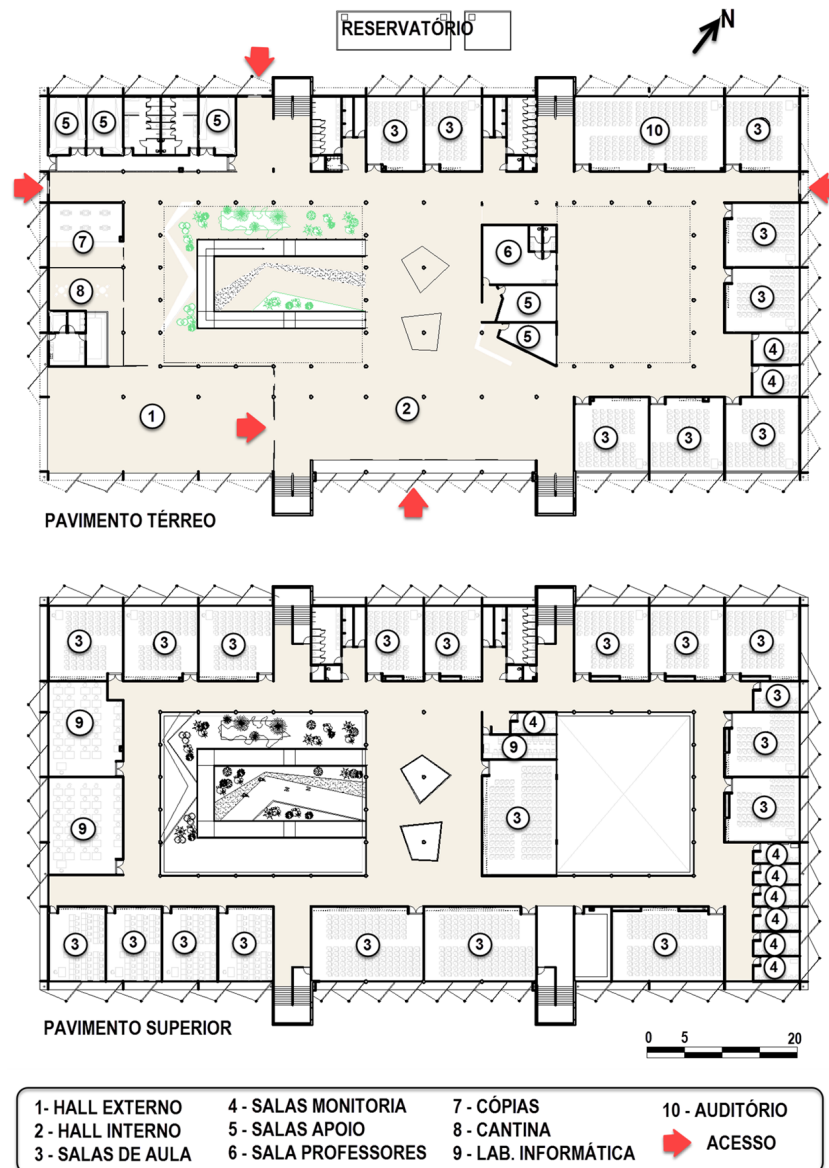
Legenda – Desde de sua inauguração, o prédio construído para abrigar o programa da Biblioteca Central do *campus* tem dividido seus espaços com salas de aulas, gabinetes de professores e salas administrativas.

Figura 52 – Prédio Pavilhão de Aulas (PVA)

Legenda – a) Prédio do Pavilhão de Aulas ainda em obras. Ano: 2011; b e c) Prédio PVA. Ano: 2017. A edificação representou um grande avanço para o *campus*, pois atendia toda a demanda de salas de aula e eventos da instituição, sendo por exemplo, local da primeira formatura do *campus*. Atualmente a edificação está com sua utilização plena e cogita-se a construção de novo pavilhão para uma futura expansão no número de cursos de graduação; d) Portal de acesso: Quatro Pilastras. Símbolo da UFV, é a marca eternizada da expressão criada pelo Professor João Moagem de Oliveira, “Ensinar, Saber, Agir e Vencer” (ESAV), tradução do latim “Ediscere, Schire, Agire e Vincere”; e) Monumento que representa o marco histórico que eterniza o nome de mais de 700 pessoas e agradece a todos que contribuíram para a compra do terreno de 20ha que possibilitou que o *campus* se instalasse próximo à cidade

Fonte – Imagem A: Ernani Mendes. Imagens B a E: Acervo da autora.

Figura 53 – Prédio Pavilhão de Aulas (PVA): Divisões internas



Legenda – O Prédio do Pavilhão de Aulas foi pensado como espaço de uso misto entre a funcionalidade padrão – salas de aula – e local de vivência, visto ser uma das primeiras edificações pensadas para o novo *campus*, que carecia de locais onde seus usuários pudessem permanecer protegidos dos agentes externos como vento, chuvas e insolação excessiva.

Fonte – Base: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2010). Modificações da autora.

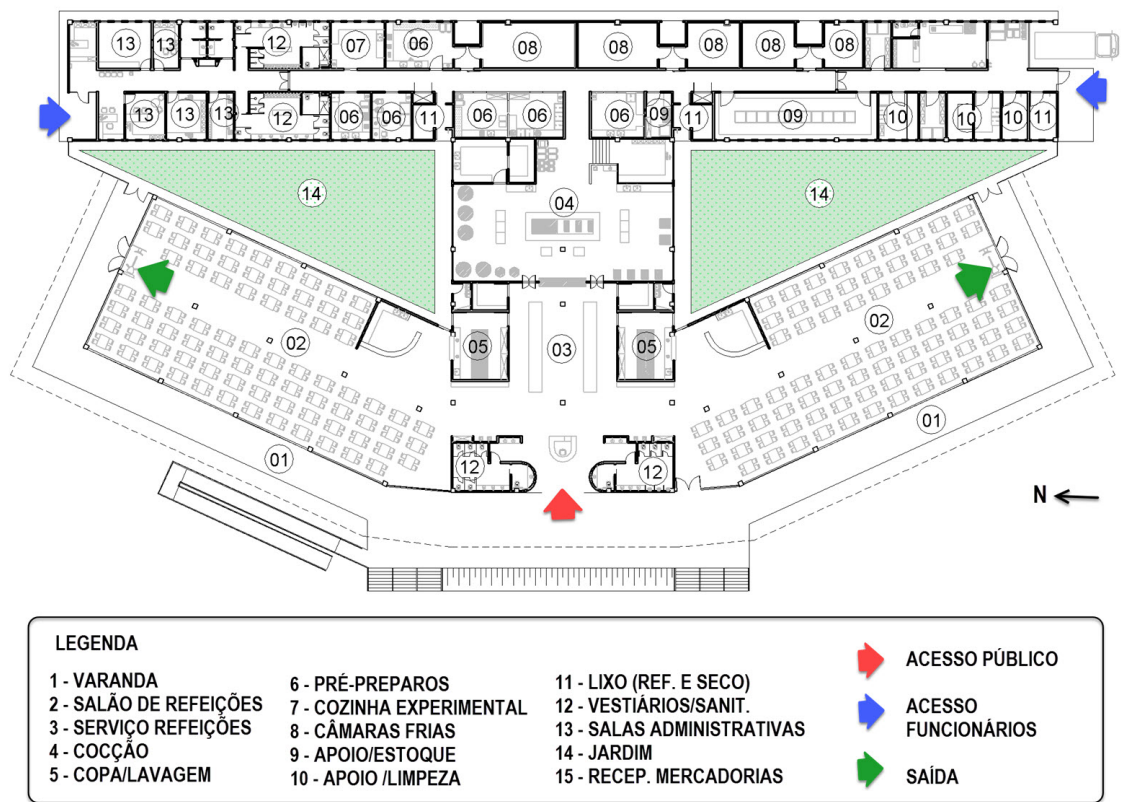
Figura 54 – Prédio do Restaurante Universitário. Ano 2017.



Legenda – a) O prédio do Restaurante Universitário: Vista frontal. Observar varandado ao londo de todo o salão de refeição; b) Vista lateral, observando a área de doca (carga e descarga); c) Vista posterior, observando área reservada para futuro estacionamento de serviço.

Fonte – Acervo da autora

Figura 55 – Prédio do Restaurante Universitário: Planta baixa



Legenda – Projeto do RU foi implantado nos três *campi* da UFV.

Fonte – UFV-Serviço de Projetos e Obras

Figura 56 – Restaurante Universitário: Ocupações

Legenda – Na licitação para contratação de empresa terceirizada para funcionamento do RU, há a previsão de uso compartilhado entre a empresa contratada e o Setor Biopsicossocial da UFV. A UFV também utilizará um dos salões de refeições para atividades de eventos acadêmicos.

Fonte – UFV–Serviço de Projetos e Obras

Figura 57 – Prédio Laboratório de Pesquisa. Ano: 2017



a)



b)

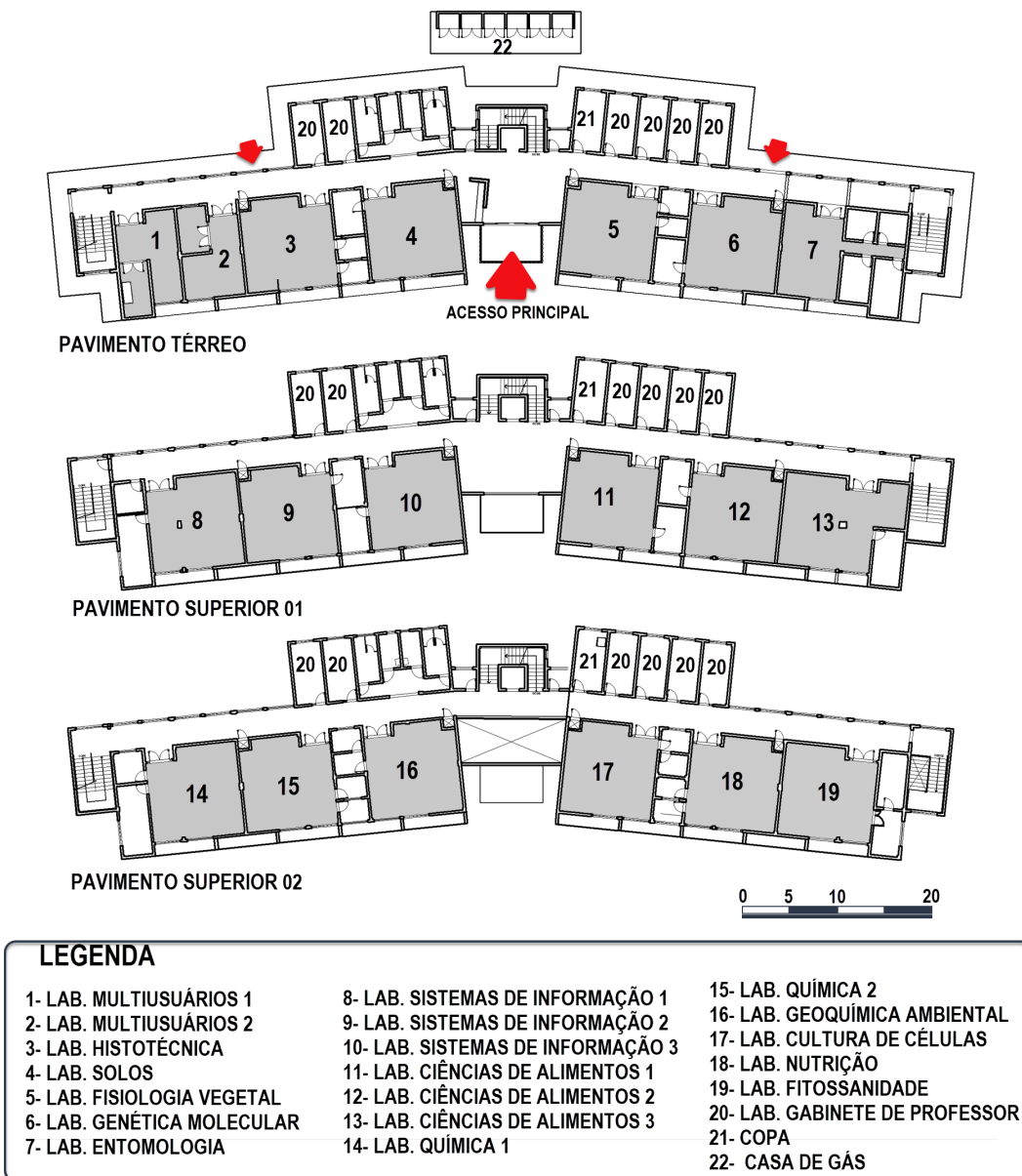


c)

Legenda – Situação da edificação após a quarta etapa de obras.

Fonte – Acervo da autora.

Figura 58 – Prédio Laboratório de Pesquisa: ocupação



Legenda – O programa de necessidades desse prédio compreende em salas para laboratórios, salas para gabinetes de professores e salas de apoio (interlabs, copa, sanitários, shafts de instalações e hall de recepção).

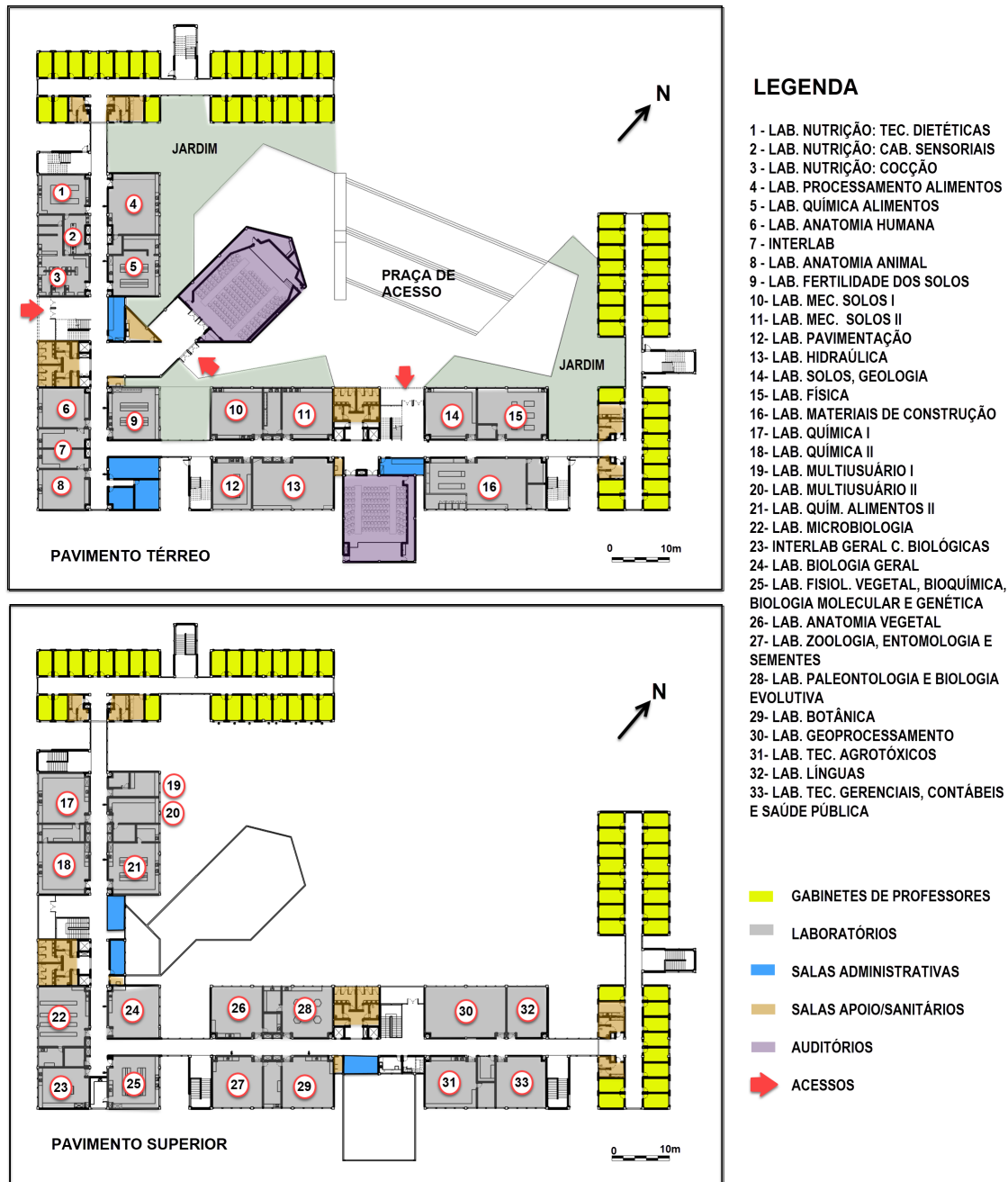
Fonte – UFV–Serviço de Projetos e Obras

Figura 59 – Prédio de Laboratórios de Ensino: construção.

Legenda – a) e b) Etapa da execução da supraestrutura. Ano: 2014. Empresa Premo Engenharia. c) Edificação em fase de execução da vedação. Ano 2017. Empresa: Alcance Engenharia e Construções; d) e e) Etapa de pintura. Ano: 2017

Fonte – Imagens a, b, d, e: Acervo da autora. Imagem c: Alexandre Henrique S. Dorneles

Figura 60 – Prédio de Laboratórios de Ensino: ocupação



Legenda – O prédio possui um arranjo de laboratórios para atender as demandas de ambientes para as aulas práticas. Concebido para ser construído nos três *campi* da UFV, com adaptações na distribuição interna que deverá atender às necessidades locais da comunidade acadêmica onde está inserido. Após muitos estudos, ampliações e adaptações de projetos preliminares, o prédio em vias de ser entregue no *campus* de Rio Paranaíba (UFV-CRP II) apresentará 108 gabinetes de professores, 31 laboratórios para aulas práticas, salas de apoio e salas administrativas.

Fonte – UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2017). Adaptações da autora.

4.4 *Campus UFV-CRP e Rio Paranaíba: Interações*

Desde que se instalou nas terras de Rio Paranaíba, o *Campus* da Universidade Federal de Viçosa tornou-se autor e coadjuvante de diversas situações registradas na cidade, em um semelhante fenômeno assim como ocorria com a figura da universidade desde sua época medieval, em ser “polo atrativo”. Independente de Rio Paranaíba ser considerada uma pequena cidade do interior, a migração de pessoas (docentes, servidores, estudantes, etc) motivadas pela presença da instituição de ensino, tem gerado um desenvolvimento na forma de urbanização, que avança sobre áreas rurais, na especialização dos serviços urbanos (serviços de saúde, educação, entretenimento, sociais, entre outros), no fluxo de recursos gerados (salários, compras, oferta de serviços) e na relação direta entre “universidade e comunidade” mediante os projetos de extensão universitária.

Por volta da década de 80, em defesa de sua autonomia, imaturamente, a universidade pública brasileira difundiu a ideia que o “planejamento do *campus* universitário” não deveria relacionar-se com o planejamento da cidade na qual está inserido. No entanto, mesmo a UFV-CRP assumindo um modelo de ocupação arquitetônico urbanístico que atualmente não insere-se no ambiente urbano e por isso, exista um caráter isolacionista real, ainda hoje, não tratar sobre a implantação de tamanho empreendimento físico sem vislumbrar as consequências trazidas ao entorno, faz-se uma ação incoerente diante do papel extensor da instituição. Historicamente, a relação entre universidade e cidade tem sido tão conflituosa quanto importante. Às vezes um enclave no ambiente construído, o local separado (e destacado) na paisagem e às vezes, o desenvolvimento, o local de mudanças e transformações tecnológicas. Uma relação de dicotomia constante, refletida em ações boas e ruins.

Segundo Araújo (2011, p. 103), a “produção do espaço da universidade no Brasil, [...] imprimiu ao território universitário um forte perfil de independência dos demais espaços urbanos da cidade”. A autora argumenta sobre a relação *campus* – cidade, enfatizando que a literatura acadêmica concorda que o *campus* universitário é um modelo que tende a se excluir, em um movimento de ruptura das fronteiras entre o espaço público e privado. Entretanto, embora esteja claro o caráter excludente do *campus* em relação à cidade, a autora deixa claro que isso não testifica a inexistência de relações. Na prática, uma instituição se desenvolve, a medida que a outra avança e vice-versa.

Na nova “geração” de *campi* universitários brasileiros tem-se visto a busca por uma ruptura deste perfil de auto-suficiência e independência, que já acontece desde a década de 50 nos países norte-americanos. Perry e Wiewel (2005) ao analisar alguns *campi* universitários americanos, observaram como esses “locais” tem mudado conceitualmente, sobretudo em relação à sua condição segregada do meio urbano, nutrindo uma visão de universidade como um produto de suas interações com a cidade e seus arredores urbanos, defendendo a crença de uma “Universidade PARA a cidade, ao invés de uma Universidade

NA cidade”. Busca-se assim, uma mistura entre as demandas de ambas instituições. Os autores acrescentam que tal interação não implicaria que a implantação da universidade deveria ser como uma cidade. E acrescenta-se, nem tampouco construída segundo padrões do *campus* modernistas. Porém, é inquestionável que há tempos, a palavra “*campus*” captura a lógica de todo o patrimônio edificado no desenvolvimento da universidade, principalmente na América, como visto em capítulo anterior.

Dentro dessa ótica de uma maior interação entre universidade e cidade, o ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa, Carlos Sediyaama, em discurso proferido em Sessão Solene de Comemoração dos 10 anos de criação do *campus* da UFV– Rio Paranaíba falou à comunidade acadêmica e rio-paranaibana a seguinte consideração sobre o *campus*:

“[...] ele tem o nome de *campus* da UFV, mas na verdade é um *campus* de Rio Paranaíba. Quando estamos em Viçosa, eu costumo [ouvir dos] prefeitos e assim por diante: a cidade tem a Universidade Federal de Viçosa! Então, falo: ‘Viçosa, senhor prefeito, Viçosa tem a Universidade Federal de Viçosa. Não é a Universidade Federal de Viçosa que tem a cidade.’ Esse pensamento, eu acho, pegou muito bem aqui em Rio Paranaíba” (SEDIYAMA, 2016).

A questão que estamos procurando defender é que se faz superada a imagem e conceituação de *campus* isolado e auto-suficiente. Visto que abriga uma instituição de alta relevância em quadros regionais e até mesmo em quadros internacionais. Ocorre que um *campus* ao se desenvolver em determinada região, não consegue conter-se em si mesmo, pois representa um empreendimento que incorpora características físicas de proporções urbanas, necessitando de controle e gestão que assumam esse tipo de construção e manutenção, como: arruamentos, rede elétrica, redes de água e esgoto, coleta de lixo, tráfego, segurança, entre outros. Assim, em relação à cidade, essa escala urbana transforma-o em um grande proprietário de terras, bem como um grande empregador local, por vezes o maior. Ou seja, é um equipamento complexo e sua dinâmica de funcionamento não afeta exclusivamente seu patrimônio, podendo ditar regras em vários outros ambientes e mercados, como o mercado imobiliário por exemplo.

O Vice-Presidente da República, José de Alencar quando em três de março de 2010, visitou a cidade de Rio Paranaíba, ministrou Aula Magna na UFV, tendo como convidados toda a comunidade acadêmica e a comunidade rio-paranaibana e regional, proferindo a seguinte fala:

“Há dois tempos para Rio Paranaíba. O tempo de vida antes da instalação do *campus* da Universidade Federal de Viçosa e outra era que nasce agora, depois da universidade. Eu posso dizer isso para vocês porque nós acompanhamos, como homens da Zona da Mata, o que aconteceu em Viçosa, quando Arthur Bernardes fez a Escola em Viçosa em 1926, portanto há 84 anos. Ele naturalmente não podia imaginar em quê se transformaria aquela cidade. E isso vai acontecer, com vantagem ainda, para Rio Paranaíba. Por uma razão muito simples. A região aqui é muito rica. Terras boas. Topografia boa. Produção agrícola competitiva e agora com a universidade, obviamente que haverá atração para crescimento em

outras áreas também. E uma cidade tão acolhedora, de povo tão hospitaleiro e de povo tão bom. Então, eu não tenho dúvidas de que há um tempo novo, que nasce a partir do momento de que se instalou aqui o *campus* da Universidade Federal de Viçosa” (SILVA, 2010).

Observa-se muitas verdades na afirmação de Alencar. O vice-presidente colocou explicitamente o caráter transformador da universidade quando implantada em um local, a exemplo do que aconteceu na cidade de Viçosa e seu crescimento a ponto de ser denominada “cidade universitária”. E ainda conjectura o mesmo acontecendo na cidade de Rio Paranaíba.

A princípio, pensar em crescimento parece sinônimo de pensar desenvolvimento, no entanto, existe uma resultante da relação cidade-universidade-*campus*, que transparece apontando características boas, mas também apontando características ruins como, a abertura de loteamentos sobre áreas rurais sem controle efetivo de uso do solo, na configuração da elevação do gabarito das edificações, na falta de afastamentos (frontais e laterais) na construção das edificações, na inadequação dos passeios à acessibilidade, na inexistência de arborização urbana e tantas outras características de cidades que crescem sem um planejamento. Esse quadro tem descrito a cidade de Rio Paranaíba. Em quase três séculos de história, o maior quadro de expansão da cidade deu-se após a implantação da UFV em suas terras, o que pode ser restringido ao período de pouco mais de uma década de rápida expansão territorial.

A presença da universidade e a dialética entre o espaço produzido na cidade (o urbano) e o *campus* universitário, traduz-se segundo aspectos relacionados à localização, valorização e gestão. Podendo citar: a distância entre esses locais; a aquisição de áreas capaz de projetar um crescimento vetorial (expansão urbana) do núcleo urbano em direção à localização do *campus* universitário; utilização do *campus* como indutor de novas situações no mercado imobiliário e conseqüentemente no fluxo de recursos financeiros, a medida que o *campus* torna-se agente dessa expansão como grande proprietário de terras e agente político.

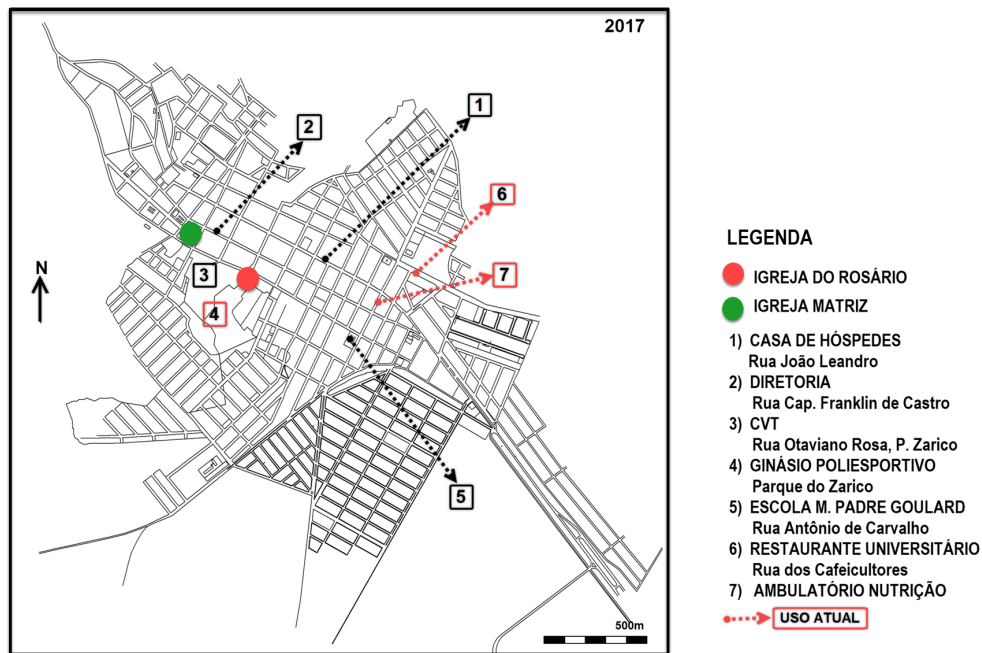
Quanto a questão de localização do *campus* na cidade, tem-se motivado muitos debates no quesito segregação. Preocupa a qualidade da interação entre *campus* e cidade, visto que este pode transformar-se em uma grande “ilha separada” em meio à cidade, produzindo uma falsa conexão com a sociedade local, afinal, o próprio desenho do *campus* promove esse distanciamento. As características observadas no interior do *campus* da UFV como: a escala das edificações e o tratamento estético, em nada se harmonizam com o entorno urbano próximo. Desde sua implantação, ainda no *campus* localizado às margens Rodovia 354, a UFV pensava um *campus* com edificações de aspecto “impressionantes”. Considerando por exemplo, a Edificação da Biblioteca o primeiro prédio construído e inaugurado no *campus* e, percebendo que em toda a cidade não existe outra edificação de mesmas dimensões e tratamento, torna mais forte essa percepção e o sentimento existente da produção de “mundos diferentes”. Nesse sentido, o *campus* da UFV-CRP porta-se

em atraso, apresentando nítidas conotações isolacionistas como observou-se nos *campus* modernistas da década de 1960. Mais um fato que contribui para o caráter isolacionista do *campus* é seu novo cercamento, o que atualmente, traz uma barreira física entre seu território e os terrenos de terceiros.

Paradoxalmente, a mesma universidade que implanta um *campus* à margem da cidade, utilizou vários imóveis no perímetro urbano. Nesse processo de implantação, isso traz a tona mais uma questão que envolve o relacionamento entre universidade e cidade que tem-se percebido ao longo do desenvolvimento dos *campi* brasileiros: “Existem edificações que apesar de atenderem as exigências das atividades acadêmicas, funcionariam melhor em meio ao ambiente urbano”, no sentido de estarem mais próximos das moradias da população. A UFV em meio a constantes demandas por espaço físico, ocupou edificações onde funcionaram: a casa de hóspedes, a diretoria geral e (com alguns setores administrativos), o setor de projetos e obras e áreas para almoxarifado. Atualmente, ainda são utilizadas edificações na cidade para o atendimento clínico nutricional; o ginásio, para práticas de atividades físicas e o funcionamento do restaurante universitário (FIGURA 61).

Outra questão relacionada à presença do *campus* universitário na cidade, e talvez a questão mais visivelmente percebida em Rio Paranaíba, diz respeito à apropriação e expansão do meio urbano sobre áreas rurais em vetores direcionados à localização do *campus*. A partir de 2010 surgiram muitos parcelamentos de terra em Rio Paranaíba, produzindo uma área urbanizada aproximada de 171ha. Em período anterior à implantação da UFV, o perímetro urbano correspondia à uma área aproximada de 176ha, significando uma ampliação territorial quase o dobro da área urbana inicial. Em um ritmo acelerado, os loteamentos expandem-se em direção à localização do *campus*, indicando que a cidade em pouco tempo alcançará a universidade (FIGURA 62).

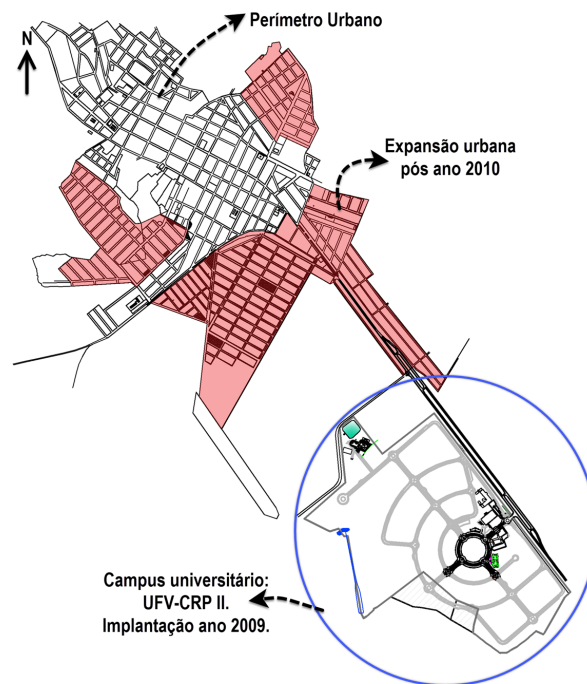
Falar sobre expansão urbana, quase sempre nos impulsiona a registrar as transformações acarretadas junto ao crescimento territorial e a pensar sobre planejamento urbano. No caso de Rio Paranaíba, a vinda do *campus* ocasionou uma demanda grande por residências e quase que imediatamente surgiram novos loteamentos. A inexistência de um Plano Diretor ou de uma efetiva legislação urbanística e em decorrência, a deficiente fiscalização, direcionando a abertura desses parcelamentos, tem refletido de várias maneiras. No traçado urbano reflete-se através de arruamentos sem hierarquia, que muitas vezes, geram pontos nodais e entroncamentos de difícil legibilidade, perigosos tanto para pedestres quanto para motoristas, proporcionando uma impressão de “colcha de retalhos” no desenho da cidade. Na construção civil, tem-se visto construções sem afastamentos, ocupando a totalidade do lote, observa-se ainda, o parcelamento de lotes (à revelia) para a construção de edificações que via de regra, apresentam problemas de ventilação; o aparecimento de edifícios de grande altura, rumo a um processo de verticalização sem controle, ainda pode-se acrescentar à lista, a irresponsabilidade quanto à acessibilidade, usos inadequados à

Figura 61 – Imóveis ocupados pela UFV na cidade de Rio Paranaíba

Legenda – A casa de hóspedes funcionou do ano de 2008 até o ano de 2013. A residência hospedava o diretor geral, Luciano Baião, e servia de apoio para professores e servidores da instituição que constantemente vinham ao *campus* UFV-CRP à trabalho. O local onde funcionou a diretoria é uma residência (próxima ao local do atual Banco do Brasil) e teve essa utilização administrativa até o ano de 2011, quando mudou-se para a edificação BBT dentro do *campus*. No Centro Vocacional Tecnológico (CVT) funcionou o setor de projetos e obras e algumas aulas práticas do curso de nutrição, que utilizava a cozinha industrial do centro. No Ginásio de Esportes do Parque do Zarico, acontecem as práticas desportivas que necessitam de ambiente de quadras poliesportivas. Na Escola Municipal Padre Goulard foram locados muitos professores admitidos na instituição. Isso ocorreu até meados do ano de 2013, quando inaugurou-se o Pavilhão de Aulas e assim pode-se locar os gabinetes de professores no prédio da BBT. O restaurante universitário iniciou suas atividades em 2011 e desde então, fornece alimentação à preços subsidiados pela UFV. O ambulatório nutricional começou a funcionar na cidade devido à falta de espaço próprio no *campus*, mas sua localização tem auxiliado no intercâmbio entre atividades acadêmicas e atendimento junto à sociedade.

Fonte – Bases: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP) (2015) e UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2014). Organização da autora.

Figura 62 – Expansão urbana de Rio Paranaíba e *Campus*



Legenda – A expansão urbana alcançada após a implantação do *campus*, chegou a dobrar a área do perímetro urbano da cidade. Claramente a expansão evolui em direção à localização do *campus* universitário.

Fonte – Bases: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP) (2015) e UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró-Reitoria de Administração (2014). Organização da autora.

vizinhanças, etc. Ou seja, sem o devido planejamento, tem acontecido a perda de qualidade de vida, em meio a uma cidade que cresce em direção a um cotidiano desequilibrado.

No ano de 2011 e no decorrer do ano de 2012, houve a tentativa de uma parceria entre profissionais da UFV e a Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba (PMRP) na intenção de elaborar um planejamento diretor para a cidade. Chegaram a ser realizadas algumas plenárias com a participação dos cidadãos rio-paranaibanos, mas o Plano não logrou êxito, devido a falta de recursos financeiros e veio a fim, antes mesmo que muitas reuniões fossem realizadas. Salienta-se que a quantia cobrada referia-se ao pagamento de bolsistas e custeamento dos trabalhos. No ano seguinte, em 2013, nova proposta para a realização de planejamento diretor foi levada a Câmara Municipal em reunião no dia 28 de junho. Novamente a parceria não foi efetivada e ainda hoje, Rio Paranaíba não possui um Plano Diretor.

Outra questão proveniente da expansão urbana após a implantação do *campus*, recai sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura e transporte. A própria UFV sofre com estes quesitos. Rio Paranaíba não possui uma concessão de transporte público coletivo (apesar de licitação realizada no ano de 2016). Assim que o *campus* foi implantado em

terrenos rurais, a 15Km do perímetro urbano, logo sua localização significou um desafio em relação ao transporte coletivo, visto a distância que o separava da cidade e a falta de uma empresa que realizasse tal serviço de deslocamento. A solução deu-se mediante parceria entre a universidade e a Prefeitura Municipal, com a contratação de ônibus e motoristas que fizessem a linha: Rio Paranaíba – *campus*. Ônibus e motoristas eram providenciados pela prefeitura e o abastecimento ficava a ônus da UFV. O transporte realizava-se de forma gratuita para alunos e demais usuários. Tal acordo funcionou até o ano de 2014, quando a universidade não pôde mais arcar com o abastecimento. Desde então, prefeitura mantém o transporte, de maneira gratuita, no entanto são constantes as reclamações acerca da qualidade do serviço oferecido. Não obstante, a nova gestão municipal vem tentando licitar a concessão desse serviço, mas as empresas não tem participado do certame.

Além dos problemas com o transporte, a implantação do *campus* da UFV distante da cidade, na zona rural, dificultou a execução da infraestrutura no local. As primeiras instalações elétricas, água, telefonia e dados eram ineficientes. Na verdade os primeiros servidores relataram que logo no início das atividades do *campus*, no ano de 2007, foi um tempo de constantes quedas e picos de energia, da utilização de um único telefone rural e da utilização de um computador compartilhado para o uso da internet. Entre esses e outros motivos, a expansão do *campus* à proximidade do núcleo urbano foi muito comemorada tanto pela instituição, quanto pela sociedade rio-paranaibana. E não poderíamos deixar de citar mais uma parceria estabelecida com toda a sociedade quando da compra e doação do terreno inicial de 20ha do *campus* UFV-CRP II, fato já detalhado neste trabalho junto ao histórico do *campus*.

A grande realização envolvendo essa questão de transporte e modais, na qual se trabalhou em parceria UFV e Prefeitura Municipal, foi a execução da denominada Avenida Universitária, que permitiu unir o núcleo urbano ao *campus*, através de uma via contendo uma pista de rolamento, lateral à rodovia MG-230, com ciclovia e passeio. A via totaliza uma largura de 12m de caixa de rolamento (sete metros para veículos e cinco metros para ciclovia e passeio) e aproximados 2,5Km de extensão. Para sua construção foi preciso realizar uma grande campanha em prol da realização da pista, promovida pela direção da UFV, unida com a gestão municipal e aos produtores rurais, pois dependia da cessão de terrenos tanto da universidade, quanto de produtores rurais e do município. A avenida hoje é fechada ao trânsito de automóveis e tem-se constituído, não apenas o elo de ligação cidade-*campus*, mas transformou-se em área de recreação, função de enorme carência no município.

Percebe-se que a troca entre *campus* e cidade tem acontecido a todo instante. Mas em relação à condução da expansão do próprio *campus*, a universidade tem se mantido soberana nome de sua autonomia. Em termos das questões urbanísticas, ocorre que isso é fato nessas instituições. Muito pouco tem-se realizado para sanar essa lacuna. Em uma tentativa de aproximação à comunidade local, é comum a presença de cidadãos nos

conselhos vigentes e deliberativos da universidade, mas na prática, a participação acontece de maneira “informativa”. A autonomia da tomada de decisões sobre a apropriação de seu espaço ainda é responsabilidade da instituição universitária. Em algumas situações, à primeira vista, isso pode interferir e ir de encontro ao que a população anseia. Foi o caso ocorrido em relação à pavimentação da Rodovia MG-230, no trecho que liga a cidade de Rio Paranaíba à Serra do Salitre, que após anos de espera, teve as obras paralisadas.

Inaugurada em 02 de março de 2016, contando com a presença do Governador de Minas Gerais, o trecho de 57 km da Rodovia MG-230 que liga a cidade de Rio Paranaíba à cidade de Serra do Salitre é resultado de antiga reivindicação da população local, principalmente dos produtores rurais, visando facilitar o escoamento da produção de gêneros. As obras iniciadas no mês de junho de 2013, foram paralisadas no ano de 2014 e retomadas no ano de 2015. Entre as causas de tal paralisação encontra-se as negociações para mudança do local de implantação da rodovia entre o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER) e a Universidade Federal de Viçosa (AM, 2016).

Em projeto prévio, o trecho que contorna o perímetro urbano da cidade de Rio Paranaíba ligando à um outro trecho da estrada existente, passaria dentro de terrenos do *Campus* da UFV-CRP. Preocupada com questões de segurança e fluxos anormais de tráfego no interior do *campus* universitário, a reitoria, a diretoria e a assessoria da Comissão de Espaço Físico da Universidade decidiram não permitir o avanço das obras em seus terrenos, o que ocasionou sua paralisação, mas iniciou um processo de negociações para transferência da Rodovia em local externo ao *campus*. Em um primeiro momento, a paralisação das obras deixou a comunidade em alerta, questionando se a UFV inviabilizaria a tão esperada ligação entre as cidades. Não era intenção da instituição impedir a construção, mas racionalizá-la de modo que melhor atendesse a todos. De fato a rodovia foi redirecionada a passar em local fora do *campus* e ainda foi negociado o trevo de acesso ao *campus* UFV-CRP II, para atender com segurança toda comunidade. A estrada teve o projeto alterado e hoje faz divisa com a universidade na “área dos Galpões”.

Foram relacionados alguns momentos e fatos que marcaram a interação do *campus* UFV-CRP com a cidade de Rio Paranaíba e vice-versa. Neste caso foi interessante perceber que o diálogo entre essas instituições tem se desenvolvido de parceria em parceria. No tocante a implantação da universidade, justamente devido às parcerias, o *campus* tem-se consolidado, mas sua posição isolacionista ainda persiste, mesmo que as intenções se mesclam com paliativos, como a intenção da universidade parque. Porém, o avanço para o qual se caminha a cidade é questionável, visto as muitas questões urbanísticas que vem sendo potencializadas com a expansão urbana acelerada e desorganizada. Faz-se urgente uma nova parceria rumo à um planejamento conjunto, equilibrando o crescimento do *campus* e da cidade. O que de fato, poderia ser uma experiência interessante, visto que tanto a cidade quanto o *campus* não possuem planos diretores.

5 Considerações Finais

Ao longo da história, viu-se que a progressão do ensino em nível superior conformou-se na instituição da universidade, que internacionalmente disseminou o saber à medida que desenvolvia-se a humanidade. Muitas transformações levaram a universidade nascida em meio à cidade medieval, a consolidar-se em instituições do saber, dotadas de patrimônio físico-territorial com características nacionais do local onde se instalava. No período do Estados Unidos Colônia, paradoxalmente, tais instituições desprenderam-se do ambiente urbano, rompendo com o localismo e voltaram-se para o isolacionismo territorial na busca incondicional da verdade, ao que espacialmente se conceituou “*campus* universitário”.

No Brasil, o ensino superior teve o seu germen, no período colonial, localizado nas cidades, configurado no ensino aplicado pelos jesuítas e pelos engenheiros militares, que ministravam um ensino de nível superior semelhante ao praticado nas universidades da Europa. A institucionalização legal da universidade brasileira demorou a acontecer, e ocorreu de maneira diversa. No âmbito federal, como figura jurídica, surgiu em 1920. Mas anterior a tal data, podemos citar as universidades de vida perene que foram criadas e transformadas em Faculdades isoladas para se adequar a legislação da época, como aconteceu com a Universidade de Manaus e a Universidade do Paraná. Foi uma época onde as universidades brasileiras surgiam de maneira informal, o que não alterava suas características educacionais, administrativas e físicas, prevalecendo o padrão de faculdades isoladas e dispersas nas cidades mais consolidadas do país. Não obstante, durante muito tempo a abertura de intuições de ensino superior subordinou-se as ordens régias e às mãos das sociedades locais, principalmente a criação das escolas superiores agrícolas.

A universidade brasileira à tempo de institucionalizar-se sob organização do governo central o fez no período republicano e reconheceu-se apenas nas academias formais clássicas de Medicina, Direito e Engenharia. As Escolas Superiores de Agricultura foram tratadas à margem, sendo criadas segundo vontade da oligarquia e em alguns casos, dos Estados. Mas em 1910, efetivou-se sua subordinação ao governo sob a égide do Ministério de Agricultura, com a criação da Escola Nacional de Agronomia e Medicina Veterinária. Estava configurado o duplo caráter do ensino superior brasileiro, que somente findou em 1967.

De fato, o processo de conformação da universidade brasileira atravessou dificuldades. Teve a autonomia atacada pelas reformas que deixavam a cargo do governo a escolha dos reitores. Foi ocupada por militares. Teve o quadro docente ameaçado. Passou por dificuldades financeiras. Abarcou acordos internacionais para se manter aberta. Federalizou-se. Reformou-se em departamentos e institutos, para acompanhar as modernas universidades americanas de “ensino, pesquisa e extensão”. Enfim, adaptou-se. Desde meados dos anos 2000, vem sendo redemocratizada, visando maior inclusão e qualidade. Atualmente vive a

tendência de consolidar o processo de descentralização e interiorização do ensino superior verificado pela implantação de novos *campi* universitários, sejam estes instalados em novos terrenos de cidades ou instalados por transformação de instituições prévias.

Paralelo à institucionalização legal, a universidade foi estabelecendo sua forma de ocupar o território. Sobre a trajetória da universidade e de seus *campi*, desde sua formatação em meio as cidades no século XII, até sua configuração espacial em *campus* isolados nos Estados Unidos da América, no século XVII, na íntegra não abandonou o caráter urbano, articulando atividades e equipamentos inerentes a estas comunidades. No Brasil, esse modelo foi denominado cidade universitária. Não obstante, à mesma época que se discutia a cidade universitária implantada nas cidades consolidadas e capitais do país; no interior, implantavam-se escolas superiores de vocação rural que seguiam um modelo de ocupação territorial mais próximo do modelo *campus* norte-americano. Dentre estas escolas, podemos relacionar a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, a Escola Superior de Agricultura de Lavras, a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Todas apresentavam-se à cidade onde estavam inseridas como um *campus*, um local onde todas as atividades de ensino e pesquisa ordenavam-se seguindo princípios práticos. Todas desenvolveram-se de Escolas Superiores à Universidades cuja vocação rural, se manteve apesar da diversificação com o passar do tempo.

Entretanto, legalmente a figura do *campus* universitário é recente, da década de 1960. E desenvolveu-se incorporando os padrões arquitetônicos e urbanísticos de cada época, desde os preceitos modernistas até o contemporâneo tema da sustentabilidade. A universidade implantada no sistema *campus* universitário, isolado e análogo às cidades, não conseguiram de fato desenvolver-se sem contato externo. O investimento do governo brasileiro não consegue acompanhar as demandas físicas espaciais que a universidade pública inserida isoladamente no território da cidade exige. As muitas infraestruturas e serviços necessários para o funcionamento do *campus* universitário de maneira independente são onerosas e carentes de manutenção constante. O discurso da sustentabilidade, da produção de um espaço social e cultural, um espaço de vivência tem levado profissionais da arquitetura a interpretações mais integradas dessas instituições, e observa-se o crescente interesse em se adquirir terrenos mais próximos do perímetro urbano, na tentativa de minimizar os investimentos e aproximar a universidade da cidade.

Os novos *campi* instalados após o ano 2003, proveniente da política federal de interiorização do ensino superior, a primeira vista, parecem buscar essa evolução conceitual do modelo *campus*, retirando a condição de isolamento de sua localização, na procura de uma melhor interação entre *campus* – cidade. De certa maneira é uma aproximação do que acontecia em tempos medievais, guardadas as devidas proporções. No caso da UFV–CRP, rapidamente expandiu-se em terras rio paranaibanas e em pouco tempo passou a ter duas unidades físicas, devido ao envolvimento financeiro direto da comunidade local

para implantação do *campus* mais próximo da cidade, deixando plausível e marcado, o interesse da sociedade em apoiar a instituição.

Na verdade, o *Campus* da Universidade Federal de Viçosa presente na cidade de Rio Paranaíba é fruto de uma série de interações e influências, recebendo contribuições do seu *campus* sede, da cidade local e das novas formas de implantar suas construções e sucessivamente. Considerando o fluxo entre universidade e cidade consubstanciada na forma de serviços, empregos, compras, serviços de extensão universitária, acordos entre negociantes, fazendeiros e a instituição, existe uma dialética entre essas instituições. No caso do *campus* UFV–CRP e a cidade de Rio Paranaíba, observa-se tal dialética, na ação de uma instituição indo em direção a outra, mediante uma expansão urbana direcionada à localização do *campus*, mas não esquecendo que o *campus* também se expandiu em direção à cidade. Assim, infere-se que o *campus*, mesmo à margem da cidade, deve ser tratado como aparelho urbano, incentivando o diálogo entre seu planejamento interno e o planejamento diretor da cidade, explorando as parcerias diretamente, em termos intelectuais, em termos urbanísticos, inclusive com propostas de legislações urbanas.

Este trabalho procurou contribuir na abordagem do tema *campus*, trazendo o processo de implantação de um *campus* universitário contemporâneo, cujas raízes se voltaram não apenas até o seu *campus* sede, mas indo além, ou melhor, retrocedendo até um momento ao qual os *campi* nem eram considerados *campi*, muito menos as instituições que as formatavam – as escolas superiores de agricultura – eram consideradas universidades. Isso nos mostra o quanto ainda há para ser explorado sobre tal temática, principalmente, se cogitarmos a quantidade de instituições superiores instaladas no país pouco mais de uma década. Tal fato, indica a quantidade de assuntos que ainda precisam ser explorados, seja em abordagens acerca do modelo espacial construído, ou acerca de como e onde estão sendo construídos. À exemplo, esse mesmo trabalho pode ampliar-se para uma ampla análise sobre as parcerias entre o *campus* e cidade; poderia ainda, focar a pesquisa na formação urbana recente, fazendo diagnóstico e simulando condições negativas e positivas da interação *campus* e cidade e ainda; poderia analisar o que é preciso para uma cidade implantar um *campus* universitário, propondo diretrizes urbanísticas, tanto para o planejamento urbano, quanto para o planejamento da universidade. O assunto aqui faz-se introdutório, acreditando que existe muito mais a ser analisado e investigado.

Referências

ALCANCE DRONES. *[Imagens da UFV – Campus Rio Paranaíba]*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2016. Imagens em arquivo digital no formato JPG. 234 fotografias. Data das imagens: 30 de janeiro de 2016.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves. *Campus do Milagre: Contribuição à análise das propostas arquitetônicas dos campus universitário, implantados na década de 1970, tendo em vista a relação entre a autonomia da instituição e a organização espacial*. 1983. 130 p. Mestrado em Planejamento Urbano – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. Ortografia como no original.

ALVES, Bruno Geraldo. *O ideário de modernização e o projeto para o ensino agrícola em Minas Gerais: de Fazenda-Escola a Escola Média de Agricultura de Florestal - (1939-1955)*. 29 ago. 2014. 159 p. Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9USRRE>>. Acesso em: 3 maio 2017.

AM, Paranaíba. *Governo Estadual entrega obra da MG-230 à população de Rio Paranaíba*. Notícias. 2016. Disponível em: <<https://am.paranaibamaximus.com.br/news/governo-estadual-entrega-obra-da-mg-230-a-populacao-de-rio-paranaiba/>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ARAÚJO, Regina Célia Lopes. *A Universidade no contexto urbano: as representações presentes na relação socioespacial entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a cidade de Seropédica*. 2011. 318 p. Doutorado em Planejamento Urbano – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/755493.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Mapa do Estado de Minas Gerais: Município de Rio Paranaíba*. Belo Horizonte: [s.n.], 1939. Mapa organizado pelo Serviço Geográfico de Minas Gerais – Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP). Autoria: CADAVAL, L. Inseridos: Rio Paranaíba (1:10.000) e Arapuá (1: 5.000). Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=473&op=1>. Acesso em: 13 out. 2017.

ATCON, Rudolph Philippi. *Manual sobre o planejamento integral do campus universitário*. [Brasília]: Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: introdução do estudo da cultura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80744.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

AZEVEDO, Genival Alves de; CARVALHO, Icléia Honorato Silva. Escolas técnicas vinculadas às universidades federais. In: MOLL, Jaqueline (Ed.). *Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares. *Legislação de Importância Histórica*. Edição de Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV - 1926; Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG - 1948; Universidade Federal de Viçosa - UFV - 1969. Viçosa: Editora UFV, 2010.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potech. *A Universidade Federal de Viçosa no século XX*. 2. ed. Viçosa: Editora UFV, 2006. (Edição ampliada).

BRASIL. *Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915*: Reorganiza o ensino secundário e superior na República. [S.l.: s.n.], 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 14.343, de 7 de setembro de 1920*: Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 1.606, de 29 de dezembro de 1906*: Crêa uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: [s.n.], 1906. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931*: Crêa o Conselho Nacional de Educação. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931*: Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: [s.n.], 1931. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931*: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. [S.l.: s.n.], 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 2.089, de 25 de outubro de 1937*: Organiza o Instituto Federal de Ecologia Agrícola. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=98933&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. *Decreto n.º. 23.857, de 8 de fevereiro de 1934*: Cria a Escola Nacional de Agronomia, aprova o respectivo regulamento e dá outras providências. Rio de Janeiro: [s.n.], 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23857-8-fevereiro-1934-517279-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 23.858, de 8 de fevereiro de 1934*: Cria a Escola Nacional de Veterinária, aprova o respectivo Regulamento e dá outras providências. Rio de Janeiro: [s.n.], 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23858-8-fevereiro-1934-509167-republicacao-78573-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 3.890, de 1º de janeiro de 1901*: Crêa uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: [s.n.], 1901. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 5.957 de 23 de junho de 1875*: Aprova os estatutos da Escola Agrícola de São Bento das Lajes, na Bahia. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1875. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5957-23-junho-1875-550048-publicacaooriginal-65657-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 60.731, de 19 de maio de 1967*: Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60731impresao.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. *Decreto n.º. 62.758, de 22 de maio de 1968*: Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo. Brasília: [s.n.], 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118194>>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. *Decreto n.º. 63.341, de 1º de outubro de 1968*: Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968-404684-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. *Decreto n.º. 64825, de 15 de julho de 1969*: Institui, sob a forma de fundação, a Universidade Federal de Viçosa e dispõe sobre sua constituição. Brasília: [s.n.], 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64825-15-julho-1969-406149-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 maio 2017.

BRASIL. *Decreto n.º. 7.247, de 19 de abril de 1879*: Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Rio de Janeiro: [s.n.], 1879. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º. 8.319, de 20 de outubro de 1910*: Crêa o Ensino Agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º. 421, de 11 de maio de 1938*: Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º. 933, de 7 de dezembro de 1938*: Estende aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário os dispositivos do Decreto-Lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, e dá outras providências. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-933-7-dezembro-1938-349274-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º. 982 de 23 de dezembro de 1938*: Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitue alguns dos já existentes e dá outras providências. Rio de Janeiro: [s.n.], 1938. (Ortografia como no original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-982-23-dezembro-1938-350702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º. 10.172, de 9 de janeiro de 2001*: Aprova o Plano de Educação e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. *Lei n.º. 1.523, de 23 de dezembro de 1951*: Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 142.000.000,00, para atender no corrente exercício, a manutenção de estabelecimentos de ensino superior de que trata a Lei n.º1.254, de 04 de dezembro de 1950. [S.l.: s.n.], 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1523-26-dezembro-1951-362035-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. *Lei n.º. 2040, de 28 de setembro de 1871*: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. *Lei n.º. 3353, de 13 de maio de 1888*: Declara extinta a escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961*: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: [s.n.], 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 6 maio 2017.

BRASIL. *Lei n.º 452, 5 de julho de 1937*: Organiza a Universidade do Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. (Ortografia como no original). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1930-1949/L0452.html>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 453 de 5 de julho de 1937*: Dispõe sobre a Escola Nacional de Agronomia e sobre a Escola Nacional de Veterinária. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-453-5-julho-1937-555589-publicacaooriginal-74896-pl.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968*: Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. *Lei n.º 6.120, de 15 de outubro de 1974*: Dispõe sobre a alienação de bens imóveis de instituições federais de ensino e dá outras providências. Brasília: [s.n.], 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6120.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

BRASIL. Carta Régia de 12 de junho de 1812. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1812. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39727-25-junho-1812-570426-publicacaooriginal-93574-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *A democratização da expansão da educação superior no país*: 2003 a 2014. [S.l.]: MEC, 2014. Relatório SESu. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Análise sobre a Expansão das Universidades Federais*: 2003 a 2012. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Expansão das Universidades Federais*: o sonho se torna realidade! Período 2003 a 2006. Brasília: MEC, 2006. Relatório SESu.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *REUNI*: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Diretrizes Gerais. Brasília: MEC, 2007. Documento elaborado pelo Grupo Acessor nomeado pela Portaria n.º 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art 1º do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; OLIVEIRA CUNHA, Ana Maria de. Revisitando a história da universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. *Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, Vitória da Conquista, n. 12, p. 43–63, jan. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/aprender/article/view/4260>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista- UNESP, 1994.

BUENO, Beatriz Piccolotto. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Fafesp, 2011.

CALVO-SOTELO, Pablo Campos. European University - American Campus: bridges between cultures. In: COOKE, Linda W. (Ed.). *Frontiers in Higher Education*. New York: Nova Science Publishers, 2007. cap. 2, p. 31–63. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=JzyOkFiMN6IC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 20 set. 2016.

CAPDEVILLE, Guy. O Ensino Superior Agrícola no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 72, n. 172, p. 229–262, set. 1991. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1277>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; FERREIRA, Tatiana Sell. Difusão da ideologia do habitar moderno no interior de Minas Gerais: Estudo de caso das moradias funcionais no Campus da Universidade Federal de Viçosa. *Vitruvius*, Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 144.07, maio 2012. (Online). Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.144/4347>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. [S.l.]: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. (Ebook).

CIAM. *Carta de Atenas*. Atenas, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

COMETTI, Ellen Scopel. *A extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926 – 1948*. 2005. 182 p. Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/hiseduminas/disserts/disser_EllenScopelCometti.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

CORBOZ, André. Le précédents du plan de Jefferson por l'Université de Virgine. *Artibus et Historiae*, v. 26, n. 51, p. 173–194, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1483782?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 25 out. 2016.

COULSON, Jonathan; ROBERTS, Paul; TAYLOR, Isabelle. *University Planning and Architecture: the search for perfection*. Adingdon: Routledge, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: O ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. (E-book).

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. (E-book).

DAY, H. Summerfield. *The Iowa State University: Campus and its Buildings*. Ames, Iowa: Iowa State University, 1980. Disponível em: <http://www.fpm.iastate.edu/maps/historic/ISU_Campus_and_its_buildings.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DOBER, Richard P. *Campus Architecture: building in the groves of academe*. New York, United States of America: McGraw-Grill Companies, 1996.

DOBER, Richard P. *Campus Planning*. [S.l.]: Society for College e University Planning, 1996. (Publicação original: Editora Reinhold Publishing Corporation, 1963).

DUARTE, Durando. *Manaus: entre o passado e o presente*. Manaus: Midia Ponto Comm Publicidade Ltda-ME, 2009. Disponível em: <<http://idd.org.br/livros-durango-duarte/manaus-entre-o-passado-e-o-presente.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

ESALQ-USP. *Portal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - USP*. 2017. Disponível em: <<http://www4.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária. *Educar*, v. 28, p. 17–36, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/7609/5423>>.

FERRUOLO, Stephen C. Parisius-Paradisus: The city, its schools, and the origins of the University of Paris. In: BENDER, Thomas (Ed.). *The University and the city: from Medieval Origins to the present*. Oxford: Oxford University Press, 1988. cap. 3, p. 22–47.

FM PLANEJAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. *Planta Georreferenciada de Imóvel: Fazenda Olhos D'água e Caetés*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2008. Responsável Técnico: Lino Gaspar Rocha Aguiar (Engenheiro Agrônomo).

FRAGA, Kátia. Eventos marcam inauguração de Pavilhão de Aulas e posse do novo Diretor do campus Rio Paranaíba. *Notícias UFV*, 21 jun. 2013. (On Line). Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=18872>. Acesso em: 19 out. 2016.

HASKINS, Charles Homer. *A Ascensão das Universidades*. Tradução de Nilton Ribeiro. Balneário Camboriú: Livraria Danúbio Editora, 2015. (E-book).

HYDE, J. K. Universities and Cities in Medieval Italy. In: BENDER, Thomas (Ed.). *The University and the city: from Medieval Origins to the present*. Oxford: Oxford University Press, 1988. cap. 2, p. 13–21.

INIA. *Portal do Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria – La Estanzuela*. (Website). 2017. Disponível em: <<http://www.inia.uy/estaciones-experimentales/direcciones-regionales/inia-la-estanzuela/breve-historia>>. Acesso em: 18 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades@*. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315550>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Mesoregião Geográfica Alto Paranaíba*: Localização no Mapa. Minas Gerais: [s.n.], 2016. Mapa Unidade Territorial 3105. Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?ni=8&ui=3105&nz=2&uz=3&nm2=1&nm3=1&nm8=1>>. Acesso em: 11 out. 2017.

JORNAL GAZETA REGIONAL (Ed.). *Rio Paranaíba in foco*: Superintendente do INCRA entende que a extensão da Universidade Federal de Viçosa em Rio Paranaíba já é uma realidade. [S.l.: s.n.], 30 mar. 2006. Entrevista Nilton Alves de Oliveira.

LARA, Mário. *Nos confins do Sertão da Farinha Podre*: Povoamento, conquistas e confrontos no Oeste de Minas. [Campos das Vertentes]: Mário Lara, 2009.

LIMA, Fabio José Martins de. Tradição e modernidade no percurso do arquiteto Ângelo Murgel: Parque Nacional do Itatiaia e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dois projetos urbanísticos. Edição de Maria Helena Sleutjes. *Boletim do Parque Nacional do Itatiaia*, Parque Nacional do Itatiaia: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itatiaia, n. 11, p. 11–82, 2003. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/images/Boletins_de_Pesquisa/bpni_v11.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LISBOA, João Carlos Bello. *Relatório de construção da ESAV (1929) elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa*. Viçosa: Editora UFV, 2004. (Livro organizado segundo original com inclusão de imagens).

LOPES, André. *[Imagens da UFV – Campus Rio Paranaíba e da Cidade]*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2011. Imagens em arquivo digital no formato JPG. 200 fotografias. Data das imagens: junho de 2011.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A Oeste das Minas*: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista. Triângulo Mineiro (1750–1861). Uberlândia: EDUFU, 2010.

MAHLER, Christine Ramos. *Territórios Universitários*: tempos, espaços e formas. 2015. 304 p. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18751>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MARTINS, José Paulo. Edição Especial comemorativa da conquista obtida pelo povo rio-paranaibano, em dezembro de 2008. *Informativo*, Alto Paranaíba [Rio Paranaíba], p. 4, abr. 2009.

MÁXIMUS, Paranaíba. *Vista aérea de Rio Paranaíba*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2011. Canal Youtube da Rádio Paranaíba Máximus. Contribuição de Waldeci da EletroRio em agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SGxf5IP97Ls&t=24s>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MENDONÇA BRITO, Rosa de. *Da Escola Universitária Livre de Manáos à Universidade Federal do Amazonas: 95 anos construindo conhecimentos*. Manaus: EDUA, 2004.

MENDONÇA, Ana Walesca P. C. A Universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 130–150, maio 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08.pdf>>.

MILLER, Francesca. The origins of Thomas Jefferson's Academical Village at the University of Virginia. Edição de Trinity College Digital Repository. *The First-Year Paper*, Hartford, 2010. Disponível em: <<http://digitalrepository.trincoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1010&context=fypapers>>. Acesso em: 6 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Decreto nº2740, de 26 de maio de 1948*: Localiza na Fazenda-Escola de Florestal uma Escola Média de Agricultura e contém outras providências. Belo Horizonte: [s.n.], 1948. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=2740&comp=&ano=1948>>. Acesso em: 6 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Decreto nº2931, de 13 de novembro de 1948*: Aprova o regulamento das Escolas Médias de Agricultura. Belo Horizonte: [s.n.], 1948. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=2931&comp=&ano=1948>>. Acesso em: 6 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Decreto nº5806, de 30 de novembro de 1921*: Aprova os planos e a planta da Escola Superior de Agricultura e Veterinária e declara de utilidade pública a desapropriação das situações agrícolas de João Tristão Gonçalves Guimarães, Antônio Vitarelli e outros. [S.l.: s.n.], 1921. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1921-11-30;5806>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Decreto nº6053, de 30 de março de 1922*: Cria uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária, instalando-a em Viçosa. [S.l.: s.n.], 1922. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:decreto:1922-03-30;6053>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Lei nº. 1360, de 05 de dezembro de 1955*: Transfere à Universidade Rural do Estado de Minas Gerais a Escola Média de Agricultura de Florestal e dá outras providências. Belo Horizonte: [s.n.], 1955. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=1360&comp=&ano=1955>>. Acesso em: 6 maio 2017.

MINAS GERAIS. *Lei n.º. 761, de 06 de setembro de 1920*: Autoriza o Governo a criar, no Estado, uma Escola Superior de Agricultura e Veterinária e contém outras disposições. [S.l.: s.n.], 1920. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=761&comp=&ano=1920>>. Acesso em: 18 maio 2017.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. *Escola Agrícola Prática "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP: sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903*. 2011. 209 p. Mestrado em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000839602>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. *Educação Superior nos Estados Unidos: História e Estrutura*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. (E-book).

MOTTA, Rodrigo Patto. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zarár, 2014. (E-book).

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. *Colleges of Agriculture at the Land Grant Universities: A Profile*. Washington, D.C.: The National Academies Press, 1995. ISBN: 978-0-309-05295-5. DOI: 10.17226/4980. Disponível em: <<https://www.nap.edu/catalog/4980/colleges-of-agriculture-at-the-land-grant-universities-a-profile>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

NOGUEIRA, Denise Teixeira. *Universidade e Campus no Brasil: o caso da Universidade Federal Fluminense*. 2008. 300 p. Doutorado – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/DeniseTeixeiraNogueira.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2007.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Educação Jesuítica na Bahia Colonial: colégio urbano, internato em seminário, noviciado*. Edição de UFRN. *Mneme - Revista de Humanidades*, UFRN, Caicó, v. 9, n. 24, set. 2008.

OLIVEIRA, Liliane Torres de. *Novos campi públicos brasileiros: concepções projetuais*. 27 nov. 2009. p. 261. Mestrado em Ciências Exatas e da Terra – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4277?show=full>>. Acesso em: 7 maio 2017.

OTRANTO, Celia Regina. *A criação do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. In: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 1., 4 jun. 2007. Edição de Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho20.htm>>. Acesso em: 6 maio 2017.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PEREIRA, Renato Rodrigues. A toponímia rural da microregião de Quirinópolis/Sul Goiano: o nome dos acidentes físicos. In: Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. *Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa: Simpósio 22 (O nome próprio em foco: estudos onomástico-toponímicos)*. Edição de Universidade Federal de Goiás. Goiânia: [s.n.], 2013. v. IV, p. 974–982. Disponível em: <http://www.simelp.letras.ufg.br/anais/simposio_22.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PERRY, David C.; WIEWEL, Win. From *campus* to city: the university as developer: Case Studies and Analysis. In: PERRY, David C.; WIEWEL, Win. *From campus to city*. Edição de Lincon Institute of Land Policy e M. E. Sharpe. United States of America: [s.n.], 2005. cap. 1, p. 3–21.

PINTO, Gerson de Almeida; BUFFA, Ester. *Arquitetura e Educação: câmpus universitários brasileiros*. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA. *Foto aérea da cidade de Rio Paranaíba*: [1988]. Rio Paranaíba: [s.n.], 1988. Imagem aérea exposta em quadro, sem indicação de autor na impressão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA. *Foto aérea da cidade de Rio Paranaíba*: 1994. Rio Paranaíba: [s.n.], 1994. Imagem aérea exposta em quadro, sem indicação de autor na impressão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA. *Foto aérea da cidade de Rio Paranaíba*: 2002. Rio Paranaíba: [s.n.], 2002. Imagem aérea exposta em quadro, sem indicação de autor na impressão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA. *Protocolo sobre a compra e venda por desapropriação de área de terreno urbano e outras avenças*. Rio Paranaíba: PMRP, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA. *Plano de Saneamento Básico: Produto 3 – Diagnóstico Técnico Participativo*. Rio Paranaíba, 2014. 158 p. Empresa contratada de consultoria: DRZ Geotecnologia e Consultoria. Disponível em: <https://www.cbharaguari.org.br/uploads/2_a_bacia/mapas_e_estudos/planos_municipais_de_saneamento_basico/rio_paranaiba/diagnostico_tecnico_participativo.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARANAÍBA (PMRP). *Mapeamento de Rio Paranaíba*. Rio Paranaíba: [s.n.], 28 out. 2015. Mapa digital do Perímetro Urbano do Município. Arquivo dwg.

PRIETO, Élisson César. *Desafios Institucionais e Municipais para a Implantação de uma Cidade Universitária: o Campus Glória da Universidade Federal de Uberlândia*. 2005. 275 p. Mestrado em Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16274>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

RESENDE, Thaíse Latini de. *O impacto de um campus universitário: proposta de urbanização para a cidade de Rio Paranaíba*. 2013. 86 p. Monografia (Trabalho final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

RIBEIRO, André Luiz. *Campi Universitários: desenvolvimento de suas estruturas espaciais*. 2008. p. 220. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2637>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

RODRIGUES, Ângelo Constâncio. *A Escola de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA: a trajetória de uma transformação*. 2013. 202 p. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/tangelo.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ROLFS, Peter Henry. *Relatório de viagem a Rio Novo, Pomba, Cataguases, Santa Luzia do Carangola e possivelmente Manhuaçu*. [S.l.], 1921. (University of Florida Digital Collections). Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00098>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ROLFS, Peter Henry. *Relatório de viagem a Ubá, Viçosa, Rio Branco e Ponte Nova*. [S.l.], 1921. (University of Florida Digital Collections). Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00096>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ROLFS, Peter Henry. *Relatório de Viagem a Viçosa*. [S.l.], 1921. (University of Florida Digital Collections). Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00097>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ROLFS, Peter Henry. *Relatório de Viagem ao Rio, São Paulo, Piracicaba e Lavras*. Belo Horizonte, 1921. p. 29. (University of Florida Digital Collections). Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00099/1x>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

ROLFS, Peter Henry. The “Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais” and a National System of Agricultural Colleges. *University of Florida Digital Collections*, Viçosa, p. 27, dez. 1923. (Artigo elaborado à Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00000207/00121/3j>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará*. 2001. 215f. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000236052>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2017.

SANTOS, Éder Fernando. *O ensino superior no Brasil e os “Acordos MEC/USAID”*: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira. 2005. 168 p. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2005-Eder_Santos.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2026.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=almkDwvGYl0C&pg=PA50&hl=it&source=gbs_toc_r&cad=3#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 2 dez. 2016.

SEDIYAMA, Carlos Sigueyuki. *Discurso proferido na Solenidade de Comemoração de 10 anos de criação do Campus UFV-CRP*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2016. Sessão Solene realizada no dia 11 de agosto de 2016.

SEDIYAMA, Carlos Sigueyuki. Discurso proferido na Solenidade de Formatura do *Campus UFV-CRP*. *Jornal da UFV*, Rio Paranaíba, p. 2, dez. 2012. (Edição Especial).

SILVA ROSSI, Michelle Pereira da. *"Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano: a gênese protestante da Universidade Federal de Lavras - UFLA (Lavras, 1892 - 1938)*. 2010. 187 p. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13622>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SILVA, Fabrício Valentim da. *Modernização no campo: a origem da Escola Superior da Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)*. 9 jul. 2007. 155 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14079>>. Acesso em: 7 maio 2017.

SILVA, Guanaeli Matias de Mendonça da. *Campus Universitário: Desenvolvendo a Sustentabilidade*. *Campus* da Universidade Federal de Viçosa - Rio Paranaíba. 2012. 60 p. Monografia (Especialização em Reabilitação Urbanística Sustentável) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, José de Alencar Gomes da. *Entrevista concedida em 03 de março de 2010, quando em visita à cidade de Rio Paranaíba*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2010. Entrevista postada no canal YouTube de Thamires Souza. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=juVJvjeJYzk>>. Acesso em: 28 maio 2017.

SILVA, Marta Leandro. A trajetória histórico-normativa do ensino agrícola: do Brasil-Império ao Brasil-República (1960). *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 17, n. 2, p. 77–101, maio 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotekevvirtual.org/revistas/ESSENTIA/VERTICE/v17n02/v17n02a05.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2016.

SILVA, Paulo Roberto. A Educação Agrícola Superior no contexto da nova LBD: A reforma de base. In: REUNIÃO ANUAL DA ABEAS, 48. *Seminário sobre Reestruturação Curricular da Modalidade Agronomia - Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e Debate Nacional*. Brasília: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior,

2008. Disponível em: <http://www.abeas.com.br/downloads/seminario2008/Texto_Ref.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. *A UFRRJ do tempo recente: relações entre a oferta de graduações e a sua vocação rural*. 2011. 234 p. Doutorado em Filosofia – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/disserta%C3%A7%C3%A3o-e-tese/doutorado-ufrrj-do-tempo-recente-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-oferta-de-gradua%C3%A7%C3%B5es-e>>.

SMITH, Robert Chester. Jesuit Buildings in Brazil. *The Art Bulletin*, v. 30, n. 3, p. 187–213, set. 1948. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3047183>>.

SOCIEDADE DE AGRICULTURA Comercio, e Industria da Província da Bahia (Ed.). *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comercio, e Industria da Província da Bahia*. [S.l.: s.n.], 1833. Edição de Typ. Moreira. (Ortografia como no original). Disponível em: <http://catrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=mic_pr&db=mic&use=kw_livre&disp=list&sort=off&zss=new&arg=sociedade+de+agricultura+comercio+e+industria+da+provincia+da+bahia&x=17&y=9>. Acesso em: 22 out. 2016.

SORGINE, Juliana. *Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

SOUZA DORNELES, Alexandre Henrique de. *[Imagens da UFV – Campus Rio Paranaíba e da Cidade]*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2017. Imagens em arquivo digital no formato JPG. 12 fotografias. Data das imagens: janeiro de 2017.

SOUZA MENDES, Ernani de. *Conversa sobre o campus UFV-CRP*. Viçosa: [s.n.], 30 nov. 2016. Entrevista concedida a Guanaeli M. M. Silva via mensagem digital.

TRINDADE, Héliogio. Universidade em perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, p. 5–15, jan. 1999. Disponível em: <http://josenorberto.com.br/Universidade%20em%20Perspectiva_HELGIO_TRINDADE.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

TURNER, Paul Venable. *Campus: an american planning tradition*. Cambridge: MIT Press, 1984.

UFC. *Portal da Universidade Federal do Ceará*. (Website). 2017. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

UFLA. *Campus Transformado: Relatório de Gestão (2004 - 2012)*. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://ufla.br/relatoriogestao2004-2012/wp-content/uploads/2012/07/Campu_transformado.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

UFLA. *Portal da Universidade Federal de Lavras*. (Website). 2017. Disponível em: <<http://www.ufla.br/portal/>>. Acesso em: 1 maio 2017.

UFPEL. *Portal da Universidade Federal de Pelotas*. 2017. Disponível em: <<http://portal.ufpel.edu.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

UFRB. *Portal da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. 2017. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

UFRPE. *Portal da Universidade Federal Rural de Pernambuco*. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

UFRRJ. *Portal da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. 2017. Disponível em: <<http://portal.ufrj.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA, USA. *An Act, December, 2 of 1862*. Washington: Congress, 1862. (Morrill Act). Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=33&page=transcript#>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Compra e Venda de Bem Imóvel*: Terreno com área de 20.00.00 ha na fazenda Olhos D'Água e Caetés de Kotaro Okuyama e Fumiko Muraoka Okuyama. Rio Paranaíba: Cartório Registro de Imóveis, 2008. Data da escritura 29 de dezembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Compra e Venda de Bem Imóvel*: Terreno com área de 86.48.30 has de Kotaro Okuyama e Fumiko Muraoka Okuyama. Rio Paranaíba: Cartório Registro de Imóveis, 2010. Data da escritura 28 de julho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Compra e Venda de Bem Imóvel*: Terreno com área de 06.22.01 has de Hudson Rocha e Nilma Maria de Paulo Rocha. Rio Paranaíba: Cartório Registro de Imóveis, 2010. Data da escritura 28 de julho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Compra e Venda de Bem Imóvel*: Terreno com área de 26.80.72 has de Maria Vieira da Silva, Hélcio José Gomes, Rosângela Alves dos Santos Gomes, Dirceu José Gomes, Wilson José Gomes, Cleide Luzia Gomes, Hélio Silvério e Sílvia Helena Silva. Rio Paranaíba: Cartório Registro de Imóveis, 2010. Data da escritura 28 de julho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Compra e Venda de Bem Imóvel*: Terreno com área de 39.25.54 has de Hélio Silvério da Silva e Helena da Silva. Rio Paranaíba: Cartório Registro de Imóveis, 2010. Data da escritura 28 de julho de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Escritura Pública de Doação*: no valor de R\$600.000,00, que fazem partes entre si: Doador Município de Rio Paranaíba; e do outro lado como outorgado Donatário Universidade Federal de Viçosa. Rio Paranaíba: Cartório 2º Ofício de Notas, 2008. Data da escritura 29 de dezembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Estatuto da Universidade Federal de Viçosa*. Viçosa: Conselho Universitário – CONSU, 1999. Disponível em: <<http://arquivo.ufv.br/soc/files/pag/estatuto.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Imagem aérea da UFV campus de Rio Paranaíba*. Imagem postada no Website da UFV. 2013. Disponível em: <http://www.portal.ufv.br/crp/?page_id=60>. Acesso em: 2 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Relatório de Atividades 2016*. Viçosa, 2016. Disponível em: <http://www.ppo.ufv.br/?page_id=194>. Acesso em: 18 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Resolução n°08/2006, de 25 de julho de 2006: Autoriza a instalação de um Campus da Universidade no Município de Rio Paranaíba*. Viçosa: Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, 2006. Disponível em: <<http://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08-06.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. *Resolução n°14/2008: Aprova o Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus UFV-Viçosa (PDFA), que passa a ser parte dessa resolução*. Edição de Conselho Universitário - CONSU. Viçosa: [s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-14-2008-do-PDFA.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – CAMPUS DE FLORESTAL. *Portal da 48 Semana do Produtor Rural de Florestal (UFV-CAF)*. 2017. Disponível em: <<http://www.spr.caf.ufv.br/>>. Acesso em: 7 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – CAMPUS DE RIO PARANAÍBA (UFV-CRP). *Histórico do Campus UFV-CRP*. Rio Paranaíba, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – CAMPUS DE RIO PARANAÍBA (UFV-CRP). *Relatório Obras no Campus de Rio Paranaíba*. Rio Paranaíba, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Memorial Descritivo do Projeto Arquitetônico referente ao Prédio Pavilhão de Aulas da UFV Campus de Rio Paranaíba*. Viçosa, 2009. Equipe técnica: Arq. Ernani de Souza Mendes. Data do documento: 06 de agosto de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Arquitetura: Edifício Pavilhão de Aulas - UFV Campus de Rio Paranaíba*. Edição de UFV. Viçosa: [s.n.], 2010. Arquiteto responsável: Ernani de Souza Mendes. Equipe de apoio: Departamento de Projetos e Obras da UFV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Arquitetura da Biblioteca Central da UFV Campus de Rio Paranaíba: Estudo Preliminar*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2008. Estudo Preliminar com prédio locado no campus próximo à Rodovia BR 354. Equipe técnica: Arq. Cintia Ataliba Domingos, Arq. Ernani de Souza Mendes, Arq. Giovani Correa Giacomini e Paulo Francisco Oliveira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Arquitetura do Prédio Laboratório de Ensino da UFV Campus de Rio Paranaíba: Etapa III*. Rio Paranaíba: [s.n.], 2017. Equipe técnica: Arq. Giovani Correa Giacomini, (Arq. Guanaeli M. de Mendonça da Silva), Arq. Kelly Diniz de Souza, Arq. Marcelo de Carvalho, Arq. Matheus Freitas de Oliveira e equipe.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Urbanismo: Campus da Universidade Federal de Viçosa – Rio Paranaíba*, BR 354. Rio Paranaíba: [s.n.], 2007. Arquiteto Responsável: Ernani de Souza Mendes. Equipe de apoio: Departamento de Projetos e Obras da UFV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Urbanismo: Campus da Universidade Federal de Viçosa – Rio Paranaíba*, MG 230. Rio Paranaíba: [s.n.], 2009. Arquiteto Responsável: Ernani de Souza Mendes. Equipe de apoio: Departamento de Projetos e Obras da UFV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Urbanismo: Campus da Universidade Federal de Viçosa – Rio Paranaíba*, MG 230. Rio Paranaíba: [s.n.], 2014. Licitação de Infraestrutura. Equipe de planejamento: Gerência de Projetos e Contratação de Obras da UFV.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Anteprojeto de Arquitetura Prédio Laboratório de Pesquisa da UFV – Campus de Rio Paranaíba*: Etapa I. Viçosa: [s.n.], 2008. Autoria: Arquiteto Ítalo Itamar Caixeiro Stephan. Equipe de estagiários: Lina Stephan, Leonardo Barros, Wander Cabral e Rodrigo Fontes. Arquivo digital.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO. *Projeto de Arquitetura Prédio Laboratório de Pesquisa da UFV – Campus de Rio Paranaíba*: Etapa I. Rio Paranaíba: [s.n.], 2009. Responsabilidade técnica Leonardo de Assis Vidigal e Marcelo Adanilci dos Santos e equipe. Etapa I: construção de pavimento térreo. Obra em parceria com FINEP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV). *Portal da Universidade Federal de Viçosa*. (Website com direcionamento para os campi). 2017. Disponível em: <<http://www.portal.ufv.br/>>. Acesso em: 5 maio 2017.

UNIVERSITY OF OXFORD. *Aerial View of Oxford*. Oxford, UK: [s.n.], 2016. Website. Disponível em: <<https://www.ox.ac.uk/visitors/visiting-oxford?wssl=1>>. Acesso em: 11 out. 2017.

USP - RIBEIRÃO PRETO. *Portal da Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto*. (Website). 2017. Disponível em: <http://ribeirao.usp.br/?page_id=3540>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VARGAS, José Resende. *Rio Paranaíba: 250 anos de história*. Uberlândia: Zardo Ltda, 2008.

VEIGA, José Antônio de Souza. *A organização do ensino superior agrícola subordinado ao Ministério da Agricultura*. 2012. 292 p. Doutorado em Educação – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/aluno/visualiza.php?cod=1059>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

VERGER, Jacques. Patterns. In: RIDDER-SIMONS, Hilde de (Ed.). *A history of the university in Europe: University in the middle ages*. Edição de Walter Rugg. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. cap. 2, p. 35–76. ISBN: 9780521541138. Disponível em: <http://www.ebook.de/de/product/4289364/a_history_of_the_university_in_europe_volume_1_universities_in_the_middle_ages.html>. Acesso em: 22 out. 2016.

VERSIEUX, Daniela Pereira. A Fazenda Escola de Florestal: apontamentos sobre a realidade de Minas Gerais na modernidade capitalista. *História Revista*, v. 17, n. 2, p. 141–160, dez. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/23573>>. Acesso em: 7 maio 2017.

VERSIEUX, Daniela Pereira. *Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as Fazendas-Modelo em Minas Gerais (1906-1915)*. 2010. 233 p. Mestrado em Educação Tecnológica – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp149965.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. Edição de Edusp. São Paulo: [s.n.], 2010. Estudo Introdutório e edição Bruno Feitler, Evergton Sales Souza, Istvan Jancsó e Pedro Puntoni – organizadores.

VIEIRA, Luciano Baião. Discurso proferido na Solenidade de Formatura da primeira turma da UFV–CRP. *Jornal da UFV*, Rio Paranaíba, 30 jul. 2011. (Edição Especial).

WILLIS, R.; CLARK, J. W. *The Architectural History of the University of Cambridge*. Cambridge: University Press, 1886.

ANEXO A – Carta Régia de 12/06/1812

Este anexo apresenta cópia da redação original da Carta escrita por Dom João VI em 25 de julho de 1812 para o Conde dos Arcos na qual cria a Escola Superior de Agricultura da Bahia. Apresenta grifos localizando as informações sobre o currículo sugerido para o ensino.

CARTA RÉGIA DE 25 DE JUNHO DE 1812

Crêa na cidade da Bahia um Curso de Agricultura.

Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo.

Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar como aquelle que amo. Sendo o principal objecto dos meus vigilantes cuidados o elevar ao maior grao de opuencia e prosperidade e vantajosa posição, os meus vastos Estalos do Brazil; attendendo a que a agricultura , quando bem attendida e praticada , é sem duvida a primeira e a mais inexaurivel fonte da abundancia,e da riqueza nacional; constando na minha real presença que por falta de conhecimentos proprios deste importantissimo ramo das sciencias naturaes não teem prosperado no Brazil algumas culturas ja tentadas, são desconhecidas, ou desprezadas muitas outras, de que poderia colher consideravel proveito, e se não tira toda a possivel vantagem ainda mesmo daquellas que se reputam estabelecidas, e por serem muitas dellas inferiores em qualidade, e superiores em preço as homogeneas dos paizes estrangeiros, ja por falta dos bons principios agronomicos, ja por ignorancia dos processos e machinas ruraes, que tanto servem para brevidade e facilidade da mão d’obra, e para a multiplicação e variedade das producções da natureza, não podendo por taes motivos sustentar a concurrencia nos mercados da Europa: tenho resolvido franquear e facilitar a todos os meus fieis vassallos os meios de adquirirem os bons principios de agricultura, que sendo uma das artes aprendida por simples rotina, do que provem o seu tão vagaroso progresso e melhoramento. Portanto, principiando a por em pratica estas minhas partenaes disposições: hei por bem debaixo da vossa inpecção, e segundo as intrucções provisórias, que com esta baixam assignadas pelo Conde de Aguiar, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil, e Presidente do meu Real Erario, se estabeleça immediatamente um Curso de Agricultura da Cidade da Bahia para instrucção publica dos habitantes dessa Capitania, e que servirá de norma aos que me proponho estabelecer em todas as outras Capitánias dos meus Estados.

E porque me foram presentes o merecimento, prestimo e dinstictos conhecimentos theoricos e praticos de agricultura, que possui Domingos Borges de Barros, adquiridos na Universidade de Coimbra, e nas longas viagens que a sua custa fez, e para sua instrucção, pelos paizes estrangeiros mais civilizados: sou servido nomear Director do Jardim Botânico, que já houve por bem mandar estabelecer na Cidade da Bahia, e Professor de Agricultura o sobredito Domingos Borges de Barros, vencendo annualmente o ordenado de 460\$000, como professor da Cadeira de agricultura, além de 340\$000, de que tambem lhe faço mercê a titulo de ajuda de custo pessoal, e que não servirá de exemplo; sendo ambos estes vencimentos pagos a quartéis adiantados pela Mesa da Inspecção dessa Cidade pelos fundos que arrecada das contribuições pertencentes ao cofre da minha Real Junta do Commercio, Agricultura , Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil e Dominios Ultramarinos.

Confio do vosso zelo e da intelligencia e actividade com que tanto vos tendes distinguido no meu Real Serviço, a prompta e exacta observancia do que por esta minha carta regia vos ordeno para bem commum dos meus fieis vassallos, e para que nada falte ao progresso da riqueza e opulencia nacional. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1812.

PRINCIPE.

Para o Conde dos Arcos

Instruções provisórias para o ensino da agricultura , ordenado pela Carta Regia de 25 de Junho de 1812 ao Governador e Capitão General de Capitania da Bahia.

1º Abrir-se-ha dous em dous annos um curso Publico de Agricultura na Cidade da Bahia, sob a Inspeccão do Governador e Capitão General da Capitania.

2º O Professor de Agricultura **explicara no 1º anno os principios de botanica, chimica e medicina, indispensaveis a intelligencia da bem entendida cultura, e economia , e architettura rural. No 2º anno explicará os principios de agricultura, e fará applicação das doutrinas do 1º anno a esta sciencia, particularizando a invenção e pratica dos melhores methodos, insttrumentos e machinas que se usam na lavoura e suas fabricas, e bem assim insinuando os expedientes de se aperfeiçoarem as culturas existentes, e introduzirem-se novas quer de plantas exoticas, e com especialidade a verdadeira cochonilha, o linho, o canhamo, as amoreiras e as especiarias da Asia. Findará o curso lectivo explicando os differentes methodos de propagar os vegetaes, a physica dos bosques, o corte, e reproducção das mattas, os prados artificiaes, a criação dos animaes e o aproveitamento dos seus productos, unindo sempre, quanto possivel, a theoria e pratica desta tão vasta como importante sciencia.**

3º Fará com frequencia **passeios litterarios para exercicio pratico de seus ouvintes pelas terras cultivadas dos suburbios da Bahia**, e particularmente pela quinta dos Lazaros, que para este effeito sempre será aberta, afim de examinar os terrenos altos e baixos, e o estado das respectivas culturas, e indicar os possiveis melhoramentos.

4º O Curso Publico de Agricultura principiará na estação do anno que for mais conveniente ao aproveitamento dos discipulos e terminará quando os trabalhos ruraes exigem a presença dos agricultores; a este respeito sobre as horas da aula, e mais economia do ensino publico, cumprirá o Professor as determinações do Governador e Capitão General.

5º O Professor de agricultura será obrigado a organizar os compendios das doutrinas, que formam o obejcto do seu emprego no ensino da agricultura, dentro do espaço de seis annos, para serem impressos no caso de merecerem approvação de sua Alteza Real, e servirem nos futuros cursos de agricultura, que se devem e houverem de estabelecer nas outras Capitancias.

6º O Professor de agricultura será incumbido da direcção, formação, cultura, e economia do Jardim Botânico, que deverá servir de escola de agricultura, e ser distribuido em tres partes: a 1ª servirá de escola botanica, classificada segundo o systema das familias naturaes ; a 2ª escola de cultura, melhoração das plantas indigenas, e naturalisação das exoticas, segundo o methodo estabelecido por Thouin , onde os alumnos deverão aprender todas as operações agronomicas, desde a roteação até o ensoleiramento; a 3ª servirá de viveiro de plantas.

7º Será o mesmo professor autorizado a apresentar ao Governador Inspector do Curso da Agricultura um plano de Sociedade para prover a agricultura e artes que lhe são relativas, por contribuições voluntarias a exemplo das estabelecidas em as nações mais civilizadas, afim de se crear o fundo conveniente e indispensavel para o estabelecimento do Jardim Botânico, colleção de instrumentos, e machinas uteis a industria dos campos, premios aos que se distinguirem em invenção ou melhoramento de cultura e fabricas ruraes, impressão das memorias distinctas sobre conhecimentos agronomicos, e para as despezas das viagens que deve ser pla Capitania.

8º Será impreterivel dever do Professor, findo o tempo lectivo, o viajar annualmente pela Capitania, dirigindo-se com preferencia aquelles districtos onde a sua presença mais necessaria for; e nestas viagens annuaes será obrigado 1º a observar o estado da lavoura; 2º a conferenciar com os lavradores de melhor intelligencia e habilidade, buscando das arragal-os de abusos e má rotina, e substituindo-lhes os bons e proveitosos conhecimentos agronomicos, ensinando-lhes o uso e maneiio de instrumentos e machinas tendentes a economisar, e melhorar o seu trabalho, e augmentar o seu producto; 3º a indicar-lhes segundo a natureza e localidade do terreno, o genero de plantação mais

apropriado e interessante. Preenchidas estas obrigações, virão a ser as viagens do Professor outros tantos cursos locais de agricultura, por isso mesmo sobremaneira vantajosos, e de muito particular recommendação de Sua Alteza Real.

9º Annualmente e no fim de cada uma das sobreditas viagens deverá o Professor escrever o resultado de suas observações, o compendio das noções grangeadas durante a sua digressão, e assim também as medidas e providencias que houverem dado, e finalmente sua opinião acerca do progresso da lavoura territorial, e melhoramentos praticaveis, e de tudo dará conta ao Governador e Capitão General, Inspector do Curso de Agricultura, para este o fazer presente a Sua Alteza Real pela Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil, como também dará semelhante conta o mesmo Professor a Real Junta do Commercio estabelecida nesta Capital.

10. O mesmo Professor deverá organizar o gabinete de modelos e machinas ruraes, e de productos mineralogicos e botanicos necessarios á demonstração das doutrinas que ensinar, e entreterá a correspondencia precisa para os adquirir ; e outrosim no fim de cada colheita annual distribuirá pelas Camaras da Capitania todas as quantas sementes recolher ao Jardim das plantas, ajuntando uma nota individual e succinta de as cultivar.

11. O Governador e Capitão General , findo o tempo lectivo, dará ao mesmo Professor, quando requerer, todo o auxilio e favor que necessitar para o bom resultado das viagens ordenadas no art. 8º , sem gravame da Real Fazenda, das Camaras, e dos povos, fazendo-se as despezas pelos fundos das contribuições voluntarias indicadas no art. 7º e pelos meios que o Governador Inspector do Curso de Agricultura, pondo em uso a sua actividade e perspicacia, descobrir e propuzer a Sua Alteza Real pela Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil, tendo em vista o producto annual da multa de 400 reis, sobre as arrobas excedentes ao peso taxado dos rolos de tabaco até agora recebido pela Mesa da Inspecção da Cidade da Bahia, que nenhuma applicação pode ter mais util do que a de reverter para a agricultura, sendo todo empregado em beneficio da mesma.

12. Os Professores de agricultura gozarão de todas as honras privilegios e isenções concedidas aos Lentes da Academia Militar do Rio de Janeiro pela carta de Lei de 4 de Dezembro de 1810. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Junho de 1812. - Conde de Aguiar

Este texto não substitui o original publicado no Coleção de Leis do Império do Brasil de 1812

ANEXO B – UFV–CRP: Planejamento

EDIFICAÇÃO	ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DO CAMPUS UFV-RIO PARANAÍBA	ÁREA(m²)/COMP RIMENTO	CUSTO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS	CUSTOM2	VALOR ESTIMADO DA OBRA	CUSTO DE EQUIPAMENTOS	NECESSIDADE PARA FUNCIONAMENTO
ÁREA DE USO COMUM DA COMUNIDADE ACADÊMICA							
	AUDITÓRIOS(M2)	1.800	R\$ 135.000,00	1500	R\$ 2.700.000,00	R\$ 400.000,00 2011	
	ALCOALAMENTOS(M2)	9.000	R\$ 495.000,00	1.100	R\$ 9.900.000,00	R\$ 700.000,00 2010	
	DIRETÓRIO ACADÊMICO(M2)	500	R\$ 25.000,00	1.000	R\$ 500.000,00	R\$ 30.000,00 2011	
	BIBLIOTECA(M2)	3.790	projeto arquitetônico executivo foi desenvolvido na UFV	1.000	R\$ 3.789.630,00	R\$ 600.000,00 2010	
	CENTRO ADMINISTRATIVO E COMERCIAL(M2)	10.000	R\$ 550.000,00	1.100	R\$ 11.000.000,00	R\$ 1.100.000,00 2012	
	CRECHE(M2)	300	R\$ 16.500,00	1.100	R\$ 330.000,00	R\$ 30.000,00 2012	
	DIVISÃO DE SAÚDE/AMBULATÓRIOS DIDÁTICOS(M2)	2.000	projeto arquitetônico básico está na fase inicial de desenvolvimento na UFV	1.500	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.030.000,00 2010	
	LABORATÓRIOS DE PESQUISA(M2)	2.272	projeto arquitetônico executivo foi desenvolvido na UFV	1.100	R\$ 2.498.892,00	R\$ 250.000,00 2011	
	PAVILHÃO DE AULAS(M2)	9.335	projeto arquitetônico executivo foi desenvolvido na UFV	964	R\$ 8.999.383,44	R\$ 650.000,00 2012	
	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO/LABORATÓRIO DE DIETÉTICA(M2)	3.000	projeto arquitetônico básico está em desenvolvimento na UFV	1.300	R\$ 3.900.000,00	R\$ 940.000,00 2010	
	CENTRO DE EMPREENDEDORISMO(M2)	1.200	R\$ 66.000,00	1.100	R\$ 1.320.000,00	R\$ 100.000,00 2012	
ÁREA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DE AGRÁRIAS(M2)							
	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	4.920	projeto arquitetônico básico está sendo desenvolvido através de convênio da UFV	1.500	R\$ 7.380.000,00		2º sem./2010
	ADMINISTRAÇÃO						
	ÁTRIO/ENTRADA						
	AUDITÓRIO						
	ESTAR DOS PROFESSORES						
	GABINETES DE PROFESSORES						
	LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS					R\$ 190.000,00	
	LABORATÓRIO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL					R\$ 230.000,00	
	LABORATÓRIOS DE QUÍMICA E ANÁLISE DE ALIMENTOS					R\$ 210.000,00	
	LABORATÓRIO DE FITOPATOLOGIA					R\$ 1.000.000,00	
	LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA					R\$ 750.000,00	
	LABORATÓRIO DE CONSTITUIÇÃO E GENÉTICA DO SOLO						
	SALA DE REUNIÕES						
	SALA DO DIRETOR						
	SANITÁRIOS						
	SECRETARIA						
	FRUTICULTURA/LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE FRUTAS/PROCESSAMENTO DE SEMENTES E GRANDES CULTURAS	1.400	R\$ 105.000,00	1.500	R\$ 2.100.000,00		2º sem./2010
	ALMOXARIFADO						
	COFAC/COZINHA						
	DEPÓSITO						
	ESTUFA/CÂMARA FRIA						
	GABINETES DE PROFESSORES						
	LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DE SEMENTES					R\$ 500.000,00	
	LABORATÓRIO DE GRANDES CULTURAS					R\$ 300.000,00	
	LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE FRUTAS					R\$ 500.000,00	
	SALA DE INFORMÁTICA						
	SALAS DE AULA						
	SANITÁRIOS						
	SECRETARIA						

	1.500	projeto arquitetônico básico está sendo desenvolvido através de convênio da UFV	1.500	R\$ 2.250.000,00	R\$ 150.000,00 R\$ 620.000,00 R\$ 180.000,00 R\$ 150.000,00 R\$ 90.000,00	1º sem./2011
PLANTA PILOTO/POÓS-COLHEITA						
ÁREA DE PROCESSAMENTO						
ÁREA DE POS-COLHEITA E RECEPÇÃO DE MATÉRIA PRIMA						
LABORATÓRIO DE OPERAÇÕES UNITÁRIAS						
LABORATÓRIO DIDÁTICO INDIFENCADO						
LABORATÓRIO SENSORIAL						
SALAS DE AULA						
SANITÁRIOS						
SALA ESTAR PROFESSORES						
ÁREA DE SERVIÇO						
COPA/COZINHA						
SECRETARIA/CHIEFA						
ÁREA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS(M2)						
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	4.920	projeto arquitetônico básico está sendo desenvolvido através de convênio da UFV	1.500	R\$ 7.380.000,00	R\$ 1.200.000,00	2º sem./2010
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR						
LABORATÓRIO DE HISTOLOGIA						
LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA						
LABORATÓRIO DE PARASITOLOGIA E IMUNOLOGIA						
LABORATÓRIO DE BOTÂNICA						
LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA						
LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA						
LABORATÓRIO DE FISILOGIA GERAL E HUMANA						
LABORATÓRIO DE FISILOGIA VEGETAL						
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA GERAL						
LABORATÓRIO DE GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR						
LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E PALEONTOLOGIA						
SANITÁRIOS						
GABINETES DE PROFESSORES						
AUDITÓRIO						
SALA DO DIRETOR						
ADMINISTRAÇÃO						
SALA DE REUNIÕES						
ESTAR DOS PROFESSORES						
ATRIO/ENTRADA						
SECRETARIA						
LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA (JUNTO AO MESMO PRÉDIO DO BIOTÉRIO)	427	R\$ 32.025,00	1.500	R\$ 640.500,00	R\$ 80.000,00	2º sem./2010
COORDENAÇÃO	16,00					
SAGUÃO	40,00					
MUSEU	20,00					
RECEPÇÃO E PREPARO	30,00					
SALA DE ESTUDOS PRÁTICOS	26,00					
SALA DE AULA(PARA 25 ALUNOS) - PRÁTICA ANATOMICA	78,00					
SALA DE MANUTENÇÃO DO CADÁVER	50,00					
SALA DE DISSECAÇÃO	50,00					
OSSÁRIA	22,00					
SANITÁRIOS	25,00					
SECRETARIA COMUM AO BIOTÉRIO	20,00					
SALA DE NECROPSIA	50,00					
BIOTÉRIO	300	R\$ 22.500,00	1.500	R\$ 450.000,00	R\$ 80.000,00	2º sem./2010
PREPARO DE DIETAS	22,00					
criação de coelhos	15,00					
MANUTENÇÃO DE RATOS	16,00					
criação de ratos	15,00					
SALA DE AULA	25,00					
SACRIFICIO	25,00					
SALA DE EXPERIMENTAÇÃO	19,00					
HALL DE ENTRADA/SANITÁRIOS	78,00					
CIRCULAÇÃO	25,00					
SALA DO PROFESSOR	16					
REPRODUÇÃO DE PEIXES E PISCICULTURAGEM(M2)	2000	R\$ 50.000,00	50	R\$ 1.000.000,00		2011/2012
SEDE DO HORTO/INSTALAÇÕES FÍSICAS DO VIVERO(M2)	800	R\$ 32.000,00	800	R\$ 640.000,00	R\$ 50.000,00	2º sem./2010
ÁREA DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS(M2)						

	4.920	projeto arquitetônico básico está sendo desenvolvido através de convênio da UFV	1.500	R\$ 7.380.000,00	R\$ 1.051.700,00 R\$ 92.500,00 R\$ 101.500,00 R\$ 97.500,00 R\$ 107.800,00 R\$ 100.000,00	2º sem./2010
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS						
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA						
LABORATÓRIOS DE QUÍMICA GERAL						
LABORATÓRIO DE QUÍMICA ANALÍTICA						
LABORATÓRIO DE QUÍMICA ORGÂNICA						
LABORATÓRIO DE FÍSICA QUÍMICA/QUÍMICA INORGÂNICA						
LABORATÓRIO DE FÍSICA						
SANITÁRIOS						
GABINETES DE PROFESSORES						
AUDITÓRIO						
SALA DO DIRETOR						
ADMINISTRAÇÃO						
SALA DE REUNIÕES						
ESTAR DOS PROFESSORES						
ATRIO/ENTRADA						
SECRETARIA						
GALPÕES DOS LABORATÓRIOS DE ENGENHARIA CIVIL E HIDRAULICA	3.500	R\$ 262.500,00	1.500	R\$ 5.250.000,00		2011/2012
LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	200				R\$ 100.000,00	2º semestre 2012
LABORATÓRIOS DE HIDRAULICA	900				R\$ 350.000,00	2º semestre 2011
LABORATÓRIOS DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL	900				R\$ 500.000,00	2º semestre 2011
LABORATÓRIOS DE GEOTECNIA	1.500				R\$ 120.000,00	1º sem./2011
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1.755	R\$ 131.625,00	1.500	R\$ 2.632.500,00		
SALAS DE AULA	500					
GABINETES DE PROFESSORES	200					
SECRETARIA	25					
SALA DA CHEFIA	25					
SALA DE REUNIÕES	50					
SALA DE DEFESA DE TCC'S	100					
LABORATÓRIO DE OPERAÇÕES UNITARIAS(INCLUSO COM A PLANTA-PILOTO)	0					
LABORATÓRIOS DE SIMULAÇÕES EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	130					
SALA DE ASSISTENCIA AO LABORATÓRIOS DE SIMULAÇÃO	24					
BIBLIOTECA	96					
D.M.L	6					
COPA/COZINHA	25					
SANITÁRIOS MASCULINO E FEMININO	24					
LABORATÓRIO DE ERGONOMIA/ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO						2º sem./2012
SANITÁRIOS	30					
GABINETE DO PROFESSOR	30					
SECRETARIA	30					
BIBLIOTECA	50					
SALA DE AULA TEÓRICA PARA 50 ALUNOS	70					
SALA PARA GUARDA DOS EQUIPAMENTOS	50					
SALA PARA ESTUDOS DOS ALUNOS DE POS - GRADUAÇÃO	70					
SALA DE AULA PRÁTICA COM OS EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS(CABINE DE AUDIOMETRIA,ETC)	100					
CIRCULAÇÃO	120					
ÁREA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS(M2)						
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS	4.500	projeto arquitetônico básico está sendo desenvolvido através de convênio da UFV	1.100	R\$ 4.950.000,00	R\$ 300.000,00	2º sem./2010
SALAS DA ADMINISTRAÇÃO						
ATRIO/ENTRADA						
AUDITÓRIO						
COPA/COZINHA						
ESTAR DOS PROFESSORES						
GABINETES DE PROFESSORES						
LABORATÓRIO DE LINGUA ESTRANGEIRA(PARA 30 ALUNOS)						
LABORATÓRIO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE						
LABORATÓRIO PARA 50 ALUNOS PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE						
LABORATÓRIO PARA APRESENTAÇÕES DINÂMICAS						
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA						
LABORATÓRIOS DE PESQUISA E EXTENSAO						
SALA DE TV PARA AUDIÇÃO DE FILMES PARA 10 ALUNOS						
SALA DE REUNIÕES						
SALA DE REUNIÕES						

